



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 958

Terça-feira - 27 de Março de 2012

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	1
Antônio Carlos .....	3
Arroio Trinta.....	5
Braço do Trombudo .....	26
Caçador.....	30
Camboriú.....	42
Campo Alegre .....	43
Canoinhas.....	47
Capinzal .....	51
Catanduvas.....	72
Concórdia .....	73
Cordilheira Alta .....	75
Corupá .....	81
Forquilha.....	85
Fraiburgo.....	86
Garopaba.....	90
Gaspar .....	91
Guaramirim.....	114
Herval do Oeste .....	114
Imbituba .....	145
Iomerê .....	147
Irineópolis .....	148
Itaiópolis .....	150
Itapoá .....	150
Joaçaba.....	151
Lages .....	154
Leoberto Leal.....	155
Lindóia do Sul .....	156
Luzerna .....	157
Maracajá .....	158
Massaranduba.....	159
Meleiro .....	162
Monte Carlo .....	163
Navegantes.....	163
Novo Horizonte .....	164
Paial.....	164
Palhoça .....	165
Peritiba.....	165
Pinheiro Preto .....	166
Porto União.....	166
Rio do Sul.....	170
Santa Terezinha do Progresso .....	171
São Bento do Sul.....	200
São Lourenço do Oeste.....	224
São Pedro de Alcântara.....	225
Schroeder .....	231
Timbó .....	233
Tunápolis.....	262
Videira.....	263

### Consórcios

CINCO .....	276
CITMAR.....	276
Quiriri.....	276

## Água Doce

### PREFEITURA

#### Portaria 082/2012

PORTARIA Nº 082/2012 de 23 DE MARÇO DE 2012

“EXONERA A PEDIDO DO CARGO DE AUXILIAR EM DEFESA CIVIL O SERVIDOR QUE MENCIONA”

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

#### Resolve:

Artigo 1º Exonerar a pedido do cargo efetivo de Auxiliar em Defesa Civil, o servidor Gilvani Barp, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 060.828.699.07, e portador do RG 11/R 4.797.175, a partir de 23/03/2012.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 23 de março de 2012

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita Municipal

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO

Responsável pelo RH

#### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Guilherme Noronha e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**Portaria 083/2012**

PORTARIA Nº 83/2012 - DE 23 DE MARÇO DE 2012

"CEDE PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, OS VEÍCULOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina; no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

ART. 1º: Determinar que os veículos, microônibus - placa MEP 9312, microônibus - placa MIS 1247 e Kombi - placa MGP 0209, usados no transporte escolar, ficarão a disposição do Fundo Municipal de Assistência Social, no dia 24 de março de 2012 para transporte da 3ª Idade das comunidades do interior para o Centro do Município de Água Doce - SC.

ART. 2º: As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria serão por conta de dotações próprias do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

ART. 3º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de março de 2012  
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI  
Prefeita Municipal

**Portaria 084/2012**

PORTARIA Nº 084/2012 de 23 de março de 2012.

"CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO PARA OS PROFESSORES QUE MENCIONA."

Nleci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 da Lei complementar nº 010/1998 Artigo 19 e 20 e demais normas legais,

Resolve:

Art. 1º Concede progressão por nova titulação para os professores que menciona,;

1. André Link 7-A
2. Claiton Luiz de Souza Pinto 7-A
3. Dayane de Moraes 7-A
4. Jacqueline Maria Celso 7-A
5. Juliana P. de Souza Katschor 7-A
6. Keila Lucia da Silva Arruda 7-A
7. Luci Mara Anssolin Luchese 7-A
8. Marinês Lúcia Fioreze 7-A
9. Sandra Iara Giaretta 7-A
10. Marisete Kochem 7-A
11. Andriana Wensel Totti 7-A
12. Tânia Mara Zanatta 7-A
13. Waleska Porto Lima de Souza 7-A
14. Evandra Regina Macagnan 7-A

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo em 16/03/2012 ,revogando-se as disposições em contrário.

Água Doce, 23 de março de 2012  
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI.  
Prefeita Municipal

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO  
Responsável pelo Dpto Pessoal

**Portaria 085/2012**

PORTARIA Nº 085/2012 de 23 de março de 2012.

"CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO PARA OS PROFESSORES QUE MENCIONA."

Nleci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 da Lei complementar nº 010/1998 Artigo 19 e 20 e demais normas legais,

Resolve:

Art. 1º Concede progressão por cursos de aperfeiçoamento para os professores que menciona,;

1.	Adriana Maria Tonial Piaia	8D/8E
2.	Andréia Renata do Amaral e Silva	7C
3.	Andriana Wensel Totti	7B
4.	Angela Raquel Lucietti Rossa	7D
5.	Arlete Lúcia Venturin dos Santos	8A
6.	Carmelina Alves Paz	7C
7.	Claudete A. Silva Cachoeira	8E
8.	Claudete Dall Acosta	7B
9.	Claudia Elizabet Fávero Boccalon	9C
10.	Cleuci Fátima dos Santos	8B
11.	Darilene de Tomin	3B
12.	Débora Zanatto	8D
13.	Denise Putton	7C
14.	Eleonora Beal Ceconello	7B
15.	Elisabete Salvador	7B/7E
16.	Eliseu Geraldo Boschetti	9A
17.	Evandra Regina Macagnan	7B/8B
18.	Evandro Carlos Zanatto	8E
19.	Flávia Aparecida Zanini da Silva	7E/8B
20.	Fabiane Aparecida Pereira	7B
21.	Fátima Bortolini Pontel	7E/8B
22.	Gissele Brezolin Ghidorsi	9D
23.	Gilson Talis Percisi	8E
24.	Giovana Rosa Sari Macagnan	9A
25.	Gládis Menegat C. Menegat	7B/7C
26.	Hilda Viera	8D
27.	Jacqueline Maria Celso	7B/8C
28.	James Francisco Beal	9D
29.	Jocerlei Judith Zattera Ribeiro	8B
30.	Juciana de Araujo Soares	7B
31.	Juliana Luzia dos Passos	7B/8B
32.	Julita Reetz Macagnan	9B
33.	Karen Klotz Padilha	7B/7E
34.	Lorena E. da Luz Rampazzo	8B
35.	Márcia Inês Johann Simão	8B
36.	Mari Paula Tonet Oldoni	7B/8C
37.	Maria Luiza Luchese Piaia	5B
38.	Marines Lúcia Fioreze	7B/8E
39.	Marisa de F. Saretto de Oliveira	8B
40.	Marisete Pântano Guisleni	8B
41.	Marivete Toigo Ambrósio	7E/8B
42.	Marjorie Geana Setti de Oliveira	9D
43.	Nadia Salvador	7D
44.	Raquel Heberle	7B/8C
45.	Rosane Maria Signori	9D
46.	Roseni Linhares Veloso	5B
47.	Tânia Mara Zanatta	7B/8B
48.	Tatiana Guerra de Barros	8B
49.	Tatiane Aparecida Paz	7C
50.	Waleska Porto Lima Souza	7B
51.	Zelaine Aparecida Peliciolli	8E

52.	André Link	7B
53.	Claiton Luiz de Souza Pinto	7B
54.	Dayane de Moraes	7B
55.	Juliana Pereira de Souza Katchor	7B
56.	Keila Lúcia da Silva Arruda	7B
57.	Luci Mara Anssolin Luchese	7B
58.	Sandra Iara Giaretta	7B
59.	Marisete Kochem	7B
60.	Neusa Aparecida dos Santos	7B
61.	Salete Parenti	7B
62.	Fabiana Provin Zenatti	7B
63.	Maira Ramos Hulthman	4B
64.	Thiara Gabriela Cyrino Ramos	4B
65.	Karine Nornberg Mendes	4B

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo em 16/03/2012, revogando-se as disposições em contrário.

Água Doce, 23 de março de 2012  
NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI.  
Prefeita Municipal

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO  
Responsável pelo Dpto Pessoal

**Antônio Carlos**

**PREFEITURA**

### **Decreto Nº 026/2012**

DECRETO Nº 026/2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superávit Financeiro no Orçamento Programa 2012.

PEDRO PAULO DOS SANTOS, Prefeito Municipal em exercício de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1370/11 de 12 de Dezembro de 2011.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 15.988,80 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0002.2.014-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 5.000,00

04.01.12.361.0002.1.002-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 10.988,80

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair superávit financeiro 15.988,80.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 26 de Março de 2012.  
PEDRO PAULO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal Em Exercício

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal

de Antônio Carlos, em 26 de Março de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

### **Decreto Nº. 025/2012**

DECRETO Nº. 025/2012

Altera o prazo de vencimento do IPTU, disposto pelo inciso III do Art. 1º do Decreto n.º 164/2011, e alterado pelo art. 1º do Decreto n.º 001/2012 e dá outras providências.

PEDRO PAULO DOS SANTOS, Prefeito Municipal em exercício de ANTÔNIO CARLOS, no uso das suas atribuições legais, em especial o conferido pelo artigo 56, VI, da Lei Orgânica do Município de Antônio Carlos:

CONSIDERANDO, a alteração na sistemática de entrega do carnê de IPTU neste ano de 2012;

CONSIDERANDO, que o prazo para pagamento previsto para o final de abril poderá ficar muito curto, tendo em vista a alteração supracitada;

CONSIDERANDO, que é dever da Municipalidade entregar com antecedência mínima os aludidos carnês, contribuindo assim para o baixo índice de inadimplência deste tributo;

CONSIDERANDO, o equívoco constante nas datas de vencimento estipulado no art. 1º do Decreto Municipal n.º 001/2012;

DECRETA:

Art. 1o - Fica alterado o vencimento do IPTU, previsto no inciso III do art. 1º do Decreto n.º 164/2011 e alterado pelo art. 1º do Decreto n.º 001/2012, que passará a ter o seguinte vencimento:

- a) Vencimento da cota única ou da 1ª parcela no dia 31/05/2012;
- b) Vencimento da 2ª parcela no dia 30/06/2012;
- c) Vencimento da 3ª parcela no dia 31/07/2012;
- d) Vencimento da 4ª parcela no dia 31/08/2012;
- e) Vencimento da 5ª parcela no dia 30/09/2012.

Parágrafo Único - Quando o vencimento dos tributos de que trata o art. 1º do presente decreto coincidir com final de semana ou feriado, seu vencimento será automaticamente postergado para o próximo dia útil seguinte.

Art. 2º - Permanecem inalteradas das demais disposições constantes do Decreto n.º 164/2011 e do Decreto n.º 001/2012.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 26 de março de 2012.  
PEDRO PAULO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal em exercício

### **Extrato de Termo de Homologação e Adjudicação** EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Origem: Licitação nº. 042/2012 - Pregão Presencial nº. 028/2012;  
Objeto: Prestação de serviços eventuais relacionados com a manutenção da rede física de ensino básico do Município de Antônio Carlos, tais como: carpintaria, marcenaria, pedreiro, elétrico, hidráulico, pintura e limpeza, mediante autorização específica para cada caso e de acordo com a necessidade; Pedro Paulo dos Santos, Prefeito Municipal Em Exercício, nos usos das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei

8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve HOMOLOGAR o presente processo licitatório e ADJUDICAR o mesmo a Pessoa Física Reinoldo Hammes, no valor total de R\$ 11.160,00.

Antônio Carlos, 22 de Março de 2012.  
PEDRO PAULO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal Em Exercício

### **Extrato de Contrato Nº 043/2012**

#### **EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº. 043/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 030/2012 - Pregão Presencial nº. 022/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Fábio Sebastião Silveira 00446348970; Objeto: contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção, limpeza dos pátios, jardins e entorno das unidades escolares da rede municipal de ensino da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Antonio Carlos; Valor: R\$ 6.950,00(Seis mil novecentos e cinquenta reais).

Antônio Carlos, 10 de Março de 2012.  
PEDRO PAULO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal Em Exercício

### **Aviso de Chamamento Público Nº 002/2012**

#### **AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2012**

A PREFEITURA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANTONIO CARLOS, por sua Comissão Permanente de Licitação, torna público que estará realizando credenciamento, a partir do dia 28/03/2012 de empresas especializadas em prestação de serviços na realização de exames laboratoriais relacionados nos Anexos I e II do Edital de Chamamento Público nº 002/2012, para pacientes do Município de Antônio Carlos encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Obtenção do Edital de credenciamento e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48) 3272-1123 R 202. Ou no site: [www.antoniocarlos.sc.gov.br](http://www.antoniocarlos.sc.gov.br)

Antônio Carlos, 26 de Março de 2012.  
PEDRO PAULO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal em Exercício

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### RREO - LRF 1º BIMESTRE

#### RREO - LRF REFERENTE 1º BIMESTRE CONSOLIDADO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

+ [ CPL ] -----{ 001 }+  
 | Municipício de ARROIO TRINTA CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Balanço Orçamentário |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |  
 +-----+  
 LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

RECEITAS Categoria Econômica / Fontes	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
	Inicial	p/ o Exercício (a)	Bimestre (b)	% (b/a)	até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.718.112,00	11.718.112,00	2.049.803,51	17,490	2.049.803,51	17,490	9.668.308,49
RECEITAS CORRENTES	11.718.101,00	11.718.101,00	2.049.803,51	17,490	2.049.803,51	17,490	9.668.297,49
RECEITA TRIBUTÁRIA	432.820,00	432.820,00	50.783,28	11,730	50.783,28	11,730	382.036,72
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
IMPOSTOS	334.810,00	334.810,00	39.681,25	11,850	39.681,25	11,850	295.128,75
TAXAS	73.810,00	73.810,00	11.102,03	15,040	11.102,03	15,040	62.707,97
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	24.200,00	24.200,00	0,00	0,000	0,00	0,000	24.200,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	459.960,00	459.960,00	71.839,35	15,620	71.839,35	15,620	388.120,65
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	368.000,00	368.000,00	57.983,97	15,760	57.983,97	15,760	310.016,03
COSIP	91.960,00	91.960,00	13.855,38	15,070	13.855,38	15,070	78.104,62
COSIP	91.960,00	91.960,00	13.855,38	15,070	13.855,38	15,070	78.104,62
RECEITA PATRIMONIAL	688.760,00	688.760,00	270.188,30	39,230	270.188,30	39,230	418.571,70
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	0,00	1.000,00	0,000	1.000,00	0,000	-1.000,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	688.760,00	688.760,00	269.188,30	39,080	269.188,30	39,080	419.571,70
RECEITA DE SERVIÇOS	29.040,00	29.040,00	8.463,00	29,140	8.463,00	29,140	20.577,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.885.354,00	9.885.354,00	1.624.897,73	16,440	1.624.897,73	16,440	8.260.456,27
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.801.154,00	9.801.154,00	1.624.897,73	16,580	1.624.897,73	16,580	8.176.256,27
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	84.200,00	84.200,00	0,00	0,000	0,00	0,000	84.200,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	222.167,00	222.167,00	23.631,85	10,640	23.631,85	10,640	198.535,15
MULTAS E JUROS DE MORA	142.791,00	142.791,00	11.392,93	7,980	11.392,93	7,980	131.398,07
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.840,00	4.840,00	270,90	5,600	270,90	5,600	4.569,10
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	15.125,00	15.125,00	1.720,45	11,370	1.720,45	11,370	13.404,55
RECEITAS DIVERSAS	59.411,00	59.411,00	10.247,57	17,250	10.247,57	17,250	49.163,43
RECEITAS DE CAPITAL	11,00	11,00	0,00	0,000	0,00	0,000	11,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	11,00	11,00	0,00	0,000	0,00	0,000	11,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	11,00	11,00	0,00	0,000	0,00	0,000	11,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	652.850,00	652.850,00	93.440,50	14,310	93.440,50	14,310	559.409,50
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	12.370.962,00	12.370.962,00	2.143.244,01	100,000	2.143.244,01	100,000	10.227.717,99
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	12.370.962,00	12.370.962,00	2.143.244,01	100,000	2.143.244,01	100,000	10.227.717,99
DÉFICIT (VI)			0,00				
TOTAL (VII)=(V+VI)	12.370.962,00	12.370.962,00	2.143.244,01		2.143.244,01		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	524.274,21	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	524.274,21	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	524.274,21	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

								INSCRITAS EM			
								RESTOS A PAGAR			
DESPESAS	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		NÃO	%	Saldo a	
Cat.Econômica/Grupo de Natureza	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	PROCESSADOS	((g+h)	Liquidar	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	(h)	(f)	(f-(g+h))	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (VII)	11.718.112,00	1.149.274,21	12.867.386,21	3.245.860,19	3.245.860,19	1.304.680,81	1.304.680,81	0,00	10,14	11.562.705,40	
DESPESAS CORRENTES	9.894.804,60	200.217,74	10.095.022,34	3.078.261,77	3.078.261,77	1.223.993,85	1.223.993,85	0,00	12,12	8.871.028,49	
Pessoal e Encargos Sociais	3.997.070,00	4.000,00	4.001.070,00	629.289,19	629.289,19	618.969,19	618.969,19	0,00	15,47	3.382.100,81	
Juros/Encargos da Dívida	105.000,00	0,00	105.000,00	20.016,87	20.016,87	16.941,28	16.941,28	0,00	16,13	88.058,72	
Outras despesas Correntes	5.792.734,60	196.217,74	5.988.952,34	2.428.955,71	2.428.955,71	588.083,38	588.083,38	0,00	9,82	5.400.868,96	
DESPESAS DE CAPITAL	1.002.257,40	949.056,47	1.951.313,87	167.598,42	167.598,42	80.686,96	80.686,96	0,00	4,14	1.870.626,91	
Investimentos	807.257,40	949.056,47	1.756.313,87	98.741,04	98.741,04	57.871,04	57.871,04	0,00	3,30	1.698.442,83	
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida	195.000,00	0,00	195.000,00	68.857,38	68.857,38	22.815,92	22.815,92	0,00	11,70	172.184,08	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	24.200,00	0,00	24.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.200,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	796.850,00	0,00	796.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	796.850,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	652.850,00	0,00	652.850,00	93.480,87	93.480,87	93.480,87	93.480,87	0,00	14,32	559.369,13	
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	12.370.962,00	1.149.274,21	13.520.236,21	3.339.341,06	3.339.341,06	1.398.161,68	1.398.161,68	0,00	10,34	12.122.074,53	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento de Outras dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	12.370.962,00	1.149.274,21	13.520.236,21	3.339.341,06	3.339.341,06	1.398.161,68	1.398.161,68	0,00	10,34	12.122.074,53	
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	745.082,33	-	-	-	
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	12.370.962,00	1.149.274,21	13.520.236,21	3.339.341,06	3.339.341,06	2.143.244,01	2.143.244,01	0,00	10,34	12.122.074,53	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	%	
	(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)	
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTARIAS	96.000,00	96.000,00	14.829,54	15,450	14.829,54	15,450	81.170,46
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	556.850,00	556.850,00	78.610,96	14,120	78.610,96	14,120	478.239,04
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	652.850,00	652.850,00	93.440,50	14,310	93.440,50	14,310	559.409,50
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	652.850,00	652.850,00	93.440,50	14,310	93.440,50	14,310	559.409,50
TOTAL	652.850,00	652.850,00	93.440,50		93.440,50		559.409,50

									INSCRITAS EM			
									RESTOS A PAGAR			
									NÃO	%	Saldo a	
									PROCESSADOS	((g+h)	Liquidar	
									(h)	/f)	(f- (g+h))	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício					
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)					
DESPESAS CORRENTES	652.850,00	0,00	652.850,00	93.480,87	93.480,87	93.480,87	93.480,87		0,00	14,32	559.369,13	
Pessoal e Encargos Sociais	652.850,00	0,00	652.850,00	93.480,87	93.480,87	93.480,87	93.480,87		0,00	14,32	559.369,13	
TOTAL	652.850,00	0,00	652.850,00	93.480,87	93.480,87	93.480,87	93.480,87		0,00	14,32	559.369,13	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

SEC. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
NELSON CAMPAGNINCONTADOR CRC/SC 025.868/O  
RONIVAN BRANDALISE - 025.868/OResponsável pelo Controle Interno  
JOAO MARCOS FERRONATO

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de ARROIO TRINTA CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |  
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
DESAPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	% (F)	(F/B)	SALDO
	<b>DESAPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>11.718.112,00</b>	<b>12.867.386,21</b>	<b>3.245.860,19</b>	<b>3.245.860,19</b>	<b>1.304.680,81</b>	<b>1.304.680,81</b>	<b>100,00</b>	<b>10,14</b>	<b>11.562.705,40</b>
01	LEGISLATIVA	340.000,00	340.000,00	50.368,36	50.368,36	33.102,02	33.102,02	2,54	9,74	306.897,98
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	340.000,00	340.000,00	50.368,36	50.368,36	33.102,02	33.102,02	2,54	9,74	306.897,98
	<b>Subtotal</b>	<b>340.000,00</b>	<b>340.000,00</b>	<b>50.368,36</b>	<b>50.368,36</b>	<b>33.102,02</b>	<b>33.102,02</b>	<b>2,54</b>	<b>9,74</b>	<b>306.897,98</b>
04	ADMINISTRAÇÃO	1.671.200,00	1.671.200,00	471.751,53	471.751,53	187.359,21	187.359,21	14,36	11,21	1.483.840,79
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.671.200,00	1.671.200,00	471.751,53	471.751,53	187.359,21	187.359,21	14,36	11,21	1.483.840,79
	<b>Subtotal</b>	<b>2.011.200,00</b>	<b>2.011.200,00</b>	<b>522.119,89</b>	<b>522.119,89</b>	<b>220.461,23</b>	<b>220.461,23</b>	<b>16,90</b>	<b>10,96</b>	<b>1.790.738,77</b>
06	SEGURANÇA PÚBLICA	43.410,00	43.410,00	7.719,64	7.719,64	1.909,23	1.909,23	0,15	4,40	41.500,77
06.181	POLICIAMENTO	43.410,00	43.410,00	7.719,64	7.719,64	1.909,23	1.909,23	0,15	4,40	41.500,77
	<b>Subtotal</b>	<b>2.054.610,00</b>	<b>2.054.610,00</b>	<b>529.839,53</b>	<b>529.839,53</b>	<b>222.370,46</b>	<b>222.370,46</b>	<b>17,04</b>	<b>10,82</b>	<b>1.832.239,54</b>
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	491.826,00	491.826,00	265.015,58	265.015,58	58.508,21	58.508,21	4,48	11,90	433.317,79
08.241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00
08.242	ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNC	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	51.000,00	51.000,00	4.408,97	4.408,97	4.408,97	4.408,97	0,34	8,64	46.591,03
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	406.826,00	406.826,00	260.606,61	260.606,61	54.099,24	54.099,24	4,15	13,30	352.726,76
	<b>Subtotal</b>	<b>2.546.436,00</b>	<b>2.546.436,00</b>	<b>794.855,11</b>	<b>794.855,11</b>	<b>280.878,67</b>	<b>280.878,67</b>	<b>21,53</b>	<b>11,03</b>	<b>2.265.557,33</b>
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	734.670,00	734.670,00	76.212,45	76.212,45	69.612,45	69.612,45	5,34	9,48	665.057,55
09.272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	734.670,00	734.670,00	76.212,45	76.212,45	69.612,45	69.612,45	5,34	9,48	665.057,55
	<b>Subtotal</b>	<b>3.281.106,00</b>	<b>3.281.106,00</b>	<b>871.067,56</b>	<b>871.067,56</b>	<b>350.491,12</b>	<b>350.491,12</b>	<b>26,86</b>	<b>10,68</b>	<b>2.930.614,88</b>
10	SAÚDE	2.242.255,35	2.275.473,09	713.078,86	713.078,86	332.838,01	332.838,01	25,51	14,63	1.942.635,08
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	2.069.054,35	2.098.772,09	682.931,79	682.931,79	317.792,01	317.792,01	24,36	15,14	1.780.980,08
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIA	28.000,00	28.000,00	650,00	650,00	650,00	650,00	0,05	2,32	27.350,00
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	16.000,00	16.000,00	520,00	520,00	78,00	78,00	0,01	0,49	15.922,00
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	8.000,00	11.500,00	4.286,00	4.286,00	895,76	895,76	0,07	7,79	10.604,24
10.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	82.200,00	82.200,00	24.691,07	24.691,07	13.422,24	13.422,24	1,03	16,33	68.777,76
10.605	ABASTECIMENTO	39.001,00	39.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.001,00
	<b>Subtotal</b>	<b>5.523.361,35</b>	<b>5.556.579,09</b>	<b>1.584.146,42</b>	<b>1.584.146,42</b>	<b>683.329,13</b>	<b>683.329,13</b>	<b>52,38</b>	<b>12,30</b>	<b>4.873.249,96</b>
12	EDUCAÇÃO	1.743.321,25	1.802.377,72	334.220,53	334.220,53	209.162,35	209.162,35	16,03	11,60	1.593.215,37
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	1.159.571,25	1.218.627,72	250.918,69	250.918,69	162.006,25	162.006,25	12,42	13,29	1.056.621,47
12.362	ENSINO MÉDIO	116.700,00	116.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116.700,00
12.364	ENSINO SUPERIOR	87.000,00	87.000,00	11.064,08	11.064,08	943,47	943,47	0,07	1,08	86.056,53
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	347.050,00	347.050,00	54.237,76	54.237,76	43.212,63	43.212,63	3,31	12,45	303.837,37
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	33.000,00	33.000,00	18.000,00	18.000,00	3.000,00	3.000,00	0,23	9,09	30.000,00
	<b>Subtotal</b>	<b>7.266.682,60</b>	<b>7.358.956,81</b>	<b>1.918.366,95</b>	<b>1.918.366,95</b>	<b>892.491,48</b>	<b>892.491,48</b>	<b>68,41</b>	<b>12,13</b>	<b>6.466.465,33</b>
13	CULTURA	237.150,00	254.150,00	94.682,14	94.682,14	71.421,65	71.421,65	5,47	28,10	182.728,35
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	237.150,00	254.150,00	94.682,14	94.682,14	71.421,65	71.421,65	5,47	28,10	182.728,35
	<b>Subtotal</b>	<b>7.503.832,60</b>	<b>7.613.106,81</b>	<b>2.013.049,09</b>	<b>2.013.049,09</b>	<b>963.913,13</b>	<b>963.913,13</b>	<b>73,88</b>	<b>12,66</b>	<b>6.649.193,68</b>
15	URBANISMO	631.011,00	1.521.011,00	264.249,80	264.249,80	74.530,80	74.530,80	5,71	4,90	1.446.480,20
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	100.001,00	990.001,00	5.385,44	5.385,44	5.385,44	5.385,44	0,41	0,54	984.615,56
15.452	SERVIÇOS URBANOS	531.010,00	531.010,00	258.864,36	258.864,36	69.145,36	69.145,36	5,30	13,02	461.864,64
	<b>Subtotal</b>	<b>8.134.843,60</b>	<b>9.134.117,81</b>	<b>2.277.298,89</b>	<b>2.277.298,89</b>	<b>1.038.443,93</b>	<b>1.038.443,93</b>	<b>79,59</b>	<b>11,37</b>	<b>8.095.673,88</b>
16	HABITAÇÃO	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00
16.482	HABITAÇÃO URBANA	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00
	<b>Subtotal</b>	<b>8.139.844,60</b>	<b>9.139.118,81</b>	<b>2.277.298,89</b>	<b>2.277.298,89</b>	<b>1.038.443,93</b>	<b>1.038.443,93</b>	<b>79,59</b>	<b>11,36</b>	<b>8.100.674,88</b>
17	SANEAMENTO	30.001,00	30.001,00	52,00	52,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.001,00
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	30.001,00	30.001,00	52,00	52,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.001,00
	<b>Subtotal</b>	<b>8.169.845,60</b>	<b>9.169.119,81</b>	<b>2.277.350,89</b>	<b>2.277.350,89</b>	<b>1.038.443,93</b>	<b>1.038.443,93</b>	<b>79,59</b>	<b>11,33</b>	<b>8.130.675,88</b>
18	GESTÃO AMBIENTAL	14.520,00	14.520,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.520,00
18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	14.520,00	14.520,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.520,00



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+  
 |  
 | Município de ARROIO TRINTA CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |  
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	SALDO
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
	<b>Subtotal</b>	<b>8.184.365,60</b>	<b>9.183.639,81</b>	<b>2.277.350,89</b>	<b>2.277.350,89</b>	<b>1.038.443,93</b>	<b>1.038.443,93</b>	<b>79,59</b>	<b>11,31</b>	<b>8.145.195,88</b>
20	AGRICULTURA	644.521,00	644.521,00	278.703,25	278.703,25	47.364,67	47.364,67	3,63	7,35	597.156,33
20.601	PROMOÇÃO E PRODUÇÃO VEGETAL	170.921,00	170.921,00	63.023,40	63.023,40	11.770,08	11.770,08	0,90	6,89	159.150,92
20.606	EXTENÇÃO RURAL	473.600,00	473.600,00	215.679,85	215.679,85	35.594,59	35.594,59	2,73	7,52	438.005,41
	<b>Subtotal</b>	<b>8.828.886,60</b>	<b>9.828.160,81</b>	<b>2.556.054,14</b>	<b>2.556.054,14</b>	<b>1.085.808,60</b>	<b>1.085.808,60</b>	<b>83,22</b>	<b>11,05</b>	<b>8.742.352,21</b>
22	INDUSTRIA	112.001,00	112.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112.001,00
22.661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	112.001,00	112.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112.001,00
	<b>Subtotal</b>	<b>8.940.887,60</b>	<b>9.940.161,81</b>	<b>2.556.054,14</b>	<b>2.556.054,14</b>	<b>1.085.808,60</b>	<b>1.085.808,60</b>	<b>83,22</b>	<b>10,92</b>	<b>8.854.353,21</b>
23	COMERCIO E SERVIÇOS	51.000,00	51.000,00	4.000,00	4.000,00	3.112,86	3.112,86	0,24	6,10	47.887,14
23.695	TURISMO	51.000,00	51.000,00	4.000,00	4.000,00	3.112,86	3.112,86	0,24	6,10	47.887,14
	<b>Subtotal</b>	<b>8.991.887,60</b>	<b>9.991.161,81</b>	<b>2.560.054,14</b>	<b>2.560.054,14</b>	<b>1.088.921,46</b>	<b>1.088.921,46</b>	<b>83,46</b>	<b>10,90</b>	<b>8.902.240,35</b>
26	TRANSPORTE	1.248.153,40	1.398.153,40	444.471,62	444.471,62	128.401,57	128.401,57	9,84	9,18	1.269.751,83
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.248.153,40	1.398.153,40	444.471,62	444.471,62	128.401,57	128.401,57	9,84	9,18	1.269.751,83
	<b>Subtotal</b>	<b>10.240.041,00</b>	<b>11.389.315,21</b>	<b>3.004.525,76</b>	<b>3.004.525,76</b>	<b>1.217.323,03</b>	<b>1.217.323,03</b>	<b>93,30</b>	<b>10,69</b>	<b>10.171.992,18</b>
27	DESPORTO E LAZER	237.021,00	237.021,00	39.199,50	39.199,50	17.724,89	17.724,89	1,36	7,48	219.296,11
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	237.021,00	237.021,00	39.199,50	39.199,50	17.724,89	17.724,89	1,36	7,48	219.296,11
	<b>Subtotal</b>	<b>10.477.062,00</b>	<b>11.626.336,21</b>	<b>3.043.725,26</b>	<b>3.043.725,26</b>	<b>1.235.047,92</b>	<b>1.235.047,92</b>	<b>94,66</b>	<b>10,62</b>	<b>10.391.288,29</b>
28	ENCARGOS ESPECIAIS	420.000,00	420.000,00	202.134,93	202.134,93	69.632,89	69.632,89	5,34	16,58	350.367,11
28.846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	420.000,00	420.000,00	202.134,93	202.134,93	69.632,89	69.632,89	5,34	16,58	350.367,11
	<b>Subtotal</b>	<b>10.897.062,00</b>	<b>12.046.336,21</b>	<b>3.245.860,19</b>	<b>3.245.860,19</b>	<b>1.304.680,81</b>	<b>1.304.680,81</b>	<b>100,00</b>	<b>10,83</b>	<b>10.741.655,40</b>
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	24.200,00	24.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.200,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	24.200,00	24.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.200,00
	<b>Subtotal</b>	<b>10.921.262,00</b>	<b>12.070.536,21</b>	<b>3.245.860,19</b>	<b>3.245.860,19</b>	<b>1.304.680,81</b>	<b>1.304.680,81</b>	<b>100,00</b>	<b>10,81</b>	<b>10.765.855,40</b>
99	RESERVA DE CONTINGENCIA(RPPS/AD.DIR)	796.850,00	796.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	796.850,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA(RPPS/AD.DIR)	796.850,00	796.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	796.850,00
	<b>Subtotal</b>	<b>11.718.112,00</b>	<b>12.867.386,21</b>	<b>3.245.860,19</b>	<b>3.245.860,19</b>	<b>1.304.680,81</b>	<b>1.304.680,81</b>	<b>100,00</b>	<b>10,14</b>	<b>11.562.705,40</b>
	<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>652.850,00</b>	<b>652.850,00</b>	<b>93.480,87</b>	<b>93.480,87</b>	<b>93.480,87</b>	<b>93.480,87</b>	<b>7,17</b>	<b>14,32</b>	<b>559.369,13</b>
	<b>TOTAL (III)=(I+II)</b>	<b>12.370.962,00</b>	<b>13.520.236,21</b>	<b>3.339.341,06</b>	<b>3.339.341,06</b>	<b>1.398.161,68</b>	<b>1.398.161,68</b>	<b>107,17</b>	<b>10,34</b>	<b>12.122.074,53</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	SALDO
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
	<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)</b>	<b>652.850,00</b>	<b>652.850,00</b>	<b>93.480,87</b>	<b>93.480,87</b>	<b>93.480,87</b>	<b>93.480,87</b>	<b>7,17</b>	<b>14,32</b>	<b>559.369,13</b>
01	LEGISLATIVA	10.000,00	10.000,00	1.331,24	1.331,24	1.331,24	1.331,24	0,10	13,31	8.668,76
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	10.000,00	10.000,00	1.331,24	1.331,24	1.331,24	1.331,24	0,10	13,31	8.668,76
10	SAÚDE	195.000,00	195.000,00	28.850,24	28.850,24	28.850,24	28.850,24	2,21	14,79	166.149,76
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	195.000,00	195.000,00	28.850,24	28.850,24	28.850,24	28.850,24	2,21	14,79	166.149,76
12	EDUCAÇÃO	162.850,00	162.850,00	25.742,03	25.742,03	25.742,03	25.742,03	1,97	15,81	137.107,97
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	112.850,00	112.850,00	19.919,28	19.919,28	19.919,28	19.919,28	1,53	17,65	92.930,72
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	50.000,00	50.000,00	5.822,75	5.822,75	5.822,75	5.822,75	0,45	11,65	44.177,25
28	ENCARGOS ESPECIAIS	285.000,00	285.000,00	37.557,36	37.557,36	37.557,36	37.557,36	2,88	13,18	247.442,64
28.846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	285.000,00	285.000,00	37.557,36	37.557,36	37.557,36	37.557,36	2,88	13,18	247.442,64
	<b>TOTAL</b>	<b>652.850,00</b>	<b>652.850,00</b>	<b>93.480,87</b>	<b>93.480,87</b>	<b>93.480,87</b>	<b>93.480,87</b>	<b>7,17</b>	<b>14,32</b>	<b>559.369,13</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

SEC. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
NELSON CAMPAGNIN

CONTADOR CRC/SC 025.868/O  
RONIVAN BRANDALISE - 025.868/O

Responsável pelo Controle Interno  
JOAO MARCOS FERRONATO



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

|

| Município de ARROIO TRINTA CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| MARÇO/2011 A FEVEREIRO/2012 |

+-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES							
ESPECIFICAÇÃO	03/2011	04/2011	05/2011	06/2011	07/2011	08/2011	09/2011
RECEITAS CORRENTES (I)	1.006.192,88	1.071.671,75	1.194.914,97	1.008.648,19	1.039.136,00	1.294.215,37	988.828,81
Receita Tributária	38.662,78	55.527,48	77.603,43	25.990,74	21.502,43	25.054,29	19.437,27
IPTU	130,32	17.820,39	37.545,00	4.791,84	500,98	322,33	266,64
ISS	6.929,40	9.760,13	8.610,66	8.144,29	10.196,52	11.070,54	6.936,95
ITBI	2.310,00	2.213,00	3.292,00	700,00	800,00	1.153,34	1.529,30
IRRF	12.909,24	10.229,20	12.084,60	8.724,20	9.142,75	11.638,19	10.094,56
Outras	16.383,82	15.504,76	16.071,17	3.630,41	862,18	869,89	609,82
Receita de Contribuições	32.453,18	33.932,08	33.265,81	32.382,53	31.442,73	33.048,26	33.083,35
Receita Patrimonial	89.965,16	43.816,34	90.573,11	10.735,12	55.549,63	300.613,58	69.340,55
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	347,00	1.170,00	2.120,00	2.712,50	1.592,50	4.012,00	2.429,50
Transferências Correntes	822.903,24	921.044,60	971.861,01	919.380,46	912.808,01	915.053,32	851.828,61
Cota-Parte do FPM	305.238,64	404.592,84	464.387,91	419.142,81	356.554,65	367.792,51	293.620,37
Cota-Parte do ICMS	376.118,14	373.843,25	365.395,17	366.374,93	390.580,60	387.756,23	409.592,15
Cota-Parte do IPVA	36.844,51	27.119,07	31.916,78	32.450,20	39.870,74	43.899,76	42.842,02
Cota-Parte do ITR	8,69	6,26	7,29	0,00	0,00	0,00	803,02
Transf.da LC 87/1996	2.111,41	2.111,41	2.111,41	2.111,41	2.111,41	2.111,41	2.111,41
Transferência do FUNDEB	44.888,93	47.254,85	48.313,44	47.181,76	46.083,46	46.919,06	48.341,52
Outras Transferências	57.692,92	66.116,92	59.729,01	52.119,35	77.607,15	66.574,35	54.518,12
Demais Receitas Correntes	21.861,52	16.181,25	19.491,61	17.446,84	16.240,70	16.433,92	12.709,53
II-DEDUÇÕES	163.267,69	180.471,53	191.561,68	182.630,25	177.046,35	179.183,94	168.591,21
Contrib.EMPREGADORES e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	18.078,20	17.416,83	17.516,90	17.198,10	17.830,98	17.475,32	17.502,72
Servidor	18.078,20	17.416,83	17.516,90	17.198,10	17.830,98	17.475,32	17.502,72
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	145.189,49	163.054,70	174.044,78	165.432,15	159.215,37	161.708,62	151.088,49
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	842.925,19	891.200,22	1.003.353,29	826.017,94	862.089,65	1.115.031,43	820.237,60

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+  
 |  
 | Município de ARROIO TRINTA CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | MARÇO/2011 A FEVEREIRO/2012 |  
 +-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão	
	10/2011	11/2011	12/2011	01/2012	Mes Atual	TOTAL	Atualizada	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.345.826,41	1.426.067,03	1.495.399,61	1.168.212,52	1.237.932,30	14.277.045,84	13.856.577,00	
Receita Tributária	20.383,59	24.351,08	36.800,57	24.045,51	26.737,77	396.096,94	432.820,00	
IPTU	112,71	20,00	223,24	93,26	0,00	61.826,71	77.440,00	
ISS	8.162,06	9.651,86	12.683,81	8.194,70	2.903,78	103.244,70	111.320,00	
ITBI	1.660,00	2.800,00	3.409,85	1.495,15	2.180,00	23.542,64	24.200,00	
IRRF	9.604,86	11.130,57	19.458,07	11.525,67	13.288,69	139.830,60	146.050,00	
Outras	843,96	748,65	1.025,60	2.736,73	8.365,30	67.652,29	73.810,00	
Receita de Contribuições	33.046,43	33.222,96	49.588,36	33.317,55	38.521,80	417.305,04	459.960,00	
Receita Patrimonial	100.945,25	137.219,05	32.763,51	121.429,60	148.758,70	1.201.709,60	688.760,00	
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	3.151,00	2.593,00	792,00	4.367,00	4.096,00	29.382,50	29.040,00	
Transferências Correntes	1.175.154,28	1.211.929,88	1.361.633,87	973.955,27	1.007.283,77	12.044.836,32	12.023.830,00	
Cota-Parte do FPM	385.943,24	407.763,82	473.591,98	430.985,75	521.342,74	4.830.957,26	5.600.000,00	
Cota-Parte do ICMS	414.050,44	422.204,35	429.004,88	410.536,48	358.040,30	4.703.496,92	4.550.000,00	
Cota-Parte do IPVA	57.917,04	52.272,45	28.334,67	21.958,59	24.868,27	440.294,10	420.000,00	
Cota-Parte do ITR	1.272,32	5,41	62,30	17,30	0,00	2.182,59	2.420,00	
Transf.da LC 87/1996	2.111,41	2.111,41	2.111,41	2.014,57	2.014,57	25.143,24	28.000,00	
Transferência do FUNDEB	50.721,70	50.470,89	52.293,30	63.848,66	59.602,92	605.920,49	605.000,00	
Outras Transferências	263.138,13	277.101,55	376.235,33	44.593,92	41.414,97	1.436.841,72	818.410,00	
Demais Receitas Correntes	13.145,86	16.751,06	13.821,30	11.097,59	12.534,26	187.715,44	222.167,00	
II-DEDUÇÕES	191.606,76	196.258,80	222.424,19	191.295,95	204.492,36	2.248.830,71	2.379.476,00	
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	17.518,79	17.522,88	34.023,67	17.550,66	21.896,34	231.531,39	241.000,00	
Servidor	17.518,79	17.522,88	34.023,67	17.550,66	21.896,34	231.531,39	241.000,00	
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	174.087,97	178.735,92	188.400,52	173.745,29	182.596,02	2.017.299,32	2.138.476,00	
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.154.219,65	1.229.808,23	1.272.975,42	976.916,57	1.033.439,94	12.028.215,13	11.477.101,00	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

SEC. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
NELSON CAMPAGNIN

CONTADOR CRC/SC 025.868/O  
RONIVAN BRANDALISE - 025.868/O

Responsável pelo Controle Interno  
JOAO MARCOS FERRONATO

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de ARROIO TRINTA CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão |  
 | Orçamento da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2012 |  
 +-----+

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2011				Em 31 de Dez. de 2011				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA										
	0,00	2.272,57	0,00	2.272,57	0,00	219.893,45	0,00	207.455,14	12.438,31	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA										
	0,00	1.751,25	0,00	1.751,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E MÉDICA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE ARROIO TRINTA										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. PÚBLICOS DE ARROIO TRINTA - IPREARROIO										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
LEGISLATIVO										
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARROIO TRINTA										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
TOTAL (III)=(I+II)	0,00	4.023,82	0,00	4.023,82	0,00	219.893,45	0,00	207.455,14	12.438,31	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2011				Em 31 de Dez. de 2011				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

SEC. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
NELSON CAMPAGNIN

CONTADOR CRC/SC 025.868/O  
RONIVAN BRANDALISE - 025.868/O

Responsável pelo Controle Interno  
JOAO MARCOS FERRONATO

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de ARROIO TRINTA CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |  
 | Orçamento da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |  
 +-----

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREV.-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENT.) (I)	771.000,00	771.000,00	67.688,87	67.688,87	88.406,91
RECEITAS CORRENTES	771.000,00	771.000,00	67.688,87	67.688,87	88.406,91
Receita de Contribuições	221.000,00	221.000,00	32.168,52	32.168,52	88.455,51
Pessoal Civil	221.000,00	221.000,00	32.168,52	32.168,52	28.780,86
Contribuição Patronal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	220.000,00	220.000,00	32.116,00	32.116,00	28.732,26
Contribuição do Servidor Inativo Civil	1.000,00	1.000,00	52,52	52,52	48,60
Contribuição de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	550.000,00	550.000,00	35.520,35	35.520,35	59.626,05
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	550.000,00	550.000,00	35.520,35	35.520,35	59.626,05
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREV.-RPPS (INTRA-ORÇAMENT.) (II)	537.500,00	537.500,00	64.131,85	64.131,85	57.464,33
<b>Total das Receitas Previdenciárias (V=I+II+III+IV)</b>	<b>1.308.500,00</b>	<b>1.308.500,00</b>	<b>131.820,72</b>	<b>131.820,72</b>	<b>145.871,24</b>

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação	Dotação p/	Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREV.-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENT.) (VI)	688.200,00	688.200,00	67.315,67	67.315,67	79.626,14
ADMINISTRAÇÃO	108.500,00	108.500,00	4.967,16	4.967,16	23.900,63
Despesas Correntes	108.500,00	108.500,00	4.967,16	4.967,16	23.900,63
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	579.700,00	579.700,00	62.348,51	62.348,51	55.725,51
Pessoal e Encargos Sociais	249.700,00	249.700,00	62.348,51	62.348,51	55.725,51
Pessoal Civil	0,00	0,00	62.348,51	62.348,51	55.725,51
Aposentadorias	0,00	0,00	54.745,07	54.745,07	48.688,47
Pensões	0,00	0,00	7.603,44	7.603,44	7.037,04
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	330.000,00	330.000,00	0,00	0,00	0,00
Comp.Prev.de Aposent.entre o RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comp.Prev.de Pensões entre o RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV.-RPPS (INTRA-ORÇAMENT.) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total das Despesas Previdenciárias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)</b>	<b>688.200,00</b>	<b>688.200,00</b>	<b>67.315,67</b>	<b>67.315,67</b>	<b>79.626,14</b>

**Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX)** **620.300,00** **620.300,00** **64.505,05** **64.505,05** **66.245,10**

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA DO SERVIDOR	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	249.700,00	249.700,00	36.290,93	36.290,93	0,00
Plano Financeiro	249.700,00	249.700,00	36.290,93	36.290,93	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS - Transferência Financeira	249.700,00	249.700,00	36.290,93	36.290,93	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

passe Recebido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
----------------	------	------	------	------	------

**RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS****Previsão Orçamentária**

Valor	0,00
-------	------

**Período de Referencia**

	Mês	Exercício	Exercício
	Anterior(01/2011)	Anterior(2010)	Atual(2011)
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>			
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	37.126,04	97.360,71	70.800,42
Investimentos	5.749.752,85	5.652.790,58	5.780.146,85

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas	Exercício
	Inicial	Atualizada	No	Anterior até
			Bimestre	o Bimestre
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS</b>				
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	537.500,00	537.500,00	64.131,85	57.464,33
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	537.500,00	537.500,00	64.131,85	57.464,33
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	537.500,00	537.500,00	64.131,85	57.464,33
CONTRIB. PATRONAL DOS SERVIDORES ATIVOS	537.500,00	537.500,00	64.131,85	57.464,33
Contrib. Patronal reg. próprio prev.	537.500,00	537.500,00	64.131,85	57.464,33
<b>Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias</b>	<b>537.500,00</b>	<b>537.500,00</b>	<b>64.131,85</b>	<b>57.464,33</b>

	Dotação	Dotação p/	Despesas Liquidadas	Período de
	Inicial	o Exercício	No	Referência
			Bimestre	Ano Anterior
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS</b>				
APLIC.DIR.DEC.OP.ENTRE ORG.FDOS E ENT.IN	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Gestor do Iprearroio  
MICHEL JUNIOR SERIGHELLI

Contador CRCSC -025868/0  
RONIVAN BRANDALISE

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

| Município de ARROIO TRINTA CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo do Resultado Nominal |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |

+-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior (B)	Bimestre Atual (C)
Divida Consolidada (I)	416.915,00	416.915,00	383.218,65
DEDUÇÕES (II)	758.706,05	758.706,05	1.190.763,06
Disponibilidade de Caixa Bruta	760.260,69	760.260,69	1.190.763,06
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	-1.554,64	-1.554,64	0,00
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-341.791,05	-341.791,05	-807.544,41
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-341.791,05	-341.791,05	-807.544,41

	Período de Referencia	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	-465.753,36	-465.753,36

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	-283.861,00

## REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIARIA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior (B)	Bimestre Atual (C)
Divida Consolidada (VII)	5.197.976,92	5.197.976,92	5.197.976,92
DEDUÇÕES (VIII)	5.750.151,29	5.750.151,29	5.850.947,27
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.750.151,29	5.750.151,29	5.850.947,27
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida Previdenciária (IX)=(VII-VIII)	-552.174,37	-552.174,37	-652.970,35
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida Previdenciária (XI)=(IX-X)	-552.174,37	-552.174,37	-652.970,35

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Gestor do Iprearroio  
MICHEL JUNIOR SERIGHELLI

Contador CRCSC -025868/0  
RONIVAN BRANDALISE



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de ARROIO TRINTA CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo do Resultado Primario |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |  
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão	RECEITAS REALIZADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Receitas Primarias Correntes (I)	10.377.800,00	2.501.100,95	11.467.747,61	1.344.685,38
Receita Tributária	359.700,00	61.151,65	392.968,15	32.486,73
IPTU	70.400,00	243,24	61.838,16	0,00
ISS	79.200,00	22.335,67	103.849,89	8.288,09
IRRF	99.000,00	30.588,64	138.945,17	15.612,49
ITBI	22.000,00	6.209,85	25.958,21	6.013,20
Outras	89.100,00	1.774,25	62.376,72	2.572,95
Receita de Contribuição	1.630.600,00	316.317,94	1.470.563,89	112.146,81
Receita Previdenciária	221.000,00	51.546,55	224.252,91	28.780,86
Outras Contribuições	182.600,00	31.264,77	183.670,66	14.399,58
Receitas Previdenciárias	613.500,00	116.753,31	531.320,16	68.966,37
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	1.200,00	0,00
Receita Patrimonial	631.000,00	169.982,56	977.559,16	62.587,07
(-) Aplicações Financeiras	631.000,00	169.982,56	976.359,16	62.587,07
Transferências Correntes	8.850.730,00	2.206.427,31	9.904.745,83	1.178.803,02
FPM	4.224.000,00	917.225,65	4.036.297,96	517.557,09
ICMS	2.992.000,00	680.967,55	3.709.524,14	465.455,85
Outras Transferências	1.634.730,00	608.234,11	2.158.923,73	195.790,08
Demais Receitas Correntes	150.270,00	33.957,36	229.589,90	21.248,82
Dívida Ativa	13.750,00	1.309,81	15.101,89	1.865,36
Diversas Receitas Correntes	136.520,00	32.647,55	214.488,01	19.383,46
Receitas de Capital (II)	500.009,00	364.232,62	1.098.641,93	197.846,00
(-) Operações de Crédito (III)	350.000,00	0,00	450.000,00	0,00
(-) Alienação de Ativos (V)	150.000,00	0,00	183.090,00	109.846,00
Tranferências de Capital	9,00	364.232,62	465.551,93	88.000,00
Outras Transferências de Capital	9,00	364.232,62	465.551,93	88.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	9,00	364.232,62	465.551,93	88.000,00
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	10.377.809,00	2.865.333,57	11.933.299,54	1.432.685,38

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	10.441.233,27	2.414.025,82	9.429.556,32	894.861,27
Pessoal e Encargos Sociais	4.292.846,81	906.080,47	4.113.298,40	555.965,50
Outras Despesas Correntes	6.142.386,46	1.507.177,75	5.313.509,44	336.024,17
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	6.000,00	767,60	2.748,48	2.871,60
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	10.435.233,27	2.413.258,22	9.426.807,84	891.989,67
Despesas de Capital (XI)	2.257.648,42	200.502,87	1.251.339,95	50.785,85
Investimentos	2.160.048,42	186.979,58	1.154.187,26	3.690,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	97.600,00	13.523,29	97.152,69	47.095,85
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	2.160.048,42	186.979,58	1.154.187,26	3.690,00
Reserva de Conting. (XVI)	22.000,00	0,00	0,00	0,00
Reserva do RPPS (XVII)	0,00	194.709,41	1.073.395,57	0,00
DESP.PRIM.TOT. (XVIII)=X+XV+XVI+XVII	12.617.281,69	2.794.947,21	11.654.390,67	895.679,67
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-2.239.472,69	70.386,36	278.908,87	537.005,71
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			355.546,23	

Discriminação da Meta Fiscal

Valor

Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia

-263.599,28





+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+  
|  
| Município de ARROIO TRINTA CONSOLIDADO |  
| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
| Demonstrativo do Resultado Primario |  
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
| JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |  
+-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Gestor do Ipreatroio  
MICHEL JUNIOR SERIGHELLI

Contador CRCSC -025868/0  
RONIVAN BRANDALISE

[ www.cplinformatica.com.br ]

001

Município de ARROIO TRINTA

CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

## RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput art.212 Const)	Previsão		Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	
1.0 - RECEITAS DE IMPOSTOS	344.369,00	344.369,00	40.943,58	40.943,58	11,89
1.1 - Receita Resultante do - IPTU	85.910,00	85.910,00	1.355,59	1.355,59	1,58
1.1.1- Imposto Sobre a Propriedade Predial e Ter	77.440,00	77.440,00	93,26	93,26	0,12
1.1.2- Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propr.Terri	1.210,00	1.210,00	16,14	16,14	1,33
1.1.3- Receita da Dívida Ativa Imp.s/Propr.Terri	6.050,00	6.050,00	952,72	952,72	15,75
1.1.4- Multas e Juros de Mora da D Ativa do Imp.	1.210,00	1.210,00	293,47	293,47	24,25
1.2 - Receita Resultante do - ITBI	24.200,00	24.200,00	3.675,15	3.675,15	15,19
1.2.1- IMPOSTO S/TRANSMISSÃO DE "INTER VIVOS" IT	24.200,00	24.200,00	3.675,15	3.675,15	15,19
1.3 - Receita Resultante do - ISS	88.209,00	88.209,00	11.098,48	11.098,48	12,58
1.3.1- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Nature	87.120,00	87.120,00	11.098,48	11.098,48	12,74
1.3.2- Multas e Juros de Mora do Imposto s/Serv.	242,00	242,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Receita da Dívida Ativa Imp. s/ Serviços	605,00	605,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas e Juros de Mora da D. Ati. Imp.s/S	242,00	242,00	0,00	0,00	0,00
1.4 - Receita Resultante do - IRRF	146.050,00	146.050,00	24.814,36	24.814,36	16,99
1.4.1- Imp.de Renda Retido nas Fontes S/os Rendi	140.000,00	140.000,00	24.731,62	24.731,62	17,67
1.4.1- Imp.de Renda Retido nas Fontes - Outros R	6.050,00	6.050,00	82,74	82,74	1,37
2.0 - RECEITAS DE TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.692.380,00	10.692.380,00	1.781.708,27	1.781.708,27	16,66
2.1 - Cota Parte do FPM	5.600.000,00	5.600.000,00	952.328,49	952.328,49	17,01
2.1.1- Cota-Parte do Fundo de Participação dos M	5.600.000,00	5.600.000,00	952.328,49	952.328,49	17,01
2.2- Cota-Parte do ICMS	4.550.000,00	4.550.000,00	768.576,78	768.576,78	16,89
2.3- TRANSFERÊNCIA FINANC.DO ICMS-DESONERAÇÃO - LC	28.000,00	28.000,00	4.029,14	4.029,14	14,39
2.4- Cota-Parte do IPI sobre Exportação	91.960,00	91.960,00	9.929,70	9.929,70	10,80
2.5- Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territo	2.420,00	2.420,00	17,30	17,30	0,71
2.6- Cota-Parte do IPVA	420.000,00	420.000,00	46.826,86	46.826,86	11,15
3.0 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1.0 + 2.0)	11.036.749,00	11.036.749,00	1.822.651,85	1.822.651,85	16,51
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Previsão		Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	
5.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DO FNDE	217.330,00	217.330,00	13.492,45	13.492,45	6,21
5.1- Transferências do Salário-Educação	62.920,00	62.920,00	13.492,45	13.492,45	21,44
5.2- Transferências Diretas do FNDE- PNAE	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas do FNDE- PNATE	44.000,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências Diretas do FNDE	1.210,00	1.210,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transporte Escolar Ensino Fundamental	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências de Convênio dos Estados	24.200,00	24.200,00	0,00	0,00	0,00
9.0 - TOTAL RECEITAS ADICIONAIS P/ FINAN. DO ENSINO	217.330,00	217.330,00	13.492,45	13.492,45	6,21

[ www.cplinformatica.com.br ]

002

Município de ARROIO TRINTA

CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	Previsão		Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	(c) = (b/a) x100
10.0 RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.138.476,00	2.138.476,00	356.341,31	356.341,31	16,66
10.1 Cota-Parte FPM Dest.ao FUNDEB(20% de 2.1.1)	1.120.000,00	1.120.000,00	190.465,62	190.465,62	17,01
10.2 Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB(20% de 2.2)	910.000,00	910.000,00	153.715,22	153.715,22	16,89
10.3 ICMS-Desoneração Dest.ao FUNDEB(20% de 2.3)	5.600,00	5.600,00	805,82	805,82	14,39
10.4 Cota-Parte IPI-Exp.Dest.ao FUNDEB(20% de 2.4)	18.392,00	18.392,00	1.985,95	1.985,95	10,80
10.5 C-P ITR/ITR Arrec.Dest. FUNDEB(20% de 1.5+2.5)	484,00	484,00	3,46	3,46	0,71
10.6 Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB(20% de 2.6)	84.000,00	84.000,00	9.365,24	9.365,24	11,15
11.0 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	608.630,00	608.630,00	123.880,49	123.880,49	20,35
11.1 - Transferencias de Recursos do FUNDEB	605.000,00	605.000,00	123.451,58	123.451,58	20,41
11.3 - Receita de Aplic.Finan.dos Recursos do FUN	3.630,00	3.630,00	428,91	428,91	11,82
<b>12.0-RESULTADO LÍQUIDO TRANSF.DO FUNDEB (11.1 - 10.0)</b>	<b>1.533.476,00</b>	<b>1.533.476,00</b>	<b>232.889,73</b>	<b>232.889,73</b>	<b>15,19</b>
(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR POSITIVO, HOUE ACRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)					
(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR NEGATIVO, HOUE DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)					

DESPESAS DO FUNDEB	Dotação		Despesas Liquidadas		%
	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim. (e)	(f) = (e/d) x100
13.0 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	517.880,00	517.880,00	90.003,82	90.003,82	17,38
13.1 - Com Educação Infantil	130.000,00	130.000,00	26.749,33	26.749,33	20,58
13.2 - Com Ensino Fundamental	387.880,00	387.880,00	63.254,49	63.254,49	16,31
14.0 - OUTRAS DESPESAS	90.750,00	110.806,47	20.056,47	20.056,47	18,10
14.1 - Com Educação Infantil	42.350,00	42.350,00	0,00	0,00	0,00
14.2 - Com Ensino Fundamental	48.400,00	68.456,47	20.056,47	20.056,47	29,30
<b>15.0-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13.0 + 14.0)</b>	<b>608.630,00</b>	<b>628.686,47</b>	<b>110.060,29</b>	<b>110.060,29</b>	<b>17,51</b>

## DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

	Valor
16.0-RESTOS A PAGAR INSC.SEM DISPONIB.FINAN.DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
17.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
<b>18.0-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16.0 + 17.0)</b>	<b>0,00</b>
<b>19.0-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO MAGISTÉRIO COM EDUC.INFANTIL E ENS.FUNDAMENTAL ((13.0-18.0)/11.0) x 100)</b>	<b>% 72,65</b>

## CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

	Valor
<b>20.0 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM &lt;EXERCÍCIO ANTERIOR&gt; QUE NÃO FORAM UTILIZADOS</b>	<b>20.056,47</b>
<b>21.0 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20.0 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012</b>	<b>20.056,47</b>

## MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Previsão		Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	(c) = (b/a) x100
<b>22.0-IMPOSTOS E TRANSF.DESTINADAS A MDE (25% DE 3.0)</b>	<b>2.759.187,25</b>	<b>2.759.187,25</b>	<b>455.662,96</b>	<b>455.662,96</b>	<b>16,51</b>
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Dotacão		Despesas Liquidadas		%
	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim. (e)	(f) = (e/d) x100
23.0 - EDUCAÇÃO INFANTIL	370.350,00	370.350,00	49.035,38	49.035,38	13,24
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	172.350,00	172.350,00	26.749,33	26.749,33	15,52
23.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Impost.	198.000,00	198.000,00	22.286,05	22.286,05	11,26
24.0 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.098.791,25	1.118.847,72	177.600,13	177.600,13	15,87
24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	436.280,00	456.336,47	83.310,96	83.310,96	18,26
24.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Imposto	662.511,25	662.511,25	94.289,17	94.289,17	14,23
25.0 - ENSINO MEDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

[ www.cplinformatica.com.br ]

003

Município de ARROIO TRINTA

CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72) R\$ 1,00

26.0 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27.0 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28.0 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>29.0-TOTAL DESP.AÇÕES TÍPICAS.MDE (23+24+25+26+27+28)</b>	<b>1.469.141,25</b>	<b>1.489.197,72</b>	<b>226.635,51</b>	<b>226.635,51</b>	<b>15,22</b>

## DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL

	Valor
30.0-RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB =(12)	232.889,73
31.0-DESPESAS CUSTEADAS COM COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32.0-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	428,91
33.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
34.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINAN.EXERC.ANTER.OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35.0-RESTOS A PAGAR INSC.NO EXERC.SEM DISPON.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.AO ENSINO	0,00
36.0 CANCELAMENTO NO EXERC.RESTOS A PAGAR, C/DISP.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.ENS.	0,00
37.0 TOTAL DEDUÇÕES CONSIDERADAS P/FINS DE LIMITE CONSTITUC. (30+31+32+33+34+35+36)	232.460,82
38.0 TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23+24) - (37)	459.096,33

39.0 MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38.0/3.0)x 100) % 25,19

## OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	(f) = (e/d)x100
OUTRAS DESP.CUSTEADAS C/RECEITAS ADICION.P/FINAN.DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.0-DESP.CUSTEADAS CONTRIB.SOCIAL SALÁRIO EDUCAÇÃO	62.920,00	62.920,00	4.325,40	4.325,40	6,87
42.0-DESP.CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.0-DESP.CUST.C/OUTRAS RECEITAS P/FINANC.DO ENSINO	105.210,00	105.210,00	0,00	0,00	0,00
44.0-TOTAL OUT.DESP.C/REC.ADC.P/FIN.ENS (40+41+42+43)	168.130,00	168.130,00	4.325,40	4.325,40	2,57
45.0-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29.0 + 44.0)	1.637.271,25	1.657.327,72	230.960,91	230.960,91	13,94

	Saldo	Cancelado
	Até o	em
	Bimestre	2011 (g)
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPOBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		
46.0-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00

## VALOR

	FUNDEB (b)	FUNDEF
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		
47.0-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	20.056,47	0,00
48.0- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	123.451,58	0,00
49.0- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	110.060,29	0,00
50.0- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	428,91	0,00
51.0- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	33.876,67	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

- (1) Limites mínimos a serem cumpridos no encerramento do Exercício
- (2) Art.21, Parág.2º, Lei 11.494/2007, até 5% dos Recursos Recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos a complementação da União, recebidos nos termos no parág.1º do art.6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante Abertura de Crédito Adicional.
- (3) Caput do art. 212 da CF/1988.
- (4) Os valores relativos à parcela dos Restos a Pagar inscritos em disponibilidade financeira vinculados a educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- (5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito da situação prioritária, conforme LDB, art. II,V.

SEC. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
NELSON CAMPAGNINCONTADOR CRC/SC 025.868/O  
RONIVAN BRANDALISE - 025.868/OResponsável pelo Controle Interno  
JOAO MARCOS FERRONATO

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de ARROIO TRINTA CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |  
 +-----+

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada (a)	No Bimestre	Até o Bim. (b)	Realiz. (a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada (c)	No Bimestre	Até o Bim. (d)	Liquidar (c-d)
Despesas de Capital	1.951.313,87	80.686,96	80.686,96	1.870.626,91
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	1.951.313,87	80.686,96	80.686,96	1.870.626,91
--------------------------------	--------------	-----------	-----------	--------------

DIFERENÇA (A) - (B)	-1.951.313,87	-80.686,96	-80.686,96	-1.870.626,91
---------------------	---------------	------------	------------	---------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

SEC. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
NELSON CAMPAGNIN

CONTADOR CRC/SC 025.868/O  
RONIVAN BRANDALISE - 025.868/O

Responsável pelo Controle Interno  
JOAO MARCOS FERRONATO

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

Município de ARROIO TRINTA	CONSOLIDADO
Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
Orçamento da Seguridade Social	
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO	

+-----+

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
	Atualizada(a)	Realizadas(b)	a Realizar(a-b)
<b>RECEITAS</b>			
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	0,00	377,59	-377,59
Rec.Remuneração Outros Dep.Bancarios Vinc.	0,00	377,59	-377,59
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>377,59</b>	<b>-377,59</b>

	Dotação	Despesas	Saldo
	Atualizada(c)	Liquidadas(d)	a Realizar(c-d)
<b>DESPESAS</b>			
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

	Exercício Anterior(e)	Do Exercício(f)=(b-d)	Saldo Atual(e+f)
<b>Saldo Financeiro a Aplicar</b>	<b>39.169,39</b>	<b>377,59</b>	<b>39.546,98</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

SEC. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
NELSON CAMPAGNIN

CONTADOR CRC/SC 025.868/O  
RONIVAN BRANDALISE - 025.868/O

Responsável pelo Controle Interno  
JOAO MARCOS FERRONATO

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

|

| Município de ARROIO TRINTA CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |

+-----+

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Receitas	Previsão		Receitas Realizadas	
	Inicial	Atualizada(a)	Até o Bim.(b)	%(b/a)
Rec.Liquida de Imp.e Transf.Constit.e Legais (I)	11.042.194,00	11.042.194,00	1.822.784,01	16,51
Impostos	349.814,00	349.814,00	41.075,74	11,74
Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial	77.440,00	77.440,00	93,26	0,12
Imp.de Renda Retido nas Fontes S/os Rendimentos	140.000,00	140.000,00	24.731,62	17,67
Imp.de Renda Retido nas Fontes - Outros Rendimen	6.050,00	6.050,00	82,74	1,37
IMPOSTO S/TRANSMISSÃO DE "INTER VIVOS" ITBI	24.200,00	24.200,00	3.675,15	15,19
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	87.120,00	87.120,00	11.098,48	12,74
Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propr.Territ.Urban	1.210,00	1.210,00	16,14	1,33
Multas e Juros de Mora do Imposto s/Serv.de Qua	242,00	242,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.210,00	1.210,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora da D Ativa do Imp.s/Prop.	1.210,00	1.210,00	293,47	24,25
Multas e Juros de Mora da D. Ati. Imp.s/Ser. Qua	242,00	242,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros	605,00	605,00	132,16	21,84
Receita da Dívida Ativa Imp.s/Propr.Territ.Urban	6.050,00	6.050,00	952,72	15,75
Receita da Dívida Ativa Imp. s/ Serviços Qualq.N	605,00	605,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	3.630,00	3.630,00	0,00	0,00
Receitas de transf. constitucionais e Legais	10.692.380,00	10.692.380,00	1.781.708,27	16,66
da União	5.630.420,00	5.630.420,00	956.374,93	16,99
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municíp	5.600.000,00	5.600.000,00	952.328,49	17,01
Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territori	2.420,00	2.420,00	17,30	0,71
TRANSFERÊNCIA FINANC.DO ICMS-DESONERAÇÃO - LC N	28.000,00	28.000,00	4.029,14	14,39
do Estado	5.061.960,00	5.061.960,00	825.333,34	16,30
Cota-Parte do ICMS	4.550.000,00	4.550.000,00	768.576,78	16,89
Cota-Parte do IPVA	420.000,00	420.000,00	46.826,86	11,15
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	91.960,00	91.960,00	9.929,70	10,80
Transferência de Rec. do Sistema Unico de Saúde -	377.000,00	377.000,00	41.548,02	11,02
da União para o Município	263.000,00	263.000,00	31.077,05	11,82
Piso de Atenção Básica PAB	70.000,00	70.000,00	12.257,00	17,51
PSF	80.000,00	80.000,00	6.700,00	8,38
Agentes Comunitários PACS	72.000,00	72.000,00	12.000,00	16,67
Farmacia Básica	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
Vigilancia Sanitária	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00
Epidemiologia e Controle de Doenças	8.000,00	8.000,00	120,05	1,50
Outros Prog.Fin. Transf. Fundo a Fundo	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
do Estado para o Município	114.000,00	114.000,00	10.470,97	9,19
SUS Farmacia Basica	18.000,00	18.000,00	2.333,34	12,96
SUS - Média e Alta Complexidade - MAC	28.000,00	28.000,00	2.437,63	8,71
Vig. Sanitária	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00
PSF- Cofinanciamento	16.000,00	16.000,00	1.700,00	10,62
NASF	48.000,00	48.000,00	4.000,00	8,33
(-)Dedução para o Fundef	-2.138.476,00	-2.138.476,00	-356.341,31	16,66
Total de Receita de Impostos	9.280.718,00	9.280.718,00	1.507.990,72	16,25



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+  
 |  
 | Município de ARROIO TRINTA CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |  
 +-----+

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Despesas com Saúde	Dotação		Despesas Liquidadas	
(Por Grupo de Natureza da Despesa)	Inicial	Atualizada(c)	Até o Bim. (d)	% (d/c)
Despesas Correntes	2.194.512,35	2.227.730,09	343.770,41	15,43
Pessoal e Encargos Sociais	1.376.000,00	1.380.000,00	212.928,56	15,43
Outras Despesas Correntes	818.512,35	847.730,09	130.841,85	15,43
Despesas de Capital	119.002,00	119.002,00	4.495,60	3,78
Investimentos	119.002,00	119.002,00	4.495,60	3,78
Total	2.313.514,35	2.346.732,09	348.266,01	14,84

Despesas Próprias com Saúde	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim. (e)	% (e)
Despesas Com Saúde	0,00	0,00	348.266,01	0,00
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	378.001,00	411.218,74	27.689,69	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	378.000,00	411.217,74	27.689,69	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	1,00	1,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelados - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Desp.Próprias Com Saúde (V)	0,00	0,00	320.576,32	0,00

Controle de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores vinculados à Saude	Aplic.Min. em 2011 (e)	Aplic.Apurada em 2011 (F)	RESTOS A PAGAR	
			Insc.em 31 de dez.de 2011	Can.em 2012 (g)
RP de Des.Proprias com Acoes e Serv. Publ.de Saude	15,00	16,06	-1.751,25	0,00
Compensação de Restos a Pagar Cancelados em 2011				0,00

Participação das Despesas Próprias com Saúde na  
 Receita de Impostos - Limite Constitucional 15% 17,59

Despesas com Saúde (Por SubFunção)	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim.	%
ATENÇÃO BÁSICA	2.261.513,35	2.291.231,09	346.642,25	99,53
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	28.000,00	28.000,00	650,00	0,19
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	16.000,00	16.000,00	78,00	0,02
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	8.000,00	11.500,00	895,76	0,26
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
ABASTECIMENTO	1,00	1,00	0,00	0,00
Total	2.313.514,35	2.346.732,09	348.266,01	100,00

(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	378.001,00	411.218,74	27.689,69	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	378.000,00	411.217,74	27.689,69	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	1,00	1,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelador - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Próprias com Saúde	2.313.514,35	2.346.732,09	320.576,32	100,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

[ www.cplinformatica.com.br ]

001

## Município de ARROIO TRINTA

## Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

## Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

## JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanço Orcamentário - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	12.370.962,00
Previsão Atualizada da Receita	0,00	12.370.962,00
Receitas Realizadas	2.143.244,01	2.143.244,01
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	524.274,21
Déficit Orçamentário	0,00	1.149.274,21

Balanço Orcamentário - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	12.370.962,00
Dotação Atualizada	0,00	13.520.236,21
Despesas Empenhadas	3.339.341,06	3.339.341,06
Despesas Liquidadas	1.398.161,68	1.398.161,68
Superávit Orçamentario	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	3.339.341,06	3.339.341,06
Despesas Liquidadas	1.398.161,68	1.398.161,68

Receita Corrente Líquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	12.028.215,13

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciárias (III)		
Despesas Previdenciárias (IV)		
Resultado Previdenciário (III-IV)		

	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Res.Apur.até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultados Nominal e Primário			
Resultado Nominal			0,0000
Resultado Primario			0,0000

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	4.023,82	0,00	4.023,82	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	219.893,45	0,00	207.455,14	12.438,31
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

[ www.cplinformatica.com.br ]

002

Município de ARROIO TRINTA

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado Até o Bim.	%Min.a Aplicar no Exercício	%Aplicado Até o Bim.
Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE			
Min Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE		<25%/18%>	25,1884
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Mag.Ens.Fund/Medio-D.Fed/Est.		60%	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Magist.com Ed.Inf.e Ens.Fund.		60%	72,6537
Compl.União FUNDEB Min.10% Total Rec.FUNDEB - União		10%	

Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	80.686,96	1.870.626,91

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)		0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)		0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)		0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	377,59	-377,59
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	0,00	0,00

	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado Até o Bim.	%Min.a Aplicar no Exercício	%Aplicado Até o Bim.
Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde			
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde	320.576,32	15,00	17,59

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

SEC. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
NELSON CAMPAGNIN

CONTADOR CRC/SC 025.868/O  
RONIVAN BRANDALISE - 025.868/O

Responsável pelo Controle Interno  
JOAO MARCOS FERRONATO



# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### Decreto 021/2012

DECRETO Nº 021/2012

Cria Unidade Sanitária de Saúde do Centro de Braço do Trombudo e Unidade Sanitária Serril.

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc

#### DECRETA:

Art.1º - Ficam criadas as Unidades Sanitárias de Saúde Centro de Braço do Trombudo sob nº CNES 2377241, sito a Rua Leopoldo Joenck, 119, município de Braço do Trombudo e Unidade Sanitária Saúde Serril sob nº CNES 2377268, sito a Estrada Geral Serril, município de Braço do Trombudo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo em 23 de março de 2012.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

### 2º Termo Aditivo Convênio 5/2011

2º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 5/2011, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO E O ASILO DE VELHOS RECANTO DO SOSSEGO, NA FORMA ABAIXO:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO inscrita no CNPJ sob nº. 95.952.230/0001-67, com sede na Praça da Independência, na qualidade de CONCEDENTE, representada pelo Sr. Vilberto Muller Schovinder e a entidade Asilo de Velhos de Braço do Trombudo, com sede na Rodovia SC 426 KM 49,5 Divisa, cidade de Braço do Trombudo - SC, registrada no CNPJ sob nº 83.781.807/0001-36, neste ato representada por seu representante legal, Senhor João Bartsch, na qualidade de CONVENIENTE, resolvem, de comum acordo, aditar o Convênio nº 5/2011 em epígrafe, pelo que passam a dispor:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA

Fica prorrogado até 31.12.2012 o prazo do Convênio nº 5/2011, contados a partir de 01.01.2012.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DIPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato. Este aditivo incorpora-se ao contrato original.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

Braço do Trombudo, 21 de dezembro de 2011.

Concedente Conveniente

Pref. Mun. de Braço do Trombudo Asilo de Velhos de Br.do Trombudo

VILBERTO MÜLLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

CPF - 185.255.479-72

JOÃO BARTSCH

Secretário Executivo

CPF - 605.772.230-20

Testemunhas

DENISE SCHUSSLER WERTER

CPF - 022.538.329-28

MICHELLE VERMOEHLEN

CPF - 004.900.949-45

## Ata de Registro de Preço 1/2012 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/2

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2012

Número do Registro de Preços: 1/2012

Data do Registro: 26/03/2012

Válido até: 26/03/2013

Objeto da Compra: Fornecimento de gêneros alimentícios de panificação para encontros quinzenais do Grupo de Idosos Amigos para sempre.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Bolo de boleira tipo waffer, polvilhado no açúcar e canela, fresco, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. (361)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	0,7300	1
2	Bolo seco tipo inglês, tamanho grande, no sabor laranja, sendo macio e fresco. (362)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	10,2500	1
3	Bolo seco tipo inglês, tamanho grande, no sabor chocolate, sendo macio e fresco. (363)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	10,2500	1
4	Sonho com recheio de brigadeiro, com peso aproximado de 100 a 120 gramas, macio, feito no dia da entrega, polvilhado no açúcar e canela e sem presença de sujidades. (364)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	1,5000	1
5	Sanduíche natural com 2 fatias de pão pullmann fresco, alface, frango desfiado e tomate. Feitos no dia da entrega. (365)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	2,2500	1
6	Pão caseiro fatiado, unidade com peso aproximado de 500gr, fresco, macio, sem presença de sujidades. (366)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	3,0000	1
7	Pão tipo pullmann, unidade com peso aproximado de 500gr, fresco, macio, sem presença de sujidades. (367)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	3,0000	1
8	Pão de leite fatiado, unidade com peso aproximado de 500gr, fresco, macio, sem presença de sujidades. (368)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	3,0000	1
9	Sanduíche de mini pão francês fresco, com queijo, presunto, alface e tomate, feitos no dia da entrega. Embalados individualmente. (369)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	1,5000	1
10	Pastel assado, recheio de frango, massa sequinha, sem acúmulo de gordura, feitos 1 hora antes da entrega. (370)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	2,2500	1
11	Pastel assado, recheio de carne moída, massa sequinha, sem acúmulo de gordura, feitos 1 hora antes da entrega. (371)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	2,2500	1
12	Pastel frito, recheio de frango, sem acúmulo de gordura, feitos 1 hora antes da entrega. (372)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	2,0000	1
13	Pastel frito, recheio de carne moída, sem acúmulo de gordura, feitos 1 hora antes da entrega. (373)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	2,0000	1
14	Cuca caseira de farofa, macia, fresca, sem sujidades. Peso aproximado de 1 Kg. (374)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	11,5000	1
15	Cuca caseira de banana com nata, macia, fresca, sujidades. Peso aproximado de 1 Kg. (375)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	14,0000	1
16	Cuca caseira de amendoim, macia, fresca, sem sujidades. Peso aproximado de 1 Kg. (376)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	15,0000	1
17	Cuca caseira de coco com nata, macia, fresca, sem sujidades. Peso aproximado de 1 Kg. (377)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	15,0000	1
18	Pão de queijo, tamanho médio, fresco, sem presença de sujidades, feitos no dia da entrega. (378)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	12,0000	1
19	Pão frances, unidades de 50 gr, fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. (379)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	6,1300	1
20	Bolacha de natal pintada, tipo caseira, sendo fresco e feito de forma artesanal e utilizando produtos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados. (380)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	16,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 2/2

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2012****Número do Registro de Preços: 1/2012****Data do Registro: 26/03/2012****Válido até: 26/03/2013****Objeto da Compra:** Fornecimento de gêneros alimentícios de panificação para encontros quinzenais do Grupo de Idosos Amigos para sempre.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	Bolacha tipo caseira, nos sabores polvilho e coco, sendo frescos e feitos de forma artesanal e utilizando produtos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados. (381)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	13,7500	1
22	Risoles com massa caseira e recheio de frango, fritos na hora da entrega e sem presença de sujidade. (382)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	1,5000	1
23	Orelha de gato. Tamanho médio, polvilhado no açúcar e canela, fresco, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. (383)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	10,7500	1

BRACO DO TROMBUDO , 26 de Março de 2012.

**Ata de Registro Preço 5/2012**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 1/1

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2012**

**Número do Registro de Preços: 5/2012**      **Data do Registro: 22/03/2012**      **Válido até: 22/03/2013**  
**Objeto da Compra:** Aquisição de tubos de concreto para construção de rede pluvial na Rua Duque de Caxias e Rua Dom Pedro e manutenção de redes pluviais da sede do município e na área rural.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Tubo de concreto com diâmetro de 80 cm classe PA1 (8990)	UND	DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO (8765)		0	134,0000	1
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)		0	135,0000	2

BRACO DO TROMBUDO , 22 de Março de 2012.



# Caçador

## PREFEITURA

### Aviso de Dispensa de Licitação 01-2012 Assistencia Social

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2012

O Fundo Municipal de Assistência Social de Caçador/SC torna pública a Dispensa de Licitação nº 01/2012 para a contratação de empresa especializada para execução de 160 horas de Curso prático-teórico de Técnicas de Construção em alvenaria para vinte e cinco participantes do CRAS Bairro Martello, através da empresa Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI - CNPJ sob nº 03.774.688/0006-60, com sede na cidade de Caçador/SC, pelo valor total de R\$ 33.792,00 (trinta e três mil, setecentos e noventa e dois reais) para execução até 120 dias, de conformidade com o artigo 24, Inciso XIII, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Caçador/SC, 23 de Março de 2012.  
MARINES D. COLAÇO  
Secretária Municipal de Assistência Social

### Aviso de Dispensa de Licitação 02-2012 Assistencia Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2012

O Fundo Municipal de Assistência Social de Caçador/SC torna público a Dispensa de Licitação nº 02/2012 para Locação de uma casa de alvenaria, com seis salas, cinco banheiros, cozinha com móveis, área de serviço, garagem para dois veículos, com área de 239,66 m<sup>2</sup>, situada na Rua Victor Batista Adami nº 89, Centro destinada ao funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, de propriedade de Antonio Sordi/CPF nº 004.453.209-15, residente e domiciliado neste Município, pelo valor mensal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) pelo prazo de 12 meses, nos termos do artigo 24, Inciso X, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Caçador/SC, 23 de março de 2012.  
MARINES D. COLAÇO  
Secretária Municipal de Assistência Social

### Aviso de Licitação PR 28-2012 Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
IPPUC  
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 28/2012  
TIPO: Menor Preço Por Item  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DIRETA NA BOMBA DE GASOLINA COMUM, ÁLCOOL E ÓLEO DIESEL (BIODIESEL), DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO COMO ORGÃO GERENCIADOR, DOS FUNDOS,

### FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 11/04/2012.  
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 11/04/2012.  
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no site do Município de Caçador: [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) ou pessoalmente na avenida Santa Catarina, 195, e-mail: [licitacoes@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor.

Caçador/SC, 22 de Março de 2012.  
IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal

### Edital de Processo Seletivo Público Nº 005/2012 - Republicado por Incorreção

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 005/2012.

O MUNICÍPIO DE CAÇADOR, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SME torna público, pelo presente Edital, as normas e procedimentos que nortearão o Processo Seletivo de Classificação por Tempo de Serviço e Títulos, objetivando a contratação de professores, em caráter temporário, para atuação nas Escolas Básicas, e Escolas do Campo, da Rede Pública Municipal de Caçador, no ano letivo de 2012, nos Projetos Educacionais, Educação Inclusiva e Educação Digital nas Salas de TELECENTRO, considerando o disposto na Lei nº 3.684, de 11 de novembro de 2005 e alteração e na Lei Complementar nº 445, de 09 de dezembro de 2005 e alterações.

#### 1. DAS INSCRIÇÕES

1.1 As inscrições estarão abertas no período de 30 de março e 02 de abril de 2012, na Secretaria Municipal de Educação, situado na Rua: Curitibaanos 600, Centro, Caçador, SC, no horário das 08h 30 min às 11h e das 14h às 16h.

1.2 As inscrições, a classificação e a escolha de vagas ocorrerão para as vagas existentes ou que venham a surgir nas escolas da Municipalidade e a remuneração será correspondente ao vencimento inicial do cargo de professor efetivo, de acordo com a qualificação respectiva, prevista na legislação vigente.

1.3 As modalidades deste Edital para os Projetos Educacionais são esportivas e culturais:

#### 1.3.1 Modalidades Esportivas:

- 1.3.1.1 Atletismo
- 1.3.1.2 Basquete
- 1.3.1.3 Futebol
- 1.3.1.4 Futsal
- 1.3.1.5 Handebol
- 1.3.1.6 Voleibol
- 1.3.1.7 Judô
- 1.3.1.8 Capoeira
- 1.3.1.9 Taekwondo
- 1.3.1.10 Xadrez
- 1.3.1.11 Tênis de Mesa

#### Modalidade Culturais:

Musicalização - violão, coral e flauta  
1.3.2.2 Fanfarra  
Dança  
Teatro

1.4 Educação Inclusiva  
Intérprete para alunos com deficiência auditiva.

## Educação Digital

## 1.5.1 – Salas de TELECENTRO

## 2. DOS DOCUMENTOS PARA A INSCRIÇÃO

## 2.1. Obrigatórios:

2.1.1. Carteira de Identidade;

2.1.2. Cadastro de Pessoa Física – CPF;

2.1.3. Diploma ou certificado da qualificação que possui (mestrado, pós-graduação, curso de licenciatura plena ou curta, ensino médio), com os respectivos históricos escolares ou registro no Ministério da Educação – MEC, de acordo com a habilitação que possui.

2.1.4. Carteira de registro no CREF - para os profissionais com habilitação em Educação Física ou autorização emitida pelo CREF (Carteira Provisionada).

## 2.2. Opcionais:

(de inteira responsabilidade do candidato, o qual não poderá alegar qualquer prejuízo ou requerer que sejam juntados e apreciados em momento posterior à inscrição)

2.2.1. Atestado de tempo de serviço no magistério, excluído o tempo já utilizado para aposentadoria em qualquer sistema previdenciário, expedido pelos seguintes órgãos ou entidades:

a) Diretora de Recursos Humanos, quando tratar-se do Magistério Público Municipal;

b) Secretaria Municipal de Educação, pelos departamentos próprios;

c) Gerência Regional de Educação e Inovação, quando tratar-se do Magistério Público Estadual;

d) Secretaria de Educação do Estado de origem ou chefia de órgão regional, quando tratar-se do Magistério Público de outros estados;

e) Recursos Humanos do órgão federal ou de unidade escolar, quando tratar-se do Magistério Público Federal ou particular;

f) Entidade reconhecida com documentação, quando tratar-se de tempo na área específica;

2.2.2. Atestado de tempo de serviço no magistério, na área específica, excluído o tempo já utilizado para aposentadoria em qualquer sistema previdenciário, expedido pelas unidades acima descritas;

2.2.3. Documento comprobatório de horas de cursos de aperfeiçoamento e/ou atualização na área da educação ou na modalidade específica, ministrados e/ou frequentados no período de 2010 e 2011, no caso das Modalidades Esportivas, Modalidades Culturais, Intérprete e Salas de Telecentro, sendo que, o número máximo de horas a serem contabilizadas não deverá exceder 300 horas;

2.2.4. Certidão de Nascimento dos filhos ou dependentes.

2.3. Sem prejuízo das demais informações, os comprovantes de tempo de serviço devem conter:

2.3.1. dia, mês e ano de início e fim do vínculo junto ao empregador, com somatória de cada período;

2.3.2. descrição do cargo (função) ocupado;

2.3.3. total com somatória dos dias, mais divisão em anos, meses e dias.

2.4. O candidato deverá apresentar cópias dos documentos referidos nos itens 2.1 e 2.2 deste Edital, acompanhadas dos originais, para conferência.

2.5. O candidato cuja documentação exigida não for apresentada em sua totalidade no ato da inscrição, não terá a mesma efetivada.

## 3. Requisito Específico para cada modalidade:

## 3.1. Modalidades Esportivas:

3.1.1 Habilitação em Educação Física, habilitação/autorização emitida pelo CREF

## 3.2 Modalidades Culturais:

3.2.1 Musicalização – Violão, Coral e Flauta (Habilitação em Música, Artes ou Ensino médio e cursos de aperfeiçoamento).

3.2.2 Fanfarra (Habilitação em Música, Artes ou Ensino médio e cursos de aperfeiçoamento na área)

3.2.3 Dança (Habilitação em Ed. Física, Artes ou Ensino médio e cursos de aperfeiçoamento na área e registros em publicações).

3.2.4 Teatro (Habilitação em Artes ou Ensino médio e cursos de aperfeiçoamento na área e registros em publicações).

## 3.3 Educação Inclusiva

3.3.1 Intérprete para alunos com deficiência auditiva. (Habilitação na área da Educação e curso de aperfeiçoamento em libras e experiência comprovada)

## 3.4 Educação Digital – Salas de TELECENTRO

3.4.1. Habilitação em Nível de Ensino Médio e cursos de capacitação/formação na área de Informática Básica/Linux e/ou Windows, carga horária mínima 20h.

OBS: O candidato poderá inscrever-se, conforme sua habilitação, em 1 (uma) única modalidade deste Edital.

## 4. DA APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS

## 4.1. Consideram-se títulos:

4.1.1. Para os professores habilitados:

a) habilitação em licenciatura plena na área específica e curso de especialização/doutorado, na área específica;

b) habilitação em licenciatura plena na área específica e curso de especialização/doutorado, na área da educação;

c) habilitação em licenciatura plena na área específica e curso de especialização/mestrado, na área específica;

d) habilitação em licenciatura plena na área específica e curso de especialização/mestrado, na área da educação;

e) habilitação em licenciatura plena na área específica e curso de especialização/pós-graduação, na área específica;

f) habilitação em licenciatura plena na área específica e curso de especialização/pós-graduação, na área da educação;

g) habilitação em licenciatura plena na área específica;

h) habilitação em licenciatura curta na área específica e curso de especialização/pós-graduação, na área específica;

i) habilitação em licenciatura curta na área específica e curso de especialização/pós-graduação na área da educação;

j) habilitação em licenciatura curta na área específica;

k) habilitação em Ensino Médio;

l) Habilitação em Ensino Médio Magistério;

m) tempo de serviço no Magistério Geral;

n) tempo de serviço no Magistério Público Municipal de Caçador;

o) tempo de serviço na área específica;

p) cursos de aperfeiçoamento e/ou atualização na área da educação, na modalidade específica, modalidades culturais, intérprete e na Educação digital, ministrados e/ou frequentados nos anos de 2010 e 2011, sendo que, o número máximo de horas a serem contabilizadas não deverá exceder 300 horas;

## 5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1. A classificação para cada modalidade e respectiva chamada dos profissionais classificados será efetuada na seguinte ordem:

MODALIDADE	HABILITAÇÃO	PONTUAÇÃO
------------	-------------	-----------

MUSICALIZAÇÃO (VIOLÃO, CORAL E FLAUTA)	ENSINO MÉDIO	PRÉ-REQUISITO
	ENSINO MÉDIO - MAGISTÉRIO	10 PONTOS
	LICENCIATURA PLENA NA ÁREA MÚSICA OU ARTE	25 PONTOS
	PÓS GRADUAÇÃO GERAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO	50 PONTOS
	PÓS GRADUAÇÃO ESPECÍFICA NA ÁREA DE ATUAÇÃO	75 PONTOS
	MESTRADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	100 PONTOS
	DOUTORADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	150 PONTOS

MODALIDADE	HABILITAÇÃO	PONTUAÇÃO
FANFARRA	ENSINO MÉDIO	PRÉ-REQUISITO
	ENSINO MÉDIO - MAGISTÉRIO	10 PONTOS
	LICENCIATURA PLENA NA ÁREA MÚSICA, ARTE, EDUCAÇÃO FÍSICA.	25 PONTOS
	PÓS GRADUAÇÃO GERAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO	50 PONTOS
	PÓS GRADUAÇÃO ESPECÍFICA NA ÁREA DE ATUAÇÃO	75 PONTOS
	MESTRADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	100 PONTOS
	DOUTORADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	150 PONTOS

MODALIDADE	HABILITAÇÃO	PONTUAÇÃO
DANÇA	ENSINO MÉDIO	PRÉ-REQUISITO
	ENSINO MÉDIO - MAGISTÉRIO	10 PONTOS
	LICENCIATURA PLENA NA ÁREA MÚSICA, ARTE, EDUCAÇÃO FÍSICA.	25 PONTOS
	PÓS GRADUAÇÃO GERAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO	50 PONTOS
	PÓS GRADUAÇÃO ESPECÍFICA NA ÁREA DE ATUAÇÃO	75 PONTOS
	MESTRADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	100 PONTOS
	DOUTORADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	150 PONTOS

MODALIDADE	HABILITAÇÃO	PONTUAÇÃO
------------	-------------	-----------

TEATRO	ENSINO MÉDIO	PRÉ-REQUISITO
	ENSINO MÉDIO - MAGISTÉRIO	10 PONTOS
	LICENCIATURA PLENA NA ÁREA ARTE, ARTES CÊNICAS	25 PONTOS
	PÓS GRADUAÇÃO GERAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO	50 PONTOS
	PÓS GRADUAÇÃO ESPECÍFICA NA ÁREA DE ATUAÇÃO	75 PONTOS
	MESTRADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	100 PONTOS
	DOUTORADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	150 PONTOS

MODALIDADE	HABILITAÇÃO	PONTUAÇÃO
PROFESSOR DE: ATLETISMO, BASQUETE, FUTEBOL, HANDEBOL, JUDÔ, CAPOEIRA, TAEKWONDO, VOLEIBOL, XADREZ, TÊNIS DE MESA, FUTSAL	AUTORIZAÇÃO/FORMAÇÃO C.R.E.F.	PRÉ-REQUISITO
	ENSINO MÉDIO - MAGISTÉRIO	10 PONTOS
	LICENCIATURA PLENA NA ÁREA MÚSICA, ARTE, EDUCAÇÃO FÍSICA.	25 PONTOS
	PÓS GRADUAÇÃO GERAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO	50 PONTOS
	PÓS GRADUAÇÃO ESPECÍFICA NA ÁREA DE ATUAÇÃO	75 PONTOS
	MESTRADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	100 PONTOS
	DOUTORADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	150 PONTOS

MODALIDADE	HABILITAÇÃO	PONTUAÇÃO
INTÉRPRETE	LICENCIATURA PLENA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO	PRÉ-REQUISITO
	ENSINO MÉDIO - MAGISTÉRIO	10 PONTOS
	PÓS GRADUAÇÃO GERAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO	50 PONTOS
	PÓS GRADUAÇÃO ESPECÍFICA NA ÁREA DE ATUAÇÃO	75 PONTOS
	MESTRADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	100 PONTOS
	DOUTORADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	150 PONTOS

MODALIDADE	HABILITAÇÃO	PONTUAÇÃO
------------	-------------	-----------

PROFESSOR SALAS DE TELECENTRO	ENSINO MÉDIO	PRÉ-REQUISITO
	ENSINO MÉDIO - MAGISTÉRIO	10 PONTOS
	LICENCIATURA PLENA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO	25 PONTOS
	PÓS GRADUAÇÃO GERAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO	50 PONTOS
	PÓS GRADUAÇÃO ESPECÍFICA NA ÁREA DE ATUAÇÃO	75 PONTOS
	MESTRADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	100 PONTOS
	DOCTORADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	150 PONTOS

5.2. A classificação dentro de cada grupo de habilitação definido no item 5.1 deste Edital, ocorrerá pela ordem decrescente de pontos por área, segundo os seguintes critérios:

5.2.1. 01 (um) ponto para cada mês de tempo de serviço no Magistério Geral;

5.2.2. 02 (dois) pontos para cada mês de tempo de serviço no Magistério Público Municipal de Caçador;

5.2.3. 03 (três) pontos para cada mês de tempo de serviço nas modalidades esportivas e culturais vinculadas à Prefeitura Municipal através da Rede Municipal de Ensino/Secretaria de Educação, Fundação Municipal de Esportes de Caçador e Fundação Municipal de Cultura de Caçador, de acordo com a opção de inscrição;

5.2.4. 01 (um) ponto para cada 40 (quarenta) horas de cursos de aperfeiçoamento e/ou atualização na área da educação ou na modalidade específica, ministrados e/ou frequentados nos anos de 2010 e 2011, sendo que, o número máximo de horas a serem contabilizadas não deverá exceder 300 horas.

5.3. Para fins de contagem dos pontos citados anteriormente, será considerado:

5.3.1. tempo de serviço, como data fim o dia 20 de dezembro de 2011;

5.3.2. para o cálculo por tempo de serviço computar-se-á a fração de 15 (quinze) dias ou mais, como 1 (um) mês.

## 6. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.1. Ocorrendo empate na aplicação dos critérios anteriores, terá preferência, pela ordem, o candidato:

6.1.1. que possuir a maior idade;

6.1.2. que possuir o maior número de dependentes;

6.1.3. vencedor de sorteio realizado em ato público.

## 7. DA DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

7.1. As listagens classificatórias serão afixadas no mural interno da Secretaria Municipal de Educação e no site da Prefeitura Municipal de Caçador até o dia 09/04/2012.

7.2. O candidato que se julgar prejudicado na classificação terá os dias 10 e 11 de abril de 2012 para solicitar revisão do ato, mediante requerimento devidamente fundamentado, dirigido à Secretaria Municipal de Educação, cuja decisão será publicada em novo rol classificatório, de homologação, no dia 16 de abril de 2012, no site do Portal da Prefeitura Municipal de Caçador e no Mural da Secretaria Municipal de Caçador.

## 8. DA ESCOLHA DE VAGAS

8.1. O quadro de vagas será afixado no local da escolha.

8.2. A escolha de vagas ocorrerá no período matutino do dia 20 de abril de 2012, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, situado na Rua Curitibaanos, 600, Centro, Caçador, SC,

às 8h30min.

8.3. A chamada dos candidatos obedecerá à ordem de classificação.

8.4. O candidato classificado que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vagas, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, perderá todos os direitos sobre a primeira escolha, não admitindo-se escolha por procuração.

8.5. Ocorrendo a situação prevista no item 8.4 deste Edital, o candidato passará para o final da lista a qual pertence, ficando classificado para chamadas subsequentes, se houver, na área/disciplina em que se inscreveu, de acordo com as eventuais necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

8.6. O candidato classificado que se apresentar e não escolher vaga devido a incompatibilidade de carga horária ou turno em que atua, não perderá a ordem de classificação, devendo, no entanto, apresentar declaração, expedida pelo órgão empregador, no ato da escolha.

8.7. O candidato classificado que não escolher vaga por motivo diverso ao citado no item 8.6 deste Edital ou que escolher vaga e desistir da mesma, passará para o final da listagem classificatória e somente poderá escolher outra vaga depois de esgotada a primeira chamada.

8.8. Na escolha de vagas é responsabilidade do candidato observar a compatibilidade de horários, turnos, distância e transporte entre os locais de trabalho.

8.9. Na eventualidade da falta de candidatos para determinada área/disciplina, poderá ser aproveitado candidato inscrito em área afim, respeitando-se a ordem de classificação e o interesse do candidato, não podendo este ser prejudicado em função da não aceitação de atuar em área para qual não se inscreveu.

8.10. Ocorrendo vagas no decorrer do ano letivo, o candidato será chamado para formalizar a escolha da vaga, via telefone, pelo número consignado na ficha de inscrição.

8.11. Após comprovadas tentativas de contato e não sendo encontrado no telefone fornecido na inscrição, o candidato terá seu nome passado para o final da listagem classificatória.

8.12. O candidato que já possuir 40 (quarenta) horas de trabalho semanais no magistério municipal, ficará impedido de escolher aulas, conforme art. 36, parágrafo 3º da Lei Complementar 07/99.

8.13. A carga horária máxima de atuação na Rede Pública Municipal de Caçador será de 40 (quarenta) horas semanais.

8.14. As vagas serão oportunizadas na conformidade dos módulos oferecidos no ato da escolha, com cargas horárias de 10 (dez) à 40(quarenta) horas semanais.

8.15. Os critérios para a montagem dos módulos citados no item 8.14 deste Edital, são os seguintes:

8.15.1. número de alunos por turma;

8.15.2. número de turmas e/ou ensino fundamental na escola;

8.15.3. número de escolas que oferecem a modalidade;

8.15.4. interesse da Municipalidade.

## 9. DAS CONDIÇÕES PARA A ADMISSÃO

9.1. No ato da admissão, o candidato deverá apresentar cópias dos seguintes documentos, acompanhadas dos originais, junto à



Diretoria de Recursos Humanos do Município:

- 9.1.1. Carteira de Identidade;
- 9.1.2. Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- 9.1.3. Certidão de Nascimento/Casamento;
- 9.1.4. Certidão de Nascimento dos filhos considerados dependentes;
- 9.1.5. Carteira de Trabalho, parte de identificação, frente e verso (entregar Carteira original, com espaços para os devidos preenchimentos) e PIS/PASEP;
- 9.1.6. comprovante de escolaridade exigido para o cargo (cópia autenticada);
- 9.1.7. Título de Eleitor;
- 9.1.8. Certidão relativa à Quitação Eleitoral;
- 9.1.9. Certidão Relativa ao Gozo dos Direitos Políticos;
- 9.1.10. comprovante de quitação com as obrigações militares (homens);
- 9.1.11. número da conta corrente junto ao Banco CAIXA ECONOMICA FEDERAL, agência 0572 de Caçador
- 9.1.12. 2 (duas) fotos 3x4, recentes;

9.2. O prazo máximo do contrato temporário estará vinculado ao cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos.

#### 10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

10.1. A inscrição constará do preenchimento de ficha própria, à disposição do candidato no local da inscrição e também no Portal da Prefeitura Municipal de Caçador, declaração dos títulos apresentados.

10.2. O candidato deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se, após a assinatura, responsável pelas mesmas.

10.3. O candidato receberá comprovante da inscrição, o qual deverá ser apresentado no dia da escolha de vagas.

10.4. Não será admitida inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por procuração, a qual deverá ser anexada à ficha de inscrição.

10.5. O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas ou inexatas ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes.

10.6. O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do Processo Seletivo.

10.7. O cômputo de horas de aperfeiçoamento será efetuado no ato da inscrição.

10.8. No ato da contratação, o candidato assinará termo de que não acumula cargo ou função pública de forma irregular e apresentará declaração e termo de responsabilidade, conforme Instrução Normativa da Diretoria Colegiada do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, acerca do controle de alíquota e limite de salário de contribuição.

10.9. A inscrição e a classificação não garantem ao candidato o direito de contratação.

10.10. O quadro das vagas oferecidas é de responsabilidade das Unidades Escolares e da Secretaria Municipal de Educação, que será divulgado até a data da escolha de vagas.

10.11. Serão admitidos somente os professores necessários para o preenchimento das vagas oferecidas, disponibilizadas de acordo com a necessidade do Município.

10.12. O candidato classificado chamado para assumir vaga na Rede Pública Municipal de Caçador deverá entregar a documentação exigida neste Edital, no prazo de até 7 (sete) dias da sua chamada, sob pena de perda da classificação, passando, automaticamente, para o final da listagem classificatória.

10.13. Ao assumir a vaga, o professor deverá desenvolver as atividades em consonância com as Diretrizes Curriculares da Secretaria Municipal de Educação e com o Projeto Político-Pedagógico das escolas e buscar diferentes estratégias a fim de efetivar o processo ensino-aprendizagem, bem como participar dos momentos de formação oportunizados durante o ano letivo de 2012.

10.14. Não será admitido o candidato classificado que tenha sido considerado culpado em processo administrativo.

10.15. Poderá ser efetuada nova admissão de candidato classificado já contratado por período inferior ao do ano letivo, desde que não haja, entre todas as formas previstas neste Edital, candidatos que assumam a vaga referida.

10.16. Eventuais alterações na legislação municipal, relativas às normas inerentes aos servidores públicos, com reflexo na contratação prevista no presente Edital, serão automaticamente incorporadas a partir de sua vigência.

10.17. Os professores dos Projetos Educacionais e Educação Digital poderão ser remanejados de escolas, bem como de modalidade/disciplina e/ou terem seus contratos rescindidos, em qualquer época do ano letivo, a depender do número de alunos e/ou da necessidade e interesse da municipalidade.

10.18. O professor intérprete poderá ser rescindido o contrato ou remanejado para acompanhamento do aluno em caso de transferência para outra escola da rede municipal.

10.19. Demais informações necessárias poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Educação e no local das inscrições.

10.20. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo.

10.21. O resultado deste Processo Seletivo terá validade para o exercício letivo de 2012.

Caçador, 20 de março de 2012.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal

LUCIANE REGINA PEREIRA  
Secretária Municipal da Educação

#### FICHA DE INSCRIÇÃO PARA OFICINAS / 2012

ÁREA/MODALIDADE PRETENDIDA: \_\_\_\_\_

#### 1. DADOS PESSOAIS (Anexar cópias: RG, CPF, C.R.E.F)

Nome completo:	C.P.F.:		
Rua:			No.:
Bairro:			
Email:			
Telefone:	Celular:		
Aposentado:	( ) SIM ( ) NÃO	Data Aposentadoria:	

Respondeu Processo Administrativo ou Sindicância que resultou em punição nos últimos dois anos?

( ) SIM ( ) NÃO

#### FORMAÇÃO:

(Anexar fotocópias dos diplomas de habilitação profissional (Ensino Médio, Graduação e Pós-Graduação)).

Acadêmicos de curso compatível com a área ou disciplina em que pretendem atuar deverão anexar Declarações citadas no edital.

Referência	PONTOS
<b>ENSINO MÉDIO:</b> Nome do Curso: _____ Instituição: _____ Ano de conclusão: _____	Pré – Requisito Zero pontos
<b>ENSINO MÉDIO MAGISTÉRIO</b> Instituição: _____ Ano de conclusão: _____	
<b>Graduação:</b> Nome do Curso _____ Habilitação: _____ Instituição: _____ Ano de conclusão: _____	
<b>Pós-Graduação:</b> Nome do Curso: _____ Instituição: _____ Ano de conclusão: _____	
<b>Mestrado:</b> Nome do Curso: _____ Instituição: _____ Ano de conclusão: _____	
<b>Doutorado:</b> Nome do Curso: _____ Instituição: _____ Ano de conclusão: _____	
<b>TOTAL DE PONTOS</b>	

#### TEMPO DE SERVIÇO / EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

(Anexar atestado(s) do tempo de serviço no magistério, expresso(s) em anos, meses e dias, contendo datas de início e término do vínculo)

TEMPO DE SERVIÇO EXPECÍFICO NA MODALIDADE ( A SERVIÇO DA Secretaria Municipal de Educação/Fundação Municipal de Esportes/ Fundação Municipal de Cultura)

Ano (os)	Mês (ES)	Dia (s)	( 03 pontos /mês )	TOTAL DE PONTOS

TEMPO DE SERVIÇO NO MAGISTÉRIO PÚBLICO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (EM SALA DE AULA)

Ano (os)	Mês (ES)	Dia (s)	( 02 pontos / mês )	TOTAL DE PONTOS

TEMPO DE SERVIÇO NO MAGISTÉRIO (ESTADUAL, PARTICULAR, OUTROS) EM SALA DE AULA

Ano (os)	Mês (ES)	Dia (s)	( 01 ponto /mês )	TOTAL DE PONTOS

TOTAL DE PONTOS				
-----------------	--	--	--	--

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO (Anexar cópias de documento(s) comprobatório(s) de horas de Aperfeiçoamentos realizados em 2010 a 2011, a partir de 20 horas, conforme edital:

Nome do Curso	Período de Realização	Carga Horária
TOTAL HORAS APERFEIÇOAMENTO:		
TOTAL DE PONTOS APERFEIÇOAMENTO:		

Declaro estar ciente de que "o candidato que, no ato da inscrição, prestar declaração falsa ou inexata, ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada, anulando todos os atos dela decorrentes".



Uso exclusivo da Comissão de Inscrição			
Ficha Apresenta			
Rasuras:	( ) Sim ( ) Não	Indicação da Área	( ) Sim ( ) Não
Há indicação do Telefone	( ) Sim ( ) Não	Número de Folhas entregue na Inscrição:	
Recebido por:			
Data e Hora:			

Após o preenchimento do dados acima pela comissão de inscrição deverá ser assinado pelo membro da comissão e do candidato aceitando as informações acima preenchidas

CAÇADOR, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2012.

Assinatura do Candidato



**CÂMARA MUNICIPAL****Anexo da Resolução 01/2012****ANEXO – I**

GRUPO	01 SUPERIOR					02 ADMINISTRATIVO					03 APOIO GERAL				
FATORES															
Avaliação	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
INTERESSE	15	10	05	10	10	30	15	08	05	05	30	20	12	10	10
RESPEITO ÀS NORMAS E REGULAMENTOS	25	15	10	15	15	25	15	05	05	05	20	10	08	05	05
RESPONSABILIDADE	25	10	05	05	05	15	10	05	05	05	30	20	07	05	05
ADAPTAÇÃO	35	10	10	10	10	30	15	07	05	05	20	10	05	05	05
COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE	0	20	15	08	05	0	20	15	08	08	0	10	05	15	12
RESPEITO	0	20	10	05	05	0	15	10	08	07	0	05	08	05	05
QUALIDADE E ATENÇÃO	0	15	15	10	10	0	10	15	15	15	0	25	13	15	13
PRODUTIVIDADE	0	0	10	15	15	0	0	15	15	15	0	0	13	15	15
ECONOMIA	0	0	05	05	05	0	0	05	15	15	0	0	13	10	10
CONHECIMENTO DO TRABALHO	0	0	10	07	10	0	0	05	07	10	0	0	08	05	10
INICIATIVA	0	0	05	10	10	0	0	10	10	10	0	0	08	10	10

**TOTAL DA NOTA Σ(GRAU x PESO)**

**Resolução Nº 001, De 22 de Março de 2012.**

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 22 DE MARÇO DE 2012.

Fixa as normas para verificação dos critérios de avaliação do Estágio Probatório.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Obrigatoriedade Constitucional da formalização do procedimento de avaliação do Estágio Probatório dos servidores da Câmara Municipal, conforme art. 41 da Constituição Federal e com fundamento nos arts. 29 e 30 do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Caçador,

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam por esta Resolução regulamentados os fatores, métodos, conceitos e cálculos, para a verificação dos critérios da avaliação de desempenho destinada a apurar a eficiência e a adequação do servidor municipal em estágio probatório.

Art. 2º Durante a vigência do estágio probatório o servidor da Câmara Municipal receberá 05 (cinco) avaliações cujos fatores variarão conforme o período que estiver sendo cumprido, a saber:

§ 1º A primeira avaliação ocorrerá dentro de, no máximo, 30 (trinta) dias após o servidor completar 6 (seis) meses de efetivo exercício e avaliará:

I - interesse;

II - respeito às normas e regulamentos;

III - responsabilidade;

IV - adaptação.

§ 2º A segunda avaliação ocorrerá dentro de, no máximo, 30 (trinta) dias após o servidor completar 12 (doze) meses de efetivo exercício e avaliará, além dos itens previstos no § 1º:

I - cooperação e Solidariedade com os Colegas;

II - respeito;

III - qualidade e atenção.

§ 3º A terceira avaliação ocorrerá dentro de, no máximo, 30 (trinta) dias após o servidor completar 18 (dezoito) meses de efetivo exercício e avaliará, além dos itens previstos nos parágrafos anteriores:

I - produtividade;

II - economia;

III - desenvolvimento profissional;

IV - iniciativa.

§ 4º A quarta avaliação ocorrerá dentro de no máximo 30 (trinta) dias após o servidor completar 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício e avaliará todos os itens contemplados nesta Resolução.

§ 5º A quinta avaliação ocorrerá entre 32 (trinta e dois) e 34 (trinta e quatro) meses de efetivo exercício e avaliará todos os itens contemplados nesta Resolução.

Art. 3º O servidor durante todo o período estará sendo avaliado nos critérios de assiduidade, nos termos do art. 29, inciso IV, da Lei Complementar nº 56 de 20 de dezembro de 2004, que dispõe

sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Caçador e dá outras providências.

Art. 4º Será avaliado durante todo o período de estágio probatório no critério de disciplina nos termos dos art. 29, inciso III, da Lei Complementar nº 56 de 2004.

Parágrafo único. Independentemente da época em que seja apontado o fato de que trata o "caput", (de natureza disciplinar), este será apurado nos termos do Regime Disciplinar previsto na Lei Complementar nº 56 de 2004.

Art. 5º É de responsabilidade do órgão de Recursos Humanos o preenchimento, das informações relativas à apuração dos critérios previstos nos art. 3º e 4º desta Resolução.

Art. 6º Para apuração dos fatores previstos no art. 2º, será utilizado o "Método dos Fatores Descritivos, através da aplicação de fichas de verificação, compostas por questões, cujas definições são as seguintes:

I - interesse: refere-se à atitude de buscar as informações necessárias para a execução do seu trabalho, bem como a atenção e ao cumprimento das informações recebidas;

II - respeito às normas e regulamentos: refere-se à organização das tarefas, considerando o cumprimento dos procedimentos estabelecidos, o respeito às normas e à hierarquia;

III - responsabilidade: refere-se à atitude de executar o que lhe compete de forma correta, sem a necessidade de supervisão constante;

IV - adaptação: refere-se à postura do servidor face às tarefas, procedimentos e à necessidade de sua atuação no serviço público;

V - cooperação e solidariedade com os colegas: refere-se à disponibilidade que apresenta para ajudar colegas e chefia em situações de trabalho;

VI - respeito: refere-se ao relacionamento no trabalho e a atitude de tratar com urbanidade chefia, colegas e clientes;

VII - qualidade e atenção: refere-se à atenção do servidor ao serviço, caracterizando-se pela execução correta das tarefas;

VIII - produtividade: refere-se ao volume de trabalho executado, dentro dos padrões exigidos, em determinado espaço de tempo;

IX - economia: refere-se ao uso que faz de seus materiais e equipamentos, considerando o aproveitamento e conservação;

X - conhecimento do trabalho: refere-se à compreensão dos princípios teóricos e práticos, referentes à área de conhecimentos pertinentes às atribuições do cargo que exerce;

XI - iniciativa: refere-se à atitude de agir dentro dos seus limites de atuação no trabalho.

§ 1º Fica assegurado o direito ao servidor cujo desempenho será avaliado, o acompanhamento do preenchimento de sua avaliação quanto aos critérios estabelecidos neste artigo.

§ 2º O preenchimento da ficha avaliação, para apuração dos previstos neste artigo, será feito por comissão composta de 3 (três) servidores estáveis de nível não inferior ao do avaliado, mas a participação da Diretoria Geral.

§ 3º Após a totalização a avaliação será homologada pelo

Presidente da Câmara Municipal.

§ 4º Após a homologação o servidor será cientificado do resultado da avaliação de seu desempenho, podendo apresentar seu recurso no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos.

Art. 7º Fica estabelecida a competência da Comissão de Avaliação para o julgamento do recurso de que trata o art. anterior.

Parágrafo único. Fica estabelecido o prazo de 10 (dez) dias corridos para julgamento do recurso.

Art. 8º O padrão adotado para a graduação dos critérios previstos nos incisos I a XI do art. 6º, nos termos previstos no método de fatores descritivos é o seguinte:

I - Grau 1: o avaliado já apresenta falhas inaceitáveis em relação a um comportamento específico;

II - Grau 2: o avaliado não chegou a atingir os limites da normalidade exigida, possuindo ainda algumas falhas que podem ser corrigidas no futuro;

III - Grau 3: o avaliado já se encontra acima da média de desempenho aceitável para o fator;

IV - Grau 4: o avaliado atingiu plenamente o desempenho esperado como "ideal" para o fator.

Art. 9º Para o cálculo da pontuação obtida pelo servidor nos fatores previstos no art. 6º desta Resolução será utilizada na tabela de pesos constante no Anexo I.

Parágrafo único. Os pesos dos fatores atribuídos aos cargos, constantes na Câmara, foram dispostos no Anexo I desta Resolução, em conformidade com as peculiaridades e carreiras que lhe são pertinentes.

Art. 10. Para o cálculo da pontuação final obtida pelo servidor na avaliação de seu desempenho deverão ser somados os pontos obtidos nos fatores após a multiplicação pelo peso correspondente.

Art. 11. Será considerado de desempenho suficiente no critério avaliado, o servidor que obtiver acima de 249 (duzentos e quarenta e nove) pontos, após a somatória prevista no artigo anterior.

§ 1º O servidor que obtiver o conceito de desempenho insuficiente, entre 200 (duzentos) e 249 (duzentos e quarenta e nove) pontos em qualquer uma das avaliações, desde que não seja a última do período de estágio probatório, será considerado "aprovado com restrições", devendo ser tomadas às medidas necessárias para o seu aprimoramento.

§ 2º Na próxima avaliação, caso não haja melhoria em seu desempenho ou após outras avaliações seu conceito seja considerado novamente insuficiente deverá ser aberto processo administrativo para apurar a situação, podendo levar à sua exoneração.

§ 3º Caso o servidor tenha seu desempenho considerado como insuficiente na última avaliação do estágio probatório, independentemente dos conceitos obtidos nas avaliações anteriores, deverá ser aberto processo administrativo para apurar a situação, podendo levar à sua exoneração.

§ 4º O servidor que não obtiver pelo menos 199 (cento e noventa e nove) pontos na avaliação de seu desempenho será considerado reprovado, independentemente de outras avaliações e deverá ser aberto processo administrativo para apurar a situação, podendo levar à sua exoneração.

Art. 12. O servidor que, face ao interesse e oportunidade da Câmara, tiver de ser removido do seu local de trabalho durante seu estágio probatório, será avaliado em seu desempenho, quando de sua saída no local onde estiver lotado, e novamente, conforme a periodicidade prevista no art. 2º desta Resolução.

Parágrafo único. A avaliação realizada no local para onde tiver sido designado o Servidor, será considerada oficialmente, sendo a do ato de transferência apenas instrumento informativo para a futura chefia.

Art. 13. Fica estabelecido que a primeira avaliação de desempenho baseada nos métodos e padrões fixados por esta Resolução, terá efeito apenas informativo, com o intuito de adaptar os servidores já empossados à nova sistemática.

Art. 14. Os servidores já empossados receberão sua primeira avaliação dentro de 45 (quarenta e cinco) dias após a publicação desta Resolução, seguindo normalmente a periodicidade prevista no seu art. 2º, desde que não tenham completado mais do que 32 (trinta e dois) meses de efetivo exercício.

§ 1º Os servidores com mais de 32 (trinta e dois) e menos de 34 (trinta e quatro) meses de efetivo exercício serão avaliados dentro de 10 (dez) dias após a publicação desta Resolução e novamente ao completarem 35 (trinta e cinco) meses.

§ 2º Os servidores com mais de 34 (trinta e quatro) meses serão avaliados dentro de 10 (dez) dias devendo ser apresentado relatório exclusivo sobre o merecimento à estabilidade antes de completarem 36 (trinta e seis) meses de efetivo exercício.

§ 3º Em qualquer das avaliações previstas nos §§ 1º e 2º, caso não seja aprovado, deverá ser aberto processo administrativo, para apuração dos fatos, podendo acarretar a exoneração do servidor.

Art. 15. Os casos omissos nesta Resolução, serão dirimidos pela Comissão de Avaliação do Estágio Probatório.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação,

Sala das Sessões, em 22 de março de 2012.  
SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,  
Presidente.

CARLOS EVANDRO LUZ,  
1º Secretário.

ITACIR JOÃO FIORESE,  
Vice-Presidente.

WILSON LUIZ BINOTTO,  
2º Secretário.

NOME DO SERVIDOR:

CARGO:

FICHA DE AVALIAÇÃO PERIÓDICA PARA O ESTÁGIO PROBATÓRIO

Avaliações: \_\_\_\_\_

Período: de \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_

FATORES E CONCEITOS DE AVALIAÇÃO

Interesse: refere-se à atitude de buscar as informações necessárias para a execução do seu trabalho, bem como a atenção e ao cumprimento das informações recebidas.

Chama a responsabilidade para si. Busca solucionar os casos que surgem no trabalho. Não só aplica as soluções que lhe são apresentadas, como buscar alternativas a fim de cumprir suas obrigações da melhor maneira possível.

Faz somente o que lhe pedem, tendo o conhecimento necessário para isso, porém tende a acomodar-se, afinal "sempre foi feito assim". Tem dificuldade em aceitar novos métodos e soluções sem sequer testá-los.

Percebe as situações rotineiras de trabalho, sem que lhe seja preciso cobrar. Aplica as soluções que lhe são apresentadas.

Espera que lhe digam o que é preciso ser feito, mesmo nas situações rotineiras. Caracteriza-se por "estar sempre esperando alguém mandar". Não se preocupa com os resultados, "se não der certo, faz novamente, se não terminar hoje acaba amanhã".

OBS:

Respeito às normas e regulamentos: refere-se à organização das tarefas, considerando o cumprimento dos procedimentos estabelecidos, o respeito às normas e à hierarquia.

Não segue as normas e ordens disciplinares, colocando-se em situações fora das normas estabelecidas. Tenta dar um jeitinho de contorna-las para não ter de segui-las.

Aceita as normas e ordens disciplinares. No que diz respeito à hierarquia chega a avançar seus limites, criando até situações desagradáveis para colegas e/ou chefia.

Cumpe efetivamente as normas e ordens disciplinares. Suas ações são executadas conforme o estabelecido. Dispensa supervisão para executar uma ordem recebida.

Conhece e procura cumprir todas as normas e ordens disciplinares da melhor forma possível, não tendo gerado nenhum tipo de situação indesejada com suas atitudes.

OBS:

Responsabilidade: refere-se à atitude de executar o que lhe compete de forma correta, sem a necessidade de supervisão constante.

Evita comprometer-se ou assumir sua responsabilidade. Quando cobrado tem sempre uma desculpa pronta, atribuindo a falha a uma causa ou pessoa.

Demonstra conhecimento de suas responsabilidades. Não precisa ser cobrado pela chefia para que cumpra os prazos e/ou padrões estabelecidos.

Algumas de suas atitudes no trabalho precisam ser acompanhadas para que se possa ter certeza de que entregará suas tarefas conforme estabelecido.

Compromete-se com seu trabalho, sendo extremamente responsável pelo que faz. Está atento para todos os detalhes. Preocupa-se com o bom andamento dos serviços.

OBS:

Adaptação: refere-se à postura do servidor face às tarefas,

procedimentos e à necessidade de sua atuação no serviço público;

Reage adequadamente acartando as ordens ou assimilando os novos métodos. Adapta-se bem ao cargo ora ocupado.

Precisa ser lembrado de que o serviço público tem suas particularidades e limitações legais. Demonstra boa vontade em aprender para adequar-se às necessidades do setor.

Acata as novas ordens e assimila perfeitamente, preocupando-se em entender o funcionamento do setor para melhor compreendê-lo e cumprir suas tarefas com qualidade.

Tem dificuldade em adaptar-se, sempre questionando situações e métodos de maneira negativa, tentando convencer as pessoas de sua desnecessidade. Pode ser representado ainda pelo tipo de servidor que tem dificuldade em adaptar com a clientela de sua área.

OBS:

Cooperação e solidariedade: refere-se à disponibilidade que apresenta para ajudar colegas e chefia em situações de trabalho.

Não se sabe se irá colaborar com o grupo ou com a chefia. Quando solicitado, se dispõe mas, não empenha-se como deveria, ocasionando sobrecarga para os resultados finais.

Percebe a necessidade de sua colaboração. Não poupa esforços, suas atitudes demonstram preocupações com o cumprimento dos objetivos da Câmara, independentemente de estarem diretamente sob sua responsabilidade.

Colabora sem maior envolvimento e/ou comprometimento. Participa mas deixa claro que o problema não lhe diz respeito.

Terminadas as suas tarefas dispõem-se a colaborar com colegas e chefia, objetivando o bom andamento dos trabalhos do grupo.

OBS:

Respeito: refere-se ao relacionamento no trabalho e a atitude de tratar com urbanidade chefia, colegas e clientes.

Esforça-se para relacionar-se bem como as outras pessoas. Nos conflitos atribui aos outros as causas dos problemas.

Sente-se à vontade para participar de tarefas que envolvem outras pessoas, fazendo o possível para manter um bom relacionamento no trabalho. Respeita a hierarquia e, em condições normais, é capaz de separar os assuntos pessoais dos de trabalho.

Mantém um relacionamento considerando adequado, respeitando os limites profissionais das e pessoais das chefias e colegas. Zela pelo bom relacionamento no ambiente de trabalho, servindo como mediador de situações entre colegas e/ou colegas e chefias.

Não possui a habilidade de relacionar-se, o que já lhe ocasionou problemas com as outras pessoas. Entende como pessoais as críticas que lhe são feitas no trabalho.

OBS:

Qualidade e atenção: refere-se à atenção do servidor ao serviço, caracterizando-se pela execução correta das tarefas.

Segue somente o que é pedido, não se preocupa em saber sobre o que faz. Quando erra, corrige-se e evita os mesmos erros.

Seu trabalho está dentro dos padrões exigidos. Interessa-se em

aprender sobre seu serviço, seja participando de treinamento ou em instruções que lhe são transmitidas.

Embora faça o que lhe é pedido, peca pelos resultados finais. Seu trabalho apresenta falhas características da falta de atenção. Quando cobrado não demonstra muito interesse em aprimorar-se, e ocasionalmente repete os erros.

Executa seu trabalho com perfeição quando trata-se de qualidade. Enfrenta novas tarefas com um desafio, tendo a iniciativa de buscar informações e conhecimentos necessários para executá-las.

OBS:

Produtividade: refere-se ao volume de trabalho executado, dentro dos padrões exigidos, em determinado espaço de tempo.

Tem um nível de produtividade dentro dos padrões. Empenha-se para melhorar o volume executado, contornando as dificuldades que lhe são impostas no dia-a-dia.

Utiliza toda sua capacidade e recursos materiais disponíveis, sendo altamente produtivo, mesmo em situações de aumento da demanda de serviços.

A quantidade de trabalho que executa é apenas adequada nas situações em que a necessidade de serviço é menor. Se há um aumento neste volume, não consegue cumprir o que dele se espera.

Sua produtividade varia. Em algumas situações, precisa ser acompanhado e lembrado quando aos prazos.

OBS:

Economia: refere-se ao uso que faz de seus materiais e equipamentos, considerando o aproveitamento e conservação.

Usa e cuida dos equipamentos que estão sob sua responsabilidade, aproveitando-os adequadamente. Tem zelo quanto aos materiais, preocupando-se em aproveitá-los ao convenientemente, diminuindo assim seu consumo.

Busca o seu aperfeiçoamento profissional para aproveitar ao máximo seus equipamentos e materiais. Preocupa-se com sua qualidade, estando atendo para qualquer irregularidade que possa perceber e comunica a chefia. Mantém os cuidados de manutenção preventiva dos equipamentos na sua rotina de trabalho.

Não demonstra cuidado como uso e conservação de seus materiais e equipamentos. Precisa ser cobrado constantemente para a economia dos recursos disponíveis.

Tem cuidado com os equipamentos que estão sob a sua responsabilidade. Quanto aos materiais, sua utilização, em algumas situações necessita de orientações.

OBS:

Conhecimento do trabalho: refere-se à compreensão dos princípios teóricos e práticos, referentes à área de conhecimentos pertinentes às atribuições do cargo que exerce;

Conhece pouco a rotina do trabalho, razão pela qual tem dificuldade para desenvolver as atribuições de seu cargo.

Conhece a rotina de trabalho, mas falta-lhe embasamento teórico na aplicação dos métodos científicos.

Tem conhecimento suficiente de seu cargo, no que se refere às técnicas utilizadas em seu trabalho, conseguindo desenvolver de

forma adequada as atividades que lhe são atribuídas.

Tem grandes conhecimentos teóricos de seu cargo, aplicando-os na prática de forma correta, o que lhe permite alcançar resultados significativos, para o setor em que atua.

OBS:

Iniciativa: refere-se à atitude de agir dentro dos seus limites de atuação no trabalho.

Tem iniciativa de resolver os casos e/ou tarefas mais rotineiras.

Atua resolvendo e encaminhando os casos rotineiros ou não. Toma as decisões dentro dos seus limites, não comprometendo o andamento do trabalho, nem gerando constrangimento entre colegas e chefias.

Toma as atitudes cabíveis mesmo frente às situações mais complexas e distintas de sua rotina. Preocupa-se com o bom andamento dos serviços de seu setor, apresentando-se disponível para colaborar com chefia e colegas.

Não resolve casos que não se enquadrem na mais absoluta rotina de seu trabalho, e mesmo nestes, precisa se cobrado pela chefia e/ou ajudado pelos colegas.

OBS:

### **Contrato Administrativo Nº 017/2012**

Câmara Municipal de Caçador/SC

Publicação Resumida: Art. 61 § único da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes

Contrato Administrativo nº 017/2012 referente ao processo licitatório nº 12/2012 Convite nº 06/2012. Objeto: aquisição de materiais impressos para o exercício 2012. Contratada: Kemeli Sorgato ME - CNPJ nº 12.253.505/0001-47. Valor: R\$ 32.280,00. Prazo: 31.12.2012.

SIRLEY DE FATIMA TIBES CECCATTO

Presidente.

### **Contrato Administrativo Nº 018/2012**

Câmara Municipal de Caçador/SC

Publicação Resumida: Art. 61 § único da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes

Contrato Administrativo nº 018/2012 referente ao processo licitatório nº 12/2012 Convite nº 06/2012. Objeto: aquisição de materiais impressos para o exercício 2012. Contratada: Gohl e Gohl Ltda. - CNPJ nº 02.563.805/0001-79. Valor: R\$ 7.200,00. Prazo: 31.12.2012.

SIRLEY DE FATIMA TIBES CECCATTO

Presidente.

### **Contrato Administrativo Nº 019/2012**

Câmara Municipal de Caçador/SC

Publicação Resumida: Art. 61 § único da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes

Contrato Administrativo nº 019/2012 referente ao processo licitatório nº 13/2012 Convite nº 07/2012. Objeto: contratação de serviços de decoração de eventos para o exercício 2012. Contratada:



Foto Boni LTDA ME - CNPJ nº 76.381.177/0001-47. Valor: R\$ 11.662,00. Prazo: 31.12.2012.

SIRLEY DE FATIMA TIBES CECCATTO  
Presidente.

### **Contrato Administrativo Nº 020/2012**

Câmara Municipal de Caçador/SC  
Publicação Resumida: Art. 61 § único da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes

Contrato Administrativo nº 020/2012 referente ao processo licitatório nº 13/2012 Convite nº 07/2012. Objeto: contratação de serviços de decoração de eventos para o exercício 2012. Contratada: Floricultura Amora LTDA - CNPJ nº 81.838.450/0001-50. Valor: R\$ 13.890,00. Prazo: 31.12.2012.

SIRLEY DE FATIMA TIBES CECCATTO  
Presidente.

### **Contrato Administrativo Nº 021/2012**

Câmara Municipal de Caçador/SC  
Publicação Resumida: Art. 61 § único da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes

Contrato Administrativo nº 021/2012 referente ao processo licitatório nº 11/2012 Credenciamento nº 01/2012. Objeto: credenciamento de jornais e mídia eletrônica para o exercício 2012. Contratada: Sinai Editora Jornalística LTDA - CNPJ nº 12.813.428/0001-32. Valor: R\$ 17.000,00. Prazo: 31.12.2012.

SIRLEY DE FATIMA TIBES CECCATTO  
Presidente.

### **Contrato Administrativo Nº 022/2012**

Câmara Municipal de Caçador/SC  
Publicação Resumida: Art. 61 § único da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes

Contrato Administrativo nº 022/2012 referente ao processo licitatório nº 11/2012 Credenciamento nº 01/2012. Objeto: credenciamento de jornais e mídia eletrônica para o exercício 2012. Contratada: Referência Editora Jornalística LTDA - CNPJ nº 04.736.389/0001-99. Valor: R\$ 18.900,00. Prazo: 31.12.2012.

SIRLEY DE FATIMA TIBES CECCATTO  
Presidente.

### **Contrato Administrativo Nº 023/2012**

Câmara Municipal de Caçador/SC  
Publicação Resumida: Art. 61 § único da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes

Contrato Administrativo nº 023/2012 referente ao processo licitatório nº 11/2012 Credenciamento nº 01/2012. Objeto: credenciamento de jornais e mídia eletrônica para o exercício 2012. Contratada: Fatos Diários Editora Jornalística LTDA EPP - CNPJ nº 10.573.417/0001-05. Valor: R\$ 58.800,00. Prazo: 31.12.2012.

SIRLEY DE FATIMA TIBES CECCATTO  
Presidente.

### **Contrato Administrativo Nº 024/2012**

Câmara Municipal de Caçador/SC  
Publicação Resumida: Art. 61 § único da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes

Contrato Administrativo nº 024/2012 referente ao processo licitatório nº 11/2012 Credenciamento nº 01/2012. Objeto: credenciamento de jornais e mídia eletrônica para o exercício 2012. Contratada: Portal Caçador On Line LTDA - CNPJ nº 10.646.973/0001-56. Valor: R\$ 13.500,00. Prazo: 31.12.2012.

SIRLEY DE FATIMA TIBES CECCATTO  
Presidente.

### **Contrato Administrativo Nº 025/2012**

Câmara Municipal de Caçador/SC  
Publicação Resumida: Art. 61 § único da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes

Contrato Administrativo nº 025/2012 referente ao processo licitatório nº 11/2012 Credenciamento nº 01/2012. Objeto: credenciamento de jornais e mídia eletrônica para o exercício 2012. Contratada: Alex Marcon - CNPJ nº 11.669.846/0001-35. Valor: R\$ 2.000,00. Prazo: 31.12.2012.

SIRLEY DE FATIMA TIBES CECCATTO  
Presidente.

### **Contrato Administrativo Nº 026/2012**

Câmara Municipal de Caçador/SC  
Publicação Resumida: Art. 61 § único da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes

Contrato Administrativo nº 026/2012 referente ao processo licitatório nº 11/2012 Credenciamento nº 01/2012. Objeto: credenciamento de jornais e mídia eletrônica para o exercício 2012. Contratada: ETL Serviços de Comunicação LTDA ME - CNPJ nº 12.359.290/0001-43. Valor: R\$ 2.000,00. Prazo: 31.12.2012.

SIRLEY DE FATIMA TIBES CECCATTO  
Presidente.

**Camboriú**

**PREFEITURA**

### **PR 12/12 - FMS**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2012-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE UM ELEVADOR PARA A POLICLINICA CENTRAL SITUADO NA RUA PORTO ALEGRE, CENTRO NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 09 (nove) de Abril de 2012, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 23 de Março de 2012.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

## Campo Alegre

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 8.960 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito  
PORTARIA Nº 8.960 DE 19 DE MARÇO DE 2012  
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DO  
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar o Servidor Público Municipal JOSÉ CARLOS NE-NEVÊ CORDEIRO, matrícula nº 000084, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. de Vencimento EAE2, Nível 2, Referência E, percebendo o valor de R\$ 2.422,27 (dois mil, quatrocentos e vinte e dois reais, vinte e sete centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### Portaria Nº 8.961 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito  
PORTARIA Nº 8.961 DE 19 DE MARÇO DE 2012  
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA  
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que

lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal CECÍLIA MARLENE SCHWARZ, matrícula nº 0158, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor (em extinção), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. de Vencimento P1, Nível 1, Referência A, percebendo o valor de R\$ 1.741,20 (um mil, setecentos e quarenta e um reais, vinte centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### Presgão Presencial Nº 11/2012 - Saúde

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 11/2012

A licitação tem como objeto o registro de preços para aquisição de materiais de copa e cozinha, limpeza e produção de higienização e manutenção para uso nas unidades de saúde deste Município, conforme tabela abaixo:

VALOR ESTIMADO

LOTE 01

ITEM	QUANT.	APRES.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	700	frasco	Água sanitária, com cloro ativo, princípio ativo (mínimo): estabilizante, alcalinizante e água, frasco com 1 litro	1,00	700,00

02	10	unidade	Balde em material plástico, tamanho 10 litros, cor branco ou transparente	1,99	19,90
03	05	unidade	Balde em material plástico, tamanho 20 litros, cor branco ou transparente	5,00	25,00
04	250	frasco	Desinfetante líquido para banheiros, frasco com 2 litros	2,12	530,00
05	15	frasco	Desodorizador de ar, spray, com 300 ml	6,58	98,70
06	300	frasco	Detergente líquido para louça, com alta eficiência na remoção de sujeiras e gorduras e muita espuma. Com fórmula testada e aprovada por dermatologista, com GLICERINA, frasco com 500ml	1,10	330,00
07	15	unidade	Escova sanitária, com suporte, tamanho aprox. 37cm	2,80	42,00
08	15	unidade	Escova para lavar, multiuso (ideal para roupas), em PP, com no mínimo 60 tufos	2,55	38,25

09	15	unidade	Escova para higiene de unhas e mão, tamanho aprox. 8(c)x2,5(l)x4(a), confeccionada em plástico, com cerdas em nylon	1,80	27,00
10	50	Pct	Esponja de lã de aço, com 8 unidades	1,15	57,50
11	250	unidade	Esponja de limpeza, dupla face, tamanho 110 x 75 x 20 mm	0,50	125,00
12	40	frasco	Lustra móveis, perfumado, frasco com 200ml. Composição: cera microcristalina, cera de parafina, silicone, emulsificante, espessante, derivado de isotiazolinona, solventes, alifáticos, fragrância e água.	1,80	72,00
13	80	par	Luvas de borracha, natural, de latex, com revestimento interno de algodão, antitranspirante, anatômica, flexível, tamanho M	1,80	144,00
14	50	pct	Pano para limpeza atalhado, com 03 unidades, de no mínimo 30x35cm	3,00	150,00



15	4.000	unidades	Papel higiênico, macio, branco, folha dupla, neutro, absorvente e resistente, produzido com 100% fibras celulósicas. Tecnologia MICRODECO, que proporciona melhor definição da decoração do papel, além de maior maciez em ambos os lados, solúvel em água, podendo ser descartado no vaso sanitário. Rolo de no mínimo 30m x 10cm	1,00	4.000,00
16	150	unidade	Pedra desodorizadora para vaso sanitário. Composição: aglutinante, isotiazolinas, corantes e essência	0,50	75,00
17	10	unidade	Rodo para limpeza, tamanho aproximado 40 cm, com cabo	4,00	40,00
18	10	pct	Sabão em barra, pacote com 5 unidades	3,50	35,00
19	80	Caixa/pct	SABAO EM PO, caixa ou pacote 1kg	3,80	304,00
20	80	unidade	Saco de algodão cru (não alvejado), tamanho mínimo de 50x60	2,50	200,00

21	330	Pct	Saco para lixo, super resistente de polietileno, capacidade 100 litros, com 5 unidades	1,80	594,00
22	440	Pct	Saco para lixo, super resistente de polietileno, capacidade 30 litros, com 10 unidades	1,50	660,00
23	440	embalagem	Saco para lixo, super resistente de polietileno, capacidade 50 litros, com 10 unidades	1,60	704,00
24	80	frs	Saponáceo líquido com detergente, frasco com no mínimo 300 g	2,80	224,00
25	25	unidade	Toalha de rosto, 100% algodão, tamanho mínimo de 45x70cm, cor branca	4,00	100,00
26	05	unidade	Vassoura de cipó, com cabo	9,00	45,00
27	15	unidade	Vassoura de nylon, com cabo	4,00	60,00
28	20	unidade	Vassoura de palha de arroz, com cabo	8,00	160,00

29	100	frasco	Limpa vidros. Removedor de sujeira de vidros, espelhos, acrílicos. Deixa uma camada que protege as superfícies contra manchas de chuva. Brilho cristalino. Mantém vidros, vitrines, espelhos limpos e brilhantes. Embalagem 500ml	3,20	320,00
----	-----	--------	---	------	--------

VALOR TOTAL DO LOTE 01 9.880,35

LOTE 02					
ITEM	QUANT.	APRES.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
30	15	unidade	Acendedor para fogão a gás	5,00	75,00
31	90	Pct	Açúcar refinado, pacote com 5 kg	10,00	900,00
32	300	Pct	Café extra forte, feito com uma combinação de grãos com ponto de torra escura, que resulta em um café de sabor forte e marcante e aroma mais encorpado e intenso. Grãos selecionados, torrados em suspensão que proporciona mais aroma e sabor ao café, moídos e embalados a vácuo, com selo de pureza ABIC, 500 g	5,20	1.560,00
33	200	Caixa	Chá, sabor natural, com 20 sacos.	2,10	420,00

34	15	unidade	Coador de pano, tamanho médio	1,99	29,85
35	300	pct	Copo descartável 110 ml, com 100 unidades.	2,24	672,00
36	30	maço	Fósforo, maço com 10 caixas com 40 palitos cada	1,60	48,00
37	250	pacote	Guardanapo de papel, aprox. 30 x 30 cm, com 50 unidades	1,10	275,00
38	01	unidade	Mangueira para jardim, trançada, em plástico, 30 metros	32,00	32,00
39	40	unidade	Pano de prato, 100% algodão, tamanho aproximado 45x70cm	1,99	796,00
40	6	rolo	Embalagem para freezer/microondas, em rolo, tamanho aproximado 20x30	2,70	16,20

VALOR TOTAL DO LOTE 02 4.824,05

LOTE 03					
ITEM	QUANT.	APRES.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
41	04	par	Botas de borracha, cano curto 3/4, cor branca, nº 38	23,00	92,00
42	02	par	Botas de borracha, cano curto 3/4, cor branca, nº 36	23,00	46,00
43	15	unidade	Lâmpada econômica, luz branca, 25 watts	9,00	135,00
44	10	unidade	Lâmpada Fluorescente, 20 watts	5,00	50,00
45	20	unidade	Lâmpada Fluorescente, 40 watts	5,00	100,00
46	50	unidade	Pilhas médias	0,95	47,50
47	50	unidade	Pilhas palito	0,70	35,00

48	50	unidade	Pilhas pequenas	0,40	20,00
VALOR TOTAL DO LOTE 03					525,50
LOTE 04					
ITEM	QUANT.	APRES.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
49	10	unidade	Tape-tes, tipo capacho, confeccionado com fibra de coco, emborrachado na parte de baixo (para não escorregar), para porta de entrada, tamanho aproximado 1,0mx50cm	43,00	430,00
VALOR TOTAL DO LOTE 04					430,00
LOTE 05					
ITEM	QUANT.	APRES.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
50	300	unidade	Saco plástico tamanho 15x15cm	0,35	105,00
51	20	pacote	Canudo Artístico Flexível p/ Drinks Colorido - pct c/ 100 unidades	6,35	127,00
52	50	pacote	Saco para geladinho, com 100 unidades	2,35	117,50
VALOR TOTAL DO LOTE 05					349,50

- Critério julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE (Valor Total de cada Lote)

- Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 05/04/2012, às 14 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até as 13 horas e 45 minutos, do dia 05/04/2012, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 – Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.01 – Manutenção das Atividades Administrativas; Função: 10 – Saúde; Subfunção: 301 – Atenção Básica; Programa: 52 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secret. Saúde; Projeto: 2.114 – Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo; Recurso: 0.1099 – Receitas: 0.1099 – Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde (código reduzido: 27, valor reservado R\$ 16.009,40).

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa

participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br), no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 11/2012".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 20 de março de 2012.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Campos Novos

## PREFEITURA

### Aviso Tomada de Preços - FUNDEMA

AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços Nº 01/2012

A Fundação do Meio Ambiente de Campos Novos, através do Prefeito Municipal, Vilibaldo Erich Schmid, torna público que fará realizar no dia 17 de abril de 2012 às 17:00 horas, na Sala de Reuniões da Prefeitura, Tomada de Preços do Tipo Menor Preço Global, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, PARA REALIZAR RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA DA BICA, CONFORME PROJETO DE REVEGETAÇÃO EM ANEXO.

O Edital que está amparado na Lei de Licitações 8666/93 e suas alterações posteriores, encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br), ou na sede da Prefeitura, localizada à Rua Expedicionário João Batista de Almeida, Centro - Campos Novos/SC, no horário das 13:00 horas às 17:30 horas diariamente.

Campos Novos, 27 de março de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

## Canoinhas

## PREFEITURA

### Retificação 03/2012 do Edital de Concurso Público 01/2012

RETIFICAÇÃO 03/2012 DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 01/2012

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, inscrito no CNPJ sob 83.102.384/0001-80, torna público a presente retificação, que vem realizar alterações no Edital de Concurso Público 01/2012, publicado na Edição nº948 do Diário Oficial dos Municípios de 13/03/2012, sendo:

Alteração 01:

Adiciona o item 4.2 ao edital, que prevê isenção do pagamento da taxa de inscrição aos candidatos que comprovem a condição de serem doadores voluntários e sistemáticos de sangue nos termos na Lei Municipal nº2.922 de 05/12/1997:

4.2. Conceder-se-á isenção do pagamento da taxa de inscrição citada no item 4.1, aos candidatos que comprovem a condição de serem doadores de sangue voluntários e sistemáticos nos termos da Lei Municipal nº2.922 de 05/12/1997.

4.2.1. Considera-se doador voluntário e sistemático de sangue, a pessoa física que tenha doado sangue pelo menos 03 (três) vezes nos 12 (doze) meses anteriores ao requerimento de isenção da citada taxa de inscrição, de forma voluntária e de maneira altruística, sem nenhuma compensação financeira.

4.2.2. O requerimento de isenção deverá ser protocolado junto ao setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Canoinhas, situado à Rua Senador Felipe Schmidt nº10, Centro, Canoinhas, SC, respeitando o prazo constante no item 3.1.

4.2.3. A comprovação da condição de doador voluntário e sistemático dar-se-á através de declaração expedida pela Associação de Doadores de Sangue da Região do Contestado (ADOSAREC), ou pelo Hemocentro de Santa Catarina (HEMOSC), ou ainda por entidade equivalente que comprove de forma fidedigna a condição do candidato se enquadrar como doador de sangue voluntário e sistemático.

4.2.4. O requerimento de isenção a ser protocolado nos termos do item 4.2.2, deverá seguir obrigatoriamente o modelo constante no Anexo VII do presente edital, sendo este, no ato do protocolo, acompanhado da comprovação da condição de doador, nos termos do item 4.2.3.

#### Alteração 02:

Adiciona o Anexo VII ao edital, que se refere a formulário para requerimento de isenção do pagamento da taxa de inscrição, em virtude do candidato comprovar situação de doador voluntário e sistemático de sangue nos termos na Lei Municipal nº2.922 de 05/12/1997:

#### ANEXO VII

#### REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

#### DOADOR DE SANGUE VOLUNTÁRIO E SISTEMÁTICO LEI MUNICIPAL Nº 2.922 DE 05/12/1997

NOME DO REQUERENTE:

Nº DE INSCRIÇÃO:

CPF:

Declaro, nos termos da Lei Municipal nº2.922 de 05/12/1997, que enquadro-me como doador voluntário e sistemático de sangue, cuja comprovação dar-se-á pela declaração em anexo, bem como afirmo que realizei pelo menos 03 (três) doações de sangue nos 12 (doze) meses anteriores a este requerimento de isenção.

LOCAL E DATA:

ASSINATURA DO REQUERENTE

Os candidatos que na data desta retificação se enquadrarem na situação de doadores de sangue voluntários e sistemáticos, e que por ventura já tenham realizado o pagamento da taxa de inscrição citada no item 4.1 do edital, poderão solicitar o ressarcimento dos valores efetivamente pagos, através do requerimento de isenção do Anexo VII, adicionado do respectivo comprovante de pagamento.

Os demais dispositivos ficam ratificados.

Canoinhas, 27 de março de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

#### **Edital Nº. 020/2012 - Convoca Candidatos Aprovados no Concurso Público Previsto no Edital Nº 002/2007**

EDITAL Nº. 020/2012

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO  
PREVISTO NO EDITAL Nº 002/2007.

O Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 76 de 08 de maio 2008;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

#### RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 21 de março de 2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL Nº. 020/2012

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO 029 - FISIOTERAPEUTA  
GISELE SAUER

CARGO 057 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM  
MARIZE VESOLOVSKI

### **Editais Nºs. 021/2012 - Convoca Candidatos Aprovados No Processo Seletivo Previsto No Edital Nº 01/SMDSF/2012**

EDITAL Nº. 021/2012

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 01/SMDSF/2012.

O Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo previsto no Edital nº 01/SMDSF/2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 036/2012;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do

Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

#### **RESOLVE:**

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo previsto no Edital nº 04/SMS/2011, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas, SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação do ORIGINAL e CÓPIA AUTENTICADA dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- b) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- c) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- d) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- e) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- f) Cédula de Identidade (RG);
- g) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);
- h) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
- i) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais;
- j) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;
- k) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso;
- l) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual;
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do processo o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo.

3.2 Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga,



convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 21 de março de 2012.

DALSON LUIS SALOMON  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL Nº. 021/2012  
Anexo I  
CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: CUIDADOR DE IDOSOS

- ELIANE GOMES HATSCHBACH  
- ANA LUCÉLIA PAZDA  
- ROSILENE NOGATH  
- ALMUTH SCHROEDER  
- LENI BASÍLIO PIECHONTCOSKI

**Editais Nºs. 022/2012 - Convoca Candidatos Aprovados No Processo Seletivo Previsto No Edital Nº 03/Sms/2012**

EDITAL Nº. 022/2012  
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 03/SMS/2012.

O Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo previsto no Edital nº 03/SMS/2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 037/2012;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

**RESOLVE:**

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo previsto no Edital nº 03/SMS/2012, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas, SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação do ORIGINAL e CÓPIA AUTENTICADA dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- b) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- c) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- d) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- e) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- f) Cédula de Identidade (RG);

- g) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);
- h) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
- i) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais;
- j) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;
- k) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso;
- l) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual;
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do processo o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo.

3.2 Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 22 de março de 2012.

DALSON LUIS SALOMON  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL Nº. 022/2012  
Anexo I  
CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: MÉDICO CLÍNICO GERAL

- ERASTO DE MAIO NETTO

# Capinzal

## PREFEITURA

### **Contrato 0001/2012 - CIALAR**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0001/2012 - CIALAR

Pregão Presencial 0001/2012

Processo Licitatório Nº 0001/2012

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR - CIALAR

CONTRATADA: CELSO J. JASKIU MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de equipamentos e material permanente para manutenção das atividades do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar - CIALAR, recursos próprios.

VALOR R\$: 3.577,00

VIGÊNCIA: 23/03/2012 A 31/12/2012

### **Contrato 0009/2012 - FMASC**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0009/2012 - FMASC

Pregão Presencial 0002/2012

Processo Licitatório Nº 0008/2012

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL

CONTRATADA: CELSO J. JASKIU MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de equipamentos e material permanente, para manutenção das atividades do Centro de Apoio e Desenvolvimento da Criança e do Adolescente - CECON, recursos próprios.

VALOR R\$: 5.476,00

VIGÊNCIA: 22/03/2012 A 31/12/2012

### **Termo Aditivo 001/2012 - FMASC - Contrato SUPERIOR 0063/2011**

TERMO ADITIVO 001/2012 - FMASC

CONTRATO SUPERIOR 0063/2011

Convite p/Obras e Serviços de Engenharia Nº 0029/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL

CONTRATADA: CONSTRULACER COM. E CONST.LACERDOPOLIS LTDA

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a supressão no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) conforme justificativa em anexo.

VALOR R\$: 33.814,80

VIGÊNCIA: 21/03/2012 A 30/04/2012

**RGF - Primeiro Bim 2012**

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

	Município de CAPINZAL - PODER EXECUTIVO	CONSOLIDADO
	Relatório de Gestão Fiscal	
	Demonstrativo da Despesa Com Pessoal	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	MARÇO/2011 A FEVEREIRO/2012	

+-----

LRF, art.55, inciso I, alínea 'a' - Anexo I

DESPESAS EXECUTADAS Últimos 12 Meses		
Despesa com Pessoal	LIQUIDADAS	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO- PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	16.212.893,69	0,00
Pessoal Ativo	15.115.077,87	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	586.851,67	0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1º da	510.964,15	0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS (art.19,§1º da LRF) (II)	1.367,90	0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	1.367,90	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos com recursos vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6º do art.57 da	0,00	0,00
Contribuições Patronais	0,00	0,00
DESPESA BRUTA COM PESSOAL-LEGISLATIVO(I)	633.690,64	0,00
Pessoal Ativo	633.690,64	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1º da	0,00	0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS-LEGISLATIVO (art.19,§1º da LRF) (I	0,00	0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos com recursos vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6º do art.57 da	0,00	0,00
Contribuições Patronais	0,00	0,00
<b>TOT.DESP.LÍQ.COM PES.P/FINS APUR.LIM.-TDP (IV) = (I-II+III)</b>	<b>16.845.216,43</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>		<b>45.957.224,29</b>
<b>% TOT.DESP.COM PES.PARA FINS DE APUR.DO LIM.-TDP sobre a RCL (IV/V) * 100</b>		<b>36,65%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>60,00%</b>	<b>27.574.334,57</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)</b>	<b>57,00%</b>	<b>26.195.617,85</b>

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor





+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
| Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |  
| Relatório de Gestão Fiscal |  
| Demonstrativo das Operações de Crédito |  
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
| JANEIRO A FEVEREIRO 2012/1º Bimestre |  
+-----+

LRF, art.55, inciso I, alínea 'd' e inciso III, alínea 'c' - Anexo IV

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		Operações Realizadas Até o 1º Bimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)		
Internas		0,00
Oper. de Cred. Int. P/prog. de Moder. da Adminis		0,00
Externas		0,00
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (II)		0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I+II)		0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	45.957.224,29	
% das Op.de Cred. Int.e Ext.Sobre a RCL		0,00
% das Op.de Cred. por Ant.de Rec Sobre a RCL		0,00
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas 16%	7.353.155,89	
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Oper.de Crédito por Antecipação de Rec. 7%	3.217.005,70	

DIRETOR  
SIDNEI PENSO

TÉC.CONTAB.CRC 1SC01781801  
MARIZA BRESSAN DE MORAES

[ www.cplinformatica.com.br ]

001

CONSOLIDADO

Município de CAPINZAL  
Relatório de Gestão Fiscal  
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/1º Bimestre

LRF, art.55, inciso III, alínea 'a' - Anexo V

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	11.814.081,14	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	50.084,24
Disponibilidade Financeira	11.814.081,14	Depósitos de Diversas Origens	50.084,24
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Banco	11.814.081,14	Do Exercício	0,00
Contas Movimento	11.774.081,14	De Exercícios Anteriores	0,00
Aplicações Financeiras	40.000,00	Outras Obrigações Financeiras	0,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>11.814.081,14</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>50.084,24</b>
<b>INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO</b>		<b>SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO</b>	
<b>EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)</b>	<b>11.763.996,90</b>
<b>TOTAL</b>	<b>11.814.081,14</b>	<b>TOTAL</b>	<b>11.814.081,14</b>
<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)</b>			<b>1.999.455,86</b>
<b>SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV)=(II-III)</b>			<b>9.764.541,04</b>

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
Disponibilidade Financeira	0,00	Depósitos de Diversas Origens	0,00
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Banco	0,00	Do Exercício	0,00
Contas Movimento	0,00	De Exercícios Anteriores	0,00
		Outras Obrigações Financeiras	0,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>
<b>INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO</b>		<b>SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO</b>	
<b>EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>
<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)</b>			<b>0,00</b>
<b>SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII)=(VI-VII)</b>			<b>0,00</b>
<b>DEFICIT</b>	<b>0,00</b>	<b>SUPERAVIT</b>	<b>9.764.541,04</b>

DIRETOR  
SIDNEI PENSO

TÉC.CONTAB.CRC 1SC01781801  
MARIZA BRESSAN DE MORAES

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

Município de CAPINZAL CONSOLIDADO

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo dos Restos a Pagar

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A FEVEREIRO 2012/1º Bimestre

LRF, art.55, inciso III, alínea 'b' - Anexo VI

PODER/ÓRGÃO	R E S T O S   A   P A G A R   I N S C R I T O S				EMPENHOS	SUFICIENCIA
	-----				CANCELADOS E	ANTES DA
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		NÃO INSCRITOS	INSCRIÇÃO EM
	(Processados)		(Não Processados)		POR	RESTOS A PAGAR
	-----				INSUFICIENCIA	NÃO
	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	FINANCEIRA	PROCESSADOS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA						
LEGISLATIVO						
CÂMARA MUNICIPAL DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.124,12
EXECUTIVO						
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	0,00	0,00	3.517.203,95	1.007.626,71	0,00	8.158.033,30
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA						
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	56.951,15	0,00	580.258,12
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.993,40
FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CAPINZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77.766,55
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	186.267,95
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	2.388,17	0,00	82.010,68
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CA	0,00	0,00	136.507,91	0,00	0,00	452.694,46
FUNDO MUN.DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	299.519,55
SERVICO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - S	0,00	0,00	578.965,14	932.489,83	0,00	2.504.530,09
Subtotal	0,00	0,00	4.232.677,00	1.999.455,86	0,00	12.423.074,10
TOTAL	0,00	0,00	4.232.677,00	1.999.455,86	0,00	12.499.198,22

F O N T E D E R E C U R S O S	R E S T O S A P A G A R I N S C R I T O S				EMPENHOS	SUFICIENCIA
	-----				CANCELADOS E	ANTES DA
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		NÃO INSCRITOS	INSCRIÇÃO EM
	(Processados)		(Não Processados)		POR	RESTOS A PAGAR
	-----				INSUFICIENCIA	NÃO
	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	FINANCEIRA	PROCESSADOS
ADMINISTRAÇÃO	0,00	99.981,14	0,00	135.820,03	0,00	0,00
AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	0,00	0,00	0,00	2.388,17	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	760.421,07	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	3.475,98	0,00	35.141,79	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	210.423,72	0,00	771.101,61	0,00	0,00
SAÚDE	0,00	0,00	0,00	6.979,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	11.391,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	1.312,50	0,00	0,00
URBANISMO	0,00	0,00	0,00	3.128,82	0,00	0,00
TOTAL	0,00	313.880,84	0,00	1.727.683,99	0,00	0,00

[ www.cplinformatica.com.br ]

001

Município de CAPINZAL  
Relatório de Gestão Fiscal  
Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Até o 2º Mes (Fev) de 2012

LRF, art.48 - Anexo VII

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	<u>VALOR</u>	<u>% SOBRE A RCL</u>
Tot.da Desp.Líquida com Pessoal nos 12 Ult.Meses	1.114.741,51	27,24
<u>Limite Maximo</u>	<u>2.209.764,58</u>	<u>54,00</u>
Limite Prudencial	2.099.276,35	51,30

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	<u>VALOR</u>	<u>% SOBRE A RCL</u>
Dívida Consolidada Liquida	-10.446.129,03	-255,27
<u>Limite Definido por Resolucao do Senado Federal</u>	<u>4.910.587,96</u>	<u>120,00</u>

<u>GARANTIAS DE VALORES</u>	<u>VALOR</u>	<u>% SOBRE A RCL</u>
Total da Garantias	1.557.686,06	38,07
<u>Limite Definido por Resolucao do Senado Federal</u>	<u>900.274,46</u>	<u>22,00</u>

<u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	<u>VALOR</u>	<u>% SOBRE A RCL</u>
Operações de Créditos Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Creditos por Antecipacao de Receita	0,00	0,00
Limite Definido Pelo Senado Federal para		
Operação de Crédito Internas e Externas	654.745,06	16,00
Limite Definido Pelo Senado Federal para		
Operação de Crédito por Antec. de Receita	286.450,96	7,00

	SUF.ANTES DA INSCRIÇÃO EM	INSCRIÇÃO EM
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR
	NÃO PROCES.	NÃO PROCES.
<u>Valor Apurado nos Demonstrativos Respektivos</u>	<u>1.999.455,86</u>	<u>11.814.081,14</u>

\_\_\_\_\_  
DIRETOR  
SIDNEI PENSO

\_\_\_\_\_  
TÉC.CONTAB.CRC 1SC01781801  
MARIZA BRESSAN DE MORAES

## RREO 1º Bim 2012

+[ CPL ]-----{ 001 }+	
	Município de CAPINZAL
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária
	Balanco Orçamentário
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO
-----	
LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I	

RECEITAS Categoria Econômica / Fontes	P R E V I S ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
	Inicial	p/ o Exercício (a)	Bimestre (b)	% (b/a)	até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	52.068.000,00	52.068.000,00	7.790.577,84	14,960	7.790.577,84	14,960	44.277.422,16
RECEITAS CORRENTES	51.272.096,75	51.272.096,75	7.790.577,84	15,190	7.790.577,84	15,190	43.481.518,91
RECEITA TRIBUTARIA	4.111.556,02	4.111.556,02	258.094,16	6,280	258.094,16	6,280	3.853.461,86
IMPOSTOS	2.835.486,40	2.835.486,40	238.645,33	8,420	238.645,33	8,420	2.596.841,07
TAXAS	354.132,64	354.132,64	19.448,83	5,490	19.448,83	5,490	334.683,81
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	921.936,98	921.936,98	0,00	0,000	0,00	0,000	921.936,98
RECEITA DE CONTRIBUICOES	685.940,76	685.940,76	119.059,56	17,360	119.059,56	17,360	566.881,20
CONTRIBUICOES SOCIAIS	15.049,13	15.049,13	0,00	0,000	0,00	0,000	15.049,13
CONTRIBUICOES ECONOMICAS	670.891,63	670.891,63	119.059,56	17,750	119.059,56	17,750	551.832,07
RECEITA PATRIMONIAL	454.406,47	454.406,47	103.486,59	22,770	103.486,59	22,770	350.919,88
RECEITAS IMOBILIARIAS	37.157,40	37.157,40	6.766,84	18,210	6.766,84	18,210	30.390,56
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	415.894,32	415.894,32	95.818,74	23,040	95.818,74	23,040	320.075,58
RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	585,26	585,26	901,01	153,950	901,01	153,950	-315,75
Outras Receitas Patrimoniais	769,49	769,49	0,00	0,000	0,00	0,000	769,49
RECEITA AGROPECUARIA	56.952,89	56.952,89	3.098,80	5,440	3.098,80	5,440	53.854,09
Receita da Producao Vegetal	702,31	702,31	0,00	0,000	0,00	0,000	702,31
Receita da Producao Animal e derivados	65,01	65,01	0,00	0,000	0,00	0,000	65,01
Outras Receitas Agropecuarias	56.185,57	56.185,57	3.098,80	5,520	3.098,80	5,520	53.086,77
RECEITA INDUSTRIAL	650,30	650,30	0,00	0,000	0,00	0,000	650,30
RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	650,30	650,30	0,00	0,000	0,00	0,000	650,30
RECEITA DE SERVICOS	4.289.803,58	4.289.803,58	640.008,38	14,920	640.008,38	14,920	3.649.795,20
TRANSFERENCIAS CORRENTES	39.377.692,65	39.377.692,65	6.342.364,05	16,110	6.342.364,05	16,110	33.035.328,60
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	34.626.049,95	34.626.049,95	5.499.150,25	15,880	5.499.150,25	15,880	29.126.899,70
Transferencias de Instituicoes Privadas	19.370,04	19.370,04	0,00	0,000	0,00	0,000	19.370,04
Transferencias de Pessoas	4.020,29	4.020,29	0,00	0,000	0,00	0,000	4.020,29
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	4.728.252,37	4.728.252,37	843.213,80	17,830	843.213,80	17,830	3.885.038,57
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.295.094,08	2.295.094,08	324.466,30	14,140	324.466,30	14,140	1.970.627,78
MULTAS E JUROS DE MORA	376.038,45	376.038,45	60.538,72	16,100	60.538,72	16,100	315.499,73
INDENIZACOES E RESTITUICOES	136.349,80	136.349,80	16.427,37	12,050	16.427,37	12,050	119.922,43
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	591.781,35	591.781,35	218.678,25	36,950	218.678,25	36,950	373.103,10
RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	1.190.924,48	1.190.924,48	28.821,96	2,420	28.821,96	2,420	1.162.102,52
RECEITAS DE CAPITAL	795.903,25	795.903,25	0,00	0,000	0,00	0,000	795.903,25
OPERACOES DE CREDITO	700.000,00	700.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	700.000,00
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	700.000,00	700.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	700.000,00
ALIENACAO DE BENS	95.903,25	95.903,25	0,00	0,000	0,00	0,000	95.903,25
ALIENACAO DE BENS MOVEIS	69.554,85	69.554,85	0,00	0,000	0,00	0,000	69.554,85
ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	26.348,40	26.348,40	0,00	0,000	0,00	0,000	26.348,40
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	52.068.000,00	52.068.000,00	7.790.577,84	100,000	7.790.577,84	100,000	44.277.422,16
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	52.068.000,00	52.068.000,00	7.790.577,84	100,000	7.790.577,84	100,000	44.277.422,16
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII)=(V+VI)	52.068.000,00	52.068.000,00	7.790.577,84		7.790.577,84		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	217.080,28	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	217.080,28	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	217.080,28	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS Cat.Econômica/Grupo de Natureza	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar
	Inicial (d)	Cred.Adicion. (e)	Atualizada (f)=(d+e)	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício (g)	NÃO PROCESSADOS (h)	% ((g+h) /f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (VII)	52.068.000,00	3.474.009,58	55.542.009,58	6.387.518,72	6.387.518,72	4.388.062,86	4.388.062,86	0,00	7,90	51.153.946,72
DESPESAS CORRENTES	39.139.356,08	216.046,16	39.355.402,24	5.457.378,26	5.457.378,26	4.224.639,02	4.224.639,02	0,00	10,73	35.130.763,22
Pessoal e Encargos Sociais	19.225.128,39	217.080,28	19.442.208,67	2.645.260,22	2.645.260,22	2.602.145,01	2.602.145,01	0,00	13,38	16.840.063,66
Juros/Encargos da Dívida	357.000,00	0,00	357.000,00	19.251,52	19.251,52	19.251,52	19.251,52	0,00	5,39	337.748,48
Outras despesas Correntes	19.557.227,69	-1.034,12	19.556.193,57	2.792.866,52	2.792.866,52	1.603.242,49	1.603.242,49	0,00	8,20	17.952.951,08
DESPESAS DE CAPITAL	12.903.643,92	3.257.963,42	16.161.607,34	930.140,46	930.140,46	163.423,84	163.423,84	0,00	1,01	15.998.183,50
Investimentos	11.993.643,92	3.257.963,42	15.251.607,34	869.638,98	869.638,98	102.922,36	102.922,36	0,00	0,67	15.148.684,98
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	910.000,00	0,00	910.000,00	60.501,48	60.501,48	60.501,48	60.501,48	0,00	6,65	849.498,52
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	52.068.000,00	3.474.009,58	55.542.009,58	6.387.518,72	6.387.518,72	4.388.062,86	4.388.062,86	0,00	7,90	51.153.946,72
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento de Outras dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	52.068.000,00	3.474.009,58	55.542.009,58	6.387.518,72	6.387.518,72	4.388.062,86	4.388.062,86	0,00	7,90	51.153.946,72
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	3.402.514,98	-	-	-
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	52.068.000,00	3.474.009,58	55.542.009,58	6.387.518,72	6.387.518,72	7.790.577,84	7.790.577,84	0,00	7,90	51.153.946,72

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	Inicial	p/ o Exercício (a)	Bimestre (b)	% (b/a)	até o Bimestre (c)	% (c/a)	
	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar
	Inicial (d)	Cred.Adicion. (e)	Atualizada (f)=(d+e)	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício (g)	NÃO PROCESSADOS (h)	% ((g+h) /f)	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |  
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A					
DESAPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre				
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	% (F)	(F/B)		SALDO
	<b>DESAPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>52.068.000,00</b>	<b>55.542.009,58</b>	<b>6.387.518,72</b>	<b>6.387.518,72</b>	<b>4.388.062,86</b>	<b>4.388.062,86</b>	<b>100,00</b>	<b>7,90</b>	<b>51.153.946,72</b>	
01	LEGISLATIVA	1.285.000,00	1.285.000,00	138.042,54	138.042,54	138.042,54	138.042,54	3,15	10,74	1.146.957,46	
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	1.285.000,00	1.285.000,00	138.042,54	138.042,54	138.042,54	138.042,54	3,15	10,74	1.146.957,46	
	<b>Subtotal</b>	<b>1.285.000,00</b>	<b>1.285.000,00</b>	<b>138.042,54</b>	<b>138.042,54</b>	<b>138.042,54</b>	<b>138.042,54</b>	<b>3,15</b>	<b>10,74</b>	<b>1.146.957,46</b>	
04	ADMINISTRAÇÃO	7.139.699,46	7.139.699,46	849.837,71	849.837,71	681.266,29	681.266,29	15,53	9,54	6.458.433,17	
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	7.139.699,46	7.139.699,46	849.837,71	849.837,71	681.266,29	681.266,29	15,53	9,54	6.458.433,17	
	<b>Subtotal</b>	<b>8.424.699,46</b>	<b>8.424.699,46</b>	<b>987.880,25</b>	<b>987.880,25</b>	<b>819.308,83</b>	<b>819.308,83</b>	<b>18,67</b>	<b>9,73</b>	<b>7.605.390,63</b>	
06	SEGURANÇA PÚBLICA	419.658,00	419.658,00	49.586,99	49.586,99	34.919,39	34.919,39	0,80	8,32	384.738,61	
06.181	POLICIAMENTO	214.408,00	214.408,00	29.391,98	29.391,98	14.724,38	14.724,38	0,34	6,87	199.683,62	
06.182	DEFESA CIVIL	205.250,00	205.250,00	20.195,01	20.195,01	20.195,01	20.195,01	0,46	9,84	185.054,99	
	<b>Subtotal</b>	<b>8.844.357,46</b>	<b>8.844.357,46</b>	<b>1.037.467,24</b>	<b>1.037.467,24</b>	<b>854.228,22</b>	<b>854.228,22</b>	<b>19,47</b>	<b>9,66</b>	<b>7.990.129,24</b>	
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	958.422,22	958.422,22	32.213,31	32.213,31	31.702,22	31.702,22	0,72	3,31	926.720,00	
08.241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	67.480,00	67.480,00	7.758,44	7.758,44	7.758,44	7.758,44	0,18	11,50	59.721,56	
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	588.598,22	588.598,22	20.649,46	20.649,46	20.138,37	20.138,37	0,46	3,42	568.459,85	
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	302.344,00	302.344,00	3.805,41	3.805,41	3.805,41	3.805,41	0,09	1,26	298.538,59	
	<b>Subtotal</b>	<b>9.802.779,68</b>	<b>9.802.779,68</b>	<b>1.069.680,55</b>	<b>1.069.680,55</b>	<b>885.930,44</b>	<b>885.930,44</b>	<b>20,19</b>	<b>9,04</b>	<b>8.916.849,24</b>	
10	SAÚDE	7.331.214,47	7.331.214,47	723.286,27	723.286,27	666.335,12	666.335,12	15,19	9,09	6.664.879,35	
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	5.986.516,96	5.986.516,96	696.039,61	696.039,61	644.036,47	644.036,47	14,68	10,76	5.342.480,49	
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIA	37.500,00	37.500,00	866,00	866,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.500,00	
10.303	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	854.328,00	854.328,00	4.082,01	4.082,01	0,00	0,00	0,00	0,00	854.328,00	
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	68.000,00	68.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.000,00	
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	63.000,00	63.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.000,00	
10.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	321.869,51	321.869,51	22.298,65	22.298,65	22.298,65	22.298,65	0,51	6,93	299.570,86	
	<b>Subtotal</b>	<b>17.133.994,15</b>	<b>17.133.994,15</b>	<b>1.792.966,82</b>	<b>1.792.966,82</b>	<b>1.552.265,56</b>	<b>1.552.265,56</b>	<b>35,37</b>	<b>9,06</b>	<b>15.581.728,59</b>	
12	EDUCAÇÃO	10.895.216,37	11.869.225,95	2.046.739,62	2.046.739,62	1.236.035,70	1.236.035,70	28,17	10,41	10.633.190,25	
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	9.179.545,65	10.129.946,76	1.820.108,69	1.820.108,69	1.026.659,30	1.026.659,30	23,40	10,13	9.103.287,46	
12.362	ENSINO MÉDIO	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	
12.364	ENSINO SUPERIOR	18.000,00	18.000,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	1.568.670,72	1.592.279,19	213.392,93	213.392,93	209.138,40	209.138,40	4,77	13,13	1.383.140,79	
12.366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	30.000,00	30.000,00	238,00	238,00	238,00	238,00	0,01	0,79	29.762,00	
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	84.000,00	84.000,00	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84.000,00	
	<b>Subtotal</b>	<b>28.029.210,52</b>	<b>29.003.220,10</b>	<b>3.839.706,44</b>	<b>3.839.706,44</b>	<b>2.788.301,26</b>	<b>2.788.301,26</b>	<b>63,54</b>	<b>9,61</b>	<b>26.214.918,84</b>	
13	CULTURA	457.596,79	457.596,79	35.675,38	35.675,38	34.352,61	34.352,61	0,78	7,51	423.244,18	
13.391	PATROMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E AR	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	447.596,79	447.596,79	35.675,38	35.675,38	34.352,61	34.352,61	0,78	7,67	413.244,18	
	<b>Subtotal</b>	<b>28.486.807,31</b>	<b>29.460.816,89</b>	<b>3.875.381,82</b>	<b>3.875.381,82</b>	<b>2.822.653,87</b>	<b>2.822.653,87</b>	<b>64,33</b>	<b>9,58</b>	<b>26.638.163,02</b>	
15	URBANISMO	9.791.591,52	12.213.215,85	885.870,94	885.870,94	854.221,86	854.221,86	19,47	6,99	11.358.993,99	
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.130.000,00	1.130.000,00	86.442,33	86.442,33	85.412,61	85.412,61	1,95	7,56	1.044.587,39	
15.452	SERVIÇOS URBANOS	8.007.350,85	10.428.975,18	709.886,81	709.886,81	692.394,48	692.394,48	15,78	6,64	9.736.580,70	
15.453	TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	654.240,67	654.240,67	89.541,80	89.541,80	76.414,77	76.414,77	1,74	11,68	577.825,90	
	<b>Subtotal</b>	<b>38.278.398,83</b>	<b>41.674.032,74</b>	<b>4.761.252,76</b>	<b>4.761.252,76</b>	<b>3.676.875,73</b>	<b>3.676.875,73</b>	<b>83,79</b>	<b>8,82</b>	<b>37.997.157,01</b>	
16	HABITAÇÃO	330.000,00	330.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	330.000,00	
16.482	HABITAÇÃO URBANA	330.000,00	330.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	330.000,00	
	<b>Subtotal</b>	<b>38.608.398,83</b>	<b>42.004.032,74</b>	<b>4.761.252,76</b>	<b>4.761.252,76</b>	<b>3.676.875,73</b>	<b>3.676.875,73</b>	<b>83,79</b>	<b>8,75</b>	<b>38.327.157,01</b>	
17	SANEAMENTO	7.238.795,78	7.317.171,45	988.768,76	988.768,76	217.667,15	217.667,15	4,96	2,97	7.099.504,30	
17.511	SANEAMENTO BÁSICO RURAL	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00	
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	7.217.795,78	7.296.171,45	988.768,76	988.768,76	217.667,15	217.667,15	4,96	2,98	7.078.504,30	
	<b>Subtotal</b>	<b>45.847.194,61</b>	<b>49.321.204,19</b>	<b>5.750.021,52</b>	<b>5.750.021,52</b>	<b>3.894.542,88</b>	<b>3.894.542,88</b>	<b>88,75</b>	<b>7,90</b>	<b>45.426.661,31</b>	
18	GESTÃO AMBIENTAL	51.800,00	51.800,00	2.015,20	2.015,20	2.015,20	2.015,20	0,05	3,89	49.784,80	

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+  
 |  
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |  
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	14.800,00	14.800,00	2.015,20	2.015,20	2.015,20	2.015,20	0,05	13,62	12.784,80
18.543	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
18.544	RECURSOS HÍDRICOS	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
	<b>Subtotal</b>	<b>45.898.994,61</b>	<b>49.373.004,19</b>	<b>5.752.036,72</b>	<b>5.752.036,72</b>	<b>3.896.558,08</b>	<b>3.896.558,08</b>	<b>88,80</b>	<b>7,89</b>	<b>45.476.446,11</b>
20	AGRICULTURA	750.300,00	750.300,00	97.173,29	97.173,29	73.192,09	73.192,09	1,67	9,76	677.107,91
20.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
20.601	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	602.800,00	602.800,00	90.935,85	90.935,85	66.954,65	66.954,65	1,53	11,11	535.845,35
20.602	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL	19.500,00	19.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.500,00
20.604	DEPESA SANITÁRIA ANIMAL	44.000,00	44.000,00	6.237,44	6.237,44	6.237,44	6.237,44	0,14	14,18	37.762,56
20.606	EXTENÇÃO RURAL	44.000,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.000,00
	<b>Subtotal</b>	<b>46.649.294,61</b>	<b>50.123.304,19</b>	<b>5.849.210,01</b>	<b>5.849.210,01</b>	<b>3.969.750,17</b>	<b>3.969.750,17</b>	<b>90,47</b>	<b>7,92</b>	<b>46.153.554,02</b>
22	INDÚSTRIA	270.000,00	270.000,00	3.407,50	3.407,50	3.407,50	3.407,50	0,08	1,26	266.592,50
22.661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	270.000,00	270.000,00	3.407,50	3.407,50	3.407,50	3.407,50	0,08	1,26	266.592,50
	<b>Subtotal</b>	<b>46.919.294,61</b>	<b>50.393.304,19</b>	<b>5.852.617,51</b>	<b>5.852.617,51</b>	<b>3.973.157,67</b>	<b>3.973.157,67</b>	<b>90,54</b>	<b>7,88</b>	<b>46.420.146,52</b>
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	333.000,00	333.000,00	62.703,83	62.703,83	14.035,11	14.035,11	0,32	4,21	318.964,89
23.691	PROMOÇÃO COMERCIAL	66.314,60	66.314,60	5.069,81	5.069,81	4.167,41	4.167,41	0,10	6,28	62.147,19
23.695	TURISMO	266.685,40	266.685,40	57.634,02	57.634,02	9.867,70	9.867,70	0,22	3,70	256.817,70
	<b>Subtotal</b>	<b>47.252.294,61</b>	<b>50.726.304,19</b>	<b>5.915.321,34</b>	<b>5.915.321,34</b>	<b>3.987.192,78</b>	<b>3.987.192,78</b>	<b>90,86</b>	<b>7,86</b>	<b>46.739.111,41</b>
24	COMUNICAÇÕES	22.000,00	22.000,00	2.630,00	2.630,00	1.276,20	1.276,20	0,03	5,80	20.723,80
24.722	TELECOMUNICAÇÕES	22.000,00	22.000,00	2.630,00	2.630,00	1.276,20	1.276,20	0,03	5,80	20.723,80
	<b>Subtotal</b>	<b>47.274.294,61</b>	<b>50.748.304,19</b>	<b>5.917.951,34</b>	<b>5.917.951,34</b>	<b>3.988.468,98</b>	<b>3.988.468,98</b>	<b>90,89</b>	<b>7,86</b>	<b>46.759.835,21</b>
26	TRANSPORTE	1.546.000,00	1.546.000,00	146.348,45	146.348,45	117.054,91	117.054,91	2,67	7,57	1.428.945,09
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.546.000,00	1.546.000,00	146.348,45	146.348,45	117.054,91	117.054,91	2,67	7,57	1.428.945,09
	<b>Subtotal</b>	<b>48.820.294,61</b>	<b>52.294.304,19</b>	<b>6.064.299,79</b>	<b>6.064.299,79</b>	<b>4.105.523,89</b>	<b>4.105.523,89</b>	<b>93,56</b>	<b>7,85</b>	<b>48.188.780,30</b>
27	DESPORTO E LAZER	595.331,94	595.331,94	69.678,66	69.678,66	64.140,49	64.140,49	1,46	10,77	531.191,45
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	595.331,94	595.331,94	69.678,66	69.678,66	64.140,49	64.140,49	1,46	10,77	531.191,45
	<b>Subtotal</b>	<b>49.415.626,55</b>	<b>52.889.636,13</b>	<b>6.133.978,45</b>	<b>6.133.978,45</b>	<b>4.169.664,38</b>	<b>4.169.664,38</b>	<b>95,02</b>	<b>7,88</b>	<b>48.719.971,75</b>
28	ENCARGOS ESPECIAIS	2.627.373,45	2.627.373,45	253.540,27	253.540,27	218.398,48	218.398,48	4,98	8,31	2.408.974,97
28.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.627.373,45	2.627.373,45	253.540,27	253.540,27	218.398,48	218.398,48	4,98	8,31	2.408.974,97
	<b>Subtotal</b>	<b>52.043.000,00</b>	<b>55.517.009,58</b>	<b>6.387.518,72</b>	<b>6.387.518,72</b>	<b>4.388.062,86</b>	<b>4.388.062,86</b>	<b>100,00</b>	<b>7,90</b>	<b>51.128.946,72</b>
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
	<b>Subtotal</b>	<b>52.068.000,00</b>	<b>55.542.009,58</b>	<b>6.387.518,72</b>	<b>6.387.518,72</b>	<b>4.388.062,86</b>	<b>4.388.062,86</b>	<b>100,00</b>	<b>7,90</b>	<b>51.153.946,72</b>
	<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>TOTAL (III)=(I+II)</b>	<b>52.068.000,00</b>	<b>55.542.009,58</b>	<b>6.387.518,72</b>	<b>6.387.518,72</b>	<b>4.388.062,86</b>	<b>4.388.062,86</b>	<b>100,00</b>	<b>7,90</b>	<b>51.153.946,72</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
	<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

	Município de CAPINZAL	CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	MARÇO/2011 A FEVEREIRO/2012	

+-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						
	03/2011	04/2011	05/2011	06/2011	07/2011	08/2011	09/2011
RECEITAS CORRENTES (I)	3.633.154,60	3.785.652,98	4.896.561,28	3.869.589,59	4.371.216,36	4.477.752,99	3.766.466,92
Receita Tributária	160.400,71	265.002,41	805.755,81	239.870,43	241.698,34	235.815,07	224.275,49
IPTU	0,00	54.952,37	637.293,96	70.072,47	64.811,60	64.742,88	13.230,70
ISS	84.298,30	85.964,37	94.332,93	81.011,66	96.898,45	96.292,54	109.995,49
ITBI	28.634,64	33.744,77	28.617,66	49.857,74	44.646,85	34.870,36	66.551,77
IRRF	22.867,97	25.884,80	26.157,51	26.143,41	28.178,06	29.645,97	27.926,82
Outras	24.599,80	64.456,10	19.353,75	12.785,15	7.163,38	10.263,32	6.570,71
Receita de Contribuições	52.910,14	60.295,77	54.561,57	56.969,89	54.086,45	56.508,12	59.453,00
Receita Patrimonial	36.873,58	49.757,17	47.813,09	58.089,66	60.503,13	60.969,42	71.001,79
Receita Agropecuária	2.460,45	4.075,14	13.756,02	9.178,61	13.851,62	11.573,73	14.943,05
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	387.148,03	351.410,74	379.029,29	356.156,46	350.507,82	354.447,15	393.827,31
Transferências Correntes	2.895.963,96	2.987.619,57	3.526.075,11	3.081.339,07	3.587.122,47	3.684.638,84	2.929.310,82
Cota-Parte do FPM	610.477,26	809.185,68	928.775,85	838.285,61	713.109,29	735.584,99	587.240,74
Cota-Parte do ICMS	1.286.546,81	1.278.733,77	1.249.772,32	1.253.108,13	1.336.018,81	1.326.321,37	1.401.110,12
Cota-Parte do IPVA	128.076,47	125.681,14	147.052,16	139.360,30	148.309,61	125.054,80	141.607,17
Cota-Parte do ITR	10,00	112,94	139,07	2.187,75	129,83	173,34	2.782,36
Transf.da LC 87/1996	7.233,90	7.233,90	7.233,90	7.233,90	7.233,90	7.233,90	7.233,90
Transferência do FUNDEB	435.898,51	458.872,64	469.152,66	458.163,51	447.497,90	455.612,11	469.425,41
Outras Transferências	427.721,01	307.799,50	723.949,15	382.999,87	934.823,13	1.034.658,33	319.911,12
Demais Receitas Correntes	97.397,73	67.492,18	69.570,39	67.985,47	63.446,53	73.800,66	73.655,46
II-DEDUÇÕES	410.324,48	449.397,92	470.984,11	452.887,74	445.729,22	443.659,18	432.431,13
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	410.324,48	449.397,92	470.984,11	452.887,74	445.729,22	443.659,18	432.431,13
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	3.222.830,12	3.336.255,06	4.425.577,17	3.416.701,85	3.925.487,14	4.034.093,81	3.334.035,79

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+

|

| Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| MARÇO/2011 A FEVEREIRO/2012 |

+-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão	
	10/2011	11/2011	12/2011	01/2012	Mes Atual	TOTAL	Atualizada	
RECEITAS CORRENTES (I)	5.139.345,98	4.041.134,34	4.744.204,24	4.909.987,02	3.865.717,26	51.500.783,56	57.572.057,70	
Receita Tributária	161.770,47	217.245,40	252.541,15	116.739,10	141.355,06	3.062.469,44	4.111.556,02	
IPTU	6.570,86	12.400,88	10.756,43	0,00	0,00	934.832,15	1.048.171,96	
ISS	90.781,46	112.911,75	133.532,95	59.557,36	83.683,47	1.129.260,73	1.083.763,45	
ITBI	26.830,00	47.904,37	24.764,98	12.880,00	20.883,35	420.186,49	300.579,92	
IRRF	30.249,62	29.894,86	50.359,02	34.915,25	26.725,90	358.949,19	402.971,07	
Outras	7.338,53	14.133,54	33.127,77	9.386,49	10.062,34	219.240,88	1.276.069,62	
Receita de Contribuições	0,00	115.319,31	58.290,74	59.779,65	59.279,91	687.454,55	685.940,76	
Receita Patrimonial	54.609,35	64.510,51	67.223,56	55.168,25	48.318,34	674.837,85	454.406,47	
Receita Agropecuária	10.828,10	10.080,16	12.362,40	2.994,80	104,00	106.208,08	56.952,89	
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	650,30	
Receita de Serviços	353.340,49	363.771,10	397.126,61	283.924,56	356.083,82	4.326.773,38	4.289.803,58	
Transferências Correntes	4.486.263,61	3.197.786,31	3.849.449,25	4.163.056,04	3.164.434,45	41.553.059,50	45.677.653,60	
Cota-Parte do FPM	771.886,49	815.527,64	1.371.441,62	861.971,49	1.042.685,47	10.086.172,13	12.084.681,56	
Cota-Parte do ICMS	1.416.364,05	1.435.476,64	1.476.364,71	1.477.090,47	1.289.467,17	16.226.374,37	17.522.909,16	
Cota-Parte do IPVA	120.809,66	96.819,78	51.336,65	83.613,90	120.012,14	1.427.733,78	1.389.228,75	
Cota-Parte do ITR	16.665,05	247,01	863,61	214,48	143,25	23.668,69	55.118,64	
Transf.da LC 87/1996	7.233,90	7.233,90	7.233,90	7.279,20	7.279,20	86.897,40	117.565,75	
Transferência do FUNDEB	492.538,78	490.102,16	507.799,58	529.297,54	492.955,05	5.707.315,85	5.373.888,77	
Outras Transferências	1.660.765,68	352.379,18	434.409,18	1.203.588,96	211.892,17	7.994.897,28	9.134.260,97	
Demais Receitas Correntes	72.533,96	72.421,55	107.210,53	228.324,62	96.141,68	1.089.980,76	2.295.094,08	
II-DEDUÇÕES	472.858,87	476.914,56	503.245,62	488.356,78	496.769,66	5.543.559,27	6.315.010,08	
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.049,13	
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	472.858,87	476.914,56	503.245,62	488.356,78	496.769,66	5.543.559,27	6.299.960,95	
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	4.666.487,11	3.564.219,78	4.240.958,62	4.421.630,24	3.368.947,60	45.957.224,29	51.257.047,62	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

	Município de CAPINZAL	CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
	Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão	
	Orçamento da Seguridade Social	
	JANEIRO A FEVEREIRO 2012	

+-----+

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2011				Em 31 de Dez. de 2011				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.517.203,95	0,00	438.466,85	3.078.737,10	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	136.507,91	0,00	46.459,90	90.048,01	
FUNDO MUN.DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVICO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SIMAE - CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	578.965,14	0,00	209.740,25	369.224,89	
LEGISLATIVO										
CÂMARA MUNICIPAL DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
TOTAL (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.232.677,00	0,00	694.667,00	3.538.010,00	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2011				Em 31 de Dez. de 2011				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIN ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

| Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |

| Orçamento da Seguridade Social |

| JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |

+-----+

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS</b>					
Total das Receitas Previdenciárias (V=I+II+III+IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS</b>					
Total das Despesas Previdenciárias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

<b>RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS</b>	<b>Previsão Orçamentária</b>	
Valor	0,00	

	Período de Referencia		
	Mês Anterior(01/2012)	Exercício Anterior(2011)	Exercício Atual(2012)
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>			

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS</b>					
Total das Receitas Previdenciárias Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS</b>					
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

	Município de CAPINZAL	CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
	Demonstrativo do Resultado Nominal	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO	

+-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual (C)
Divida Consolidada (I)	1.557.686,06	1.557.686,06	1.497.184,58
DEDUÇÕES (II)	9.136.716,12	9.136.716,12	11.814.081,14
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.136.716,12	9.136.716,12	11.814.081,14
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-7.579.030,06	-7.579.030,06	-10.316.896,56
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-7.579.030,06	-7.579.030,06	-10.316.896,56

	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	-2.737.866,50	-2.737.866,50

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	-43.780,22

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo do Resultado Primário |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |  
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão	RECEITAS REALIZADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Receitas Primarias Correntes (I)	50.856.034,31	7.694.759,10	7.694.759,10	6.299.323,66
Receita Tributária	4.111.556,02	258.094,16	258.094,16	246.599,32
IPTU	1.048.171,96	0,00	0,00	547,77
ISS	1.083.763,45	143.240,83	143.240,83	113.880,82
IRRF	402.971,07	61.641,15	61.641,15	59.400,10
ITBI	300.579,92	33.763,35	33.763,35	34.244,29
Outras	1.276.069,62	19.448,83	19.448,83	38.526,34
Receita de Contribuição	685.940,76	119.059,56	119.059,56	110.520,70
Outras Contribuições	685.940,76	119.059,56	119.059,56	110.520,70
Receita Patrimonial Líquida	38.344,03	7.667,85	7.667,85	5.392,25
Receita Patrimonial	454.406,47	103.486,59	103.486,59	73.946,79
(-) Aplicações Financeiras	416.062,44	95.818,74	95.818,74	68.554,54
Transferências Correntes	39.377.692,65	6.342.364,05	6.342.364,05	4.980.806,80
FPM	9.667.745,25	1.523.725,65	1.523.725,65	1.442.507,37
ICMS	14.018.327,33	2.213.246,30	2.213.246,30	1.915.335,76
Outras Transferências	15.691.620,07	2.605.392,10	2.605.392,10	1.622.963,67
Demais Receitas Correntes	6.642.500,85	967.573,48	967.573,48	956.004,59
Dívida Ativa	591.781,35	218.678,25	218.678,25	212.280,42
Diversas Receitas Correntes	6.050.719,50	748.895,23	748.895,23	743.724,17
Receitas de Capital (II)	795.903,25	0,00	0,00	30.000,00
(-) Operações de Crédito (III)	700.000,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Ativos (V)	95.903,25	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	0,00	0,00	0,00	30.000,00
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	50.856.034,31	7.694.759,10	7.694.759,10	6.329.323,66

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	39.355.402,24	4.224.639,02	4.224.639,02	3.877.063,78
Pessoal e Encargos Sociais	19.248.575,58	2.602.145,01	2.602.145,01	2.349.985,83
Outras Despesas Correntes	19.749.826,66	1.603.242,49	1.603.242,49	1.511.768,35
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	357.000,00	19.251,52	19.251,52	15.309,60
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	38.998.402,24	4.205.387,50	4.205.387,50	3.861.754,18
Despesas de Capital (XI)	16.161.607,34	163.423,84	163.423,84	22.433,77
Investimentos	15.251.607,34	102.922,36	102.922,36	11.326,89
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	910.000,00	60.501,48	60.501,48	11.106,88
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	15.251.607,34	102.922,36	102.922,36	11.326,89
Reserva de Conting. (XVI)	25.000,00	0,00	0,00	0,00
DESP.PRIM.TOT. (XVIII)=X+XV+XVI+XVII	54.275.009,58	4.308.309,86	4.308.309,86	3.873.081,07
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-3.418.975,27	3.386.449,24	3.386.449,24	2.456.242,59
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			217.080,28	

Discriminação da Meta Fiscal

Valor

Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia

56.584,16



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+  
|  
| Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |  
| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
| Demonstrativo do Resultado Primario |  
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
| JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |  
+-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

| Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |

+-----+

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada (a)	No Bimestre	Até o Bim. (b)	Realiz. (a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	700.000,00	0,00	0,00	700.000,00
Operacoes de Credito	700.000,00	0,00	0,00	700.000,00
Operacoes de Credito Internas	700.000,00	0,00	0,00	700.000,00
Operacoes de Credito Internas Contratuais	700.000,00	0,00	0,00	700.000,00
Oper. de Cred. Int. P/prog. de Moder. da Administracao Pub.	700.000,00	0,00	0,00	700.000,00

Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada (c)	No Bimestre	Até o Bim. (d)	Liquidar (c-d)
Despesas de Capital	16.161.607,34	163.423,84	163.423,84	15.998.183,50
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	16.161.607,34	163.423,84	163.423,84	15.998.183,50
--------------------------------	---------------	------------	------------	---------------

DIFERENÇA (A) - (B)	-15.461.607,34	-163.423,84	-163.423,84	-15.298.183,50
---------------------	----------------	-------------	-------------	----------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

| Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos |

| Orçamento da Seguridade Social |

| JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |

+-----+

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
	Atualizada(a)	Realizadas(b)	a Realizar(a-b)
<b>RECEITAS</b>			
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	95.903,25	0,00	95.903,25
Alienacao de Outros Bens Moveis	69.554,85	0,00	69.554,85
Alienacao de Outros Bens Imoveis	26.348,40	0,00	26.348,40
<b>Total</b>	<b>95.903,25</b>	<b>0,00</b>	<b>95.903,25</b>

	Dotação	Despesas	Saldo
	Atualizada(c)	Liquidadas(d)	a Realizar(c-d)
<b>DESPESAS</b>			
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	45.903,25	5.123,89	40.779,36
Despesas de Capital	45.903,25	5.123,89	40.779,36
Investimentos	45.903,25	5.123,89	40.779,36
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>45.903,25</b>	<b>5.123,89</b>	<b>40.779,36</b>

	Exercício Anterior(e)	Do Exercício(f)=(b-d)	Saldo Atual(e+f)
<b>Saldo Financeiro a Aplicar</b>	<b>7.422,91</b>	<b>-5.123,89</b>	<b>2.299,02</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor



[ www.cplinformatica.com.br ]

001

## Município de CAPINZAL

## Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

## Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

## JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanco Orcamentario - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	52.068.000,00
Previsão Atualizada da Receita	0,00	52.068.000,00
Receitas Realizadas	7.790.577,84	7.790.577,84
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	217.080,28
Déficit Orçamentário	0,00	3.474.009,58

Balanco Orcamentario - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	52.068.000,00
Dotação Atualizada	0,00	55.542.009,58
Despesas Empenhadas	6.387.518,72	6.387.518,72
Despesas Liquidadas	4.388.062,86	4.388.062,86
Superávit Orçamentario	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	6.387.518,72	6.387.518,72
Despesas Liquidadas	4.388.062,86	4.388.062,86

Receita Corrente Líquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	45.957.224,29

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciárias (III)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III-IV)	0,00	0,00

	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Res.Apur.até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultados Nominal e Primário			
Resultado Nominal	-43.780,22	-2.737.866,50	6253,6609
Resultado Primario	56.584,16	3.386.449,24	5984,8008

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	4.232.677,00	0,00	694.667,00	3.538.010,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00



[ www.cplinformatica.com.br ]

002

## Município de CAPINZAL

## Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

## Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

## JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

	Limites Constitucionais Anuais	
	Valor Apurado Até o Bim.	%Min.a Aplicar no Exercício
Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE		%Aplicado Até o Bim.
Min Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE		<25%/18%>
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Mag.Ens.Fund/Medio-D.Fed/Est.		60%
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Magist.com Ed.Inf.e Ens.Fund.		60%
Compl.União FUNDEB Min.10% Total Rec.FUNDEB - União		10%

Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito	0,00	700.000,00
Despesa de Capital Líquida	163.423,84	15.998.183,50

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	0,00	95.903,25
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	5.123,89	40.779,36

	Limites Constitucionais Anuais	
	Valor Apurado Até o Bim.	%Min.a Aplicar no Exercício
Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde		%Aplicado Até o Bim.
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde		

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0  
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno  
LUIZ CONTE - Diretor



# Catanduvas

## PREFEITURA

### **Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 0037/2012 - Edital de Pregão Presencial Nº 0018/2012**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0037/2012

EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 0018/2012

Objeto: Aquisição de produtos de higiene e limpeza, visando o desenvolvimento das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.

Abertura das Propostas: às 09h15 do dia 10 de abril de 2012.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível em 28 de março de 2012 no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 229.

Catanduvas - SC, 26 de março de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

### **Extrato de Contrato FMS Nº 0028/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0028/2012

Convite nº 0007/2012 (Processo Licitatório nº 0019/2012).

Objeto: Aquisição de materiais odontológicos visando o desenvolvimento da Secretaria Municipal Saúde.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: MF DE ALMEIDA E CIA LTDA.

Valor global contratado: R\$ 1.341,60 (um mil trezentos e quarenta e um reais e sessenta centavos).

Prazo de vigência: 1º de março de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 1º de março de 2012.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA

Secretária Municipal de Saúde.

### **Extrato de Contrato FMS Nº 0029/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0029/2012

Convite nº 0007/2012 (Processo Licitatório nº 0019/2012).

Objeto: Aquisição de materiais odontológicos visando o desenvolvimento da Secretaria Municipal Saúde.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: GUERRA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E ODONTOLOGICOS LTDA.

Valor global contratado: R\$ 16.769,31 (dezesesseis mil, setecentos e sessenta e nove reais e trinta e um centavos).

Prazo de vigência: 1º de março de 2012 até o dia 31 de dezembro

2012.

Data e assinatura do contrato: 1º de março de 2012.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA

Secretária Municipal de Saúde.

### **Extrato de Contrato FMS Nº 0030/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0030/2012

Convite nº 0007/2012 (Processo Licitatório nº 0019/2012).

Objeto: Aquisição de materiais odontológicos visando o desenvolvimento da Secretaria Municipal Saúde.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: UNIDENTAL LTDA ME.

Valor global contratado: R\$ 10.978,42 (dez mil novecentos e setenta e oito reais e quarenta e dois centavos).

Prazo de vigência: 1º de março de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 1º de março de 2012.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA

Secretária Municipal de Saúde.

### **Extrato de Contrato FMS Nº 0031/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0031/2012

Pregão nº 0011/2012 (Processo Licitatório nº 0022/2012).

Objeto: Aquisição de medicamentos controlados de Farmácia Básica, visando as atividades da Secretaria Municipal de Saúde e desenvolvimento Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITA-LARES LTDA.

Valor global contratado: R\$ 30.120,00 (trinta mil cento e vinte reais).

Prazo de vigência: 15 de março de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 15 de março de 2012.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA

Secretária Municipal de Saúde.

### **Extrato de Contrato FMS Nº 0032/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0032/2012

Pregão nº 0011/2012 (Processo Licitatório nº 0022/2012).

Objeto: Aquisição de medicamentos controlados de Farmácia Básica, visando as atividades da Secretaria Municipal de Saúde e desenvolvimento Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPI-TALARES LTDA.

Valor global contratado: R\$ 26.275,80 (vinte e seis mil, duzentos

e setenta e cinco reais e oitenta centavos).  
Prazo de vigência: 15 de março de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 15 de março de 2012.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA  
Secretária Municipal de Saúde.

#### **Extrato de Contrato FMS Nº 0033/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0033/2012  
Pregão nº 0011/2012 (Processo Licitatório nº 0022/2012).

Objeto: Aquisição de medicamentos controlados de Farmácia Básica, visando as atividades da Secretaria Municipal de Saúde e desenvolvimento Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

Valor global contratado: R\$ 38.482,89 (trinta e oito mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e oitenta e nove centavos).

Prazo de vigência: 15 de março de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 15 de março de 2012.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA  
Secretária Municipal de Saúde.

#### **Extrato de Contrato FMS Nº 0034/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0034/2012  
Pregão nº 0011/2012 (Processo Licitatório nº 0022/2012).

Objeto: Aquisição de medicamentos controlados de Farmácia Básica, visando as atividades da Secretaria Municipal de Saúde e desenvolvimento Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.

Valor global contratado: R\$ 41.316,00 (quarenta e um mil trezentos e dezesseis reais).

Prazo de vigência: 15 de março de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 15 de março de 2012.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA  
Secretária Municipal de Saúde.

#### **Extrato de Contrato FMS Nº 0035/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0035/2012  
Pregão nº 0011/2012 (Processo Licitatório nº 0022/2012).

Objeto: Aquisição de medicamentos controlados de Farmácia Básica, visando as atividades da Secretaria Municipal de Saúde e desenvolvimento Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS

- SC.

CONTRATADO: DIMACI/MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA.

Valor global contratado: R\$ 2.860,00 (dois mil oitocentos e sessenta reais).

Prazo de vigência: 15 de março de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 15 de março de 2012.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA  
Secretária Municipal de Saúde.

#### **Extrato de Contrato Nº 0019/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0019/2012

Objeto: Autorização, especial, específica, precária e transitória de uso das instalações das dependências da escola isolada Oscar Rodrigues Da Nova, atualmente em desuso pela Administração, para utilização pela AUTORIZADA no desenvolvimento das atividades previstas em seus estatutos sociais.

PODER AUTORIZANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

AUTORIZADA: CLUBE DE MÃES RENOVAÇÃO.

A autorização de uso é outorgada sem a cobrança de locação.

Prazo de vigência: 1º de janeiro de 2012 até o dia 31 de dezembro de 2012.

Data e assinatura do contrato: 19 de janeiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

## Concórdia

### PREFEITURA

#### **Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico Nº 4/2012 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 4/2012- PMC

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a preparação de refeições nos CMEIS e Escolas do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação em Creches - PNAC e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme especificações constantes no(s) anexo(s) "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 19/04/2012.

Abertura: dia 19/04/2012 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2162.

Concórdia, SC, 26 de março de 2012  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico Nº 5/2012 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 5/2012- PMC

Objeto: aquisição de hortifrutigranjeiros para preparação de refeições nos CMEIS e Escolas do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação em Creches -PNAC e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme especificações constantes no(s) anexo(s) "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 23/04/2012.

Abertura: dia 23/04/2012 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 22 de março de 2012  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico SRP Nº 03/2012 - FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 03/2012 - FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de medicamentos para os Programas e Farmácia Básica da Policlínica Concórdia do Fundo Municipal de Saúde.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 10/04/2012.

Início da Sessão: dia 10/04/2012, às 08h e 30min, no endereço eletrônico <https://cidadecompras.cnm.org.br>, horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site <https://cidadecompras.cnm.org.br>. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0\*\*49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 26 de março de 2012.  
GENAIR LOURDES BOGONI  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

**Edital de Tomada de Preços Nº 24/2012 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 24/2012 - PMC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de elaboração de projetos, fiscalização de obras e consultoria na área de engenharia mecânica, em vários locais, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "D" do Edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 25/04/2012.

Abertura: dia 26/04/2012, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à

disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2162.

Concórdia, SC, 26 de março de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**ERRATA ao Edital de Licitação DA Concorrência Nº 2/2012 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

ERRATA AO EDITAL DE LICITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 2/2012 - PMC

No edital de licitação Concorrência 2/2012 - PMC, disponível no site: [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br) link licitações. No anexo "D" relação de itens, onde se lê: Preço Unitário Máximo leia-se: Preço Unitário Mínimo. Os prazos para protocolo dos envelopes de habilitação e a abertura da licitação continuam marcados para a mesma data e horário.

Informações complementares: a Errata, em inteiro teor, está à disposição dos interessados no home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (0 \*\* 49) 3441-2207

Concórdia, SC, 26 de março de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretaria Municipal de Administração

**Comunicação de Interposição Recursal Tomada de Preços Nº 11/2012 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

TOMADA DE PREÇO Nº 11/2012 - PMC

Objeto: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão-de-obra e equipamentos) para execução de obra de reforma da Escola Básica Municipal Waldemar Pfeiffer, neste Município.

**COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL**

Para fins do disposto no § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, comunicamos as seguintes licitantes: LUPA CONTRUÇÕES LTDA ME, PAULO ANTONIO BALBINOT ME, MATHEI ENGENHARIA LTDA, KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA EPP e ENGASTE PROJETOS, CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA EPP, que a licitante: FORMATTO ENGENHARIA LTDA EPP, interpôs, na data de 26 de março de 2012, recurso administrativo pugnando pela revisão do julgamento da fase de habilitação do certame. Desejando, V. Sª poderão impugná-los, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da publicação deste aviso, estando os autos abertos à consulta desde já.

Concórdia, SC, 26 de março de 2012.

NAIR KOPPE VOGT

Vice Presidente da CPL



**Convocação Para Assinatura de Contrato Pregão Presencial Nº 3/2012 - FMEC**

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2012 - FMEC

**CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO**

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES vem por meio desta, convocar o representante legal da empresa G. RAUBER TRANSPORTES ME, inscrita no CNPJ sob nº 12.787.851/0001-05, com sede na Rua Nelson Arend, 317, Bairro da Gruta, Concórdia, SC, para comparecer junto a Diretoria de Compras, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro, nesta, para assinatura do Contrato originado através da licitação em referência.

O não comparecimento dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, conforme previsto no Item 15.1 do edital acarretará na aplicação das penas prevista no item 17 do Edital.

Concórdia, SC, 26 de março de 2012.

GIL ARTIFON

Superintendente da FMEC

## Cordilheira Alta

**PREFEITURA****Decreto Nº 20/2012**

DECRETO Nº 20 DE 22 DE MARÇO DE 2012.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e art. 8º da Lei Municipal nº 975 de 07 de dezembro de 2011,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 63.775,68 para a seguinte dotação orçamentária:

04 - Secretaria Municipal da Educação

04.01 - Secretaria Municipal da Educação

04.01.12.368.2506.1.009-4.4.90.00 - 03.58 - 96 - Aplicações Diretas 63.775,68

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro da Fonte de Recursos Vinculados (03.58 - Salário Educação) no valor de R\$ 63.775,68.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 22 de março de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**Portaria Nº 111/2012**

PORTARIA Nº 111/2012, DE 21 DE MARÇO DE 2012

"CONSTITUI COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 003/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, em especial o Art. 70, V da Lei Orgânica Municipal:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear os membros que constituirão a Comissão para acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital nº 003/2012:

Marga Mocellin Giacomini - Presidente

Flavia Perim - Membro

Nilvete Saror Atuatti - Membro

Art. 2º. A Comissão terá a incumbência de analisar as inscrições e documentação dos candidatos, acompanhar a realização das provas, receber o resultado final, analisar as impugnações se houverem e realizar demais deliberações que se fizerem necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 21 de março de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

**Portaria Nº 112/2012**

PORTARIA Nº. 112/2012, DE 21 DE MARÇO DE 2012

"DESIGNA SERVIDORA MUNICIPAL PARA REALIZAR AS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, OBJETO DO EDITAL Nº. 003/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que o cargo lhe confere, em especial o Art. 70, V da Lei Orgânica Municipal:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar a servidora municipal, Sra. FLAVIA PERIM, ocupante do cargo de Gerente de Educação, 40hs semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para realizar as inscrições do Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital nº 003/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 21 de março de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

**Portaria Nº 113/2012**

PORTARIA Nº. 113/2012, DE 22 DE MARÇO DE 2012

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"



RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto nº 067/2010:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, ao Servidor Municipal, Sr. IVO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Coordenador do Serviço Municipal de Abastecimento de Água, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 22 de março de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

**Notificação de Recebimento de Recursos Federais N. 12/03/2012****Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 12/03/2012

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		9.078,48
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	8.092,93
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	8.092,93
4.1.7.2.1.33.02.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB	6.592,25
4.1.7.2.1.33.05.00.00	Programa de Assistência Farmacêutica Básica	1.500,68
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	985,55
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	985,55
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	591,33
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	394,22

**Notificação de Recebimento de Recursos Federais N. 13/03/2012****Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 13/03/2012

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		4.165,56
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	4.165,56
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	4.165,56
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	2.499,34
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	1.666,22

**Notificação de Recebimento de Recursos Federais N. 14/03/2012****Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 14/03/2012

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		15.915,62
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	15.915,62
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	15.915,62
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	9.549,37
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	6.366,25

**Notificação de Recebimento de Recursos Federais N. 15/03/2012****Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 15/03/2012

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		19.094,71
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	19.094,71
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	19.094,71
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	11.456,83
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	7.637,88

**Notificação de Recebimento de Recursos Federais N. 16/03/2012****Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 16/03/2012

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		3.519,10
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	1.500,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	1.500,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGD-SUAS	1.500,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.019,10
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	2.019,10
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.211,46
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	807,64

**Notificação de Recebimento de Recursos Federais N. 19/03/2012****Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 19/03/2012

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		13.444,95
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	12.797,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	12.797,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	6.097,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00	Saúde da Família - SF	6.700,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	647,95
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	647,95
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	388,77
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	259,18

**Notificação de Recebimento de Recursos Federais N. 20/03/2012****Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 20/03/2012

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		26.526,66
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	30.318,43
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	30.318,43
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	30.318,43
4.1.7.2.1.01.02.01.00	FPM - 60 %	18.191,06
4.1.7.2.1.01.02.02.00	FPM - 25%	7.579,61
4.1.7.2.1.01.02.03.00	FPM - 15%	4.547,76
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.271,91
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	2.271,91
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.363,15
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	908,76
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-6.063,68
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-6.063,68
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - FPM	-6.063,68

**Notificação de Recebimento de Recursos Federais N. 21/03/2012****Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 21/03/2012

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		11.330,73
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	8.835,90
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	8.835,90
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transf. do Salário-Educação	8.835,90
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.494,83
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	2.494,83
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.496,90
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	997,93

**Notificação de Recebimento de Recursos Federais N. 22/03/2012****Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 22/03/2012

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		8.930,24
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	1.687,50
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	1.687,50
4.1.7.2.1.34.03.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBT	1.000,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGDB	687,50
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	7.242,74
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	7.242,74
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.345,64
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	2.897,10

# Corupá

## PREFEITURA

### Portaria Nº 1790/12

PORTARIA Nº 1790/12

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA KAMILA RABELLO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

#### RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. KAMILA RABELLO, a partir de 01 de março de 2012, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 30 de novembro de 2012, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, com carga horária de 30 horas semanais, em virtude da implantação do PAE (Programa Abraçando o Esporte) do Sesi SC, através do Programa Atleta do Futuro (PAF), que será desenvolvido nos ginásios de esporte das escolas, campos de futebol e quadras de areia nas comunidades. O PAE/PAF terá oito núcleos e objetiva oferecer mais qualidade de vida e incentivo ao esporte educacional de inclusão, buscando o desenvolvimento integral, ocupando o tempo ocioso das crianças e adolescentes, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 06 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### Portaria Nº 1791/12

PORTARIA Nº 1791/12

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA LUIZA JANTSCH.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

#### RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. LUIZA JANTSCH, a partir de 01 de março de 2012, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 07 de dezembro de 2012, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em virtude da substituição da professora Cristiane Denise Dalmann Krazewsky, que desenvolve projeto no laboratório de informática da escola, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 06 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### Portaria Nº 1792/12 - Autoriza a Contratação Funcional por Tempo Determinado Como Professor ACT, A SRA FLAVIA MARIANE VIESNIEWSKY HAUFFE.

PORTARIA Nº 1792/12

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA FLAVIA MARIANE VIESNIEWSKY HAUFFE.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

#### RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. FLAVIA MARIANE VIESNIEWSKY HAUFFE, a partir de 01 de março de 2012, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 07 de dezembro de 2012, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em virtude da substituição da professora Ingrid Gobi, que desenvolve trabalho de coordenação pedagógica na escola, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 06 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### Portaria Nº 1793/12 - Autoriza a Contratação Funcional por Tempo Determinado Como Professor ACT, A SRA ROSANA FERREIRA.

PORTARIA Nº 1793/12

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA ROSANA FERREIRA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

#### RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. ROSANA FERREIRA, a partir de 01 de março de 2012, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 07 de dezembro de 2012, para atender a necessidade temporária

de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, em virtude da substituição da professora Sirlene Maria Moraes, que desenvolve trabalhos de coordenação da Educação Ambiental, por meio de projetos desenvolvidos na Secretaria de Educação e escolas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 06 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1794/12 - Autoriza a Contratação Funcional por Tempo Determinado Como Professor ACT, A SRA LIDIA ROSA WEECK.**

PORTARIA Nº 1794/12

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA LIDIA ROSA WEECK.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. LIDIA ROSA WEECK, a partir de 01 de março de 2012, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 07 de dezembro de 2012, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em virtude da substituição da professora Mônica Von Tonemann Gessner, que foi transferida para o Caeco (Centro de Atendimento de Educação Especial de Corupá), lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 06 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1795/12 - Autoriza a Contratação Funcional por Tempo Determinado Como Auxiliar de Serviços Gerais, A SRA SCHIRLEI ELIANE BECKER.**

PORTARIA Nº 1795/12

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, A SRA SCHIRLEI ELIANE BECKER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09

de 15 de dezembro de 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. SCHIRLEI ELIANE BECKER, a partir de 01 de março de 2012, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 18 de abril de 2012, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 44 horas semanais, em virtude da substituição da funcionária efetiva Veraci Dias Dambiski, que está em tratamento de saúde, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 06 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1796/12 - Autoriza a Contratação Funcional por Tempo Determinado Como Médico Ginecologista, O SR EROS CASTRO.**

PORTARIA Nº 1796/12

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO MÉDICO GINECOLOGISTA, O SR EROS CASTRO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do Sr. EROS CASTRO, a partir de 01 de março de 2012, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 10 de dezembro de 2012, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Médico Ginecologista, com carga horária de 10 horas semanais, em virtude da inexistência de candidato classificado em concurso público. A contratação será por tempo determinado até preenchimento da vaga em concurso público, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 06 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal



**Portaria Nº 1797/12 - Autoriza a Contratação Funcional por Tempo Determinado Como Professor ACT, A SRA JANETE APARECIDA MENEL.**

PORTARIA Nº 1797/12

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA JANETE APARECIDA MENEL.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. JANETE APARECIDA MENEL, a partir de 12 de março de 2012, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 07 de dezembro de 2012, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, em virtude da escola ter na matrícula da educação infantil e ensino fundamental, alunos com necessidades especiais, sendo que o professor necessita de auxiliar neste atendimento. A inclusão está garantida da LDB, artigo 4º, III: "Garantir atendimento especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede de ensino", lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 12 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1798/12 - Autoriza a Contratação Funcional por Tempo Determinado Como INSTRUTOR de KARATE, O SR RUBENS MARTINS de LIMA.**

PORTARIA Nº 1798/12

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO INSTRUTOR DE KARATE, O SR RUBENS MARTINS DE LIMA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do Sr. RUBENS MARTINS DE LIMA, a partir de 13 de março de 2012, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 07 de dezembro de 2012, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Instrutor de Karate, com carga horária de 40 horas semanais, em virtude da inexistência de candidato classificado em concurso público para o referido cargo, lotado na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 13 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1799/12 - Nomeia a Sra. IVONE TEREZINHA DA SILVA CANDIOTTO, Para Ocupar o Cargo de Auxiliar de Setor.**

PORTARIA Nº 1799/12

NOMEIA A SRA. IVONE TEREZINHA DA SILVA CANDIOTTO, PARA OCUPAR O CARGO DE AUXILIAR DE SETOR.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Nomeia para ocupar o cargo de Auxiliar de Setor a Sra. IVONE TEREZINHA DA SILVA CANDIOTTO, classificada em 33º lugar no Concurso Público nº 001/2011, com o vencimento mensal de Fator - 09, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A nomeada deverá tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 51º, 52º da Lei Complementar nº 014/09.

Parágrafo único: não sendo cumprido o prazo mencionado, o ato de nomeação será anulado nos termos do artigo 53º da Lei Complementar nº 014/09.

Art. 3º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 13 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1800/12 - Nomeia a Sra. JULIANA VOIT KUHLL, Para Ocupar o Cargo de Auxiliar de Setor.**

PORTARIA Nº 1800/12

NOMEIA A SRA. JULIANA VOIT KUHLL, PARA OCUPAR O CARGO DE AUXILIAR DE SETOR.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Nomeia para ocupar o cargo de Auxiliar de Setor a Sra. JULIANA VOIT KUHLL, classificada em 34º lugar no Concurso Público nº 001/2011, com o vencimento mensal de Fator - 09, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A nomeada deverá tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 51º, 52º da Lei Complementar nº 014/09.

Parágrafo único: não sendo cumprido o prazo mencionado, o ato de nomeação será anulado nos termos do artigo 53º da Lei

Complementar nº 014/09.

Art. 3º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 13 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1801/12 - Nomeia a Sra. ANA JUDITH RAFAELI RODRIGUES JANTSCH, Para Ocupar o Cargo de Merendeira.**

PORTARIA Nº 1801/12

NOMEIA A SRA. ANA JUDITH RAFAELI RODRIGUES JANTSCH, PARA OCUPAR O CARGO DE MERENDEIRA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Nomeia para ocupar o cargo de Merendeira a Sra. ANA JUDITH RAFAELI RODRIGUES JANTSCH, classificada em 2º lugar no Concurso Público nº 001/2011, com o vencimento mensal de Fator - 02, com carga horária de 44 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A nomeada deverá tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 51º, 52º da Lei Complementar nº 014/09.

Parágrafo único: não sendo cumprido o prazo mencionado, o ato de nomeação será anulado nos termos do artigo 53º da Lei Complementar nº 014/09.

Art. 3º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 13 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1802/12 - Nomeia a Sra. HELOISA CRISTINA VANIN, Para Ocupar o Cargo de Advogada.**

PORTARIA Nº 1802/12

NOMEIA A SRA. HELOISA CRISTINA VANIN, PARA OCUPAR O CARGO DE ADVOGADA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Nomeia para ocupar o cargo de Advogada a Sra. HELOISA CRISTINA VANIN, classificada em 2º lugar no Concurso Público nº 001/2010, com o vencimento mensal de Fator - 41, com carga horária de 35 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de

Administração e Fazenda, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A nomeada deverá tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 51º, 52º da Lei Complementar nº 014/09.

Parágrafo único: não sendo cumprido o prazo mencionado, o ato de nomeação será anulado nos termos do artigo 53º da Lei Complementar nº 014/09.

Art. 3º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1803/12. - NOMEIA O SR. HILARIO SEIDEL Para O Cargo Em Comissão De Chefe Da Divisão Da Frota Municipal.**

PORTARIA Nº 1803/12.

NOMEIA O SR. HILARIO SEIDEL PARA O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DA DIVISÃO DA FROTA MUNICIPAL.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Complementar nº 014/09 de 15 de Dezembro de 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica nomeado para o cargo de Chefe da Divisão da Frota Municipal, percebendo a remuneração prevista no fator 28 no Anexo XI da Lei Complementar nº 014/09 de 15 de Dezembro de 2009, o Sr. HILARIO SEIDEL.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 12 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato de Ata de Registro de Preços 016/11 - Terceiro Termo Aditivo**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: [compras@corupa.sc.gov.br](mailto:compras@corupa.sc.gov.br) - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DE CONTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 016/11

TERCEIRO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 007/11

Modalidade Pregão Presencial nº 003/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: GENTE SEGURADORA S/A, com sede na Avenida

Carlos Gomes, 350 - Boa Vista, Porto Alegre-RS, representada neste ato, por seu representante legal, o Senhor MARCELO WAIS, CPF nº 632.005.380-15.

Objeto: eventuais aquisições de APÓLICE DE SEGURO PARA A FROTA DO MUNICÍPIO ATÉ O PRAZO DE 12 (DOZE) MESES.

Cláusula Primeira - Do Preço: Conforme disposto na Cláusula Terceira do Contrato firmado, altera-se o valor do Contrato no valor de R\$ 901,68 (novecentos e um reais e sessenta e oito centavos), referentes ao endosso de inclusão do veículo Renault Logan Express Hi-Flex, 1.6V - 8V 4P 0km - Placas MJJ2572.

Data da Assinatura: 23/05/2011

Data da Vigência: 01/03/2012

LUIS CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

## Forquilha

### PREFEITURA

#### **Lei Nº 1.787, De 22 de Março de 2012.**

LEI Nº 1.787, DE 22 DE MARÇO DE 2012.

ALTERA E ACRESCE DISPOSITIVOS À LEI Nº 007, DE 20 DE OUTUBRO DE 1990 E À LEI Nº 1.729, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o inciso VI do art. 2º da Lei nº 007, de 20 de outubro de 1990, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“VI - Isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incidente sobre a construção ou ampliação, bem como das reformas ou demolições que se façam necessárias ao atendimento do projeto a ser empreendido.”

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 007, de 20 de outubro de 1990.

Art. 3º Fica acrescido o inciso VII ao art. 3º da Lei nº 1.729, de 14 de outubro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“VII - Isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incidente sobre a construção ou ampliação, bem como das reformas ou demolições que se façam necessárias ao atendimento do projeto a ser empreendido.”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor da dada de sua publicação.

Art. 5º Revogam as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 22 de março de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 22 de março de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

#### **Lei Nº 1.788, De 22 de Março de 2012.**

LEI Nº 1.788, DE 22 DE MARÇO DE 2012.

AUTORIZA A AQUISIÇÃO DA ÁREA DE TERRA QUE ESPECIFICA POR COMPRA, PERMUTA OU DESAPROPRIAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a adquirir por compra, permuta ou desapropriação uma área de terra com 1.875,00m² (um mil oitocentos e setenta e cinco metros quadrados), dentro de uma área maior, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, sob o nº. 5.825, de propriedade de Nova Próspera Mineração S/A, que se destinará a construção de casas populares, conforme croqui em anexo, com as confrontações a seguir descritas:

Norte	- 25,00 metros	com Nova Próspera Mineração S/A;
Sul	- 25,00 metros	com Nova Próspera Mineração S/A;
Leste	- 211,70 metros	com a Rua Santa Barbara; e
Oeste	- 25,00 metros	com Nova Próspera Mineração S/A.

Art. 2º Pela aquisição do imóvel descrito no art. 1º desta lei será pago ao proprietário o valor definido pela Comissão de Avaliação do Município, evidenciado em laudo próprio.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 22 de março de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 22 de março de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº. 1.788/2012.

#### **Lei Nº 1.789, De 22 de Março de 2012.**

LEI Nº 1.789, DE 22 DE MARÇO DE 2012.

INCORPORA ÁREA DE TERRA QUE ESPECIFICA AO SÍTIO DO AEROPORTO REGIONAL DIOMÍCIO FREITAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam incorporados ao sítio do Aeroporto Regional Diomício Freitas, que se encontra sob a administração da Infraero - Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária, conforme anexo único desta Lei, as seguintes áreas:

I - um terreno com área de 4.512,00m² (quatro mil quinhentos e doze metros quadrados), dentro de uma área maior, registrado no 1º Ofício de Registros de Imóveis da Comarca de Criciúma, sob o nº. 34.192, de propriedade do Município Forquilha, conforme

Lei nº. 1.559, de 14 de junho de 2010;  
II - um terreno com área de 46.498,00m<sup>2</sup> (quarenta e seis mil quatrocentos e noventa e oito metros quadrados), registrado no 1º Ofício de Registros de Imóveis da Comarca de Criciúma, sob o nº 59.624, de propriedade do Município Forquilha, conforme Lei nº. 715, de 13 de junho de 2011.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 22 de março de 2012.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 22 de março de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº. 1.789/2012.

### **Lei Nº. 1.790, De 22 de Março de 2012.**

LEI Nº. 1.790, DE 22 DE MARÇO DE 2012.  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS PARA A SOCIEDADE LITERÁRIA E CARITATIVA SANTO AGOSTINHO, MANTENEDORA DO COLÉGIO SAGRADA FAMÍLIA DE FORQUILHINHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA  
Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a repassar recursos financeiros até o valor de R\$ 45.658,00 (quarenta e cinco mil seiscentos e cinquenta e oito reais) à SOCIEDADE LITERÁRIA E CARITATIVA SANTO AGOSTINHO, mantenedora do Colégio Sagrada Família de Forquilha, entidade filantrópica, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 177, de 26 de agosto de 1992, com sede à Rua João José Back, nº 370, Centro, Forquilha, Santa Catarina, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº. 92.736.040/0007-00, de acordo com projeto de captação de recursos junto ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, de acordo com a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei Municipal nº 1.488, de 28 de outubro de 2009 e Resolução CONANDA nº 137, de 21 de janeiro de 2010, Decreto nº. 033, de 25 de abril de 2011 e Resolução CMDCA nº 001/2011.

Art. 2º Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente utilizados para o financiamento de projetos estão sujeitos à prestação de contas de gestão ao órgão de controle interno do Poder Executivo e ao Conselho de Direitos, bem como ao controle externo por parte do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

Parágrafo único. A prestação de contas será efetuada mediante demonstrativo de balancete financeiro, acompanhado de documentos fiscais originais ou cópias autenticadas.

Art. 3º As despesas correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 22 de março de 2012.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 22 de março de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

## **Fraiburgo**

### **PREFEITURA**

### **Decreto Nº 0081/2012**

DECRETO Nº 0081, DE 23 DE MARÇO DE 2012.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2134, de 15 de Fevereiro de 2012;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação Cultura e Esportes  
07.03 - Esportes  
27.812.0015.1021 - Construção/Reformas de Espaços para Práticas Esportivas  
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0200 (270)  
R\$ 1.500,00

Total R\$ 1.500,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2011, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 23 de Março de 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Decreto Nº 0082/2012**

DECRETO Nº 0082, DE 26 DE MARÇO DE 2012.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº



2122, de 07 de Dezembro de 2011;

**DECRETA:**

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nas seguintes dotações:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura  
10.02 - Segurança Pública  
06.181.0024.2.051 - Manutenção da Segurança Pública  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas. 1.0201 (160) R\$ 5.000,00

Total R\$ 5.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura  
10.02 - Segurança Pública  
06.181.0024.2.051 - Manutenção da Segurança Pública  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas. 1.0201 (154) R\$ 5.000,00

Total R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

FRAIBURGO, 26 de Março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Decreto Nº 0083/2012**

DECRETO Nº 0083, DE 26 DE MARÇO DE 2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o disposto no artigo 17 da Lei Nº 2122, de 07 de dezembro de 2011 e o disposto no item 4,2 da Nota Técnica Nº 509/2006-GEACC/CCONT-STN de 27 de março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional;

**DECRETA:**

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.125,00 (um mil, centos e vinte e cinco reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura  
10.01 - Secretaria de Infraestrutura  
15.451.0023.1.033 - Pavimentação e Urbanização de Ruas, Av. e Logradouros Públicos  
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.9227 (259) R\$ 1.125,00

Total R\$ 1.125,00

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior correrão à conta do Convênio/Contrato de Repasse: Nº 0315275-83/2009 do Ministério das Cidades celebrado com o Município de Fraiburgo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

FRAIBURGO, 26 de Março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 0797/2012**

PORTARIA Nº 0797 DE 23 DE MARÇO DE 2012.

Designa Fiscal de Obra decorrente de

Contrato Administrativo.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar FRANCIELY MORAES PEREGO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 045.330.749-36, contratada em caráter temporário na função de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 9136, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT12PMF77, Processo Administrativo Licitatório nº 0038/2012, Tomada de Preços nº 0004/2012, cujo objeto é a execução de instalação de rede elétrica e lógica nos Centros de Educação deste município.

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 0798/2012**

PORTARIA N.º 0798 DE 26 DE MARÇO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0030, de 20 de outubro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MOTORISTA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANTONIO PAULO DIAS DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 458.532.829-72, contratado em caráter temporário na função de MOTORISTA, com

carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de abril de 2012 até 30 de setembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria Nº 0799/2012**

PORTARIA N.º 0799 DE 26 DE MARÇO DE 2012.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0029 de 19 de outubro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de REGIANE APARECIDA BATAGLION, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 046.793.899-74, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de abril de 2012 até 30 de setembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de março de 2012

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria Nº 0800/2012**

PORTARIA N.º 0800 DE 26 DE MARÇO DE 2012.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de ROSENILDA APARECIDA FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 893.419.969-53, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, por 40 horas semanais, a partir de 23 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria Nº 0801/2012**

PORTARIA N.º 0801 DE 26 DE MARÇO DE 2012.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de MICHELLE LOUISE BEONI DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 076.619.799-93, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, por 40 horas semanais, a partir de 23 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### **Aviso de Pregão Presencial Nº 0012/2012 - SF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0012/2012 - SF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0008/2012

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de uniformes para uso dos servidores da SANEFRAI. Validade da Ata: abril a agosto de 2012. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 9:15 horas do dia 12.04.2012. Abertura: às 9:15 horas do mesmo dia. Julgamento: menor preço POR LOTE. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br). E-mail: [compras@fraiburgo.sc.gov.br](mailto:compras@fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 23 de março de 2012.

ADEMIR PEDRO PERIN

Presidente da SANEFRAI

### **Aviso de Pregão Presencial Nº 0013/2012 - SF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0013/2012- SF

Objeto: Aquisição de cabo PP para instalação de eletroboias no poço artesiano do bairro Liberata e no do bairro São Sebastião. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 16:00 horas do dia 09.04.2012. Abertura: às 16:00 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br). E-mail: [compras@fraiburgo.sc.gov.br](mailto:compras@fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 23 de março de 2012.

ADEMIR PEDRO PERIN

Presidente da SANEFRAI

**Edital de Intimação - Alfa Arrendamento Mercantil S/A****EDITAL DE INTIMAÇÃO**

Processo Administrativo nº 3575/2011

Recorrente: ALFA ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A

Procurador: Caroline T. Rasmussen da Silva - OAB/SC 17.939

Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ALFA ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3575/2011, será julgado no dia 23/04/2012 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no auditório do plenário da Câmara Municipal de Vereadores, situada na Rua Arnoldo Frey nº 179, bairro Centro, na cidade de Fraiburgo (SC).

OLIDES BERTAIOLLI

Presidente Do Conselho Municipal De Contribuintes De Fraiburgo

**Edital de Intimação - Banco ITAUCARD S/A****EDITAL DE INTIMAÇÃO**

Processo Administrativo nº 3572/2011

Recorrente: BANCO ITAUCARD S/A

Procurador: Caroline T. Rasmussen da Silva - OAB/SC 17.939

Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa BANCO ITAUCARD S/A de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3572/2011, será julgado no dia 23/04/2012 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no auditório do plenário da Câmara Municipal de Vereadores, situada na Rua Arnoldo Frey nº 179, bairro Centro, na cidade de Fraiburgo (SC).

OLIDES BERTAIOLLI

Presidente Do Conselho Municipal De Contribuintes De Fraiburgo

**Edital de Intimação - Bfb LEASING SA - Arrendamento Mercantil****EDITAL DE INTIMAÇÃO**

Processo Administrativo nº 3569/2011

Recorrente: BFB LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL

Procurador: Jorge André Ritzmann de Oliveira - OAB/SC 11.985

Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa BFB LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3569/2011, será julgado no dia 16/04/2012 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no auditório do plenário da Câmara Municipal de Vereadores, situada na Rua Arnoldo Frey nº 179, bairro Centro, na cidade de Fraiburgo (SC).

OLIDES BERTAIOLLI

Presidente Do Conselho Municipal De Contribuintes De

Fraiburgo

**Edital de Intimação - DIBENS LEASING SA - Arrendamento Mercantil****EDITAL DE INTIMAÇÃO**

Processo Administrativo nº 3588/2011

Recorrente: DIBENS LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL

Procurador: Jorge André Ritzmann de Oliveira - OAB/SC 11.985

Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa DIBENS LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3588/2011, será julgado no dia 16/04/2012 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no auditório do plenário da Câmara Municipal de Vereadores, situada na Rua Arnoldo Frey nº 179, bairro Centro, na cidade de Fraiburgo (SC).

OLIDES BERTAIOLLI

Presidente Do Conselho Municipal De Contribuintes De Fraiburgo

**Edital de Intimação - ITAULEASING S/A****EDITAL DE INTIMAÇÃO**

Processo Administrativo nº 3570/2011

Recorrente: BANCO ITAULEASING S/A

Procurador: Jorge André Ritzmann de Oliveira - OAB/SC 11.985

Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ITAULEASING S/A de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3570/2011, será julgado no dia 16/04/2012 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no auditório do plenário da Câmara Municipal de Vereadores, situada na Rua Arnoldo Frey nº 179, bairro Centro, na cidade de Fraiburgo (SC).

OLIDES BERTAIOLLI

Presidente Do Conselho Municipal De Contribuintes De Fraiburgo

# Garopaba

## PREFEITURA

### Decreto N.º 041/2012

DECRETO N.º 041, DE 23 DE MARÇO DE 2012.

REVOGA O DECRETO N.º 021, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto n.º 021, de 02 de fevereiro de 2012.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de Março de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 27/03/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária de Administração

### Decreto N.º 042/2012.

DECRETO N.º 042, DE 23 DE MARÇO DE 2012.

DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PADRONIZADOS E CONSOLIDADOS COM O PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

#### ITEM CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)

1 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.

1.1 - Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa Janeiro 2014

1.2 - Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa Janeiro 2014

2 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.

2.1 - Registro das obrigações e provisões por competência Junho 2013

2.2 - Divulgação de cada classe de provisão. Junho 2013

3 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.

3.1 - Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP. Janeiro 2013

4 - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou

independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.

4.1 - Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis. Janeiro 2013

4.2 - Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos. Janeiro 2013

4.3 - Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão. Janeiro 2013

5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura;

5.1 - Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura. Junho 2013

5.2 - Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura Junho 2013

5.3 - Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura Junho 2013

5.4 - Registro contábil dos ativos de infraestrutura J u n h o 2013

6 - Implementação de Sistema de Custos

6.1 - Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados. Janeiro 2014

6.2 - Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos. Janeiro 2014

6.3 - Implementação do sistema de custos. Janeiro 2014

7 - Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais

7.1 - Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP. Janeiro 2013

7.2 - Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente. Janeiro 2013

8 - Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

8.1 - Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial. Janeiro 2014

8.2 - Implementação de controle de estoque/almoхарifado. Janeiro 2014

Art. 2º. Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no Art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º. Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de Março de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 27/03/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária de Administração

### Decreto N.º 043/2012

DECRETO N.º 043, DE 23 DE MARÇO DE 2012.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 3.403,35 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica



Municipal, Lei n.º 1.587 de 01/12/2011 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 3.403,35 (tres mil e quatrocentos e tres reais e trinta e cinco centavos) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 3.403,35  
12361282.020 - Func. e Manut. do Ensino Fundamental 3.403,35  
3.1.90.0.3.19.000000 - Aplicações Diretas 3.403,35

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 3.403,35 (tres mil e quatrocentos e tres reais e trinta e cinco centavos), correrão por conta do Superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Garopaba, 23 de Março de 2012.  
LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 27/03/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA  
Secretária de Administração

### **Decreto N.º 044/2012**

DECRETO N.º 044, DE 23 DE MARÇO DE 2012.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 51.668,23 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.587 de 01/12/2011 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 51.668,23 (cinquenta e um mil e seiscentos e sessenta e oito reais e vinte e tres centavos) no Orçamento vigente:

04.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 30.000,00  
FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIP. CORPO BOMBEIROS 30.000,00  
0618292.007 - Func. e Manut. do Funrebom 30.000,00  
3.3.90.0.3.60.000000 - Aplicações Diretas 30.000,00

12.02 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 21.668,23  
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 21.668,23  
08244562.056 - Func. e Manut. do Fundo da Assistência Social 21.668,23  
3.3.90.0.3.29.000005 - Aplicações Diretas 1.668,23  
3.3.90.0.3.29.000007 - Aplicações Diretas 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 51.668,23 (cinquenta e um mil e seiscentos e sessenta e oito reais e vinte e tres centavos), correrão por conta do Superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.  
Garopaba, 23 de Março de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 27/03/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA  
Secretária de Administração

### **Aviso de Licitação PR34/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 034/2012

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO LOTE, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando a prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem/pintura e capotaria nos veículos pertencentes à frota da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, com o fornecimento de peças e acessórios originais de fábrica. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até às 13h55min do dia 12/04/2012.

A sessão se dará a partir das 14 horas do dia 12/04/2012, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br).

Garopaba, 21 de março de 2012.  
LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

**Gaspar**

**PREFEITURA**

### **Lei Nº. 3.411, De 23 de Março de 2012.**

LEI Nº. 3.411, DE 23 DE MARÇO DE 2012.  
AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A REAJUSTAR O VENCIMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS E SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS DO MUNICÍPIO.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a conceder reposição no vencimento dos servidores públicos municipais, incluindo os inativos, no percentual de 6,6% (seis inteiros e seis décimos por cento), incidente sobre o vencimento de março de 2012.

§ 1º Os subsídios dos agentes políticos serão reajustados no percentual de 5,63% (cinco inteiros e sessenta e três centésimos por cento), incidente sobre o vencimento de março de 2012, tendo

como base o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do período compreendido entre 1º de fevereiro de 2011 a 31 de janeiro de 2012.

§ 2º O índice de reposição salarial descrito no caput deste artigo tem como base o INPC do período compreendido entre 1º de fevereiro de 2011 a 31 de janeiro de 2012, com o acréscimo de 0,97% (noventa e sete centésimos por cento) referente à perda salarial de maio de 2000 a janeiro de 2012.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação própria no orçamento vigente do Município, Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Fundação Municipal de Esportes e da Câmara Municipal, respectivamente, a partir da produção dos efeitos desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 23 de março de 2012.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

### **Lei Nº. 3.412, De 23 de Março de 2012.**

LEI Nº. 3.412, DE 23 DE MARÇO DE 2012.

ALTERA VALOR DA REFERÊNCIA MÍNIMA E DAS REFERÊNCIAS DE VENCIMENTOS DOS CARGOS QUE ESPECIFICA JUNTO AOS QUADROS DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o valor da referência salarial mínima para R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), junto aos quadros de pessoal da Administração Direta e Indireta deste Município, cuja incidência terá início sobre o vencimento do mês de março de 2012.

Parágrafo único. A referência salarial mencionada no caput é utilizada como base para pagamento de adicional de insalubridade aos servidores municipais.

Art. 2º Ficam alteradas as referências de vencimentos dos cargos em provimento efetivo da Administração Direta, indicados abaixo:

Categoria Funcional	Referência
Merendeira/Servente	20
Agente de Serviços Gerais	20
Zelador de Escola	20
Agente de Serviços Especializados VII	20
Calceteiro	20
Lavador de Carros	20
Pintor	20

Art. 3º Ficam alteradas as referências de vencimentos dos cargos em provimento efetivo do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, indicados abaixo:

Categoria Funcional	Referência
Operador de Bomba	20
Calceteiro	20
Leiturista	20
Eletricista	20

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação própria consignada no orçamento vigente da Administração Direta e Indireta do Município de Gaspar.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 23 de março de 2012.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

### **Lei Nº. 3.413, De 23 de Março de 2012.**

LEI Nº. 3.413, DE 23 DE MARÇO DE 2012.

ALTERA REMUNERAÇÃO DE CARGOS SOB REGIME DE EMPREGO PÚBLICO QUE MENCIONA.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,  
Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a remuneração do cargo abaixo mencionado, constante no Anexo I da Lei 2.789/2006 e Anexo I da Lei 2.786/2006.

EMPREGO	Nº DE VAGAS	REMUNERAÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Agente Comunitário de Saúde	110	R\$ 650,00	40 horas

Art. 2º Fica alterada a remuneração do cargo abaixo mencionado, constante no Anexo I da Lei 2.942/2007.

EMPREGO	Nº DE VAGAS	REMUNERAÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Auxiliar de Serviços Gerais	05	R\$ 882,70	40 horas

Art. 3º Fica alterada a remuneração do cargo abaixo mencionado, constante no Anexo I da Lei 2.787/2006.

EMPREGO	Nº DE VAGAS	REMUNERAÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Agente de Combate a Endemias	10	R\$ 882,70	40 horas

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento vigente da Administração Direta.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 23 de março de 2012.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

### **Lei Nº. 3.414, De 23 de Março de 2012.**

LEI Nº. 3.414, DE 23 DE MARÇO DE 2012.

INSTITUI GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À REGÊNCIA DE CLASSE.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,  
Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A gratificação de incentivo à regência de classe será concedida ao professor e ao berçarista que se encontrem em efetivo exercício em sala de aula, em razão do trabalho realizado, equivalente a 5% (cinco por cento) do vencimento base do seu cargo, correspondente à carga horária de efetivo exercício em regência de classe.

Parágrafo único. Será suspensa a gratificação de regência de classe quando o servidor se afastar das atividades inerentes ao seu cargo, exceto:

I - licença para repouso à gestante;

II - licença paternidade;

III - licença prêmio; e

IV - férias.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento vigente da Administração Direta do Município de Gaspar.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 23 de março de 2012.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

#### **Decreto Nº. 4.895, De 23 de Março de 2012.**

DECRETO Nº. 4.895, DE 23 DE MARÇO DE 2012.

REVOGA PARCIALMENTE O DECRETO Nº. 4.658, DE 02 DE JANEIRO DE 2012, QUE BLOQUEIA RECURSOS DE CONVÊNIOS A SEREM POSSIVELMENTE FIRMADOS DURANTE O PRESENTE EXERCÍCIO ATÉ A SUA EFETIVA LIBERAÇÃO PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES AO MUNICÍPIO DE GASPARG.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica parcialmente revogado o Decreto nº. 4.658, de 02 de janeiro de 2012, que "Bloqueia recursos de convênios a serem possivelmente firmados durante o presente exercício até a sua efetiva liberação pelos órgãos competentes ao Município de Gaspar", para o desbloqueio dos valores indicados dos saldos da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento  
Unidade: 19 Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

Função: 18 Gestão Ambiental

Subfunção: 541 Preservação e conservação ambiental

Programa: 0019 Constr. Manut. e Melh. na Infraestr. do Munic. por meio da Sec. Munic. de Planej.

Projeto: 1.100269 Instalação de Sistema de Esgoto Sanitário

Despesa 440 - 3.4.4.9.0 Aplicações diretas R\$ 470,19

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de março de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

#### **Decreto Nº. 4.896, De 23 de Março de 2012.**

DECRETO Nº. 4.896, DE 23 DE MARÇO DE 2012.

SUPLEMENTA, POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso VI, da Lei Municipal nº. 3.381, de 02 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por superávit financeiro, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional Programática: 00008.00244.00029 Gestão na área de Desenvolvimento Social

Projeto: 1.100193 Revisão BPC - Benefício Prestação Continuada

Dotação: 99 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 2.621,03

Atividade: 2.200192 Proteção Social Básica

Dotação: 75 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 18.544,82

Dotação: 79 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 354.509,51

Dotação: 81 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 39.562,50

Dotação: 98 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 15.264,77

Atividade: 2.200194 Proteção Social Especial - Média Complexidade

Dotação: 77 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 204.601,22

Dotação: 96 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 2.173,51

Dotação: 97 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 41.045,22

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 21 Centro Educativo Maria Hendricks

Funcional Programática: 00008.00244.00030 Gestão Centro Educativo Maria Hendricks

Atividade: 2.200186 Garantir Proteção Social Especial - Média Complexidade - Peti Jornada

Dotação: 63 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 7.201,64

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de março de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 590 719/2012**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 8

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 590 719/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABW3680	8590041412	7455/0	18/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
ACV5776	8590043059	7463/0	10/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
ADG7376	8590042344	7463/0	03/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
AFT2981	8590041374	7455/0	14/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
AFW1835	8590038798	7455/0	22/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
AGI4334	8590042975	7455/0	15/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
AGK4081	8590042507	7455/0	08/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
AHH5873	8590041457	7455/0	20/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
AHM5334	8590042155	7455/0	23/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
AJL9273	8590042628	7455/0	03/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
AJS6926	8590039828	7455/0	22/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
AJZ2668	8590041982	7455/0	29/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
AKZ2703	8590043848	7455/0	25/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
ANB7621	8590040008	7463/0	22/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
AOR6909	8590038879	7455/0	17/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
AOR6909	8590038880	7455/0	17/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
AYB4020	8590042140	7455/0	25/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
BIA3969	8590043955	7463/0	23/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
BMC3028	8590041455	7455/0	20/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
BVY7155	8590041607	7463/0	18/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
BXK0030	8590041933	7455/0	24/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
CCD9779	8590042067	7463/0	27/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
CIC5427	8590042732	7455/0	11/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
CNT7917	8590042235	7455/0	27/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
DAM9710	8590041264	7455/0	14/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
DFI8274	8590043358	7455/0	23/12/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DLC2740	8590041790	7455/0	27/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
DQC4049	8590043398	7455/0	24/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
ELI9771	8590042215	7463/0	26/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
HIH8074	8590038791	7455/0	12/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
HWC2298	8590039406	7463/0	16/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
HXJ3759	8590042614	7455/0	04/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
ICF8435	8590041129	7463/0	10/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
IEO5591	8590039768	7455/0	17/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
IFH1113	8590042562	7455/0	05/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
IGT3253	8590041404	7455/0	17/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
IKA5609	8590043854	7455/0	25/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
IMU6310	8590043532	7455/0	02/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
JEN1837	8590043001	7455/0	10/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
JPX5615	8590043124	7463/0	15/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
LCO8731	8590038588	7455/0	05/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
LCO8731	8590038623	7455/0	05/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
LNL8322	8590042181	7455/0	29/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LWS3024	8590042043	7455/0	25/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LWZ4535	8590043112	7471/0	11/12/2011	R\$ 574,61	218 * III
LXA7695	8590043975	7455/0	26/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXE0730	8590043679	7455/0	22/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXJ8609	8590041837	7455/0	26/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXL2050	8590041779	7455/0	25/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXM3204	8590043043	7455/0	11/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXN7662	8590041832	7463/0	26/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
LXO8282	8590042726	7455/0	11/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXT5093	8590042167	7455/0	25/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXU2657	8590042635	7463/0	04/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
LXU5368	8590042923	7455/0	10/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXX3463	8590043646	7455/0	01/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYA8919	8590042573	7455/0	06/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYB6518	8590041946	7455/0	25/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYD5054	8590042443	7455/0	05/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYD5054	8590042555	7455/0	05/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYL2283	8590042657	7455/0	04/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYL3680	8590042721	7455/0	08/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYP1809	8590043368	7455/0	19/12/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYV3719	8590041536	7463/0	20/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
LYV4849	8590041610	7455/0	18/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYX6832	8590042100	7455/0	30/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYY6211	8590039556	7455/0	10/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYZ4566	8590041833	7463/0	26/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
LZD1417	8590042856	7455/0	09/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZF1958	8590042689	7463/0	04/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
LZK0255	8590042709	7455/0	08/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZL6400	8590042408	7455/0	07/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZM0107	8590041740	7463/0	20/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
LZN5082	8590042703	7455/0	06/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZO2903	8590041446	7455/0	20/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZO5804	8590042937	7463/0	11/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
LZR7204	8590041596	7471/0	16/11/2011	R\$ 574,61	218 * III
LZR7204	8590041655	7455/0	17/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZR7204	8590041663	7455/0	18/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZR7204	8590041922	7455/0	22/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZR7204	8590041999	7463/0	21/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
LZR7204	8590042005	7463/0	22/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
LZR7204	8590042007	7463/0	22/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
LZR7204	8590042018	7455/0	23/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZR7204	8590042031	7455/0	24/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZV1476	8590041371	7455/0	14/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZW6480	8590042029	7455/0	24/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZY2195	8590041615	7455/0	19/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZY9030	8590041667	7455/0	19/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAB9799	8590042572	7455/0	06/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAI1860	8590042024	7455/0	24/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAI1860	8590042030	7463/0	24/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MAJ5022	8590038993	7455/0	12/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAJ7173	8590042305	7455/0	03/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAM8554	8590042479	7455/0	05/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAN6604	8590041579	7463/0	19/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MAO5078	8590043027	7455/0	12/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAR8058	8590042150	7471/0	22/11/2011	R\$ 574,61	218 * III
MAR9135	8590040208	7455/0	27/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAR9135	8590040513	7455/0	27/10/2011	R\$ 85,12	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAS8375	8590042685	7455/0	04/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAT2959	8590042441	7463/0	04/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MAT7003	8590042659	7455/0	04/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAY2441	8590042059	7455/0	27/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAY9981	8590041701	7455/0	19/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBD7484	8590042127	7455/0	27/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBD7989	8590041643	7455/0	21/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBD7989	8590041691	7455/0	21/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBE8785	8590042197	7463/0	23/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MBE8785	8590042461	7463/0	03/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MBF8137	8590039267	7455/0	06/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBK7265	8590043103	7463/0	11/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MBL1792	8590041419	7455/0	18/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBL6000	8590042972	7455/0	14/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBL6231	8590043071	7471/0	13/12/2011	R\$ 574,61	218 * III
MBP4692	8590042292	7455/0	01/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBR7449	8590042676	7455/0	03/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBS2735	8590042564	7455/0	05/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBS7568	8590041519	7463/0	18/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MBS8866	8590042973	7455/0	14/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBT4938	8590042369	7463/0	04/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MBW3243	8590039548	7455/0	08/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBW9207	8590041452	7455/0	20/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBX6914	8590041979	7455/0	29/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBY3575	8590039105	7463/0	14/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCB0357	8590039335	7463/0	15/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCD0684	8590042015	7463/0	23/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCD8497	8590043056	7455/0	09/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCF3370	8590041407	7463/0	18/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCG9993	8590042864	7455/0	10/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCI4091	8590041820	7463/0	25/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCI7085	8590042794	7455/0	11/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCJ9068	8590041940	7455/0	25/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCL1466	8590042642	7455/0	05/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCL6787	8590038967	7455/0	10/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCQ4311	8590042001	7463/0	22/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCQ6343	8590042365	7455/0	04/12/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCT3811	8590041591	7463/0	19/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCW1281	8590041880	7463/0	22/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MDA3101	8590042051	7455/0	26/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDB0712	8590041934	7455/0	25/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDG5430	8590043046	7455/0	11/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDG9081	8590041958	7455/0	27/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDG9483	8590041632	7455/0	20/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDJ8067	8590042616	7455/0	04/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDL2488	8590041914	7455/0	22/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDM8625	8590042019	7463/0	23/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MDN2720	8590042872	7455/0	12/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDN2720	8590042943	7463/0	12/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MDN6140	8590042891	7455/0	14/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDP2332	8590042768	7471/0	08/12/2011	R\$ 574,61	218 * III
MDQ3941	8590040647	7455/0	04/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDS2033	8590039985	7455/0	26/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDY0871	8590042476	7455/0	04/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEB2478	8590042762	7455/0	08/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEB5629	8590041652	7455/0	17/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEE8508	8590041793	7455/0	28/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEF6630	8590042325	7455/0	06/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEF7423	8590044032	7455/0	23/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEK0079	8590038860	7455/0	15/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEK5312	8590042304	7455/0	03/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEK5312	8590042687	7455/0	04/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEN0051	8590042652	7463/0	03/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MEV4903	8590042287	7455/0	07/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEZ9842	8590041230	7471/0	13/11/2011	R\$ 574,61	218 * III
MFC2710	8590041658	7455/0	18/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFE3289	8590043003	7463/0	10/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFF3603	8590041524	7455/0	19/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFG6612	8590041516	7455/0	17/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFL6022	8590039300	7463/0	11/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFM3973	8590044044	7455/0	01/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFN2675	8590041981	7463/0	29/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFT5444	8590040372	7455/0	28/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFV9658	8590043053	7455/0	08/12/2011	R\$ 85,12	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFV3963	8590042286	7455/0	05/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFV5269	8590042734	7463/0	10/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFV9076	8590041723	7455/0	20/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFY6373	8590042449	7455/0	01/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFZ0541	8590043363	7455/0	29/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFZ7605	8590041421	7463/0	18/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGA5413	8590042314	7455/0	05/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGB4519	8590041742	7471/0	21/11/2011	R\$ 574,61	218 * III
MGB5556	8590042163	7455/0	25/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGD1606	8590040849	7455/0	09/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGD8559	8590042829	7455/0	09/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGD8559	8590042854	7455/0	09/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGJ2781	8590042133	7455/0	29/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGO8229	8590042243	7455/0	30/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGQ3701	8590041469	7455/0	09/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGR2304	8590041331	7455/0	19/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGT3692	8590041569	7455/0	19/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGU0167	8590042971	7455/0	14/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGV0746	8590042086	7455/0	29/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGV4195	8590041611	7455/0	18/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGW4818	8590041087	7455/0	11/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGY9262	8590041495	7463/0	13/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHC8202	8590042521	7455/0	02/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHD0471	8590042739	7455/0	08/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHD0994	8590042522	7455/0	02/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHE1936	8590043982	7463/0	27/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHG0584	8590038784	7455/0	12/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHH9927	8590042277	7455/0	03/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHI2590	8590041487	7455/0	12/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHJ0395	8590041346	7455/0	18/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHK4686	8590042420	7455/0	01/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHL0658	8590041616	7455/0	19/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHO4120	8590039750	7455/0	16/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHQ4567	8590042153	7455/0	23/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHR8818	8590043158	7455/0	17/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHU5299	8590041472	7455/0	10/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHU5574	8590042320	7455/0	05/12/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHW2632	8590042514	7455/0	01/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHX1959	8590039744	7455/0	16/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIA5721	8590041107	7463/0	13/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIA9081	8590041480	7455/0	11/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIA9188	8590040681	7463/0	04/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIB9545	8590041787	7455/0	27/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIF1452	8590042268	7455/0	01/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIF9374	8590040530	7455/0	30/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIG5159	8590043300	7455/0	18/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIG5159	8590043315	7455/0	18/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIH1870	8590041835	7455/0	26/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MII0372	8590042589	7463/0	03/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIK5608	8590042066	7455/0	27/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIL2950	8590041094	7455/0	12/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIN7709	8590042282	7463/0	03/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIP6405	8590042745	7455/0	11/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIP6405	8590043010	7463/0	11/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIQ5122	8590041945	7455/0	25/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIR1398	8590041805	7455/0	30/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIS7894	8590041859	7455/0	28/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIT6094	8590042454	7463/0	02/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIW9803	8590041570	7455/0	20/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJA2549	8590042625	7463/0	06/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MJB2459	8590041974	7455/0	28/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJC2336	8590042090	7455/0	29/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJC8100	8590042783	7463/0	11/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MJH2412	8590039819	7455/0	21/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJH4017	8590041692	7455/0	17/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJJ2700	8590039426	7455/0	22/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJK8030	8590042424	7455/0	04/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJM2110	8590042718	7455/0	04/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJT2109	8590041970	7455/0	28/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJT2109	8590042857	7455/0	09/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJZ0444	8590041803	7463/0	30/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MJZ0444	8590041872	7455/0	30/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJZ0444	8590042602	7463/0	03/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MKI3370	8590039725	7455/0	15/10/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLB1111	8590043212	7455/0	17/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MMK3620	8590044237	7455/0	02/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MMP4237	8590041397	7455/0	17/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MNA7859	8590039129	7455/0	15/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MNI2734	8590041091	7455/0	11/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MNI2734	8590041195	7455/0	11/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
NEL0397	8590042446	7463/0	08/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
NEL0397	8590042574	7463/0	06/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
NFC8873	8590042437	7455/0	03/12/2011	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 21 DE MARÇO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR G. DE TRÂNSITO

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 685 649/2012**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 685 649/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZZ7695	8685025008	6050/3	12/08/2011	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 21 DE MARÇO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS  
DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 685 651/2012**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 685 651/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADM3190	8685027040	6050/3	15/10/2011	R\$ 191,53	208
ADU4051	8685026199	6050/3	28/09/2011	R\$ 191,53	208
ADW9836	8685027647	6050/3	02/11/2011	R\$ 191,53	208
ADZ6057	8685026849	6050/3	09/10/2011	R\$ 191,53	208
AGV3970	8685026840	6050/3	17/10/2011	R\$ 191,53	208
BEM1817	8685026261	6050/3	01/10/2011	R\$ 191,53	208
JJB8284	8685028352	6050/3	23/11/2011	R\$ 191,53	208
LXC1340	8685026965	6050/3	16/10/2011	R\$ 191,53	208
LYF7232	8685028442	6050/3	19/11/2011	R\$ 191,53	208
LYW3247	8685026980	6050/3	10/10/2011	R\$ 191,53	208
LZB6301	8685026051	6050/3	22/09/2011	R\$ 191,53	208
LZL9634	8685027442	6050/3	23/10/2011	R\$ 191,53	208
LZZ2360	8685027190	6050/3	23/10/2011	R\$ 191,53	208
MAT3345	8685026397	6050/3	30/09/2011	R\$ 191,53	208
MBV0510	8685027011	6050/3	13/10/2011	R\$ 191,53	208
MCI8975	8685028604	6050/3	30/11/2011	R\$ 191,53	208
MCJ6377	8685028650	6050/3	19/11/2011	R\$ 191,53	208
MCM3453	8685026918	6050/3	12/10/2011	R\$ 191,53	208
MCZ0435	8685028426	6050/3	30/11/2011	R\$ 191,53	208
MDD9734	8685028576	6050/3	26/11/2011	R\$ 191,53	208
MDE3558	8685026581	6050/3	09/10/2011	R\$ 191,53	208
MDI0606	8685028501	6050/3	29/11/2011	R\$ 191,53	208
MEH6845	8685027537	6050/3	27/10/2011	R\$ 191,53	208
MEH9430	8685028359	6050/3	23/11/2011	R\$ 191,53	208
MEK2716	8685028730	6050/3	27/11/2011	R\$ 191,53	208
MEY7923	8685028462	6050/3	23/11/2011	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEZ9741	8685028419	6050/3	30/11/2011	R\$ 191,53	208
MFA3130	8685028077	6050/3	10/11/2011	R\$ 191,53	208
MFD0821	8685027431	6050/3	21/10/2011	R\$ 191,53	208
MFG9130	8685027710	6050/3	04/11/2011	R\$ 191,53	208
MFR4446	8685028312	6050/3	19/11/2011	R\$ 191,53	208
MGB3674	8685028227	6050/3	25/11/2011	R\$ 191,53	208
MHD3659	8685027936	6050/3	09/11/2011	R\$ 191,53	208
MHN2025	8685028199	6050/3	18/11/2011	R\$ 191,53	208
MHN2025	8685028341	6050/3	21/11/2011	R\$ 191,53	208
MHX5194	8685026333	6050/3	03/10/2011	R\$ 191,53	208
MIA9264	8685028257	6050/3	29/11/2011	R\$ 191,53	208
MID9224	8685028649	6050/3	19/11/2011	R\$ 191,53	208
MIV9989	8685028306	6050/3	19/11/2011	R\$ 191,53	208
MJK9869	8685028348	6050/3	22/11/2011	R\$ 191,53	208
MXW2045	8685027023	6050/3	14/10/2011	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 21 DE MARÇO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 685 653/2012**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 685 653/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAF7186	8685029924	6050/3	21/12/2011	R\$ 191,53	208
ABK8224	8685027614	6050/3	30/10/2011	R\$ 191,53	208
ABT4714	8685028027	6050/3	05/11/2011	R\$ 191,53	208
ACF3217	8685028504	6050/3	17/11/2011	R\$ 191,53	208
AGG2263	8685028329	6050/3	21/11/2011	R\$ 191,53	208
AGO1235	8685026266	6050/3	02/10/2011	R\$ 191,53	208
AHQ7584	8685028433	6050/3	17/11/2011	R\$ 191,53	208
AIM0900	8685028331	6050/3	21/11/2011	R\$ 191,53	208
ALM0258	8685028221	6050/3	21/11/2011	R\$ 191,53	208
ANC3575	8685029320	6050/3	12/12/2011	R\$ 191,53	208
ASP8009	8685028780	6050/3	05/12/2011	R\$ 191,53	208
BGF0223	8685029029	6050/3	12/12/2011	R\$ 191,53	208
BNO2208	8685028876	6050/3	08/12/2011	R\$ 191,53	208
BRD7815	8685029319	6050/3	11/12/2011	R\$ 191,53	208
CCD0665	8685028477	6050/3	26/11/2011	R\$ 191,53	208
CNA2005	8685029119	6050/3	13/12/2011	R\$ 191,53	208
CVK7274	8685027902	6050/3	12/11/2011	R\$ 191,53	208
DIZ1406	8685028578	6050/3	26/11/2011	R\$ 191,53	208
DVJ5744	8685028705	6050/3	25/11/2011	R\$ 191,53	208
DWM4669	8685028349	6050/3	22/11/2011	R\$ 191,53	208
EGB1799	8685028968	6050/3	02/12/2011	R\$ 191,53	208
ESL1811	8685027945	6050/3	10/11/2011	R\$ 191,53	208
GCJ7171	8685026668	6050/3	16/10/2011	R\$ 191,53	208
HTA7779	8685028965	6050/3	08/12/2011	R\$ 191,53	208
HTA7779	8685029055	6050/3	09/12/2011	R\$ 191,53	208
IAW0655	8685028721	6050/3	26/11/2011	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ICW2042	8685030212	6050/3	09/01/2012	R\$ 191,53	208
IEX4016	8685028554	6050/3	23/11/2011	R\$ 191,53	208
IKE1396	8685028534	6050/3	20/11/2011	R\$ 191,53	208
INY6254	8685028202	6050/3	18/11/2011	R\$ 191,53	208
JPQ2671	8685028690	6050/3	24/11/2011	R\$ 191,53	208
JPS8706	8685028559	6050/3	24/11/2011	R\$ 191,53	208
JZZ8887	8685028927	6050/3	03/12/2011	R\$ 191,53	208
KED0403	8685028725	6050/3	27/11/2011	R\$ 191,53	208
LWS0274	8685028728	6050/3	27/11/2011	R\$ 191,53	208
LXA7618	8685028563	6050/3	25/11/2011	R\$ 191,53	208
LXC0318	8685028256	6050/3	29/11/2011	R\$ 191,53	208
LXC2680	8685029038	6050/3	14/12/2011	R\$ 191,53	208
LXJ8609	8685028609	6050/3	30/11/2011	R\$ 191,53	208
LXP0883	8685029489	6050/3	22/12/2011	R\$ 191,53	208
LXZ1868	8685029703	6050/3	31/12/2011	R\$ 191,53	208
LYH4700	8685028458	5673/2	21/11/2011	R\$ 85,12	183
LYO2010	8685028127	6050/3	15/11/2011	R\$ 191,53	208
LYP1249	8685027993	6050/3	14/11/2011	R\$ 191,53	208
LYS4634	8685026572	6050/3	08/10/2011	R\$ 191,53	208
LYS4634	8685026598	6050/3	10/10/2011	R\$ 191,53	208
LYT3952	8685028556	6050/3	23/11/2011	R\$ 191,53	208
LYT3952	8685028571	6050/3	26/11/2011	R\$ 191,53	208
LYZ5086	8685028636	6050/3	19/11/2011	R\$ 191,53	208
LZH8763	8685029956	6050/3	30/12/2011	R\$ 191,53	208
LZR7204	8685027795	6050/3	05/11/2011	R\$ 191,53	208
LZR7204	8685028366	6050/3	23/11/2011	R\$ 191,53	208
LZR7204	8685028620	6050/3	17/11/2011	R\$ 191,53	208
LZS1754	8685028627	6050/3	18/11/2011	R\$ 191,53	208
LZU5593	8685028899	6050/3	06/12/2011	R\$ 191,53	208
MAA8329	8685029187	6050/3	13/12/2011	R\$ 191,53	208
MAE8087	8685029207	6050/3	08/12/2011	R\$ 191,53	208
MAL2603	8685028208	6050/3	19/11/2011	R\$ 191,53	208
MAT3345	8685028467	6050/3	24/11/2011	R\$ 191,53	208
MAV6067	8685027052	6050/3	15/10/2011	R\$ 191,53	208
MBF4055	8685029169	6050/3	11/12/2011	R\$ 191,53	208
MBL0286	8685028289	6050/3	18/11/2011	R\$ 191,53	208
MBO9861	8685028190	6050/3	17/11/2011	R\$ 191,53	208



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBQ8408	8685029516	6050/3	25/12/2011	R\$ 191,53	208
MBW8884	8685028917	6050/3	01/12/2011	R\$ 191,53	208
MBX0893	8685029696	6050/3	30/12/2011	R\$ 191,53	208
MBY1309	8685028892	6050/3	04/12/2011	R\$ 191,53	208
MCC7123	8685028708	6050/3	25/11/2011	R\$ 191,53	208
MCD6631	8685028247	6050/3	27/11/2011	R\$ 191,53	208
MCH5254	8685028878	6050/3	01/12/2011	R\$ 191,53	208
MCI2704	8685028297	6050/3	18/11/2011	R\$ 191,53	208
MCI6618	8685029268	6050/3	14/12/2011	R\$ 191,53	208
MCL8036	8685027861	6050/3	05/11/2011	R\$ 191,53	208
MCQ8674	8685028910	6050/3	08/12/2011	R\$ 191,53	208
MCR1467	8685026659	6050/3	15/10/2011	R\$ 191,53	208
MCS5897	8685028655	6050/3	20/11/2011	R\$ 191,53	208
MCS9815	8685027454	6050/3	26/10/2011	R\$ 191,53	208
MCT2615	8685029926	6050/3	21/12/2011	R\$ 191,53	208
MCV7937	8685028267	6050/3	01/12/2011	R\$ 191,53	208
MDE7204	8685028688	6050/3	24/11/2011	R\$ 191,53	208
MDF4880	8685028529	6050/3	20/11/2011	R\$ 191,53	208
MDH6109	8685028608	6050/3	30/11/2011	R\$ 191,53	208
MDK7991	8685028615	6050/3	30/11/2011	R\$ 191,53	208
MDK9745	8685028658	6050/3	20/11/2011	R\$ 191,53	208
MDN5378	8685028552	6050/3	23/11/2011	R\$ 191,53	208
MDO2133	8685029101	6050/3	11/12/2011	R\$ 191,53	208
MDO8461	8685027927	6050/3	16/11/2011	R\$ 191,53	208
MDR6572	8685029342	6050/3	14/12/2011	R\$ 191,53	208
MDS4258	8685029336	6050/3	13/12/2011	R\$ 191,53	208
MEE6930	8685029219	6050/3	10/12/2011	R\$ 191,53	208
MEF9074	8685028985	6050/3	08/12/2011	R\$ 191,53	208
MEG2023	8685028538	6050/3	20/11/2011	R\$ 191,53	208
MEI2406	8685028157	6050/3	08/11/2011	R\$ 191,53	208
MEJ7548	8685029347	6050/3	14/12/2011	R\$ 191,53	208
MES1671	8685027959	6050/3	11/11/2011	R\$ 191,53	208
MEW7605	8685029621	6050/3	25/12/2011	R\$ 191,53	208
MFB5656	8685027205	6050/3	23/10/2011	R\$ 191,53	208
MFC5455	8685030141	6050/3	07/01/2012	R\$ 191,53	208
MFC6862	8685027414	6050/3	19/10/2011	R\$ 191,53	208
MFE0436	8685028941	6050/3	04/12/2011	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFE7287	8685027599	6050/3	29/10/2011	R\$ 191,53	208
MFF2118	8685027516	6050/3	28/10/2011	R\$ 191,53	208
MFM2005	8685028361	6050/3	23/11/2011	R\$ 191,53	208
MFO8318	8685028668	6050/3	22/11/2011	R\$ 191,53	208
MFQ3626	8685029745	6050/3	23/12/2011	R\$ 191,53	208
MFT2155	8685028197	6050/3	18/11/2011	R\$ 191,53	208
MFV1524	8685028055	6050/3	08/11/2011	R\$ 191,53	208
MFY5496	8685028134	6050/3	17/11/2011	R\$ 191,53	208
MFZ0055	8685028966	6050/3	01/12/2011	R\$ 191,53	208
MGC6873	8685028350	6050/3	22/11/2011	R\$ 191,53	208
MGI9504	8685028602	6050/3	30/11/2011	R\$ 191,53	208
MGJ2007	8685028631	6050/3	18/11/2011	R\$ 191,53	208
MGN5777	8685029574	6050/3	21/12/2011	R\$ 191,53	208
MGN7425	8685029064	6050/3	09/12/2011	R\$ 191,53	208
MGP9707	8685029851	6050/3	26/12/2011	R\$ 191,53	208
MGT9498	8685029412	6050/3	16/12/2011	R\$ 191,53	208
MGU1998	8685029002	6050/3	09/12/2011	R\$ 191,53	208
MGW2081	8685029102	6050/3	11/12/2011	R\$ 191,53	208
MGZ3279	8685028525	6050/3	19/11/2011	R\$ 191,53	208
MGZ4112	8685028954	6050/3	07/12/2011	R\$ 191,53	208
MGZ7354	8685027919	6050/3	14/11/2011	R\$ 191,53	208
MHB3883	8685028920	6050/3	03/12/2011	R\$ 191,53	208
MHD1194	8685028392	6050/3	27/11/2011	R\$ 191,53	208
MHD6104	8685028953	6050/3	07/12/2011	R\$ 191,53	208
MHF1735	8685029157	6050/3	09/12/2011	R\$ 191,53	208
MHG7260	8685029027	6050/3	11/12/2011	R\$ 191,53	208
MHI5588	8685029533	6050/3	28/12/2011	R\$ 191,53	208
MHJ3757	8685028826	6050/3	03/12/2011	R\$ 191,53	208
MHN0473	8685026911	6050/3	11/10/2011	R\$ 191,53	208
MHP9594	8685028851	6050/3	05/12/2011	R\$ 191,53	208
MHR0909	8685028263	6050/3	29/11/2011	R\$ 191,53	208
MHR8779	8685029067	6050/3	09/12/2011	R\$ 191,53	208
MHS1255	8685028861	6050/3	06/12/2011	R\$ 191,53	208
MHU1260	8685029152	6050/3	09/12/2011	R\$ 191,53	208
MHW6196	8685028399	6050/3	28/11/2011	R\$ 191,53	208
MHY7065	8685029921	6050/3	21/12/2011	R\$ 191,53	208
MIB0006	8685029068	6050/3	09/12/2011	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIE9374	8685029908	6050/3	20/12/2011	R\$ 191,53	208
MIF6912	8685028855	6050/3	06/12/2011	R\$ 191,53	208
MIG2223	8685028825	6050/3	03/12/2011	R\$ 191,53	208
MIH9565	8685028265	6050/3	30/11/2011	R\$ 191,53	208
MII8669	8685029026	6050/3	11/12/2011	R\$ 191,53	208
MIN5625	8685028510	6050/3	18/11/2011	R\$ 191,53	208
MIR8780	8685028373	6050/3	24/11/2011	R\$ 191,53	208
MIT5127	8685028663	6050/3	21/11/2011	R\$ 191,53	208
MIU6042	8685028946	6050/3	05/12/2011	R\$ 191,53	208
MIV7023	8685029300	6050/3	10/12/2011	R\$ 191,53	208
MIW1982	8685029286	6050/3	08/12/2011	R\$ 191,53	208
MIW9315	8685028128	6050/3	15/11/2011	R\$ 191,53	208
MIY5971	8685027723	6050/3	05/11/2011	R\$ 191,53	208
MJB0854	8685028905	6050/3	07/12/2011	R\$ 191,53	208
MJC7015	8685028742	6050/3	28/11/2011	R\$ 191,53	208
MJR9797	8685027332	6050/3	23/10/2011	R\$ 191,53	208
MJV7408	8685029894	6050/3	01/01/2012	R\$ 191,53	208
MKP2880	8685028879	6050/3	01/12/2011	R\$ 191,53	208
MLA2159	8685029554	6050/3	20/12/2011	R\$ 191,53	208
MTC5695	8685029909	6050/3	20/12/2011	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 21 DE MARÇO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 685 650/2012**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 685 650/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BHE5675	8685030370	6050/3	16/01/2012	208
CIT4774	8685030348	6050/3	13/01/2012	208
CYG7297	8685031132	6050/3	09/02/2012	208
DII4523	8685029826	6050/3	24/12/2011	208
HTI2784	8685030286	6050/3	08/01/2012	208
LBK5755	8685030246	6050/3	04/01/2012	208
LWU0867	8685030311	6050/3	09/01/2012	208
LYF7232	8685030146	6050/3	08/01/2012	208
LZB2261	8685031130	6050/3	09/02/2012	208
LZK7433	8685031010	6050/3	02/02/2012	208
LZY2659	8685029857	6050/3	27/12/2011	208
MAR2741	8685030010	6050/3	10/01/2012	208
MAR3914	8685030224	6050/3	11/01/2012	208
MBD3227	8685030952	6050/3	31/01/2012	208
MBX8914	8685031103	6050/3	12/02/2012	208
MBZ2870	8685030260	6050/3	05/01/2012	208
MCB0088	8685030256	6050/3	05/01/2012	208
MCJ1164	8685031006	6050/3	31/01/2012	208
MCO5063	8685030306	6050/3	09/01/2012	208
MDC0153	8685031043	6050/3	06/02/2012	208
MDF1221	8685031084	6050/3	11/02/2012	208
MEE5443	8685030061	6050/3	04/01/2012	208
MEJ2060	8685030459	6050/3	10/01/2012	208
MEM1561	8685030154	6050/3	08/01/2012	208
MEX5943	8685030396	6050/3	12/01/2012	208
MEY4276	8685029989	6050/3	07/01/2012	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFI3256	8685030471	6050/3	15/01/2012	208
MFJ7379	8685030958	6050/3	01/02/2012	208
MFS1446	8685030225	6050/3	02/01/2012	208
MGO7931	8685030050	6050/3	04/01/2012	208
MGZ6017	8685030287	6050/3	08/01/2012	208
MHD1501	8685030213	6050/3	09/01/2012	208
MIA7534	8685030002	6050/3	08/01/2012	208
MIE0326	8685031035	6050/3	05/02/2012	208
MIL7584	8685030066	6050/3	05/01/2012	208
MIS2223	8685031159	6050/3	11/02/2012	208
MIX0765	8685030270	6050/3	06/01/2012	208
MJB2715	8685029631	6050/3	26/12/2011	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 21 DE MARÇO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 685 652/2012**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 685 652/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFQ8141	8685030296	6050/3	08/01/2012	208
AIZ8084	8685030416	6050/3	13/01/2012	208
ANB5933	8685030600	6050/3	23/01/2012	208
ASS7600	8685030555	6050/3	15/01/2012	208
BKS5947	8685030566	6050/3	17/01/2012	208
BUO2060	8685031090	6050/3	12/02/2012	208
BVP1064	8685030660	6050/3	25/01/2012	208
COL2471	8685030358	6050/3	14/01/2012	208
CXC8757	8685030583	6050/3	19/01/2012	208
DMI3848	8685031100	6050/3	12/02/2012	208
DSA3827	8685030219	6050/3	11/01/2012	208
HMC3027	8685031079	6050/3	11/02/2012	208
IFW8251	8685030369	6050/3	15/01/2012	208
LJJ9619	8685030822	6050/3	29/01/2012	208
LYA8597	8685030490	6050/3	13/01/2012	208
MAH8370	8685030905	6050/3	24/01/2012	208
MAM7284	8685030755	6050/3	18/01/2012	208
MAN2434	8685030594	6050/3	21/01/2012	208
MAX8204	8685031094	6050/3	12/02/2012	208
MBH3568	8685030554	6050/3	15/01/2012	208
MBI1876	8685031008	6050/3	31/01/2012	208
MBJ9710	8685030710	6050/3	21/01/2012	208
MBL7076	8685030646	6050/3	24/01/2012	208
MBO6638	8685031061	6050/3	09/02/2012	208
MBR5386	8685030433	6050/3	14/01/2012	208
MCM8307	8685030377	6050/3	10/01/2012	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCP2207	8685030188	6050/3	06/01/2012	208
MDB0806	8685030942	6050/3	29/01/2012	208
MDU0026	8685031049	6050/3	07/02/2012	208
MDW9553	8685030373	6050/3	09/01/2012	208
MEA5430	8685030190	6050/3	06/01/2012	208
MEK0218	8685030412	6050/3	12/01/2012	208
MFA6743	8685031156	6050/3	11/02/2012	208
MFZ2823	8685030218	6050/3	10/01/2012	208
MGD6281	8685030374	6050/3	09/01/2012	208
MGD8875	8685030798	6050/3	21/01/2012	208
MGT5686	8685031066	6050/3	09/02/2012	208
MGV5280	8685030509	6050/3	15/01/2012	208
MGX5486	8685030278	6050/3	07/01/2012	208
MHA4546	8685030395	6050/3	12/01/2012	208
MHU4756	8685030575	6050/3	18/01/2012	208
MHX7909	8685031038	6050/3	05/02/2012	208
MHZ1300	8685030986	6050/3	04/02/2012	208
MIC4553	8685030890	6050/3	23/01/2012	208
MID2074	8685030971	6050/3	03/02/2012	208
MII4489	8685030410	6050/3	12/01/2012	208
MIZ3789	8685031023	6050/3	03/02/2012	208
MJK0016	8685030785	6050/3	20/01/2012	208
MJK4949	8685030432	6050/3	14/01/2012	208
MKS3150	8685029861	6050/3	28/12/2011	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 21 DE MARÇO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

## Guaramirim

### PREFEITURA

#### Extrato Ata Registro de Preços Nº 138/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 138/2011  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.  
Contratada: CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO  
Valor: R\$ 43.900,00 (QUARENTA E TRÊS MIL E NOVECENTOS REAIS)  
Vigência: INÍCIO: 23/12/2011 TÉRMINO: 23/12/2012  
Licitação: Pregão Presencial nº. 138/2011  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.  
Contratada: SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO  
Valor: R\$ 861.530,00 (OITOCENTOS E SESENTA E HUM MIL E QUINHENTOS E TRINTA REAIS)  
Vigência: INÍCIO: 23/12/2011 TÉRMINO: 23/12/2012  
Licitação: Pregão Presencial nº. 138/2011

Guaramirim-SC, 23 de janeiro de 2012  
NILSON BYLAARDT  
Prefeito Municipal

## Herval do Oeste

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 427/2012

PORTARIA Nº 427/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional de Profissional do Magistério - Progressão por Mérito - Avaliação de Desempenho, ao Servidor VALDECIR PEREIRA DA SILVA (Matr. 2555), nascido aos 22/03/1971, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/B, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência - 6/C anexo XI, a partir de 22 de março de 2012, de conformidade com o artigo 22 da Lei Complementar Nº. 286 de 27 de outubro de 2011, Inciso I.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de março de 2012.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

#### Portaria Nº 428/2012

PORTARIA Nº 428/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONTRATAR em caráter Temporário e de excepcional interesse público, o Senhor PAULO JEFFERSON MENDES (Matr. 3543), para exercer as funções do Cargo de Médico - Nível 14, Letra "A", 20 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 23 de março de 2012 por até 90 (noventa) dias, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 0181/2005. Sendo que seu Contrato de Trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Março de 2012.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

#### Portaria Nº 429/2012

PORTARIA Nº 429/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 26 de março de 2012, do servidor GILMAR DRI (Matr. 2904), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, Nível - Agente Político, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Março de 2012.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

#### Portaria Nº 430/2012

PORTARIA Nº 430/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora ISABELA CRISTINA DE MATTOS STORMOVSKI (Matr. 3544), a partir de 26 de março de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer as funções de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3/A, 40 horas semanais, aprovada e classificada em 56º



lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Março de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

### **Aviso de Republicação de Edital Pregão 010/2012**

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL

DEVIDO A ALTERAÇÃO NO ANEXO I DO EDITAL PREGÃO 010/2012

REPUBLICAMOS AVISO COM REABERTURA DE PRAZO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2012

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor preço por item

#### **OBJETO**

Registro de Preços para aquisição de impressos gráficos para uso das diversas Unidades de Saúde do Município pelo período de 12 meses.

#### **ENTREGA DOS ENVELOPES**

Até às 08h30min horas do dia 10/04/2012.

#### **LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:**

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

#### **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

#### **EDITAL NA ÍNTEGRA**

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 13,92 (treze reais e noventa e dois centavos), ou no site [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 26 de março de 2012.

ADAIR JOSÉ CERON

Gestor Do Fundo



## RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS

## Previsão Orçamentária

Valor	0,00
-------	------

	Período de Referência		
	Mês	Exercício	Exercício
	Anterior(11/2011)	Anterior(2010)	Atual(2011)
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>			
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	21.595,18	16.224,68	12.319,53
Investimentos	19.752.418,54	16.125.700,54	20.031.034,93

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		Exercício
			No	Exerc.Atual	
	Inicial	Atualizada	Bimestre	Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS</b>					
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIAS	0,00	0,00	297.633,94	1.128.951,55	1.024.992,82
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	297.633,94	1.128.951,55	1.024.992,82
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	297.633,94	1.128.951,55	1.024.992,82
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO RGIME P	0,00	0,00	297.633,94	1.128.951,55	1.024.992,82
Contrib. Patronal do Servidor Civil Ativ	0,00	0,00	297.633,94	1.128.951,55	1.024.992,82
<b>Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>297.633,94</b>	<b>1.128.951,55</b>	<b>1.024.992,82</b>

	Dotação	Dotação p/	Despesas Liquidadas		Período de
			No	Exerc.Atual	
	Inicial	o Exercício	Bimestre	Até o Bim.	Ano Anterior
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS</b>					
APLIC.DIR.DEC.OP.ENTRE ORG.FDOS E ENT.IN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
NELSON GUINDANI

CONTADOR CRC/SC-16379/0-5  
SIDNEY DALLA VECCHIA

Responsável pelo Controle Interno  
PAULO CEZAR DOLEJAL BERTÉ

**Relatório de Gestão Fiscal 31/12/2011**

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

| Município de HERVAL D'OESTE - PODER EXECUTIVO CONSOLIDADO |

| Relatório de Gestão Fiscal |

| Demonstrativo da Despesa Com Pessoal |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO/2011 A DEZEMBRO/2011 |

+-----+

LRF, art.55, inciso I, alínea 'a' - Anexo I

Despesa com Pessoal	DESPESAS EXECUTADAS	
	Últimos 12 Meses	
	LIQUIDADAS	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	16.422.709,32	0,00
Pessoal Ativo	15.403.379,49	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.019.329,83	0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1ºda	0,00	0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS (art.19,§1º da LRF) (II)	1.100.662,05	0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	81.332,22	0,00
Inativos com recursos vinculados	1.019.329,83	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6ºdo art.57 da	0,00	0,00
Contribuições Patronais	0,00	0,00
<b>TOT.DESP.LÍQ.COM PES.P/FINS APUR.LIM.-TDP(IV)=(I-II+III)</b>	<b>15.322.047,27</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>		<b>32.942.252,21</b>
<b>% TOT.DESP.COM PES.PARA FINS DE APUR.DO LIM.-TDP sobre a RCL (IV/V) * 100</b>		<b>46,51%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>54,00%</b>	<b>17.788.816,19</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)</b>	<b>51,30%</b>	<b>16.899.375,38</b>

PREFEITO MUNICIPAL  
NELSON GUINDANI

CONTADOR CRC/SC-16379/0-5  
SIDNEY DALLA VECCHIA

Responsável pelo Controle Interno  
PAULO CEZAR DOLEJAL BERTÉ



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de HERVAL D'OESTE CONSOLIDADO |  
 | Relatório de Gestão Fiscal |  
 | Demonstrativo da Dívida Consolidada |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A DEZEMBRO 2011/Dezembro |  
 +-----

LRF, art.55, inciso I, alínea 'b' - Anexo II

Especificação	PREFEITURA / FUNDOS			
	Saldo do Exercício Anterior	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Dívida Consolidada (I)	1.492.742,86	1.450.858,96	1.402.943,70	593.627,41
Dívida Contratual	1.492.742,86	1.450.858,96	1.402.943,70	593.627,41
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo Financeiro (II)	2.109.199,51	3.053.465,43	3.474.630,21	4.062.023,42
Disponibilidade de Caixa	445.058,62	1.318.656,84	1.600.778,09	1.431.396,90
Aplicações Financeiras	1.664.953,71	1.695.851,25	1.734.214,13	2.490.988,53
Demais Ativos Financeiros	184.696,10	184.696,10	184.696,10	184.696,10
(-) Restos a Pagar	-185.508,92	-145.738,76	-45.058,11	-45.058,11
Dívida Consolidada Líquida (III=I-II)	-616.456,65	-1.602.606,47	-2.071.686,51	-3.468.396,01
Receita Corrente Líquida - RCL	26.641.066,19	26.952.538,66	27.617.373,01	32.942.252,21
Relação DC/RCL (I/RCL)	5,60	5,38	5,08	1,80
Relação DCL/RCL (III/RCL)	-2,31	-5,95	-7,50	-10,53
Limite Definido por Resolução do Senado Federal 120%	31.969.279,43	32.343.046,39	33.140.847,61	39.530.702,65

#### TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO

Exercício Financeiro	2001 3º Quadrimestre			2002 Quadrimestre			2003 Quadrimestre			2004 Quadrimestre		
	DCL	Exced.	Redutor	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2005 Quadrimestre			2006 Quadrimestre			2007 Quadrimestre			2008 Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2009 Quadrimestre			2010 Quadrimestre			2011 Quadrimestre			2012 Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2013 Quadrimestre			2014 Quadrimestre			2015 Quadrimestre			2016 Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

PREFEITO MUNICIPAL  
NELSON GUINDANI

CONTADOR CRC/SC-16379/0-5  
SIDNEY DALLA VECIA

Responsável pelo Controle Interno  
PAULO CEZAR DOLEJAL BERTÉ



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

	Município de HERVAL D'OESTE	CONSOLIDADO
	Relatório de Gestão Fiscal	
	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	JANEIRO A DEZEMBRO 2011/3º Quadrimestre	

+-----

LRF, art.55, inciso I, alínea 'b' - Anexo II

PREFEITURA / FUNDOS

Descrição	Sld.Ex.Anterior	S a l d o		S a l d o	
		Até o 1º Qua	Até o 2º Qua	Até o 3º Qua	
DEDUÇÕES (II)	2.110.012,33	2.937.795,33	3.356.650,92	3.922.385,43	
Ativo Disponível	2.110.012,33	2.937.795,33	3.356.650,92	3.922.385,43	
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	2.110.012,33	2.937.795,33	3.356.650,92	3.922.385,43	

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	26.641.066,19	39.291.956,59	20.523.836,10	32.942.252,21	
% da DC sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	
% da DCL sobre a RCL	7,92	7,48	16,35	11,91	
LIM.DEF.PELA RESOL.Nro 40, DE 2001, DO SENADO FEDERAL: 120%	31.969.279,43	47.150.347,91	24.628.603,32	39.530.702,65	

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO

Exercício Financeiro	2001 3o Quadrimestre			2002 Quadrimestre			2003 Quadrimestre			2004 Quadrimestre		
	DCL	Exced.	Redutor	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

Exercício Financeiro	2005 Quadrimestre			2006 Quadrimestre			2007 Quadrimestre			2008 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

Exercício Financeiro	2009 Quadrimestre			2010 Quadrimestre			2011 Quadrimestre			2012 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

Exercício Financeiro	2013 Quadrimestre			2014 Quadrimestre			2015 Quadrimestre			2016 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

PREFEITO MUNICIPAL  
NELSON GUINDANI

CONTADOR CRC/SC-16379/0-5  
SIDNEY DALLA VECCHIA

Responsável pelo Controle Interno  
PAULO CEZAR DOLEJAL BERTÉ



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

Município de HERVAL D'OESTE	CONSOLIDADO
Relatório de Gestão Fiscal	
Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
JANEIRO A DEZEMBRO 2011/3º Quadrimestre	

+-----+

LRF, art.55, inciso I, alínea 'c' e art.40, § 1º - Anexo III

GARANTIAS	SALDO EXERCIC.	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011			
	ANTERIOR	1ºQuadrimestre	2ºQuadrimestre	3ºQuadrimestre	
INTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXTERNAS (II)					
Beneficiários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<hr/>					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	26.641.066,19	28.015.446,69	30.291.069,48	32.942.252,21	
% TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	5.861.034,56	6.163.398,27	6.664.035,29	7.247.295,49	

CONTRAGARANTIAS	SALDO EXERCIC.	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2005			
	ANTERIOR	1ºQuadrimestre	2ºQuadrimestre	3ºQuadrimestre	
GARANTIAS INTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS EXTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITO MUNICIPAL  
NELSON GUINDANI

CONTADOR CRC/SC-16379/0-5  
SIDNEY DALLA VECHIA

Responsável pelo Controle Interno  
PAULO CEZAR DOLEJAL BERTE



```

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+
|                                     Município de HERVAL D'OESTE          CONSOLIDADO |
|                                     Relatório de Gestão Fiscal              |
|                                     Demonstrativo das Operações de Crédito |
|                                     Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
|                                     JANEIRO A DEZEMBRO 2011/6º Bimestre      |
+-----+

```

LRF, art.55, inciso I, alínea 'd' e inciso III, alínea 'c' - Anexo IV

EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		Operações Realizadas Até o 6º Bimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)		
Internas		0,00
Operações Cred. Internas p/Programa de Educação.		0,00
Operações Credito Internas p/ Programa Saneament		0,00
Outras Operações Credito Interna Relat.Programa		0,00
Outras Operações de Crédito Internas		0,00
Externas		0,00
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (II)		0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I+II)		0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		32.942.252,21
% das Op.de Cred. Int.e Ext.Sobre a RCL		0,00
% das Op.de Cred. por Ant.de Rec Sobre a RCL		0,00
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas 16%		5.270.760,35
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Oper.de Crédito por Antecipação de Rec. 7%		2.305.957,65

PREFEITO MUNICIPAL  
NELSON GUINDANI

CONTADOR CRC/SC-16379/0-5  
SIDNEY DALLA VECCHIA

Responsável pelo Controle Interno  
PAULO CEZAR DOLEJAL BERTÉ

[ www.cplinformatica.com.br ]

001

CONSOLIDADO

Município de HERVAL D'OESTE  
Relatório de Gestão Fiscal  
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
JANEIRO A DEZEMBRO 2011/6º Bimestre

LRF, art.55, inciso III, alínea 'a' - Anexo V

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	3.922.385,43	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	59.334,33
Disponibilidade Financeira	3.922.385,43	Depósitos de Diversas Origens	14.276,22
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	45.058,11
Banco	3.922.385,43	Do Exercício	0,00
Contas Movimento	1.431.396,90	De Exercícios Anteriores	45.058,11
Aplicações Financeiras	2.490.988,53	Outras Obrigações Financeiras	0,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>3.922.385,43</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>59.334,33</b>
<b>INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO</b>		<b>SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO</b>	
<b>EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)</b>	<b>3.863.051,10</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.922.385,43</b>	<b>TOTAL</b>	<b>3.922.385,43</b>
<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)</b>			<b>3.895.667,05</b>
<b>SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV)=(II-III)</b>			<b>-32.615,95</b>

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
Disponibilidade Financeira	0,00	Depósitos de Diversas Origens	0,00
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Banco	0,00	Do Exercício	0,00
Contas Movimento	0,00	De Exercícios Anteriores	0,00
		Outras Obrigações Financeiras	0,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>
<b>INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO</b>		<b>SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO</b>	
<b>EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>
<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)</b>			<b>0,00</b>
<b>SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII)=(VI-VII)</b>			<b>0,00</b>
<b>DEFICIT</b>	<b>32.615,95</b>	<b>SUPERAVIT</b>	<b>0,00</b>

\_\_\_\_\_  
PREFEITO MUNICIPAL  
NELSON GUINDANI

\_\_\_\_\_  
CONTADOR CRC/SC-16379/0-5  
SIDNEY DALLA VECCHIA

\_\_\_\_\_  
Responsável pelo Controle Interno  
PAULO CEZAR DOLEJAL BERTÉ



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

Município de HERVAL D'OESTE CONSOLIDADO |

Relatório de Gestão Fiscal |

Demonstrativo dos Restos a Pagar |

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

JANEIRO A DEZEMBRO 2011/6º Bimestre |

LRF, art.55, inciso III, alínea 'b' - Anexo VI

PODER/ÓRGÃO	R E S T O S   A   P A G A R   I N S C R I T O S				EMPENHOS	SUFICIENCIA
	-----				CANCELADOS E	ANTES DA
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		NÃO INSCRITOS	INSCRIÇÃO EM
	(Processados)		(Não Processados)		POR	RESTOS A PAGAR
	-----				INSUFICIENCIA	NÃO
	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	FINANCEIRA	PROCESSADOS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA						
LEGISLATIVO						
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE HERVAL D'	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.313,65
EXECUTIVO						
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE	37.841,71	-65.467,37	1.853.397,18	2.101.905,76	0,00	1.993.025,08
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA						
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE	7.116,50	-51.347,18	381.436,19	1.788.704,91	0,00	1.730.686,71
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E A	0,10	0,00	41,70	0,00	0,00	112.704,52
IPREVI-HO - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.313,65
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE HERVAL D'OE	99,80	0,00	53.391,26	256,38	0,00	15.792,39
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE HE	14.336,76	-8.562,40	6.011,37	4.800,00	0,00	34.373,22
Subtotal	59.394,87	-125.376,95	2.294.277,70	3.895.667,05	0,00	3.888.895,57
TOTAL	59.394,87	-125.376,95	2.294.277,70	3.895.667,05	0,00	3.891.209,22

F O N T E   D E   R E C U R S O S	R E S T O S   A   P A G A R   I N S C R I T O S				EMPENHOS	SUFICIENCIA
	-----				CANCELADOS E	ANTES DA
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		NÃO INSCRITOS	INSCRIÇÃO EM
	(Processados)		(Não Processados)		POR	RESTOS A PAGAR
	-----				INSUFICIENCIA	NÃO
	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	FINANCEIRA	PROCESSADOS
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	18.368,44	0,00	0,00
AGRICULTURA	0,00	17.630,00	0,00	62.720,57	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	9.859,26	0,00	4.800,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	0,00	0,00	0,00	133,70	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	0,00	0,00	0,00	350.548,86	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	1.261.744,89	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	256,38	0,00	0,00
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	0,00	0,00	23.051,22	0,00	0,00
SAÚDE	0,00	50,00	0,00	1.788.704,91	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	950,00	0,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	384.163,08	0,00	0,00
URBANISMO	0,00	0,00	0,00	225,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	27.539,26	0,00	3.895.667,05	0,00	0,00

PREFEITO MUNICIPAL  
NELSON GUINDANI

CONTADOR CRC/SC-16379/0-5  
SIDNEY DALLA VECHIA

Responsável pelo Controle Interno  
PAULO CEZAR DOLEJAL BERTÉ



[ www.cplinformatica.com.br ]

001

Município de HERVAL D'OESTE

CONSOLIDADO

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Até o 12º Mes (Dez) de 2011

LRF, art.48 - Anexo VII

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Tot.da Desp.Líquida com Pessoal nos 12 Ult.Meses	15.322.047,27	46,51
Limite Maximo	17.788.816,19	54,00
Limite Prudencial	16.899.375,38	51,30

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Liquida	3.922.385,43	11,91
Limite Definido por Resolucao do Senado Federal	39.530.702,65	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Garantias	0,00	0,00
Limite Definido por Resolucao do Senado Federal	7.247.295,49	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Créditos Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Creditos por Antecipacao de Receita	0,00	0,00
Limite Definido Pelo Senado Federal para		
Operação de Crédito Internas e Externas	5.270.760,35	16,00
Limite Definido Pelo Senado Federal para		
Operação de Crédito por Antec. de Receita	2.305.957,65	7,00

	SUF.ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCES.	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCES.
RESTOS A PAGAR		
Valor Apurado nos Demonstrativos Respektivos	3.895.667,05	3.877.327,32

\_\_\_\_\_  
 PREFEITO MUNICIPAL  
 NELSON GUINDANI

\_\_\_\_\_  
 CONTADOR CRC/SC-16379/0-5  
 SIDNEY DALLA VECCHIA

\_\_\_\_\_  
 Responsável pelo Controle Interno  
 PAULO CEZAR DOLEJAL BERTÉ

## RREO 0

+[ CPL ]-----{ 001 }+  
 |  
 | Município de HERVAL D'OESTE  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
 | Balanço Orçamentário  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
 | JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVENBRO-DEZEMBRO  
 |  
 |-----+  
 LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

RECEITAS Categoria Econômica / Fontes	P R E V I S ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
	Inicial	p/ o Exercício (a)	Bimestre (b)	% (b/a)	até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	68.117.403,60	68.117.403,60	7.464.124,51	10,960	36.126.374,70	53,040	31.991.028,90
RECEITAS CORRENTES	42.985.661,80	42.985.661,80	6.741.039,87	15,680	33.997.818,63	79,090	8.987.843,17
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.735.300,00	2.735.300,00	561.944,45	20,540	3.249.795,24	118,810	-514.495,24
IMPOSTOS	1.640.300,00	1.640.300,00	430.106,45	26,220	2.205.637,14	134,470	-565.337,14
TAXAS	995.000,00	995.000,00	127.279,93	12,790	1.005.926,07	101,100	-10.926,07
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	100.000,00	100.000,00	4.558,07	4,560	38.232,03	38,230	61.767,97
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	779.900,00	779.900,00	189.183,44	24,260	1.162.338,74	149,040	-382.438,74
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	729.900,00	729.900,00	174.000,66	23,840	1.055.566,42	144,620	-325.666,42
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	50.000,00	50.000,00	15.182,78	30,370	106.772,32	213,540	-56.772,32
RECEITA PATRIMONIAL	1.266.500,00	1.266.500,00	515.359,57	40,690	2.682.506,09	211,800	-1.416.006,09
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	20.000,00	20.000,00	1.032,00	5,160	9.638,58	48,190	10.361,42
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.246.500,00	1.246.500,00	514.327,57	41,260	2.672.867,51	214,430	-1.426.367,51
RECEITA DE SERVIÇOS	101.000,00	101.000,00	48.486,93	48,010	144.004,27	142,580	-43.004,27
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.611.946,20	26.611.946,20	4.890.486,15	18,380	25.677.591,27	96,490	934.354,93
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	19.257.880,00	19.257.880,00	4.513.155,76	23,440	22.844.922,60	118,630	-3.587.042,60
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	5.000,00	5.000,00	110.500,00	2210,000	111.700,00	2234,000	-106.700,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	7.349.066,20	7.349.066,20	266.830,39	3,630	2.720.968,67	37,020	4.628.097,53
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.491.015,60	11.491.015,60	535.579,33	4,660	1.081.583,02	9,410	10.409.432,58
Multas e Juros de Mora	1.000,00	1.000,00	472,38	47,240	2.753,57	275,360	-1.753,57
MULTAS E JUROS DE MORA	293.700,00	293.700,00	21.295,76	7,250	100.202,82	34,120	193.497,18
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.100,00	3.100,00	0,00	0,000	26.076,20	841,170	-22.976,20
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	395.000,00	395.000,00	91.820,94	23,250	502.816,73	127,300	-107.816,73
RECEITAS DIVERSAS	10.798.215,60	10.798.215,60	421.990,25	3,910	449.733,70	4,160	10.348.481,90
RECEITAS DE CAPITAL	25.131.741,80	25.131.741,80	723.084,64	2,880	2.128.556,07	8,470	23.003.185,73
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	1.720.000,00	1.720.000,00	14.420,81	0,840	95.232,16	5,540	1.624.767,84
Alienação de Bens Móveis	75.000,00	75.000,00	0,00	0,000	19.410,00	25,880	55.590,00
Alienação de Bens Imóveis	15.000,00	15.000,00	14.420,81	96,140	75.822,16	505,480	-60.822,16
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1.630.000,00	1.630.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	1.630.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	49.000,00	49.000,00	9.256,52	18,890	47.632,29	97,210	1.367,71
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	23.362.741,80	23.362.741,80	699.407,31	2,990	1.985.691,62	8,500	21.377.050,18
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	23.362.741,80	23.362.741,80	699.407,31	2,990	1.985.691,62	8,500	21.377.050,18
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	297.633,94	0,000	1.128.951,55	0,000	-1.128.951,55
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	68.117.403,60	68.117.403,60	7.761.758,45	100,000	37.255.326,25	100,000	30.862.077,35
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	68.117.403,60	68.117.403,60	7.761.758,45	100,000	37.255.326,25	100,000	30.862.077,35
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII)=(V+VI)	68.117.403,60	68.117.403,60	7.761.758,45		37.255.326,25		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	327.054,38	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	327.054,38	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	327.054,38	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

								INSCRITAS EM			
								RESTOS A PAGAR			
								NÃO		%	Saldo a
DESPESAS		D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		PROCESSADOS	((g+h)	Liquidar
Cat.Econômica/Grupo de Natureza	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício		/		
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	(h)	(f)	(f-(g+h))	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (VII)	68.117.403,60	424.443,80	68.541.847,40	7.249.064,86	33.829.760,68	6.833.962,22	29.879.688,68	3.950.072,00	49,36	38.662.158,72	
DESPESAS CORRENTES	34.448.496,32	1.650.325,30	36.098.821,62	5.472.645,94	28.418.840,50	6.220.386,42	28.115.454,05	303.386,45	78,73	7.983.367,57	
Pessoal e Encargos Sociais	18.486.400,00	-289.960,00	18.196.440,00	3.892.905,80	17.095.541,66	3.850.407,56	17.052.713,39	42.828,27	93,95	1.143.726,61	
Juros/Encargos da Dívida	63.000,00	-7.000,00	56.000,00	775,13	5.947,71		775,13	5.947,71	0,00	50.052,29	
Outras despesas Correntes	15.899.096,32	1.947.285,30	17.846.381,62	1.578.965,01	11.317.351,13	2.369.203,73	11.056.792,95	260.558,18	63,42	6.789.588,67	
DESPESAS DE CAPITAL	33.273.907,28	-1.225.881,50	32.048.025,78	1.776.418,92	5.410.920,18	613.575,80	1.764.234,63	3.646.685,55	16,88	30.283.791,15	
Investimentos	32.658.907,28	-1.232.881,50	31.426.025,78	1.706.748,96	4.891.432,42	543.905,84	1.244.746,87	3.646.685,55	15,56	30.181.278,91	
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida	615.000,00	7.000,00	622.000,00	69.669,96	519.487,76	69.669,96	519.487,76	0,00	83,52	102.512,24	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	245.000,00	0,00	245.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	245.000,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	68.117.403,60	424.443,80	68.541.847,40	7.249.064,86	33.829.760,68	6.833.962,22	29.879.688,68	3.950.072,00	49,36	38.662.158,72	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento de Outras dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	68.117.403,60	424.443,80	68.541.847,40	7.249.064,86	33.829.760,68	6.833.962,22	29.879.688,68	3.950.072,00	49,36	38.662.158,72	
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	7.375.637,57	-	-	-	
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	68.117.403,60	424.443,80	68.541.847,40	7.249.064,86	33.829.760,68	7.761.758,45	37.255.326,25	3.950.072,00	49,36	38.662.158,72	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	Inicial	p/ o Exercício (a)	Bimestre (b)	%	até o Bimestre (c)	%	(a-c)
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	297.633,94	0,000	1.128.951,55	0,000	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	297.633,94	0,000	1.128.951,55	0,000	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	297.633,94	0,000	1.128.951,55	0,000	0,00
TOTAL	0,00	0,00	297.633,94		1.128.951,55		0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	D O T A Ç Ã O				E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar
	Inicial (d)	Cred.Adicion. (e)	Atualizada (f)=(d+e)	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	PROCESSADOS (h)	NÃO % (g+h) /f		
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
NELSON GUINDANICONTADOR CRC/SC-16379/0-5  
SIDNEY DALLA VECCHIAResponsável pelo Controle Interno  
PAULO CEZAR DOLEJAL BERTÉ

## RREO 1

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de HERVAL D'OESTE CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO |  
 +-----+  
 LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
DESPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	% (F)	(F/B)	SALDO
<b>DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>		<b>68.117.403,60</b>	<b>68.541.847,40</b>	<b>7.249.064,86</b>	<b>33.829.760,68</b>	<b>6.833.962,22</b>	<b>29.879.688,68</b>	<b>100,00</b>	<b>43,59</b>	<b>38.662.158,72</b>
01	LEGISLATIVA	1.000.000,00	1.000.000,00	171.986,62	887.963,25	183.902,62	887.963,25	2,97	88,80	112.036,75
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	1.000.000,00	1.000.000,00	171.986,62	887.963,25	183.902,62	887.963,25	2,97	88,80	112.036,75
	<b>Subtotal</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>171.986,62</b>	<b>887.963,25</b>	<b>183.902,62</b>	<b>887.963,25</b>	<b>2,97</b>	<b>88,80</b>	<b>112.036,75</b>
04	ADMINISTRAÇÃO	3.881.550,00	3.916.550,00	611.012,36	3.600.958,99	695.946,50	3.581.890,90	11,99	91,46	334.659,10
04.121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	706.050,00	716.050,00	129.455,89	607.499,14	141.016,51	607.499,14	2,03	84,84	108.550,86
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.175.500,00	3.200.500,00	481.556,47	2.993.459,85	554.929,99	2.974.391,76	9,95	92,94	226.108,24
	<b>Subtotal</b>	<b>4.881.550,00</b>	<b>4.916.550,00</b>	<b>782.998,98</b>	<b>4.488.922,24</b>	<b>879.849,12</b>	<b>4.469.854,15</b>	<b>14,96</b>	<b>90,91</b>	<b>446.695,85</b>
06	SEGURANÇA PÚBLICA	370.000,00	370.000,00	19.673,59	220.460,81	24.071,48	217.946,47	0,73	58,90	152.053,53
06.181	POLICIAMENTO	140.000,00	140.000,00	7.680,41	90.437,95	10.160,08	89.487,95	0,30	63,92	50.512,05
06.182	DEFESA CIVIL	230.000,00	230.000,00	11.993,18	130.022,86	13.911,40	128.458,52	0,43	55,85	101.541,48
	<b>Subtotal</b>	<b>5.251.550,00</b>	<b>5.286.550,00</b>	<b>802.672,57</b>	<b>4.709.383,05</b>	<b>903.920,60</b>	<b>4.687.800,62</b>	<b>15,69</b>	<b>88,67</b>	<b>598.749,38</b>
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.726.200,00	1.805.158,15	269.457,66	1.317.905,55	288.044,29	1.313.105,55	4,39	72,74	492.052,60
08.241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	20.000,00	20.000,00	1.700,30	18.253,23	1.918,04	18.253,23	0,06	91,27	1.746,77
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	204.000,00	141.000,00	6.154,75	31.790,61	8.492,03	31.790,61	0,11	22,55	109.209,39
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	1.444.200,00	1.586.158,15	253.173,85	1.217.827,17	269.205,46	1.213.027,17	4,06	76,48	373.130,98
08.331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	58.000,00	58.000,00	8.428,76	50.034,54	8.428,76	50.034,54	0,17	86,27	7.965,46
	<b>Subtotal</b>	<b>6.977.750,00</b>	<b>7.091.708,15</b>	<b>1.072.130,23</b>	<b>6.027.288,60</b>	<b>1.191.964,89</b>	<b>6.000.906,17</b>	<b>20,08</b>	<b>84,62</b>	<b>1.090.801,98</b>
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.610.000,00	1.610.000,00	306.341,90	1.371.456,95	309.670,52	1.371.456,95	4,59	85,18	238.543,05
09.272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	1.610.000,00	1.610.000,00	306.341,90	1.371.456,95	309.670,52	1.371.456,95	4,59	85,18	238.543,05
	<b>Subtotal</b>	<b>8.587.750,00</b>	<b>8.701.708,15</b>	<b>1.378.472,13</b>	<b>7.398.745,55</b>	<b>1.501.635,41</b>	<b>7.372.363,12</b>	<b>24,67</b>	<b>84,72</b>	<b>1.329.345,03</b>
10	SAÚDE	8.624.000,00	9.539.194,45	1.663.022,68	8.278.294,92	1.553.628,44	6.444.700,38	21,57	67,56	3.094.494,07
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	4.432.000,00	4.738.000,00	786.898,81	4.099.262,86	865.701,86	4.032.102,85	13,49	85,10	705.897,15
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIA	3.709.000,00	4.145.000,00	792.764,40	3.706.632,38	596.095,40	1.945.064,94	6,51	46,93	2.199.935,06
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	212.000,00	385.194,45	41.324,08	236.672,04	49.795,79	231.804,95	0,78	60,18	153.389,50
10.331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	271.000,00	271.000,00	42.035,39	235.727,64	42.035,39	235.727,64	0,79	86,98	35.272,36
	<b>Subtotal</b>	<b>17.211.750,00</b>	<b>18.240.902,60</b>	<b>3.041.494,81</b>	<b>15.677.040,47</b>	<b>3.055.263,85</b>	<b>13.817.063,50</b>	<b>46,24</b>	<b>75,75</b>	<b>4.423.839,10</b>
11	TRABALHO	1.359.000,00	1.012.000,00	141.061,02	742.254,03	141.272,52	742.254,03	2,48	73,35	269.745,97
11.331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	600.000,00	600.000,00	107.050,48	559.716,38	107.050,48	559.716,38	1,87	93,29	40.283,62
11.333	EMPREGABILIDADE	759.000,00	412.000,00	34.010,54	182.537,65	34.222,04	182.537,65	0,61	44,31	229.462,35
	<b>Subtotal</b>	<b>18.570.750,00</b>	<b>19.252.902,60</b>	<b>3.182.555,83</b>	<b>16.419.294,50</b>	<b>3.196.536,37</b>	<b>14.559.317,53</b>	<b>48,73</b>	<b>75,62</b>	<b>4.693.585,07</b>
12	EDUCAÇÃO	10.461.772,00	10.497.829,71	2.762.221,77	8.707.887,83	1.779.614,98	7.438.911,51	24,90	70,86	3.058.918,20
12.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	76.792,00	76.792,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.792,00
12.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	439.700,00	439.700,00	42.599,71	304.147,15	61.325,53	304.147,15	1,02	69,17	135.552,85
12.331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	392.000,00	392.000,00	65.080,71	342.021,85	65.080,71	342.021,85	1,14	87,25	49.978,15
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	4.382.280,00	4.412.786,48	877.225,53	3.980.081,19	965.408,15	3.942.646,19	13,20	89,35	470.140,29
12.362	ENSINO MÉDIO	5.000,00	5.000,00	0,00	4.999,70	0,00	4.999,70	0,02	99,99	0,30
12.364	ENSINO SUPERIOR	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	4.496.000,00	4.501.551,23	1.777.315,82	4.007.697,94	664.820,59	2.776.156,62	9,29	61,67	1.725.394,61
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	120.000,00	120.000,00	0,00	68.940,00	22.980,00	68.940,00	0,23	57,45	51.060,00
12.392	DIFUSÃO CULTURAL	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
	<b>Subtotal</b>	<b>29.032.522,00</b>	<b>29.750.732,31</b>	<b>5.944.777,60</b>	<b>25.127.182,33</b>	<b>4.976.151,35</b>	<b>21.998.229,04</b>	<b>73,62</b>	<b>73,94</b>	<b>7.752.503,27</b>
13	CULTURA	931.000,00	931.000,00	91.746,79	382.533,21	98.752,40	382.399,51	1,28	41,07	548.600,49
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	931.000,00	931.000,00	91.746,79	382.533,21	98.752,40	382.399,51	1,28	41,07	548.600,49
	<b>Subtotal</b>	<b>29.963.522,00</b>	<b>30.681.732,31</b>	<b>6.036.524,39</b>	<b>25.509.715,54</b>	<b>5.074.903,75</b>	<b>22.380.628,55</b>	<b>74,90</b>	<b>72,94</b>	<b>8.301.103,76</b>
15	URBANISMO	12.900.000,00	13.050.000,00	121.119,92	1.288.868,91	321.776,82	1.288.643,91	4,31	9,87	11.761.356,09
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	11.850.000,00	11.850.000,00	52.103,68	177.532,65	53.553,68	177.307,65	0,59	1,50	11.672.692,35
15.452	SERVIÇOS URBANOS	1.050.000,00	1.200.000,00	69.016,24	1.111.336,26	268.223,14	1.111.336,26	3,72	92,61	88.663,74
	<b>Subtotal</b>	<b>42.863.522,00</b>	<b>43.731.732,31</b>	<b>6.157.644,31</b>	<b>26.798.584,45</b>	<b>5.396.680,57</b>	<b>23.669.272,46</b>	<b>79,22</b>	<b>54,12</b>	<b>20.062.459,85</b>
16	HABITAÇÃO	4.017.248,00	3.170.248,00	-343,69	10.911,79	3.553,79	10.655,41	0,04	0,34	3.159.592,59



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+  
 |  
 | Município de HERVAL D'OESTE CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO |  
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		% (F)	(F/B)	SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
16.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.342.248,00	1.630.248,00	-343,69	10.911,79	3.553,79	10.655,41	0,04	0,65	1.619.592,59
16.481	HABITAÇÃO RURAL	125.000,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00
16.482	HABITAÇÃO URBANA	1.550.000,00	1.415.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.415.000,00
	<b>Subtotal</b>	<b>46.880.770,00</b>	<b>46.901.980,31</b>	<b>6.157.300,62</b>	<b>26.809.496,24</b>	<b>5.400.234,36</b>	<b>23.679.927,87</b>	<b>79,25</b>	<b>50,49</b>	<b>23.222.052,44</b>
17	SANEAMENTO	1.425.000,00	1.479.033,96	8.057,90	145.099,05	23.866,18	122.047,83	0,41	8,25	1.356.986,13
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	1.425.000,00	1.479.033,96	8.057,90	145.099,05	23.866,18	122.047,83	0,41	8,25	1.356.986,13
	<b>Subtotal</b>	<b>48.305.770,00</b>	<b>48.381.014,27</b>	<b>6.165.358,52</b>	<b>26.954.595,29</b>	<b>5.424.100,54</b>	<b>23.801.975,70</b>	<b>79,66</b>	<b>49,20</b>	<b>24.579.038,57</b>
18	GESTÃO AMBIENTAL	26.400,00	26.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.400,00
18.543	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	26.400,00	26.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.400,00
	<b>Subtotal</b>	<b>48.332.170,00</b>	<b>48.407.414,27</b>	<b>6.165.358,52</b>	<b>26.954.595,29</b>	<b>5.424.100,54</b>	<b>23.801.975,70</b>	<b>79,66</b>	<b>49,17</b>	<b>24.605.438,57</b>
20	AGRICULTURA	1.466.233,60	2.041.233,60	229.994,27	1.174.322,29	209.551,75	1.111.581,82	3,72	54,46	929.651,78
20.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	715.338,00	1.190.338,00	229.994,27	1.086.182,29	209.551,75	1.023.441,82	3,43	85,98	166.896,18
20.511	SANEAMENTO BÁSICO RURAL	143.233,92	143.233,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143.233,92
20.601	PROMOÇÃO E PRODUÇÃO VEGETAL	421.245,36	421.245,36	0,00	88.140,00	0,00	88.140,00	0,29	20,92	333.105,36
20.661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	75.874,32	75.874,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.874,32
20.722	TELECOMUNICAÇÕES	21.600,00	121.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.600,00
20.752	ENERGIA ELÉTRICA	88.942,00	88.942,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88.942,00
	<b>Subtotal</b>	<b>49.798.403,60</b>	<b>50.448.647,87</b>	<b>6.395.352,79</b>	<b>28.128.917,58</b>	<b>5.633.652,29</b>	<b>24.913.557,52</b>	<b>83,38</b>	<b>49,38</b>	<b>25.535.090,35</b>
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.086.000,00	1.086.000,00	32.078,00	32.078,00	32.078,00	32.078,00	0,11	2,95	1.053.922,00
23.695	TURISMO	1.086.000,00	1.086.000,00	32.078,00	32.078,00	32.078,00	32.078,00	0,11	2,95	1.053.922,00
	<b>Subtotal</b>	<b>50.884.403,60</b>	<b>51.534.647,87</b>	<b>6.427.430,79</b>	<b>28.160.995,58</b>	<b>5.665.730,29</b>	<b>24.945.635,52</b>	<b>83,49</b>	<b>48,41</b>	<b>26.589.012,35</b>
26	TRANSPORTE	14.800.000,00	14.462.199,53	621.103,66	4.020.896,76	889.296,59	3.636.733,68	12,17	25,15	10.825.465,85
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	14.800.000,00	14.462.199,53	621.103,66	4.020.896,76	889.296,59	3.636.733,68	12,17	25,15	10.825.465,85
	<b>Subtotal</b>	<b>65.684.403,60</b>	<b>65.996.847,40</b>	<b>7.048.534,45</b>	<b>32.181.892,34</b>	<b>6.555.026,88</b>	<b>28.582.369,20</b>	<b>95,66</b>	<b>43,31</b>	<b>37.414.478,20</b>
27	DESPORTO E LAZER	1.360.000,00	1.472.000,00	130.085,32	1.122.432,87	208.490,25	771.884,01	2,58	52,44	700.115,99
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	1.360.000,00	1.472.000,00	130.085,32	1.122.432,87	208.490,25	771.884,01	2,58	52,44	700.115,99
	<b>Subtotal</b>	<b>67.044.403,60</b>	<b>67.468.847,40</b>	<b>7.178.619,77</b>	<b>33.304.325,21</b>	<b>6.763.517,13</b>	<b>29.354.253,21</b>	<b>98,24</b>	<b>43,51</b>	<b>38.114.594,19</b>
28	ENCARGOS ESPECIAIS	678.000,00	678.000,00	70.445,09	525.435,47	70.445,09	525.435,47	1,76	77,50	152.564,53
28.843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	678.000,00	678.000,00	70.445,09	525.435,47	70.445,09	525.435,47	1,76	77,50	152.564,53
	<b>Subtotal</b>	<b>67.722.403,60</b>	<b>68.146.847,40</b>	<b>7.249.064,86</b>	<b>33.829.760,68</b>	<b>6.833.962,22</b>	<b>29.879.688,68</b>	<b>100,00</b>	<b>43,85</b>	<b>38.267.158,72</b>
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	245.000,00	245.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	245.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	245.000,00	245.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	245.000,00
	<b>Subtotal</b>	<b>67.967.403,60</b>	<b>68.391.847,40</b>	<b>7.249.064,86</b>	<b>33.829.760,68</b>	<b>6.833.962,22</b>	<b>29.879.688,68</b>	<b>100,00</b>	<b>43,69</b>	<b>38.512.158,72</b>
99	RESERVA DE CONTINGENCIA (RPPS/AD.DIR)	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA (RPPS/AD.DIR)	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
	<b>Subtotal</b>	<b>68.117.403,60</b>	<b>68.541.847,40</b>	<b>7.249.064,86</b>	<b>33.829.760,68</b>	<b>6.833.962,22</b>	<b>29.879.688,68</b>	<b>100,00</b>	<b>43,59</b>	<b>38.662.158,72</b>
	<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>TOTAL (III) = (I+II)</b>	<b>68.117.403,60</b>	<b>68.541.847,40</b>	<b>7.249.064,86</b>	<b>33.829.760,68</b>	<b>6.833.962,22</b>	<b>29.879.688,68</b>	<b>100,00</b>	<b>43,59</b>	<b>38.662.158,72</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		% (F)	(F/B)	SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
	<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
NELSON GUINDANI

CONTADOR CRC/SC-16379/0-5  
SIDNEY DALLA VECHIA

Responsável pelo Controle Interno  
PAULO CEZAR DOLEJAL BERTÉ

**RREO 2**

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----

|

| Município de HERVAL D'OESTE

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária

| Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/S

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

| JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEM

+-----

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		
		Inicial	Atualizada	no
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)		
	<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>68.117.403,60</b>	<b>68.541.847,40</b>	<b>3.2</b>
01	LEGISLATIVA	1.000.000,00	1.000.000,00	1
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	1.000.000,00	1.000.000,00	1
	<b>Subtotal</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>1</b>
04	ADMINISTRAÇÃO	3.881.550,00	3.916.550,00	3
04.121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	706.050,00	716.050,00	
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.175.500,00	3.200.500,00	2
	<b>Subtotal</b>	<b>4.881.550,00</b>	<b>4.916.550,00</b>	<b>4</b>
06	SEGURANÇA PÚBLICA	370.000,00	370.000,00	
06.181	POLICIAMENTO	140.000,00	140.000,00	
06.182	DEFESA CIVIL	230.000,00	230.000,00	
	<b>Subtotal</b>	<b>5.251.550,00</b>	<b>5.286.550,00</b>	<b>4</b>
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.726.200,00	1.805.158,15	1
08.241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	20.000,00	20.000,00	
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	204.000,00	141.000,00	
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	1.444.200,00	1.586.158,15	1
08.331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	58.000,00	58.000,00	
	<b>Subtotal</b>	<b>6.977.750,00</b>	<b>7.091.708,15</b>	<b>5</b>
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.610.000,00	1.610.000,00	1
09.272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	1.610.000,00	1.610.000,00	1
	<b>Subtotal</b>	<b>8.587.750,00</b>	<b>8.701.708,15</b>	<b>7</b>
10	SAÚDE	8.624.000,00	9.539.194,45	9
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	4.432.000,00	4.738.000,00	4
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	3.709.000,00	4.145.000,00	4
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	212.000,00	385.194,45	
10.331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	271.000,00	271.000,00	
	<b>Subtotal</b>	<b>17.211.750,00</b>	<b>18.240.902,60</b>	<b>1.7</b>
11	TRABALHO	1.359.000,00	1.012.000,00	
11.331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	600.000,00	600.000,00	
11.333	EMPREGABILIDADE	759.000,00	412.000,00	
	<b>Subtotal</b>	<b>18.570.750,00</b>	<b>19.252.902,60</b>	<b>1.8</b>
12	EDUCAÇÃO	10.461.772,00	10.497.829,71	8
12.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	76.792,00	76.792,00	
12.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	439.700,00	439.700,00	
12.331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	392.000,00	392.000,00	
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	4.382.280,00	4.412.786,48	4
12.362	ENSINO MÉDIO	5.000,00	5.000,00	
12.364	ENSINO SUPERIOR	50.000,00	50.000,00	
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	4.496.000,00	4.501.551,23	3
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	120.000,00	120.000,00	
12.392	DIFUSÃO CULTURAL	500.000,00	500.000,00	
	<b>Subtotal</b>	<b>29.032.522,00</b>	<b>29.750.732,31</b>	<b>2.7</b>
13	CULTURA	931.000,00	931.000,00	
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	931.000,00	931.000,00	
	<b>Subtotal</b>	<b>29.963.522,00</b>	<b>30.681.732,31</b>	<b>2.7</b>
15	URBANISMO	12.900.000,00	13.050.000,00	-1
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	11.850.000,00	11.850.000,00	-1
15.452	SERVIÇOS URBANOS	1.050.000,00	1.200.000,00	

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----

Município de HERVAL D'OESTE  
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
 Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/S  
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEM

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		
		Inicial	Atualizada	no
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)		
	<b>Subtotal</b>	<b>42.863.522,00</b>	<b>43.731.732,31</b>	<b>2.6</b>
16	HABITAÇÃO	4.017.248,00	3.170.248,00	
16.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.342.248,00	1.630.248,00	
16.481	HABITAÇÃO RURAL	125.000,00	125.000,00	
16.482	HABITAÇÃO URBANA	1.550.000,00	1.415.000,00	
	<b>Subtotal</b>	<b>46.880.770,00</b>	<b>46.901.980,31</b>	<b>2.6</b>
17	SANEAMENTO	1.425.000,00	1.479.033,96	
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	1.425.000,00	1.479.033,96	
	<b>Subtotal</b>	<b>48.305.770,00</b>	<b>48.381.014,27</b>	<b>2.6</b>
18	GESTÃO AMBIENTAL	26.400,00	26.400,00	
18.543	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	26.400,00	26.400,00	
	<b>Subtotal</b>	<b>48.332.170,00</b>	<b>48.407.414,27</b>	<b>2.6</b>
20	AGRICULTURA	1.466.233,60	2.041.233,60	1
20.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	715.338,00	1.190.338,00	1
20.511	SANEAMENTO BÁSICO RURAL	143.233,92	143.233,92	
20.601	PROMOÇÃO E PRODUÇÃO VEGETAL	421.245,36	421.245,36	
20.661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	75.874,32	75.874,32	
20.722	TELECOMUNICAÇÕES	21.600,00	121.600,00	
20.752	ENERGIA ELÉTRICA	88.942,00	88.942,00	
	<b>Subtotal</b>	<b>49.798.403,60</b>	<b>50.448.647,87</b>	<b>2.8</b>
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.086.000,00	1.086.000,00	
23.695	TURISMO	1.086.000,00	1.086.000,00	
	<b>Subtotal</b>	<b>50.884.403,60</b>	<b>51.534.647,87</b>	<b>2.8</b>
26	TRANSPORTE	14.800.000,00	14.462.199,53	2
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	14.800.000,00	14.462.199,53	2
	<b>Subtotal</b>	<b>65.684.403,60</b>	<b>65.996.847,40</b>	<b>3.0</b>
27	DESPORTO E LAZER	1.360.000,00	1.472.000,00	
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	1.360.000,00	1.472.000,00	
	<b>Subtotal</b>	<b>67.044.403,60</b>	<b>67.468.847,40</b>	<b>3.1</b>
28	ENCARGOS ESPECIAIS	678.000,00	678.000,00	
28.843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	678.000,00	678.000,00	
	<b>Subtotal</b>	<b>67.722.403,60</b>	<b>68.146.847,40</b>	<b>3.2</b>
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	245.000,00	245.000,00	
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	245.000,00	245.000,00	
	<b>Subtotal</b>	<b>67.967.403,60</b>	<b>68.391.847,40</b>	<b>3.2</b>
99	RESERVA DE CONTINGENCIA(RPPS/AD.DIR)	150.000,00	150.000,00	
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA(RPPS/AD.DIR)	150.000,00	150.000,00	
	<b>Subtotal</b>	<b>68.117.403,60</b>	<b>68.541.847,40</b>	<b>3.2</b>
	<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
	<b>TOTAL (III) = (I+II)</b>	<b>68.117.403,60</b>	<b>68.541.847,40</b>	<b>3.2</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		
		Inicial	Atualizada	no
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)		
	<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

|

| Município de HERVAL D'OESTE CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO/2011 A DEZEMBRO/2011 |

+-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						
	01/2011	02/2011	03/2011	04/2011	05/2011	06/2011	07/2011
RECEITAS CORRENTES (I)	2.693.027,78	2.741.368,86	2.717.121,31	2.709.001,79	3.046.366,96	3.253.972,55	3.075.884,76
Receita Tributária	144.200,55	267.335,58	157.882,19	141.996,52	178.121,35	791.927,58	229.389,85
IPTU	0,00	0,00	-66,38	-131,44	104,56	275.713,41	42.763,41
ISS	45.495,26	78.838,15	62.690,08	61.715,06	61.447,42	92.339,46	60.492,58
ITBI	19.246,87	35.699,93	28.275,17	18.946,91	55.043,84	20.245,03	22.739,30
IRRF	43.535,69	34.136,08	33.223,85	34.631,65	32.581,25	35.622,83	31.493,75
Outras	35.922,73	118.661,42	33.759,47	26.834,34	28.944,28	368.006,85	71.900,81
Receita de Contribuições	139.065,05	14.113,81	172.301,32	88.203,82	102.231,13	68.942,83	37.855,77
Receita Patrimonial	19.469,42	113.512,53	221.803,75	108.781,90	249.743,18	-16.802,18	141.903,96
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	846,62	3.880,12	10.550,28	10.056,60	14.905,95	12.672,13	15.263,46
Transferências Correntes	2.304.267,66	2.260.556,16	2.093.313,57	2.308.830,78	2.458.557,29	2.348.704,34	2.603.416,15
Cota-Parte do FPM	269.276,87	935.138,29	610.477,26	809.185,68	928.775,85	838.285,61	713.109,29
Cota-Parte do ICMS	770.168,59	667.152,16	776.135,94	783.550,60	753.958,42	755.934,35	806.127,25
Cota-Parte do IPVA	53.332,67	74.335,36	103.036,46	102.880,03	103.440,08	108.678,60	102.055,72
Cota-Parte do ITR	989,78	6,67	37,83	44,18	0,00	77,47	300,00
Transf.da LC 87/1996	4.393,25	4.393,25	4.393,25	4.393,25	4.393,25	4.393,25	4.393,25
Transferência do FUNDEB	341.688,10	316.689,91	327.281,97	345.207,22	352.480,22	344.223,90	336.657,15
Outras Transferências	864.418,40	262.840,52	271.950,86	263.569,82	315.509,47	297.111,16	640.773,49
Demais Receitas Correntes	85.178,48	81.970,66	61.270,20	51.132,17	42.808,06	48.527,85	48.055,57
II-DEDUÇÕES	470.021,48	370.842,06	496.415,11	414.178,11	460.720,26	407.679,11	366.417,47
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	120.281,42	2.575,05	163.177,14	62.512,61	63.902,02	61.979,65	22.844,11
Servidor	120.281,42	2.575,05	163.177,14	62.512,61	63.902,02	61.979,65	22.844,11
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	5.890,94	6.268,52	5.956,00	6.458,28	28.775,12	0,00	6.916,21
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	342.768,61	339.344,20	301.209,02	343.174,19	360.261,67	344.961,68	328.115,95
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(+)Perda com o FUNDEB	1.080,51	22.654,29	26.072,95	2.033,03	7.781,45	737,78	8.541,20
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	2.223.006,30	2.370.526,80	2.220.706,20	2.294.823,68	2.585.646,70	2.846.293,44	2.709.467,29

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+  
 |  
 | Município de HERVAL D'OESTE CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO/2011 A DEZEMBRO/2011 |  
 +-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão	
	08/2011	09/2011	10/2011	11/2011	Mes Atual	TOTAL	Atualizada	
RECEITAS CORRENTES (I)	3.657.534,41	2.696.660,83	4.016.951,65	3.386.503,40	4.096.198,83	38.090.593,13	46.303.981,80	
Receita Tributária	285.181,04	259.485,22	232.330,91	224.812,99	337.131,46	3.249.795,24	2.735.300,00	
IPTU	49.991,41	42.858,96	39.406,94	35.407,61	34.812,31	520.860,79	450.000,00	
ISS	68.984,12	52.093,88	59.741,72	58.060,17	79.924,24	781.822,14	669.100,00	
ITBI	41.176,29	53.605,03	21.956,89	14.345,26	60.532,79	391.813,31	200.000,00	
IRRF	39.427,60	36.768,58	42.695,55	46.962,43	100.061,64	511.140,90	321.200,00	
Outras	85.601,62	74.158,77	68.529,81	70.037,52	61.800,48	1.044.158,10	1.095.000,00	
Receita de Contribuições	131.842,91	60.391,63	158.207,03	91.636,44	97.547,00	1.162.338,74	779.900,00	
Receita Patrimonial	894.144,68	155.809,54	278.779,74	415.971,97	99.387,60	2.682.506,09	1.266.500,00	
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	8.887,60	10.486,87	7.967,71	17.372,62	31.114,31	144.004,27	101.000,00	
Transferências Correntes	2.285.622,51	2.172.852,57	3.302.096,23	2.569.728,66	3.062.419,85	29.770.365,77	29.930.266,20	
Cota-Parte do FPM	735.584,99	587.240,74	771.886,49	815.527,64	1.371.441,62	9.385.930,33	7.500.000,00	
Cota-Parte do ICMS	800.410,72	836.199,60	845.448,99	878.601,72	897.955,43	9.571.643,77	8.000.000,00	
Cota-Parte do IPVA	107.111,60	110.162,71	97.826,81	68.332,62	53.613,82	1.084.806,48	900.000,00	
Cota-Parte do ITR	82,79	1.511,73	2.809,42	186,55	309,58	6.356,00	1.600,00	
Transf.da LC 87/1996	0,00	8.786,50	4.393,25	4.393,25	4.393,25	52.719,00	50.000,00	
Transferência do FUNDEB	342.307,02	351.227,07	370.050,52	378.305,89	381.516,09	4.187.635,06	3.774.500,00	
Outras Transferências	300.125,39	277.724,22	1.209.680,75	424.380,99	353.190,06	5.481.275,13	9.704.166,20	
Demais Receitas Correntes	51.855,67	37.635,00	37.570,03	66.980,72	468.598,61	1.081.583,02	11.491.015,60	
II-DEDUÇÕES	463.850,40	404.804,25	518.958,65	460.056,64	480.227,42	5.148.340,92	4.048.220,00	
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	107.782,34	46.807,61	142.138,56	74.981,18	77.084,33	946.066,02	599.900,00	
Servidor	107.782,34	46.807,61	142.138,56	74.981,18	77.084,33	946.066,02	599.900,00	
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	13.761,04	6.769,57	6.769,57	6.769,57	15.165,58	109.500,40	130.000,00	
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	331.526,55	311.474,14	348.276,13	356.915,56	384.746,80	4.092.774,50	3.318.320,00	
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(+)Perda com o FUNDEB	10.780,47	39.752,93	21.774,39	21.390,33	3.230,71	0,00	0,00	
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	3.193.684,01	2.291.856,58	3.497.993,00	2.926.446,76	3.615.971,41	32.942.252,21	42.255.761,80	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
NELSON GUINDANI

CONTADOR CRC/SC-16379/0-5  
SIDNEY DALLA VECCHIA

Responsável pelo Controle Interno  
PAULO CEZAR DOLEJAL BERTÉ

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de HERVAL D'OESTE CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo do Resultado Nominal |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO |  
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior (B)	Bimestre Atual (C)
Divida Consolidada (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	-185.508,92	-45.058,11	-45.058,11
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	-185.508,92	-45.058,11	-45.058,11
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	185.508,92	45.058,11	45.058,11
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	185.508,92	45.058,11	45.058,11

	Período de Referencia	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	0,00	-140.450,81

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	-19.400,00

#### REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIARIA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior (B)	Bimestre Atual (C)
Divida Consolidada (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	-500,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	-500,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida Previdenciária (IX)=(VII-VIII)	500,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida Previdenciária (XI)=(IX-X)	500,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
NELSON GUINDANI

CONTADOR CRC/SC-16379/0-5  
SIDNEY DALLA VECCHIA

Responsável pelo Controle Interno  
PAULO CEZAR DOLEJAL BERTÉ

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de HERVAL D'OESTE CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo do Resultado Primario |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A DEZEMBRO 2011/EMISSAO 31/12/2011 |  
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão	RECEITAS REALIZADAS		Período de
	Atualizada	No Mes	Até o Mes	Ref.Ano Anter.
Receitas Primarias Correntes (I)	41.739.161,80	3.810.561,81	32.453.902,67	26.618.924,97
Receita Tributária	2.735.300,00	337.131,46	3.249.795,24	2.910.254,62
IPTU	450.000,00	34.812,31	520.860,79	473.869,42
ISS	669.100,00	79.924,24	781.822,14	697.814,83
IRRF	321.200,00	100.061,64	511.140,90	458.578,85
ITBI	200.000,00	60.532,79	391.813,31	299.362,10
Outras	1.095.000,00	61.800,48	1.044.158,10	980.629,42
Receita de Contribuição	779.900,00	493.917,76	3.420.241,84	3.078.266,43
Receita Previdenciária	599.900,00	77.084,33	946.066,02	795.253,05
Outras Contribuições	180.000,00	20.462,67	216.272,72	233.027,74
Receitas Previdenciárias	0,00	198.185,38	1.128.951,55	1.024.992,82
Receita Patrimonial Liquida	20.000,00	312,00	9.638,58	13.593,75
Receita Patrimonial	1.266.500,00	99.387,60	2.682.506,09	2.011.106,44
(-) Aplicações Financeiras	1.246.500,00	99.075,60	2.672.867,51	1.997.512,69
Transferências Correntes	26.611.946,20	2.677.673,05	25.677.591,27	20.855.725,83
FPM	6.000.000,00	1.182.004,86	7.593.618,36	6.626.717,76
ICMS	6.400.000,00	718.364,41	7.657.314,96	6.823.305,08
Outras Transferências	14.211.946,20	777.303,78	10.426.657,95	7.405.702,99
Demais Receitas Correntes	11.592.015,60	499.712,92	1.225.587,29	786.077,16
Dívida Ativa	395.000,00	53.050,02	502.816,73	459.487,17
Diversas Receitas Correntes	11.197.015,60	446.662,90	722.770,56	326.589,99
Receitas de Capital (II)	25.131.741,80	489.861,37	2.128.556,07	624.951,78
(-) Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização de Empréstimos (IV)	49.000,00	3.943,98	47.632,29	61.143,24
(-) Alienação de Ativos (V)	1.720.000,00	6.820,08	95.232,16	35.110,92
Transferências de Capital	23.362.741,80	479.097,31	1.985.691,62	528.697,62
Outras Transferências de Capital	23.362.741,80	479.097,31	1.985.691,62	528.697,62
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	23.362.741,80	479.097,31	1.985.691,62	528.697,62
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	65.101.903,60	4.289.659,12	34.439.594,29	27.147.622,59

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
	Atualizada	No Mes	Até o Mes	Ref.Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	36.098.821,62	3.578.639,69	28.115.454,05	24.154.400,77
Pessoal e Encargos Sociais	18.196.440,00	2.376.283,77	17.052.713,39	14.464.148,13
Outras Despesas Correntes	17.846.381,62	1.201.997,01	11.056.792,95	9.679.463,64
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	56.000,00	358,91	5.947,71	10.789,00
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	36.042.821,62	3.578.280,78	28.109.506,34	24.143.611,77
Despesas de Capital (XI)	32.048.025,78	314.911,27	1.764.234,63	2.098.025,55
Investimentos	31.426.025,78	280.029,48	1.244.746,87	1.156.657,92
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	622.000,00	34.881,79	519.487,76	941.367,63
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	31.426.025,78	280.029,48	1.244.746,87	1.156.657,92
Reserva de Conting. (XVI)	245.000,00	0,00	0,00	0,00
Reserva do RPPS (XVII)	0,00	168.970,25	3.247.061,53	0,00
DESP.PRIM.TOT. (XVIII)=X+XV+XVI+XVII	67.713.847,40	4.027.280,51	32.601.314,74	25.300.269,69
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-2.611.943,80	262.378,61	1.838.279,55	1.847.352,90
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			327.054,38	

Discriminação da Meta Fiscal

Valor

Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia

-53.320,00





+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+  
|  
| Município de HERVAL D'OESTE CONSOLIDADO |  
| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
| Demonstrativo do Resultado Primario |  
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
| JANEIRO A DEZEMBRO 2011/EMISSAO 31/12/2011 |  
+-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

\_\_\_\_\_  
PREFEITO MUNICIPAL  
NELSON GUINDANI

\_\_\_\_\_  
CONTADOR CRC/SC-16379/0-5  
SIDNEY DALLA VECCHIA

\_\_\_\_\_  
Responsável pelo Controle Interno  
PAULO CEZAR DOLEJAL BERTÉ

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 | Município de HERVAL D'OESTE CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão |  
 | Orçamento da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A DEZEMBRO 2011 |  
 +-----+

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.	de 2010			
Anteriores	de 2010					de 2010				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
	104.973,95	4.736,59	4.726,08	67.142,75	37.841,71	1.853.397,18	12.811,58	1.714.042,53	126.543,07	
	18.117,18	43.096,47	0,00	54.097,15	7.116,50	381.436,19	80.117,99	259.863,82	41.454,38	
	148,17	0,00	0,00	148,07	0,10	41,70	0,00	41,70	0,00	
	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	3.350,00	0,00	3.350,00	0,00	
	99,80	0,00	0,00	0,00	99,80	53.391,26	0,00	10.232,50	43.158,76	
	0,00	14.336,76	0,00	13.996,76	340,00	6.011,37	2.017,75	4.333,62	-340,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
<b>TOTAL (III)=(I+II)</b>	<b>123.339,10</b>	<b>62.669,82</b>	<b>4.726,08</b>	<b>135.884,73</b>	<b>45.398,11</b>	<b>2.297.627,70</b>	<b>94.947,32</b>	<b>1.991.864,17</b>	<b>210.816,21</b>	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.	de 2010			
Anteriores	de 2010					de 2010				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
NELSON GUINDANI

CONTADOR CRC/SC-16379/0-5  
SIDNEY DALLA VECCHIA

Responsável pelo Controle Interno  
PAULO CEZAR DOLEJAL BERTÉ

[ www.cplinformatica.com.br ]

001

CONSOLIDADO

Município de HERVAL D'OESTE  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RRRO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput art.212 Const)	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	(c) = (b/a) x100
1.0 - RECEITAS DE IMPOSTOS	1.927.500,00	1.927.500,00	525.777,80	2.629.611,25	136,43
1.1 - Receita Resultante do - IPTU	732.000,00	732.000,00	165.633,83	942.334,27	128,73
1.1.1- Imposto Sobre a Propriedade Predial e Ter	450.000,00	450.000,00	70.219,92	520.860,79	115,75
1.1.2- Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propr.Terri	2.000,00	2.000,00	6.003,47	8.328,12	416,41
1.1.3- Receita Divida Ativa Imp.s/Propr.Territ.U	280.000,00	280.000,00	89.410,44	413.145,36	147,55
1.2 - Receita Resultante do - ITBI	200.200,00	200.200,00	74.878,05	391.888,05	195,75
1.2.1- Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reai	200.000,00	200.000,00	74.878,05	391.813,31	195,91
1.2.2- Multas/Juros de Mora do Imp.s/Transf.de b	200,00	200,00	0,00	74,74	37,37
1.3 - Receita Resultante do - ISS	674.100,00	674.100,00	138.241,85	784.248,03	116,34
1.3.1- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Nature	669.100,00	669.100,00	137.984,41	781.822,14	116,85
1.3.2- Multas e Juros de Mora do Imposto sobre S	3.000,00	3.000,00	257,44	2.345,59	78,19
1.3.3- Multas/Juros Mora Divida Ativa Imp.s/ Ser	2.000,00	2.000,00	0,00	80,30	4,02
1.4 - Receita Resultante do - IRRF	321.200,00	321.200,00	147.024,07	511.140,90	159,13
1.4.1- Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendime	296.000,00	296.000,00	142.084,75	490.989,69	165,87
1.4.1- Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Outros	25.200,00	25.200,00	4.939,32	20.151,21	79,97
2.0 - RECEITAS DE TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	16.591.600,00	16.591.600,00	4.132.670,48	20.888.087,38	125,90
2.1 - Cota Parte do FPM	7.500.000,00	7.500.000,00	2.186.969,26	9.385.930,33	125,15
2.1.1- Cota-Parte do Fundo de Participação dos M	7.500.000,00	7.500.000,00	2.186.969,26	9.385.930,33	125,15
2.2- Transferencia dos Estados da Cota-Parte do IC	8.000.000,00	8.000.000,00	1.776.557,15	9.571.643,77	119,65
2.3- ICMS-Desoneração LC-87/96	50.000,00	50.000,00	8.786,50	52.719,00	105,44
2.4- Cota-Parte do IPI sobre Exportação	140.000,00	140.000,00	37.915,00	786.631,80	561,88
2.5- Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territo	1.600,00	1.600,00	496,13	6.356,00	397,25
2.6- Cota-Parte IPVA	900.000,00	900.000,00	121.946,44	1.084.806,48	120,53
<b>3.0 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1.0 + 2.0)</b>	<b>18.519.100,00</b>	<b>18.519.100,00</b>	<b>4.658.448,28</b>	<b>23.517.698,63</b>	<b>126,99</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	(c) = (b/a) x100
6.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	2.289.900,00	2.289.900,00	155.702,90	706.398,56	30,85
6.1- Transf.de Convênios União Destinados Progs.Ed	300.000,00	300.000,00	23.712,00	126.480,00	42,16
6.1- Transf.de Convênios União Destinados Progs.Ed	78.900,00	78.900,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Convênio Transporte Escolar	200.000,00	200.000,00	30.327,44	187.374,96	93,69
6.1- Convênio Salário-Educação	208.000,00	208.000,00	101.663,46	392.543,60	188,72
6.1- Transf. Convênios Estado Progs.Dest.Educação	570.760,20	570.760,20	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências De Convênios da União dest. Pr	932.239,80	932.239,80	0,00	0,00	0,00
<b>9.0 - TOTAL RECEITAS ADICIONAIS P/ FINAN. DO ENSINO</b>	<b>2.289.900,00</b>	<b>2.289.900,00</b>	<b>155.702,90</b>	<b>706.398,56</b>	<b>30,85</b>



[ www.cplinformatica.com.br ]

002

Município de HERVAL D'OESTE

CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

FUNDEB					
	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
RECEITAS DO FUNDEB	Inicial	Atualizada (a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	(c) = (b/a)x100
10.0 RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.318.320,00	3.318.320,00	741.662,36	4.092.774,50	123,34
10.1 Cota-Parte FPM Dest.ao FUNDEB(20% de 2.1.1)	1.500.000,00	1.500.000,00	352.517,89	1.792.311,97	119,49
10.2 Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB(20% de 2.2)	1.600.000,00	1.600.000,00	355.311,78	1.914.328,81	119,65
10.3 ICMS-Desoneração Dest.ao FUNDEB(20% de 2.3)	10.000,00	10.000,00	1.757,30	10.543,80	105,44
10.4 Cota-Parte IPI-Exp.Dest.ao FUNDEB(20% de 2.4)	28.000,00	28.000,00	7.582,98	157.331,85	561,90
10.5 C-P ITR/ITR Arrec.Dest. FUNDEB(20% de 1.5+2.5)	320,00	320,00	103,15	1.276,83	399,01
10.6 Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB(20% de 2.6)	180.000,00	180.000,00	24.389,26	216.981,24	120,55
11.0 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.785.500,00	3.785.500,00	770.720,73	4.210.899,24	111,24
11.1 - Transferencias de Recursos do FUNDEB	3.774.500,00	3.774.500,00	759.821,98	4.187.635,06	110,95
11.3 - Receita de Aplic.Finan.dos Recursos do FUN	11.000,00	11.000,00	10.898,75	23.264,18	211,49
12.0-RESULTADO LÍQUIDO TRANSF.DO FUNDEB (11.1 - 10.0	456.180,00	456.180,00	18.159,62	94.860,56	20,79

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR POSITIVO, HOUVE ACRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR NEGATIVO, HOUVE DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
DESPESAS DO FUNDEB	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim. (e)	(f) = (e/d)x100
13.0 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	3.500.000,00	4.014.000,00	756.475,32	3.932.312,51	97,96
13.1 - Com Educação Infantil	1.800.000,00	1.797.000,00	289.199,35	1.718.085,35	95,61
13.2 - Com Ensino Fundamental	1.700.000,00	2.217.000,00	467.275,97	2.214.227,16	99,87
14.0 - OUTRAS DESPESAS	285.500,00	18.500,00	5.884,54	9.271,05	50,11
14.1 - Com Educação Infantil	82.000,00	12.000,00	0,00	3.212,73	26,77
14.2 - Com Ensino Fundamental	203.500,00	6.500,00	5.884,54	6.058,32	93,20
15.0-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13.0 + 14.0)	3.785.500,00	4.032.500,00	762.359,86	3.941.583,56	97,75

## DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

	Valor
16.0-RESTOS A PAGAR INSC.SEM DISPONIB.FINAN.DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
17.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
<b>18.0-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16.0 + 17.0)</b>	<b>0,00</b>
<b>19.0-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO MAGISTÉRIO COM EDUC.INFANTIL E ENS.FUNDAMENTAL ((13.0-18.0)/11.0) x 100)</b>	<b>% 93,38</b>

## CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

	Valor
<b>20.0 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM &lt;EXERCÍCIO ANTERIOR&gt; QUE NÃO FORAM UTILIZADOS</b>	<b>5.551,23</b>
<b>21.0 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20.0 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011</b>	<b>0,00</b>

## MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas			%
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	(c) = (b/a)x100	
22.0-IMPOSTOS E TRANSF.DESTINADAS A MDE (25% DE 3.0)	4.629.775,00	4.629.775,00	1.164.612,07	5.879.424,66		126,99
	Dotacão	Dotação	Despesas Liquidadas			%
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim. (e)	(f) = (e/d)x100	
23.0 - EDUCAÇÃO INFANTIL	3.535.592,00	3.510.592,00	642.844,36	2.799.671,64		79,75
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.882.000,00	1.809.000,00	289.199,35	1.721.298,08		95,15
23.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Impost.	1.653.592,00	1.701.592,00	353.645,01	1.078.373,56		63,37
24.0 - ENSINO FUNDAMENTAL	3.795.497,00	3.695.497,00	912.495,95	3.495.882,90		94,60
24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.903.500,00	2.223.500,00	473.160,51	2.220.285,48		99,86
24.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Imposto	1.891.997,00	1.471.997,00	439.335,44	1.275.597,42		86,66
25.0 - ENSINO MEDIO	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00

[ www.cplinformatica.com.br ]

003

CONSOLIDADO

Município de HERVAL D'OESTE  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)						R\$ 1,00
26.0 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27.0 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28.0 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>29.0-TOTAL DESP.AÇÕES TÍPICAS.MDE(23+24+25+26+27+28)</b>	<b>7.331.089,00</b>	<b>7.206.089,00</b>	<b>1.555.340,31</b>	<b>6.295.554,54</b>		<b>87,36</b>

## DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL

Valor

30.0-RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB =(12)	94.860,56
31.0-DESPESAS CUSTEADAS COM COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32.0-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	23.264,18
33.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
34.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINAN.EXERC.ANTER.OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35.0-RESTOS A PAGAR INSC.NO EXERC.SEM DISPON.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.AO ENSINO	0,00
36.0 CANCELAMENTO NO EXERC.RESTOS A PAGAR, C/DISP.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.ENS.	0,00
37.0 TOTAL DEDUÇÕES CONSIDERADAS P/FINS DE LIMITE CONSTITUC. (30+31+32+33+34+35+36)	118.124,74
38.0 TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23+24) - (37)	6.177.429,80

39.0 MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38.0/3.0)x 100) % 26,27

## OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

	Dotação		Despesas Liquidadas		%
	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	
OUTRAS DESP.CUSTEADAS C/RECEITAS ADICION.P/FINAN.DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.0-DESP.CUSTEADAS CONTRIB.SOCIAL SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42.0-DESP.CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.0-DESP.CUST.C/OUTRAS RECEITAS P/FINANC.DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44.0-TOTAL OUT.DESP.C/REC.ADC.P/FIN.ENS(40+41+42+43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45.0-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29.0 + 44.0)	7.331.089,00	7.206.089,00	1.555.340,31	6.295.554,54	87,36

	Saldo	Cancelado
	Até o Bimestre	em 2010 (g)
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPOBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		
46.0-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00

## VALOR

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	FUNDEB (b)	FUNDEF
47.0-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	0,00	0,00
48.0- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	-23.264,18	0,00
49.0- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50.0- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	23.264,18	0,00
51.0- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

- (1) Limites mínimos a serem cumpridos no encerramento do Exercício
- (2) Art.21, Parág.2º, Lei 11.494/2007, até 5% dos Recursos Recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos a complementação da União, recebidos nos termos no parág.1º do art.6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante Abertura de Crédito Adicional.
- (3) Caput do art. 212 da CF/1988.
- (4) Os valores relativos à parcela dos Restos a Pagar inscritos em disponibilidade financeira vinculados a educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- (5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito da situação prioritária, conforme LDB, art. II,V.

PREFEITO MUNICIPAL  
NELSON GUINDANI

CONTADOR CRC/SC-16379/0-5  
SIDNEY DALLA VECHIA

Responsável pelo Controle Interno  
PAULO CEZAR DOLEJAL BERTÉ



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de HERVAL D'OESTE CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO |  
 +-----+

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada (a)	No Bimestre	Até o Bim. (b)	Realiz. (a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações Cred.Internas Contr. Relat.Programa Governo	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações Cred. Internas p/Programa de Educação.	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações Credito Internas p/ Programa Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações Credito Interna Relat.Programa de Governo	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada (c)	No Bimestre	Até o Bim. (d)	Liquidar (c-d)
Despesas de Capital	32.048.025,78	613.575,80	1.764.234,63	30.283.791,15
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	32.048.025,78	613.575,80	1.764.234,63	30.283.791,15
--------------------------------	---------------	------------	--------------	---------------

DIFERENÇA (A) - (B)	-32.048.025,78	-613.575,80	-1.764.234,63	-30.283.791,15
---------------------	----------------	-------------	---------------	----------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

\_\_\_\_\_  
 PREFEITO MUNICIPAL  
 NELSON GUINDANI

\_\_\_\_\_  
 CONTADOR CRC/SC-16379/0-5  
 SIDNEY DALLA VECCHIA

\_\_\_\_\_  
 Responsável pelo Controle Interno  
 PAULO CEZAR DOLEJAL BERTÉ

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de HERVAL D'OESTE CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos |  
 | Orçamento da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO |  
 +-----+

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
RECEITAS	Atualizada(a)	Realizadas(b)	a Realizar(a-b)
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	1.720.000,00	95.232,16	1.624.767,84
Alienação de Bens Móveis	75.000,00	19.410,00	55.590,00
Alienação de Bens Imóveis	15.000,00	75.822,16	-60.822,16
Alienação de Outros Bens Imóveis	1.630.000,00	0,00	1.630.000,00
Total	1.720.000,00	95.232,16	1.624.767,84

	Dotação	Despesas	Saldo
DESPESAS	Atualizada(c)	Liquidadas(d)	a Realizar(c-d)
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	1.705.000,00	0,00	1.705.000,00
Despesas de Capital	1.705.000,00	0,00	1.705.000,00
Investimentos	1.705.000,00	0,00	1.705.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	1.705.000,00	0,00	1.705.000,00

	Exercício Anterior(e)	Do Exercício(f)=(b-d)	Saldo Atual(e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	0,00	95.232,16	95.232,16

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
NELSON GUINDANI

CONTADOR CRC/SC-16379/0-5  
SIDNEY DALLA VECHIA

Responsável pelo Controle Interno  
PAULO CEZAR DOLEJAL BERTE

[ www.cplinformatica.com.br ]

001

## Município de HERVAL D'OESTE

## Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

## Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanco Orcamentario - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	68.117.403,60
Previsão Atualizada da Receita	0,00	68.117.403,60
Receitas Realizadas	7.761.758,45	37.255.326,25
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	327.054,38
Déficit Orçamentário	0,00	424.443,80

Balanco Orcamentario - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	68.117.403,60
Dotação Atualizada	0,00	68.541.847,40
Despesas Empenhadas	7.249.064,86	33.829.760,68
Despesas Liquidadas	6.833.962,22	29.879.688,68
Superávit Orçamentario	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	3.203.542,02	33.829.760,68
Despesas Liquidadas	3.893.550,96	29.879.688,68

Receita Corrente Líquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	32.942.252,21

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciárias (III)	1.248.901,09	2.944.775,23
Despesas Previdenciárias (IV)	212.039,16	670.834,00
Resultado Previdenciário (III-IV)	1.036.861,93	2.273.941,23

	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Res.Apur.até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultados Nominal e Primário			
Resultado Nominal	-19.400,00	-140.450,81	723,9732
Resultado Primario	-53.320,00	1.838.279,55	-3447,6361

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	62.669,82	4.726,08	135.884,73	-77.940,99
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	2.297.627,70	94.947,32	1.991.864,17	210.816,21
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00



[ www.cplinformatica.com.br ]

002

Município de HERVAL D'OESTE

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado Até o Bim.	%Min.a Aplicar no Exercício	%Aplicado Até o Bim.
Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE			
Min Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE		<25%/18%>	26,2672
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Mag.Ens.Fund/Medio-D.Fed/Est.		60%	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Magist.com Ed.Inf.e Ens.Fund.		60%	93,3842
Compl.União FUNDEB Min.10% Total Rec.FUNDEB - União		10%	

Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	1.764.234,63	30.283.791,15

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)	2.944.775,23	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	670.834,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)	2.273.941,23	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	95.232,16	1.624.767,84
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	0,00	1.705.000,00

	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado Até o Bim.	%Min.a Aplicar no Exercício	%Aplicado Até o Bim.
Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde			
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde	6.364.582,39	15,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
NELSON GUINDANI

CONTADOR CRC/SC-16379/0-5  
SIDNEY DALLA VECHIA

Responsável pelo Controle Interno  
PAULO CEZAR DOLEJAL BERTÉ



# Imbituba

## PREFEITURA

### Publicação de Extrato de Pregão Presencial 19/2012 (Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SAÚDE  
PROCESSO Nº 19/2012  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2012

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 09 de abril de 2012, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Aquisição de 01 (um) veículo, sendo transformado tipo ambulância para transporte de pacientes. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 27 de março de 2012.  
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA  
Pregoeira Oficial

### Publicação de Extrato de Pregão Presencial 33/2012 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PROCESSO Nº 48/2012  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2012

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 09 de abril de 2012, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de empresa para aquisição de saibro quartzoso para Secretaria Desenvolvimento Regional Sul. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 27 de março de 2012.  
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA  
Pregoeira Oficial

### Extrato: PMI SEDUCE 125/2010 - A/02

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEDUCE 125/2010 - A/02  
Contratada: EDENIR VIEIRA SILVEIRA  
C.P.F.: 591.813.039-04

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 31/12/2012.  
Valor: R\$ 559,80 Prazo: 31/12/2012  
Fundamento: Processo nº. 125/2010 Dispensa 36/2010

Imbituba, 30 de dezembro de 2011  
LEDA SUZANA DA S. G. P DE SOUZA  
Secretaria Municipal  
Contratante

EDENIR VIEIRA SILVEIRA  
Representante Legal  
Contratada

### Extrato: PMI SEINFRA 2010/35 A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEINFRA 2010/35 A/00  
Contratada: ANA ESMERALDA SPERB ME  
C.N.P.J: 08.583.677/0001-01

Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA REFORMA DE UM PARQUE DE DIVERSÕES EM MADEIRA TRATADA, NO BAIRRO DE SAGRADA FAMÍLIA- IMBITUBA/SC.  
Valor: R\$ 4.380,00 Prazo: 30 dias  
Fundamento: Processo nº. 37/2012 Dispensa 05/2012

Imbituba, 16 de março de 2012.  
JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal  
Contratante

ANA ESMERALDA SPERB ME  
Representante Legal  
Contratada

### Edital SEAGP Nº 050/2012

EDITAL SEAGP Nº 050/2012  
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2011, divulgado através do Edital nº 001/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

#### RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2011, para comparecer a Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 22 de Março a 21 de Abril de 2012, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o

exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 22 de Março de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública  
&#8195;

EDITAL SEAGP Nº 050/2012

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Engenheiro Civil

VALESCA RONCATO

### **Editai SEAGP Nº 051/2012**

EDITAL SEAGP Nº 051/2012

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2010.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 04/2010, divulgado através do Edital nº 04/2010, de 12 de novembro de 2010, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2010, de 07 de fevereiro de 2011, que homologou os resultados do referido processo seletivo.

#### **RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 04/2010, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 22 de Março a 21 de Abril de 2012, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 22 de Março de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública  
&#8195;

EDITAL SEAGP Nº 051/2012

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Serventes Merendeiras

CARMEN LUCIA COELHO

CLAUDINEIA DO NASCIMENTO

ROSANGELA DEMETRIO DA ROSA

### **Editai SEAGP Nº 052/2012**

EDITAL SEAGP Nº 052/2012

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 02/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 02/2011, divulgado através do Edital nº 02/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

#### **RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 002/2011, para comparecer a Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 22 de Março a 21 de Abril de 2012, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 22 de Março de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública  
&#8195;

EDITAL SEAGP Nº 052/2012

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Psicologa

MICHELLI RIBEIRO

**Edital SEAGP Nº 053/2012**

EDITAL SEAGP Nº 053/2012

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2009.

O Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Público nº 001/2009, divulgado através do Edital nº 001/2009, de 23 de janeiro de 2009, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2009, de 15 de abril de 2009, que homologou os resultados do referido processo.

**RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Público nº 001/2009, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado a Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 26 de março a 25 de Abril de 2012, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório ou não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados acarretará sua automática e definitiva eliminação do concurso, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo Público.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 26 de Março de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública  
&#8195;

EDITAL SEAGP Nº 053/2012

Instrutor de Dança

MARILEI BATISTA DOS SANTOS

Servente Merendeira

LILIANE DA SILVA PACHECO

**Edital SEAGP Nº 054/2012**

EDITAL SEAGP Nº 054/2012

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 02/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 02/2011, divulgado através do Edital nº 02/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE

HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

**RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 002/2011, para comparecer a Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 26 de Março a 25 de Abril de 2012, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 26 de Março de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública  
&#8195;

EDITAL SEAGP Nº 054/2012

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Instrutor de Artesanato

ANA LUIZA GALL

**Iomerê****PREFEITURA****Extrato de Contrato**

Prefeitura Municipal de Iomerê

Extrato de Contrato nº CT12FMS0010

Contratante: Prefeitura Municipal de Iomerê

Contratado: REGER ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Objeto: Reforma Unidade Sanitária

Valor: R\$ 101.287,82 (cento e um mil e duzentos e oitenta e sete reais e oitenta e dois centavos)

Data assinatura: 26/03/2012

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal



**Extrato de Contrato 0041/2012**

Prefeitura Municipal de Iomerê  
Extrato de Contrato nº CT120041

Contratante: Prefeitura Municipal de Iomerê  
Contratado: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA  
Objeto: Pavimentação Asfáltica e Pavimentação com pedras irregulares em Bom Sucesso  
Valor: R\$ 137.525,85 (cento e trinta e sete mil e quinhentos e vinte e cinco reais e oitenta e cinco centavos)

Data assinatura: 23/03/2012

ANTONINHO BALDISSERA  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº 0043/2012**

Prefeitura Municipal de Iomerê  
Extrato de Contrato nº CT120043

Contratante: Prefeitura Municipal de Iomerê  
Contratado: CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO  
Objeto: Contratação de 200 horas de serviços de escavadeira hidráulica  
Valor: R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais)

Data assinatura: 26/03/2012

ANTONINHO BALDISSERA  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº 0044/2012**

Prefeitura Municipal de Iomerê  
Extrato de Contrato nº CT120044

Contratante: Prefeitura Municipal de Iomerê  
Contratado: Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Objeto: Contratação de empresa para realização de concurso público  
Valor: R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais)

Data assinatura: 26/03/2012

ANTONINHO BALDISSERA  
Prefeito Municipal

**Irineópolis**

**PREFEITURA**

**Decreto Nº 2209/2012**

Decreto nº 2209/ 2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1599 de 22 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas parcialmente no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde do Município de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$

80.000,00 (oitenta mil reais).

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.031 - Manutenção de Ações e Serviços Públicos em saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0251.0 (8) Aplicações Diretas

R\$ 80.000,00

T O T A L R\$ 80.000,00

Art. 2º - Por conta das anulações previstas no artigo anterior, ficam suplementadas as dotações a seguir especificadas, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.031 - Manutenção de Ações e Serviços Públicos em saúde

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0251.0 (14) Aplicações Diretas

R\$ 80.000,00

T O T A L R\$ 80.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 22 de março de 2012.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

**8º Termo Aditivo ao Convênio Nº 03/2008**

8º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 03/2008.

8º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 03/2008, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS E A ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE RECICLÁVEIS BOM JESUS.

O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.558/0001-05, com sede à Rua Paraná, nº 200, Centro, Irineópolis / SC, doravante denominado CONVENIENTE, neste ato representado pelo Sr. Wanderlei Lezan, portador do CPF nº 153.546.101-25, RG nº 6.109.615 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Minas Gerais, nº 449, Centro, Irineópolis - SC, em pleno exercício de suas funções, reconhecido como Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme os poderes que lhe são conferidos pela Legislação em vigor, e de outro lado, a Associação dos Catadores de Recicláveis Bom Jesus, inscrita no CNPJ sob nº 09.438.356/0001-86, com sede situada na Colônia Batatal, s/nº, no Município de Irineópolis/SC, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Adecir Lino, inscrito no CPF sob o nº 899.244.799-04 e RG nº 1.792.453 SSP/SC, residente e domiciliado na rua Estrada Geral, s/nº, Localidade de Colônia Velha, Município de Irineópolis-SC, doravante denominado CONVENIADO, amparados pela Lei nº 1.607/12, de 14 de março de 2012, bem como pela Cláusula Décima Segunda do instrumento de Convênio original, tem, justo e aditado, o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Tem o presente Termo Aditivo o objetivo de alterar as Cláusulas Segunda, item "II", alínea "c", e a Terceira, item "I", do Convênio nº 03/2008, que passam a ter a seguinte redação:

**"CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES****II - DA CONVENIADA**

a)

b)

c) Prover recursos humanos, devidamente regularizados quanto à legislação trabalhista, necessários ao desenvolvimento das

atividades objeto deste Termo de Convênio, ficando limitado o repasse em R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) por catador por mês, limitados à 11 (onze) catadores, enquanto vigente o presente convênio, e o restante total para despesas de manutenção da CONVENIADA;

d)

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DOS RECURSOS

##### I - DO VALOR

O valor deste Termo de Cooperação Técnica e Financeira é de até R\$ 6.050,00 (seis mil e cinquenta reais) mensais."

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Convênio ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo Aditivo terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa oficial do Município, pelo CONVENENTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA QUARTA

E, por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis/SC, 20 de março de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Adeir Lino

Presidente da Associação dos Catadores de Recicláveis Bom Jesus

Testemunhas:

RÔMULO AZAMBUJA

MAURÍCIO JURASZEK

#### **Convênio Nº 01/2012**

CONVÊNIO Nº 001/2012.

"CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC E O LAR DOS IDOSOS SANT'ANA".

O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Paraná, 200 - Centro, Irineópolis - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.558/0001-05, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. Wanderlei Lezan, portador do CPF nº 153.546.101-25, RG nº 6.109.615-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Minas Gerais, nº 339 - Centro, Irineópolis - SC, doravante denominado CONCEDENTE, e o LAR DOS IDOSOS SANT'ANA, com sede no Bairro Jardim Brand, s/ nº, inscrito no CNPJ nº 81.648.362/0007-80, representado por seu Presidente, Senhora Ana Zazula, inscrita no CPF nº 177.762.959-49, RG nº 1.053.851 SSP/PR, doravante denominado simplesmente de CONVENENTE, firmam o presente Convênio, em 05 (cinco) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas e com supervisão da Assessoria Jurídica da Prefeitura, comprometendo-se a atender os seguintes quesitos, amparados pela Lei Municipal nº 1.608/2012, de 14 de março de /2012.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Por este instrumento, constitui-se o presente convênio, objetivando o repasse de recursos financeiros pelo CONCEDENTE à CONVENENTE, visando auxiliar na manutenção da entidade, para cobrir despesas correntes, afetas as atividades previstas em seu Estatuto Social.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O CONCEDENTE repassará à CONVENENTE, parcelas mensais e sucessivas de até R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária: 2020 - 114 - 3.3.50.00.00.00.00.0100 - Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos do orçamento em vigor.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

As ações a serem implementadas em decorrência do presente instrumento terão por finalidade constituir as seguintes obrigações:

##### I - DO CONCEDENTE

- a) Promover o repasse dos recursos financeiros;
- b) Fixar e dar ciência aos executores dos Procedimentos Técnicos e Operacionais que regem a execução dos serviços, programas e projetos;
- c) Acompanhar, orientar, supervisionar, assessorar e avaliar a execução dos serviços, programas e projetos de forma articulada;
- d) Receber os Relatórios e as Prestações de Contas da Entidade e promover o seu encaminhamento conforme estabelecem as determinações de ordem legal.

##### II - DO CONVENENTE

- a) A não observância na correta aplicação de recursos recebidos, implicará na rescisão deste Termo e na conseqüente devolução dos valores aplicados incorretamente.
- b) Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, dentro dos prazos previstos, efetuando a respectiva Prestação de Contas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento da respectiva parcela.
- c) Movimentar os recursos através de conta corrente específica junto a uma instituição bancária, devidamente identificada dentro do programa.
- d) Manter atualizado o cadastro dos atendimentos efetuados, bem como, prontuários e relatórios.
- e) Permitir a qualquer tempo, a fiscalização das ações, pelo Conselho Municipal de Assistência Social e pelo Município, através de seus Órgãos e Secretarias.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Convênio será até 31/12/2012, conforme estabelecido na Lei Municipal nº 1.608/2012, de 14 de março de 2012.

PARÁGRAFO ÚNICO - O convênio a ser firmado pode ainda ser alterado ou rescindido, a qualquer tempo, por mútuo acordo entre as partes, mediante a assinatura de Termo Aditivo ou Termo de Rescisão.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem descumprimento de quaisquer cláusulas deste convênio poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasse de recursos financeiros pelo CONCEDENTE, ou suspensão do atendimento pela CONVENENTE.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido com aviso prévio de 30 (trinta) dias, por inadimplência, caso o CONCEDENTE não repasse

o valor acordado no prazo determinado.

§ 1º - Ocorrendo a inadimplência por parte do CONCEDENTE, aguardar-se-á pelo prazo 30 (trinta) dias para que o mesmo efetue os repasses devidos. Espirado esse prazo e não ocorrido o pagamento, serão interrompidos os atendimentos até que se salde o débito.

§ 2º - Poderá também, haver rescisão do presente Convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior, ou ainda, por mútuo consenso das partes à qualquer época.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONCEDENTE e a CONVENIENTE, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICIDADE

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa oficial do Município, pelo CONCEDENTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União/SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Irineópolis/SC, 20 de março de 2012.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

ANA ZAZULA  
Presidente do Lar dos Idosos Sant'Ana

Testemunhas:  
RÔMULO ANTÔNIO AZAMBUJA  
MAURÍCIO JURASZEK

**Itaiópolis**

**PREFEITURA**

#### Alteração do Edital

PROCESSO LICITATORIO Nº 23/2012  
PREGAO PRESENCIAL Nº 17/2012

OBJETO Registro de Preços para aquisição de 30.000m³ (trinta mil metros cúbicos) de pedra britada para manutenção e conservação de estradas do Município.

Fica incluído no ITEM 2.0 do Edital: Subitem 2.2 - a empresa interessada em participar do certame deverá ter a pedreira localizada até 25 (vinte e cinco) quilômetros da Sede do Município. Os demais itens permanecem inalterados.

INFORMAÇÕES: Departamento de Compras e Licitações, sita a Avenida Getúlio Vargas, 308, Centro, Itaiópolis - SC, pelo fone: 47 3652 2211, ramal 203 ou pelo Site: [www.itaioptis.sc.gov.br](http://www.itaioptis.sc.gov.br)

Itaiópolis, 26/03/2012.  
HELIO CESAR WENDT  
Prefeito Municipal.

#### Termo de Homologação

PROCESSO LICITATORIO Nº 15/2012  
PREGAO ELETRONICO Nº 10/2012

OBJETO: aquisição de um caminhão, 0 Km, novo, 6 x 4, com camba basculante  
EMPRESA VENCEDORA: Konrad Curitiba Comercio de Caminhões Ltda.  
VALOR: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)

Itaiópolis, 23/03/2012  
HELIO CESAR WENDT  
Prefeito Municipal

**Itapoá**

**PREFEITURA**

#### Termo Aditivo N.º 18/2012 Que Visa Prorrogar O Contrato Administrativo Nº 08/2012. (1º aditivo).

TERMO ADITIVO N.º 18/2012 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 08/2012. (1º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Perpétuo Socorro n.º 430, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela chefia do Gabinete do Prefeito, a Sra. VERA LÚCIA EGGERT DA MAIA, portadora do CNPF/MF: 637.008.169-87 e C.I. RG nº 2.194.021 SSP/SC, e pelo Secretário de Administração e Finanças, CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR, portador do CI. RG. 15.128.741-7/SP e do CNPF/MF: 492.980.979-72 e pelo Prefeito Municipal ERVINO SPERANDIO, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 81.1881-7 SSP/PR e CNPF/MF nº 028.559.099-53, residente e domiciliado à Ana Maria Rodrigues de Freitas, s/nº, nesta cidade, e, de outro lado a Empresa TECTRANS TECNOLOGIA E TRANSPORTES LTDA-ME, com sede à Rua Professor Leonardo Cobbe, nº 435, Bairro: Barreirinha na cidade de Curitiba/PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.357.910/0001-75 e Inscrição Estadual n.º Isento, representada neste ato pelo diretor o Sr. ERALDO LUIZ CONSTANSKI, portador do CNPF/MF nº 874.766.819-91 e do CI.RG nº 5.084.911-2 SESP/PR, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo a Contratação de empresa para prestação de serviços para elaboração do Plano Municipal de Transporte Público do Município de Itapoá tem por finalidade o estudo técnico da oferta e demanda dos serviços do transporte público de passageiros urbano e transporte escolar, além de estabelecer diretrizes, planos de ação e de investimentos, a curto, médio e longo prazos, relativos à mobilidade urbana e ao transporte urbano de passageiros, objetivando a promoção da cidadania e inclusão social, o aperfeiçoamento institucional, regulatório e da gestão, conforme anexo I deste edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade de CONVITE N.º 02/2012 - PROCESSO Nº 05/2012, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DURAÇÃO DO CONTRATO

O presente termo visa prorrogar o prazo de execução e vigência do contrato administrativo n.º 08/2012 em 60 (sessenta) dias, contados a partir de 19 de março de 2012, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

#### CLÁUSULA SEGUNDA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 08/2012, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 08/2012, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 19 de março de 2012.

CONTRATANTE

Município De Itapoá

ERVINO SPERANDIO

Prefeito Municipal

CONTRATADA

Tectrans Tecnologia e Transportes LTDA-ME

ERALDO LUIZ CONSTANSKI

CONTRATANTE

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR

Secretaria De Administração E Finanças

CONTRATANTE

VERA LUCIA EGGERT DA MAIA

Chefia Do Gabinete Do Prefeito

Testemunhas:

NOME :

CNPJ/MF:

NOME:

CNPJ/MF:

Joaçaba

PREFEITURA

#### Ata de Julgamento da Habilitação - TP 2/2012/PMJ - PL 6/2012/PMJ

PROCESSO LICITATÓRIO 6/2012/PMJ - TP 2/2012/PMJ

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO- COMISSÃO DE LICITAÇÕES - 23/03/2012 (ATA Nº 33/2012)

Conforme informado à única proponente participante do certame, aos vinte e três dias do mês de março de 2012, às 16 horas, na sala do setor de licitações, a Comissão de Licitações reuniu-se para proceder à abertura do envelope contendo os documentos de habilitação da proponente DECZKA COMUNICAÇÕES LTDA (10017) e o julgamento da habilitação da mesma. O envelope nº 5 foi protocolado pela empresa proponente até o horário previsto. Inicialmente foram rubricados e conferidos os documentos, sendo constatado que a proponente atendeu às exigências do edital, sendo dessa forma, HABILITADA nessa fase do certame. Sendo assim, considerando haver apenas uma proponente participando do certame, sendo que a mesma atendeu às exigências do edital,

DECZKA COMUNICAÇÕES LTDA foi considerada a VENCEDORA do certame. O presente processo será encaminhado para o Prefeito para deliberações quanto à homologação do mesmo, sendo que a presente ata será encaminhada também à proponente que não se fez representar por intermédio de representante credenciado na sessão. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, cuja ata segue assinada pelos presentes.

#### Extrato TP 5/2012/PMJ - PL 28/2012/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2012/PMJ

TOMADA DE PREÇO Nº 5/2012/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento do material necessário para a recuperação de pavimento asfáltico (tapa buraco) em C.A.U.Q. - Concreto Asfáltico Usinado a Quente, de diversas ruas do perímetro urbano do Município. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Data da abertura: Dia 13/04/2012, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 13/04/2012, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@joacaba.sc.gov.br](mailto:comprasjba@joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 26 de março de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

#### Extrato Contrato 914/2012/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 914/2012/PMJ

PROVENIENTE DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 4/2012/PMJ - PUBLICADA NO DOM EM 16/03/2012 E HOMOLOGADA EM 22/03/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA - ME

OBJETO: Execução e acompanhamento, com mão-de-obra especializada, pela CONTRATADA, de 74 unidades habitacionais, medindo 37,20 m2 cada, conforme especificações dos projetos de engenharia.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.024 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS POPULARES

192 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0024-54 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações diretas.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar do recebimento da Ordem de Serviço Inicial

DATA DE ASSINATURA: 22/03/2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito



**Ordem de Serviço 148/2012, RECEBIDA EM 07/03/2012**

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 148/2012

Autorizo por meio desta, a empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, iniciar os serviços de CONSTRUÇÃO DE MUROS COM ALAMBRADOS, NOS LIMITES DOS TERRENOS DO ESF NOSSA SENHORA DE LOURDES E ESF FREI BRUNO, de acordo com o Processo de Licitação nº 03/2012 - Edital TP nº 01/2012, homologado em 06/02/2012. O total do serviço ora contratado, é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 81.699,89 (oitenta e um mil, seiscentos e noventa e nove reais e oitenta e nove centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula QUARTA do CONTRATO Nº 266/2012, de 06 de fevereiro de 2012. O prazo para a conclusão dos serviços é de 45 ( quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de recebimento da presente. Fica responsável pelos trabalhos de Fiscalização desta obra, o Engº Civil ADRIANO ZIERO.

Joaçaba (SC), 06 de fevereiro de 2012.

Contratante : PREFEITURA DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo: \_\_\_\_\_

RAFAEL LASKE

Prefeito

Contratada: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA

REPRESENTANTE: SIMAR JOSÉ ROSA

Assinatura e carimbo \_\_\_\_\_

CPF: 437.061.009-59

RECEBI EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

**SIMAE****Homologação PP 13/2012 SIMAE**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 13/2012 - PR</b>  Processo Administrativo: 17/2012 Processo de Licitação: 17/2012 Data do Processo: 29/02/2012
Folha: 1/1	

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 17/2012  
b ) Licitação Nr.: 13/2012-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 23/03/2012  
e ) Data da Adjudicação: 23/03/2012 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS MOTOR BOMBA PARA AS EAT 004,008, 009, 017, 020 E 023 TODAS DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	(em Reais R\$)
			<u>Total dos Itens</u>
- 006462 - KSB BOMBAS HIDRAULICAS S/A	6	0,0000	227.180,00
	6		227.180,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00 (3) Saldo: 3.003.242,01

Joaçaba, 23 de Março de 2012.

-----  
Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

# Lages

## PREFEITURA

### PP 09-2012 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 09-2012 SMS

Objeto: Aquisição de Leites Especiais

Abertura: 17/04/2012 às 14:00

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 cada, ou pelo site: [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 21 de março de 2012.

Antônio Cesar Alves de Arruda

Secretário de Administração

### Resultado CV 04-2012 FMAS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação

RESULTADO FINAL

ASSUNTO: CONVITE Nº 04/2012- FMAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS, DESCARTÁVEIS, MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA, EXPEDIENTE E CONSUMO PARA O PROGRAMA VIDA NOVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:

VENCEDOR: DIVERSOS

VALOR: R\$ 24.207,12

Lages, 23 de março de 2012.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

### 4º Termo Aditivo ao Contrato 12/2009 - SEMASA

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO

DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS N.º 12/2009

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob nº 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: HIDEA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.580.722/0001-13, com sede na Rua Marechal Deodoro, 155, nesta cidade de Lages, SC - fone: 32227484.

O Município de Lages, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, neste ato representado pelo Sr. Joel de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa HIDEA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA, representada neste ato pelo seu Proprietário o Sr. Manoel Thiago Gamborgi Vallim, que assina ao final, de ora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este Termo aditivo ao Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 04/2009, correlato ao Pregão Presencial nº 03/2009, aberto em 20/02/2009 e homologada

em 16/03/2009, consoante as cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços "por hora" de Máquinas, com motorista e/ou operador devidamente habilitado(s), para uso nas frentes de trabalho da Secretaria Municipal de Águas e Saneamento - Semasa, em conformidade com a autorização de fornecimento n.º 06/2009.

item	quant	Especificação	Preço Unit R\$	Preço Total
1	2.000 horas	Retroescavadeira potência mínima. de 75 hp, ano de fabricação acima de 1990.	50,50	101.000,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

3.1 Fica prorrogado o prazo final do contrato para a data de 31/12/2012.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

As demais cláusulas e condições do contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages (SC), 29 de fevereiro de 2012.

Secretaria Municipal de Águas e Saneamento - SEMASA  
JOÉL DE OLIVEIRA

Hidesa Loc. De Máquinas LTDA  
REPRESENTANTE

Manoel Thiago Gamborgi Vallim

Procuradoria Geral do Município

### Edital de Chamamento de Concurso Publico

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC TORNA PÚBLICO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CONCURSO PÚBLICO.  
CONCURSO 2007

Aux. Administração

Bruna Eliane Sviercowski -06754760983

Marisa Kalbusch- 68187840978

Edir da Silva- 38598566934

Diana Mary Pelozato - 06649338907

Aux. de Serviços Gerais

Marilea Ribeiro da Silva Varela Tomaz - 02464817902

Francine Córdova - 07021823975

Sandra Apª Coelho de Sá -04412163903

Paula Gonçalves Macedo - 05125196924

Cristiane Daniele Steffen de Lima - 04153563935

Lubya Lafaette Taborda Bonete - 04638690955

Nayara Andréia Silveira - 01682425916

Cristiane Sales Correa - 05528107970

Tânia Mara de Souza - 63917351900

Ianara Apª de Oliveira - 79423388949

Agente Adm.

Andressa Eulália Gonçalves - 05226540965

Stoney Mota - 04965147928

Enfermeiro

Anderson Amarante Rodrigo - 03089296918

Psicólogo

Ana Paula Araújo de Freitas - 05303628990

Procurador

Demóstenes Generoso de Souza - 02770578928

André Heidrich Moui - 02051604924

Vigia

Luiz Antonio Boeira da Rosa - 68656076949

Maricel Donizete Silva - 60275251934  
Tecnico em Enfermagem  
Daiane Darlin da Silva - 05396388978  
Telefonista  
Natalia Pires de Oliveira - 00776072013  
Cristiane Bilo Zinn - 97282928053  
CONCURSO 2009

Agente Comunitário de saúde  
Valdomiro Silveira - 44681372072  
Enfermeiro  
Delmarise Aparecida Elias -  
CONCURSO 2011

Assistente Técnico Educacional  
Mariane Ribeiro da Rosa -  
Professor de Matemática  
Elisandra da Silva Alves

## Leoberto Leal

### PREFEITURA

#### Pregão Presencial Nº 009/2012 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL  
Divisão de Licitações e Compras  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2012  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2012

TIPO: Menor Preço por item. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições de forma parcelada de pneus para manutenção da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, de acordo com as especificações do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 009/2012-FMS. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 09h00min (nove horas), do dia 10 de abril de 2012. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 26/03/2012.  
VITOR NORBERTO ALVES  
Secretário Municipal da Saúde.

#### Contrato Nº 008/2012 FMS

CONTRATO Nº 008/2012 - FMS

"Contrato de Prestação de Serviços para utilização dos espaços físicos, dos serviços hospitalares, dos serviços médicos, dos serviços de anestesista, dos serviços de enfermagem e exames de análises clínicas para o atendimento aos pacientes de Leoberto Leal"

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF nº 08.651.832/0001-80, cujo paço municipal localiza-se à rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Centro, Leoberto Leal, SC, doravante denominado MUNICÍPIO neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde senhor VITOR NORBERTO ALVES, a seguir denominado CONTRATANTE e a ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE SÃO JOSÉ, sediada na Praça Irmã Paulina 470, centro, Município de Ituporanga/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 86.185.220/0006-67, representada neste ato representada pela Irmã ALZIRA HOEPERS, superiora provincial, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações

pertinentes, Processo Licitatório nº 011/2012 - Inexigibilidade de Licitação nº 001/2012-FMS, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Utilização dos espaços físicos, dos serviços hospitalares, dos serviços médicos, dos serviços de anestesista, dos serviços de enfermagem e exames de análises clínicas para o atendimento aos pacientes de Leoberto Leal quando encaminhados ao atendimento de urgência e emergência que não puderem ser realizados pela estrutura existente no município e a complexidade do caso exigir, até 31 de Dezembro de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO - Fica pactuado que a vigência deste contrato terá início em 26/03/2012 até o dia 31/12/2012, podendo ser prorrogado de acordo com a necessidade do município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO - Pelo objeto deste contrato, será pago ao CONTRATADO o valor estipulado para os serviços contratados é de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por atendimento médico e R\$ 10,00 (dez reais) de serviço de expediente por atendimento, mais o valor dos exames, medicamentos e materiais utilizados no atendimento que não é possível mensurar por antecipação; e o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais pelo serviço de assistência médica na modalidade de sobreaviso, referente à especialidade médico anestesista. No valor total estimado de até R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais).

I - O Pagamento será procedido diretamente ao CONTRATADO, até o dia 10 (dez) do mês subsequente, mediante entrega da Nota Fiscal em via original, devidamente preenchida, descrevendo todos os serviços prestados pelo CONTRATADO, que deverá comparecer junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, ou, através de depósito em conta corrente cujo CONTRATADO é titular;

II - As faturas que apresentem incorreções serão, devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 05 (cinco) dias após a data de sua reapresentação.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I - O CONTRATADO, nesta relação contratual, se obriga a:

1) Utilização dos espaços físicos, dos serviços hospitalares, dos serviços médicos, dos serviços de anestesista, dos serviços de enfermagem e exames de análises clínicas para o atendimento aos pacientes de Leoberto Leal quando encaminhados ao atendimento de urgência e emergência que não puderem ser realizados pela estrutura existente no município e a complexidade do caso exigir;

2) Encaminhar mensalmente Nota Fiscal referente à prestação dos serviços, juntamente com relatório detalhado dos atendimentos, serviços de expediente e demais exames, medicamentos e materiais utilizados;

3) Executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas.

II - O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

1) Convocar por escrito o CONTRATADO, todas as vezes que se fizer necessário;

2) Fiscalizar, através da Secretaria da Saúde e Assistência Social, a prestação de serviços do contratado;

3) Realizar pontualmente o pagamento proposto.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO** - Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas forem inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

§ Único. O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que de seja de comum acordo, e por escrito.

**CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA** - Estipular-se-á multa equivalente 05% (cinco por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE** - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - DA HABILITAÇÃO** - O CONTRATADO declara estar devidamente autorizado a prestar os serviços aqui contratado e rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO** - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS** - Aplicam-se à execução deste Contrato de Prestação de Serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO** - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 26 de março de 2012.  
VITOR NORBERTO ALVES  
Secretário Municipal da Saúde  
Contratante

IRMÃ ALZIRA HOEPERS  
Presidente  
Contratada

Testemunhas:  
SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES  
JAQUELINE R. GUCHERT HOFMANN

## Lindóia do Sul

### PREFEITURA

#### Aviso Licitação Fracassada

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2012

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que a Licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2011, na forma da Lei nº 10.520/2002, objetivando a aquisição de duas retroescavadeiras novas sobre pneus, foi DECLARADA FRACASSADA, no dia 09 de março de 2012, pois a única proponente do certame apresentou proposta de preços superior ao valor máximo admissível previsto no edital, tendo sua proposta comercial desclassificada. Demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 09 de março de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

#### Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 02/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2012

O Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul, SC, torna público que ratificou o ato do responsável pelas Licitações e Contratos, que dispensou a licitação, nos termos do artigo 24, inc. IV, da Lei nº 8.666/93, para contratação emergencial de serviços médicos hospitalares na Estratégia Saúde da Família - ESF, das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas a serem efetuados na Sede do Município e interior, durante os dias 23, 26, 27, e 28 de março de 2012, sem limite de consultas diárias, tendo em vista a rescisão administrativa do contrato FMS 26/2011.

Contratado: BDW SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

Valor: R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais).

Lindóia do Sul, SC, 23 de março de 2012.

GENIR LOLI

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

#### RESCISÃO Unilateral de Contrato Nº 01/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE DISTRATO

RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO Nº 01/2012

REFERENTE CONTRATO 151/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que rescindiu de forma unilateral o seguinte contrato:

Contratada: CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS LTDA.

Objeto: Realização de concurso público.

DECLARA-SE E CONSTITUI-SE a rescisão unilateral do Contrato n. 151/2011 efetuado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL e a Empresa CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS LTDA LTDA, inscrita no CNPJ-MF sob o nº





09.151.415/0001-30, com sede na Rua Tenente Costa, nº 95, Centro, na cidade de Ituporanga, SC (CONTRATADA), que tinha como objeto a realização de concurso público, o que se faz com amparo no art. 78. II e art. 79, I, ambos, da Lei n. 8.666/93, com as seguintes consequências:

a) aplicação de multa cominatória no importe de R\$ 6.000,00 (art. 87, II e Cláusula Oitava, item 8.3.1 do Contrato 151/11);

b) aplicação da penalidade de suspensão de licitar com o Município de Lindóia do Sul, por 2(dois) anos (art. 87, II, da Lei n. 8.666/93);

c) estipulado o valor de R\$ 1.900,00 pelo serviços prestados pela CONTRATADA e consequente compensação dos mesmos com penalidade descrita no item "a" (art. 80, IV, da Lei n. 8.666/93);

d) entrega dos documentos (banco de dados) de todos os inscritos no Concurso Público 01/2011 ao Município no prazo de 05 (cinco) dias (art. 80, I, da Lei n. 8.666/93).

Lindóia do Sul/SC, 23 de março de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

**Luzerna**

**PREFEITURA**

### **Decreto 1470**

DECRETO Nº 1470 de 21 de março de 2012.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2012".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.22, da Lei nº 1.014, de 22 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 148.165,27 (cento e quarenta e oito mil, cento e sessenta e cinco reais e vinte e sete centavos) à conta do superávit financeiro do exercício de 2011, apurado na Fonte 89 - Alienação de Bens destinados a outros Programas, criando a Fonte de Recursos, Destinação de Recursos e Valor no Orçamento do Município para 2012, atribuído ao Projeto:

Unidade Gestora - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

11.SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Projeto - 1101.26.782.0067.1063 - Renovação da Frota

Categoria Econômica - 4.4.90.52.52 - Veículos de Tração Mecânica

Fonte de Recursos - 0.3.89 - Alienação de Bens destinados a outros Programas R\$148.165,27

Art. 2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2011.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 21 de março de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

### **Decreto 1471**

DECRETO Nº 1471 de 21 de março de 2012.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21 da Lei nº 1.014, de 22 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º - Fica anulada parcialmente na atividade abaixo discriminada a modalidade de aplicação da despesa:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

08.SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 19 - Transferências do FUNDEB (aplicação em outras despesas da educação básica) R\$ 21.995,00

TOTAL ANULADO R\$ 21.995,00

Art.2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a modalidade de aplicação da despesa atribuída a respectiva atividade abaixo discriminada:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

08.SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.361.0031.2028 - Manutenção da Educação Básica

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 19 - Transferências do FUNDEB (aplicação em outras despesas da educação básica) R\$ 21.995,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 21.995,00

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 21 de março de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

### **Extrato de Contrato Nº pml.020.12**

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.020.12

MODALIDADE: Concorrência Pública nº 0001/2012

PERMITENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

PERMISSIONÁRIO: WALTER MATTES

OBJETO: permissão para o transporte individual de passageiros, no Município de Luzerna, em veículos de aluguel providos de taxímetro, em conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal nº 106 de 29/11/11e Decreto nº 1.426, e as demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos

VALOR: R\$ 2.513,58 (dois mil, quinhentos e treze reais e cinquenta e oito centavos)

VIGÊNCIA: 10 (dez) anos, contados da data de assinatura

Luzerna(SC), 21 de março de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

PERMITENTE

WALTER MATTES

PERMISSIONÁRIO

# Maracajá

## PREFEITURA

### Lei Nº 889 de 21 de Março de 2012

LEI Nº 889 DE 21 DE MARÇO DE 2012.

ESTABELECE AS NORMAS PARA OS SERVIÇOS E OBRAS NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Município de Maracajá, estabelece as normas para os serviços e obras nos passeios (calçadas) das vias públicas do Município. Nenhum serviço ou obra que exija remoção de calçamento ou abertura de escavação no leito das vias públicas, poderá ser executado, por empresa ou particulares, sem prévia licença da Prefeitura, sob pena de multa e embargo da obra.

Art. 2º As aberturas nos calçamentos e escavações nas ruas centrais da cidade ou em logradouros de grande movimento, poderão ser feitos só em horas previamente designadas pela Diretoria de Obras.

Art. 3º Quando as valas abertas para quaisquer misteres, atravessarem os passeios, serão colocadas pontes divisórias garantindo o trânsito.

§ 1º Os particulares, as repartições públicas ou as empresas, ao fazerem aberturas nos calçamentos e escavações no leito das vias públicas, serão obrigados a colocar tabuletas, convenientemente dispostas, contendo avisos de "TRÂNSITO INTERROMPIDO" ou "PERIGO", além de sinais luminosos vermelhos durante a noite.

§ 2º Sempre que nas escavações ou valas ficarem águas pluviais, os particulares ou as empresas responsáveis pelo serviço ficam sujeitos ao pagamento das importâncias relativas à sua remoção.

Art. 4º As aberturas no calçamento e escavações no leito das vias públicas, deverão ser feitos de maneira a não prejudicar as obras subterrâneas existentes.

Art. 5º É proibido a colocação de quaisquer degraus, cunhas ou outros objetos fixos nas sarjetas, nos passeios ou em qualquer parte das vias públicas.

Art. 6º Os proprietários de terrenos em ruas onde houver meio-fio, são obrigados a construir ou reconstruir os passeios.

§ 1º Na construção dos passeios, quando se tiver de empregar revestimento de ladrilhos ou outro material que possa oferecer motivos, a Diretoria de Obras poderá estabelecer os desenhos à serem adotados.

§ 2º A Prefeitura estabelecerá um tipo uniforme de revestimento dos passeios para cada via, ou trecho de via pública.

Art. 7º A construção dos passeios incumbe aos proprietários dos imóveis respectivos.

Parágrafo único. Se a Prefeitura estabelecer modificações quanto à largura dos passeios existentes há mais de 05 (cinco) anos, ou determinar alterações no seu nivelamento, as despesas com adaptações, correrão por conta do Município.

Art. 8º Os proprietários devem requerer, concessão de licença, independentemente de alvarás, para a execução dos serviços de construção dos passeios.

Art. 9º O chanframento e rebaixo de guias ou meios-fios, destinados à entrada de veículos, somente poderão ser feitos depois de concedida licença mediante o pagamento da taxa respectiva.

Art. 10º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 21 de Março de 2012.  
WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Lei Municipal na Secretaria de Administração em 21 de Março de 20112.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

### Decreto Nº 13 de 19 de Março de 2012

DECRETO Nº 013 DE 19 DE MARÇO DE 2012.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO GESTOR DO FASSEMA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, CONFORME DETERMINA O ARTIGO 13 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 29/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Capítulo V, Seção I, art. 13, da Lei Complementar nº 29, de 16 de Fevereiro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem o CONSELHO GESTOR DO FASSEMA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, os abaixo relacionados:

I - Vilmar Leandro (Titular) - Poder Executivo;

Rosângela Freitas da Silva Rocha (Suplente) - Poder Executivo;

II - Andréia Marques (Titular) - Poder Legislativo;

Geovana Trevisol Teixeira (Suplente) - Poder Legislativo;

III - Rosane Roldão de Fáveri (Titular) - Representante dos Servidores Municipais;

José Paulo Farias (Suplente) - Representante dos Servidores Municipais

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 19 de Março de 2012.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 19 de Março de 2012.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração



# Massaranduba

## PREFEITURA

### Decreto Nº. 2429 de 20 de Março de 2012

DECRETO Nº. 2429 DE 20 DE MARÇO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA  
0602.010.301.0100.2034 - Reforma e ampliação dos postos de saúde  
0602 - 44900000 - Aplicações Diretas  
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde  
R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA  
0602.010.301.0100.2034 - Reforma e ampliação dos postos de saúde  
0602 - 33900000 - Aplicações Diretas  
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde  
R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 20 DE MARÇO DE 2012

MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

### Decreto Nº. 2430 de 20 de Março de 2012

DECRETO Nº. 2430 DE 20 DE MARÇO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0900 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
0901 - GERÊNCIA DE AGRICULTURA  
0901.020.606.0200.1074 - Ampliação da Patrulha Agrícola Mecanizada  
0901 - 44900000 - Aplicações Diretas  
0901 - 12454 - Transferências Convênios União - Outros  
R\$ 53.250,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no exercício de 2012.

Art. 3º. Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 20 DE MARÇO DE 2012

MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

### Contrato Aditivo Nº 76/2

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 76/2011

CONTRATO ADITIVO Nº 76/2

PREFEITURA DE MASSARANDUBA - ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO: Convite para Obras e Serviços de Engenharia nº. 108.1/2011

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA  
CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

OBJETO: Fica prorrogada a vigência do contrato, a partir da data de 14 de Março de 2012 até o dia 14 de Maio de 2012, devido as alterações efetuadas no projeto original, atrasando o cronograma de execução das obras. Alteração amparada no Parágrafo Primeiro, Incisos I e IV, do Art. 57 da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, alterada pela Lei nº. 8.883/94.

Massaranduba, 15 de Março de 2012.  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

### Contrato Aditivo Nº 77/2

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 77/2011

CONTRATO ADITIVO Nº 77/2

PREFEITURA DE MASSARANDUBA - ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO: Convite para Obras e Serviços de Engenharia nº. 109/2011

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA  
CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

OBJETO: Fica prorrogada a vigência do contrato, a partir da data de 14 de Março de 2012 até o dia 14 de Maio de 2012, devido as alterações efetuadas no projeto original, atrasando o cronograma de execução das obras. Alteração amparada no Parágrafo Primeiro, Incisos I e IV, do Art. 57 da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, alterada pela Lei nº. 8.883/94.

Massaranduba, 15 de Março de 2012.  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

### Ata de Registro de Preços Nº. 6/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 6/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 16/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2012

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos 09 de Março de 2012, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro,

2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 16/2012 - Pregão Presencial Nº. 6/2012 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETROLEO PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, PRE-ESCOLARES E CENTROS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO DE MASSARANDUBA (SC), para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Massaranduba, pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo X do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presente à empresa e seu representante

Participantes Presentes CNPJ/CPF

LOURIVAL WACHOLZ - ME, neste ato representado por LOURIVAL WACHOLZ 86.892.981/0001-44

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETROLEO PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, PRE-ESCOLARES E CENTROS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO DE MASSARANDUBA (SC), em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

Empresa Vencedora

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
01	LOURIVAL WACHOLZ - ME	RECARGA DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO 13 KG	UNID	SUPERGASBRAS	10	43,00	430,00
02	LOURIVAL WACHOLZ - ME	RECARGA DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO 45 KG	UNID	SUPERGASBRAS	90	205,00	18.450,00

Total do Fornecedor: R\$ 18.880,00 (DEZOITO MIL E OITOCENTOS E OITENTA REAIS)

Total Geral dos Itens: R\$ 18.880,00 (DEZOITO MIL E OITOCENTOS E OITENTA REAIS)

1.2. O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 18.880,00 (DEZOITO MIL E OITOCENTOS E OITENTA REAIS).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na

Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Administração, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 16/2012 - Pregão Presencial Nº. 6/2012.

3.3. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório Nº. 16/2012 - Pregão Presencial Nº. 6/2012 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, através de depósito na conta corrente informada pela empresa vencedora do certame, mediante a apresentação de Nota Fiscal, com os materiais descritos detalhadamente e devidamente atestada pela Secretaria requisitante, ou outro servidor responsável pela requisição/solicitação. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.2. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

Código Dotação	Descrição
05	SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
001	GERENCIA DE EDUCACAO
33903004	Gás Engarrafado
2044	Manutenção do ensino fundamental
15801	Transferência do Salário Educação
2054	Manutenção da educação infantil
15801	Transferência do Salário Educação

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.1. O prazo de entrega será de 24 (VINTE QUATRO) horas após o recebimento da Ordem de Compra ou Nota de Empenho que será fornecida pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

5.2. Local de entrega: Prefeitura Municipal, situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, na cidade de Massaranduba/SC.

5.3. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, ao

critério da Administração.

6.2. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.2.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.2.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1. Advertência;

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.7 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.8. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar

o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.2.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

#### CLÁUSULA NONA - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Administração, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Compete ao Fornecedor:

11.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º. do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

11.1.2. Entregar o objeto da licitação nos locais determinados pelo Município, dentro do prazo estipulado, respeitadas as quantidades e especificações contidas na Ordem de Compra e Cronograma de Entrega, nos estabelecimentos de Ensino, respeitando o horário de entrega entre 07h30min às 11h30min e das 13h00min as 17h00min;

11.1.3. Prover o adequado transporte e manuseio dos produtos objeto da presente licitação, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito;

11.1.4. Pagar todos os tributos fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como eventual custo de frete na entrega;

11.1.5. Assumir inteira responsabilidade pela entrega e pelo seguro dos produtos adquiridos até o local determinado pela Prefeitura;

11.1.6. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Município e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores;

11.1.7. Aceitar as condições de pagamento, previstas neste edital;

11.1.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste edital, sem prévia e expressa anuência da Administração;

11.1.9. Entregar parceladamente o objeto desta licitação, conforme a quantidade a ser solicitada, devendo o licitante vencedor providenciar a entrega no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após solicitação, independente de valor para faturamento;

11.1.10. O material deverá ser entregue acondicionado adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte e a Nota Fiscal deverá obrigatoriamente ser entregue juntamente com o produto.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº. 16/2012, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba(SC), 09 de Março de 2012.

Prefeitura De Massaranduba

MARIO FERNANDO REINKE

Contratante

Lourival Wacholz - ME

LOURIVAL WACHOLZ

Contratada

## Meleiro

### PREFEITURA

#### Portaria N.º 110/2012

PORTARIA n.º 110/2012

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

#### CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal ENEDIR MIZEGESKI CARVALHO - matrícula 19, ocupante do cargo de Motorista, referente ao período aquisitivo 03/02/2011 a 02/02/2012.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/03/2012.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 23 de Março de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

#### Portaria N.º 111/2012

PORTARIA n.º 111/2012

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

#### CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, à servidora VANDERLÉIA Córneo Zanellatto, ocupante do cargo de Chefe da Divisão da Vigilância Sanitária, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de até 15 (quinze) dias.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 16/03/2012.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 26 de Março de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.



JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

## ERRATA

### ERRATA

O Decreto 023/2012, publicado no DOM, edição nº 956, página 247, do dia 23/03/2012, onde se lê Decreto 023/2012, leia-se Decreto 024/2012.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

## Monte Carlo

### PREFEITURA

#### Extrato de Contrato de Locação de Imóvel Urbano

EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO  
PARA FUNCIONAMENTO DA FISIOTERAPIA nº 17/2011.

Pelo presente Contrato e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas:

NELSO VIECELI, brasileiro, casado, comerciante, portador da Cédula de Identidade nº 458.565 - SSP/SC e inscrito no CPF sob nº 105.649.349-68, residente e domiciliada na Rua Domingos Rigo, 638, na cidade de Monte Carlo - SC, na qualidade de proprietário, conforme, doravante denominado, "LOCADOR"; e

FUNDO DE SAÚDE DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rodovia SC 456, Km 15, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.923.189/0001-45, neste ato representada pelo Sr. MARCOS NEI CORREIA DE SIQUEIRA, investido nas atribuições que lhe conferem o cargo de Prefeito Municipal, doravante denominada simplesmente, "LOCATÁRIA".

têm entre si justo e contratado o presente CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO PARA FUNCIONAMENTO DO DEPARTAMENTO DE FISIOTERAPIA ("Contrato"), que vigorará segundo o disposto nas leis 8.245/91 e 8.666/93, além dos Princípios Gerais da Administração Pública e as cláusulas e condições seguintes:

Constitui o objeto do presente Contrato, a locação pela LOCATÁRIA, do imóvel de propriedade da LOCADORA, constituído de uma sala em Alvenaria com área de 120,00 m², localizado na Rua Domingos Rigo, nº 638, Centro - Monte Carlo/ SC ("o imóvel"), com Matrícula no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo-SC, sob o nº 6035 - Ficha 01.

O presente Contrato vigorará pelo prazo determinado de 08 (oito) meses, com início em 01 de março de 2012 e término em 31 de outubro de 2012, quando será considerado extinto de pleno direito, para todos os fins e efeitos legais, devendo a LOCATÁRIA restituir imediatamente o imóvel no estado em que o recebeu mais as benfeitorias eventualmente aprovadas e realizadas pela LOCADORA, sem direito à qualquer retenção, salvo acordo entre as partes para prorrogação por novo período.

A LOCATÁRIA pagará mensalmente à LOCADORA, a título de aluguel, o valor líquido de R\$ 933,00 (novecentos e trinta e três reais), o qual deverá ser pago até o 15º dia do mês subsequente à utilização do imóvel pela LOCATÁRIA, através de depósito bancário em conta-corrente de titularidade da LOCADORA, ou emissão de cheque pagos em carteira, com o que a LOCATÁRIA concorda expressamente, sem qualquer ressalva, condição ou exigência,

valendo os respectivos comprovantes de depósitos, após devidamente compensados, como recibos de pagamento.

Os recursos para atender às despesas decorrentes do presente contrato, correrão por conta do orçamento Municipal de Monte Carlo, conforme dotação orçamentária 2012:

Órgão 01  
Unidade 01  
Cód. Red.: 16  
Projeto/atividade 2.030  
3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão 01  
Unidade 01  
Cód. Red.: 17  
Projeto/atividade 2.030  
3.3.90.00.00.00.00.00

#### ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE

E por assim estarem, justas e contratadas, as partes firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Monte Carlo, 29 de fevereiro de 2012.  
NELSON VIECELLI  
CPF Nº 105.649.349-68  
LOCADORA

FUNDO DE SAÚDE DE MONTE CARLO/SC  
Marcos Nei C. de Siqueira  
LOCATÁRIA

## Navegantes

### PREFEITURA

#### Nomeia membros para a JARI

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio nº 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br  
DECRETO Nº 151 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2012  
NOMEIA MEMBROS PARA INSTITUÍREM A JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI E REVOGA DECRETO QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para constituição da JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infrações - de Navegantes, conforme a lei nº 1499 de 04 de fevereiro de 2002, Resolução 357 de 02 de agosto de 2010 e diretrizes do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN:

I - Representante do órgão que impôs a penalidade:  
Titular: Sérgio Nei da Cruz Júnior  
Suplente: Leila Aparecida Matias Pacheco

II - Representante Indicado pela entidade representativa da

sociedade ligada à área de trânsito (Sindicato dos Condutores Automotores de Veículos Rodoviários de Navegantes):

Titular: João Carlos Batista dos Santos

Suplente: Valmor Urbano Vieira

III - Representante com conhecimento na área de trânsito com no mínimo nível médio:

Titular: Pedro Bins

Suplente: Alexsander Bernardes de Souza

Art. 2º Fica designado o senhor Sérgio Nei da Cruz Júnior como Presidente da JARI.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação revogando-se, na íntegra, o Decreto nº 3 de 5 de janeiro de 2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 de Fevereiro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

## Novo Horizonte

### PREFEITURA

#### Extrato de Homologação e Adjudicação ao PL Nº 026/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/12

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/12

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 23/03/2012

CONTRATADO: FIPAL - DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objetivo a seleção de propostas para: Aquisição de 01(UM) veículo, tipo de passeio, zero quilometro, motor de no mínimo 65 CV, bicombustível, na cor branca, com as características mínimas descritas no Anexo III deste Edital, para uso no Programa de Inseminação Artificial.

VALOR DA DESPESA: R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais)

DATA: 23/03/12

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal.

#### Resultado do Pregão Presencial Nº 012/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2012

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de sua Pregoeira, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 012/2012, cujo objeto trata-se da Aquisição de 01(UM) veículo, tipo de passeio, zero quilometro, motor de no mínimo 65 CV, bicombustível, na cor branca, com as características mínimas descritas no Anexo III do Processo Licitatório Nº 026/2012, para uso no Programa de Inseminação Artificial, que na data da realização: 23/03/2012 às 09:00 hs, que teve como vencedora as empresa:

FIPAL - DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA, com valor de R\$ 26.000,00 (Vinte e seis mil reais).

Novo Horizonte/SC, em 23 de Março de 2012.

SILVANI ZILIO MOSCHEN

Pregoeira

#### Extrato Contratual Nº 035/2012

EXTRATO CONTRATUAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contrato Nº.: 035/2012

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada : FIPAL - DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

Valor : 26.000,00 (vinte e seis mil reais)

Vigência : Início: 23/03/2012 Término: 23/03/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2012

Recursos: Dotação: 2.021.4.4.90.00.00.00.00 (82),  
2.028.4.4.90.00.00.00.00 (117), 2.028.4.4.90.00.00.00.00 (138)

Objeto : O presente contrato tem por objeto a Aquisição de 01 veículo FIAT WAY ECONOMY, veículo de passeio, com 2 (duas) portas, ANO FAB./MOD.: 2012/2012, zero quilômetro, MOTOR 1.0, freios dianteiros a disco e traseiros a tambor, transmissão manual de 04 velocidades, direção mecânica, suspensão elevada, POTÊNCIA de 66 CV, COMBUSTÍVEL: bicombustível (gasolina/álcool), na cor branca (sólido), com desembaçador com ar quente, limpador e lavador de vidro traseiro, espelhos retrovisores externos com comando interno mecânico, Desembaçador do vidro traseiro, predisposição para rádio com 02 alto falantes dianteiros e 02 traseiros, antena, pneus " 175 70 R13", tapetes de borracha internos, apoio de cabeça para os bancos dianteiros com regulagem de altura, pára-choque na cor preta, proteção de motor e demais EQUIPAMENTOS OBRIGATORIOS DE SEGURANÇA, conforme exigido pelo CONTRAN.

NOVO HORIZONTE, 23 de Março de 2012

## Paial

### PREFEITURA

#### Pregão Presencial 10/2012

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

1.1 O Município de Paial torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de pregão presencial 10/2012.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 28/2012 - Pregão Presencial 10/2012, julgamento menor preço por Item.

Objeto:

Aquisição de Produtos Oriundos da Agricultura Familiar para uso na merenda escolar da Rede Municipal de Ensino, conforme relação de itens constante anexo ao edital.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e propostas de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal

de Paial até as 09h45min do dia 05 de abril de 2012, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 10h00min do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Paial, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045 e ainda pelo e-mail [compras@paial.sc.gov.br](mailto:compras@paial.sc.gov.br)

Município de Paial - SC em 23 de março de 2012.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

## Palhoça

### PREFEITURA

#### **Decreto Nº 1.373, de 22 de Março de 2012.**

DECRETO Nº 1.373, DE 22 DE MARÇO DE 2012.

PONTO FACULTATIVO. Semana Santa.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Em decorrência da comemoração da Semana Santa fica autorizado Ponto Facultativo aos servidores públicos municipais no dia 05 de abril de 2012.

§ 1º O atendimento dos serviços públicos essenciais na data mencionada no caput deverá ser garantido pelos Órgãos competentes, através de escalas de serviços.

§ 2º Devido a necessidade do cumprimento do calendário escolar municipal ficam excetuada da regra do caput as Escolas Municipais e os Centros de Educação Infantil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 22 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal.

## Peritiba

### PREFEITURA

#### **Resumo de Edital 13/2012**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do

edital de Pregão Presencial 06/2012.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 13/2012 - Pregão Presencial 06/2012, julgamento Menor Preço.

Objeto:

Contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem, súmulas e julgamentos dos jogos do Campeonato Municipal de futebol de salão.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 13h45min do dia 09 de Abril de 2012, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 14h do mesmo dia. Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 22 de Março de 2012.

TARCISIO REINALDO BERVIAN

Prefeito Municipal

#### **Resumo de edital 14/2012**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Por Item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 07/2012.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 14/2012 - Pregão Presencial 07/2012, julgamento Menor Preço Por Item.

Objeto:

Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 8h30min do dia 05 de Abril de 2012, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 9h do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 22 de Março de 2012.

TARCISIO REINALDO BERVIAN

Prefeito Municipal

#### **Resumo de Edital 15/2012**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão



Presencial, do tipo Menor Preço Por Item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 08/2012.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 15/2012 - Pregão Presencial 08/2012, julgamento Menor Preço Por Item.

Objeto:

Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar oriundos da Agricultura Familiar.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 13h45min do dia 05 de Abril de 2012, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 14h do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 22 de Março de 2012.

TARCISIO REINALDO BERVIAN

Prefeito Municipal

## Pinheiro Preto

### PREFEITURA

#### Contrato Nº 0106/2012

CONTRATO Nº 0106/2012

OBJETO: Aquisição de Equipamento de Retro escavadeira

LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº 021/2012

EMPRESA CONTRATADA: Pavimáquinas Comércio de Peças e Serviços Ltda.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 244.400,00(duzentos e quarenta e quatro mil e quatrocentos reais).

DATA DO CONTRATO: 15/03/2012

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

## Porto União

### PREFEITURA

#### Lei Nº 3.991/2012

LEI Nº 3.991, de 23 de março de 2012.

Dispõe sobre o reenquadramento dos vencimentos dos servidores do Magistério Público Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Define o reenquadramento dos vencimentos dos servidores do Magistério Público Municipal na referência imediatamente superior, dentro do nível de escolaridade que atualmente ocupam em conformidade com a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de

2011, obedecendo aos seguintes critérios:

I- para os servidores que ingressaram no serviço público até o dia 31 de dezembro de 2009, 02 (duas) referências acima da atualmente ocupada no quadro do magistério, dentro do nível de escolaridade.

II- para os servidores que ingressaram no serviço público até o dia 31 de dezembro de 2010, 01 (uma) referência acima da atualmente ocupada no quadro do magistério, dentro do nível de escolaridade.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 23 de março de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

#### Decreto Nº 756/2012

DECRETO Nº 756, de 29 de fevereiro de 2012.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bem Móvel Municipal à Associação dos Produtores Rurais de Bom Princípio - ABRUBP, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2012, à Associação dos Produtores Rurais de Bom Princípio - ABRUBP, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 02.722.107/0001-79, com sede na localidade de Bom Princípio - Porto União - SC, o uso gratuito do bem móvel municipal abaixo especificado:

- 01 (uma) carreta para trator marca KOHLER, usada, 05 toneladas, 04 rodas, com pneus, aro 16 polegadas, freio automático, engate desnucável, peso aproximado de 650 kg.

Art. 2º O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º O bem acima especificado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2012.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração, Esporte e Cultura desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2012, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 29 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

**TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO**

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação dos Produtores Rurais de Bom Princípio - APRUBP, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 02.722.107/0001-79, com sede na localidade de Bom Princípio - Porto União - SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2012, o bem móvel municipal abaixo especificado:

- 01 (uma) carreta para trator marca KOHLER, usada, 05 toneladas, 04 rodas, com pneus, aro 16 polegadas, freio automático, engate desnucável, peso aproximado de 650 kg.

Compromete-se ainda, a Permissionária, a obedecer os seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - O bem móvel acima relacionado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2012.

04 - Necessitando o bem de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foi recebido, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização do bem móvel supra mencionado, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso do equipamento, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União (SC), para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 29 de fevereiro de 2012 .  
PERMITENTE: RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

PERMISSIONÁRIA:  
Presidente: MÁRIO SLIVINSKI  
RG nº 863.111  
CPF nº 310.928.969-53

**Decreto Nº 780/2012**

DECRETO Nº 780, de 19 de março de 2012.

Dispõe sobre exoneração.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA JOANA SCHEFFER DE CASTILHO DOS SANTOS, do cargo de Provimento em Comissão de Coordenador Itinerante para a Educação Infantil, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2012.

Porto União (SC), 19 de março de 2012.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

**Decreto Nº 781/2012**

DECRETO Nº 781, de 19 de março de 2012.

Dispõe sobre nomeação.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA ÂNGELA MARIA MARCELO DOS SANTOS, para o cargo de Provimento em Comissão de Coordenador Itinerante para a Educação Infantil da Educação, Símbolo CO, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de março de 2012.

Porto União (SC), 19 de março de 2012.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

**Decreto Nº 784/2012**

DECRETO Nº 784, de 21 de março de 2012.

Dispõe sobre exoneração.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA, A PEDIDO, AFONSO WASMANN NETO, do cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Sistema e Fiscalização Integrada de Gestão, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 21 de março de 2012.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

### Decreto Nº 785/2012

DECRETO Nº 785, de 23 de março de 2012.

Dispõe sobre a ESCALA DE PLANTÃO FUNERÁRIO no Município de Porto União, em cumprimento à Lei nº 3.427, de 20 de março de 2008.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 3.427, de 20 de março de 2008,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido escala de plantão para as empresas funerárias sediadas e autorizadas a funcionarem no Município de Porto União, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 1º O plantão deverá iniciar-se em 19/03/2012 às 9 horas de uma segunda-feira e findar às 9 horas da segunda-feira seguinte.

§ 2º O Município de Porto União poderá promover licitação para as empresas a serem credenciadas no Município, num limite de 05 (cinco) empresas.

Art. 2º A escala de plantão será exercida e cumprida pelas empresas:

- a) IRMÃOS BINDEMANN LTDA, Inscrição Municipal nº 348;
- b) MARCIA LUCIANE STRELESKI - F.IND. ME, Inscrição Municipal nº 1557;
- c) JUAREZ JACOB MULLER CIA LTDA, Inscrição Municipal nº 679;
- d) VILMAR MARCOS MINSKI - F.IND. ME, Inscrição Municipal nº 2062; e
- e) GERSON BENTO ABILHOA - F.IND. ME, Inscrição Municipal nº 1573.

Art. 3º O plantão será exercido em caráter precário, de acordo com o ANEXO ÚNICO do presente Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 19 de março de 2012.

Porto União (SC), 23 de março de 2012.

RENATO STASIAK ROBERTO BONFLEUR  
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura.  
ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 785, de 23 de março de 2012.

I - As empresas devidamente inscritas junto ao Município de Porto União, e que farão o plantão funerário em forma de escala são:

Empresa	CNPJ	Início plantão	Termino plantão
GERSON BENTO ABILHOA - F.IND.	01.475.833/0001-71	19/03/2012	26/03/2012
IRMÃOS BINDEMANN LTDA	85.164.044/0001-00	26/03/2012	02/04/2012
MARCIA LUCIANE STRELESKI-F.I.	01.813.232/0001-21	02/04/2012	09/04/2012

JUAREZ J. MULLER CIA LTDA	02.951.063/0001-59	09/04/2012	16/04/2012
VILMAR MARCOS MINSKI - F.IND.	09.571.013/0001-95	16/04/2012	23/04/2012
GERSON BENTO ABILHOA - F.IND.	01.475.833/0001-71	23/04/2012	30/04/2012
IRMÃOS BINDEMANN LTDA	85.164.044/0001-00	30/04/2012	07/05/2012
MARCIA LUCIANE STRELESKI-F.I.	01.813.232/0001-21	07/05/2012	14/05/2012
JUAREZ J. MULLER CIA LTDA	02.951.063/0001-59	14/05/2012	21/05/2012
VILMAR MARCOS MINSKI - F.IND.	09.571.013/0001-95	21/05/2012	28/05/2012
GERSON BENTO ABILHOA - F.IND.	01.475.833/0001-71	28/05/2012	04/06/2012
IRMÃOS BINDEMANN LTDA	85.164.044/0001-00	04/06/2012	11/06/2012
MARCIA LUCIANE STRELESKI-F.I.	01.813.232/0001-21	11/06/2012	18/06/2012
JUAREZ J. MULLER CIA LTDA	02.951.063/0001-59	18/06/2012	25/06/2012
VILMAR MARCOS MINSKI - F.IND.	09.571.013/0001-95	25/06/2012	02/07/2012
GERSON BENTO ABILHOA - F.IND.	01.475.833/0001-71	02/07/2012	09/07/2012
IRMÃOS BINDEMANN LTDA	85.164.044/0001-00	09/07/2012	16/07/2012
MARCIA LUCIANE STRELESKI-F.I.	01.813.232/0001-21	16/07/2012	23/07/2012
JUAREZ J. MULLER CIA LTDA	02.951.063/0001-59	23/07/2012	30/07/2012
VILMAR MARCOS MINSKI - F.IND.	09.571.013/0001-95	30/07/2012	06/08/2012
GERSON BENTO ABILHOA - F.IND.	01.475.833/0001-71	06/08/2012	13/08/2012
IRMÃOS BINDEMANN LTDA	85.164.044/0001-00	13/08/2012	20/08/2012
MARCIA LUCIANE STRELESKI-F.I.	01.813.232/0001-21	20/08/2012	27/08/2012
JUAREZ J. MULLER CIA LTDA	02.951.063/0001-59	27/08/2012	03/09/2012
VILMAR MARCOS MINSKI - F.IND.	09.571.013/0001-95	03/09/2012	10/09/2012
GERSON BENTO ABILHOA - F.IND.	01.475.833/0001-71	10/09/2012	17/09/2012

#### II - Do horário:

- a) O horário de início do Plantão para a funerária entrante será sempre às 9 horas de segunda-feira;
- b) O horário de encerramento do Plantão para a funerária que sai será sempre às 9 horas de segunda-feira.

### Extrato de Contrato 048/2012

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 048/2012  
Partes: Município de Porto União e G. Ritzmann Moto Agrícola Ltda.

Objeto: Aquisição de Implementos Agrícolas.  
Valor total R\$ 11.640,00 (onze mil seiscentos e quarenta reais)  
Vigência: 12 meses  
Base legal: pregão presencial 019/2012 e lei 10.520/02.

Porto União SC, 23 de Março de 2012.  
RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

G. RITZMANN MOTO AGRÍCOLA LTDA  
Contratada

### Extrato de Contrato 049/2012

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 049/2012  
Partes: Município de Porto União e Agro Máquinas Dois Estados Ltda.

Objeto: Aquisição de Implementos Agrícolas.  
Valor total R\$ 66.750,00 (sessenta e seis mil setecentos e cinquenta reais)  
Vigência: 12 meses  
Base legal: pregão presencial 019/2012 e lei 10.520/02.

Porto União SC, 23 de Março de 2012.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

AGRO MÁQUINAS DOIS ESTADOS LTDA  
Contratada

### Extrato de Contrato 050/2012

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 050/2012  
Partes: Município de Porto União e Industrial Agrícola Chiumento Ltda.

Objeto: Aquisição de Implementos Agrícolas.  
Valor total R\$ 55.500,00 (cinquenta e cinco mil e quinhentos reais)  
Vigência: 12 meses  
Base legal: pregão presencial 019/2012 e lei 10.520/02.

Porto União SC, 23 de Março de 2012.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

INDUSTRIAL AGRÍCOLA CHIUMENTO LTDA  
Contratada

### Edital de convocação 003/2012

Edital de convocação 003/2012  
TESTE SELETIVO MUNICIPAL nº. 001/2011

RENATO STASIAK, Prefeito Municipal do Município de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, APROVADOS no Teste Seletivo Municipal nº 001/2011, a comparecer na Superintendência de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 21/03/2012 a 27/03/2012, no horário das 09:00 às 12:00 hs e das 13:15 às 18:15 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item 11 do Edital 002/2010, para investidura em emprego público:

- a) título de eleitor e comprovante de quitação com as obrigações eleitorais;
- b) documento comprobatório de que está quite com o serviço militar, quando do sexo masculino;
- c) ter aptidão física e mental para o exercício da função, a ser

comprovada por exame médico realizado pelo médico perito do Município;

- d) Declaração de não receber proventos de aposentadoria ou remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal, que deverá ser comprovado através de Declaração emitida pelo próprio candidato (modelo DRH);
- e) Declaração de não acumular cargo público, exceto aqueles previstos no Art. 37 inciso XVI, da Constituição Federal e suas emendas, que deverá ser comprovado através de Declaração emitida pelo próprio candidato (modelo DRH);
- f) Declaração de IRRF ou Declaração de Bens (modelo DRH);
- g) Fotocópia da Carteira de Trabalho (onde consta a foto e o verso)
- h) Fotocópia do PIS/PASEP
- i) Fotocópia da Certidão de Casamento ou equivalente, se for o caso;
- j) Fotocópia da Certidão de nascimento dos Filhos menores de 14 anos de idade;
- k) Conta corrente no Banco ITAU.
- l) Carteira de Trabalho e Previdência Social.
- m) 01 foto 3x4;

Todos os documentos deverão ser entregues na Diretoria de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao TESTE SELETIVO.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UNIDADE BAIRRO VICE KING

NOME	CLAS	ASSINATURA
ELISIANE HELLEN SOARES	6º	
VANESSA WITIUK FERREIRA	7º	

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UNIDADE BAIRRO SÃO PEDRO

NOME	CLAS	ASSINATURA
MARILEIA CAROLINE BELINSTRE	13º	
SEVERINA PROCAYLO PECHARKI	14º	
SONIA MARIA DOS SANTOS	15º	
ANA PAULA MENDES DE ARAUJO	16º	

Porto União (SC), 20 de março de 2012.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal



# Rio do Sul

## PREFEITURA

### Lei Complementar Nº 242/2012

LEI COMPLEMENTAR Nº 242, de 19 de março de 2012.

"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 208, DE 28 DE SETEMBRO DE 2.010, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Acrescenta 03 (três) vagas de motorista de caminhão no grupo de cargos de provimento efetivo da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, com remuneração equivalente ao nível "E" e jornada de 40 horas semanais, conforme dispõe o Anexo I da Lei Complementar nº. 208, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º Em razão da ampliação do número de vagas previstas no artigo anterior, o Anexo I que refere-se a Estrutura dos Cargos Efetivos da Administração Direta e Indireta e o Anexo III que trata dos Grupos Ocupacionais previstos na Lei Complementar nº. 208, de 28 de setembro de 2010, passam a vigorar na conformidade com os Anexos que integram a presente Lei Complementar.

Art. 3º Altera as atribuições do Cargo de Médico Auditor, e amplia os requisitos para ingresso no cargo de Fiscal de Obras e Posturas previstas no Manual de Ocupações de que trata o Anexo V da Lei Complementar nº 208 de 28 de setembro de 2.010, os quais passam a vigorar com a redação disposta nos Anexos que integram esta Lei Complementar.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal  
19 de março de 2012.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal em Exercício

### Lei Municipal Nº 5.267/2012

LEI Nº 5.267, de 19 de março de 2012.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional especial no valor de R\$ 99.767,02 (noventa e nove mil, setecentos e sessenta e sete reais e dois centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior conforme demonstrativo anexo (conta corrente n. 42.436-6), de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.227 de 06 de dezembro de 2011, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

10.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E

### SERVIÇOS URBANOS

10.03	Departamento de Obras e Melhorias Viárias
1.086	Construção Galerias Drenagem Pluvial
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL
4.4.00.00	Investimentos
4.4.90.00	Aplicações Diretas
00.03.0034	Convênios do Estado/Prefeitura - Exerc. Anteriores
TOTAL	R\$ 99.767,02
	R\$ 99.767,02

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal  
19 de março de 2012  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal em Exercício

### Lei Municipal Nº 5.268/2012

LEI Nº 5.268, de 19 de março de 2012.

"DENOMINA DE FREDERICO MENEGHETTI A RUA SEM DENOMINAÇÃO LOCALIZADA NO BAIRRO BARRA DO TROMBUDO".

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Frederico Meneghetti, a rua sem denominação SD 63 localizada no Bairro Barra do Trombudo, com início na Rua Clemente Demarch e final a 48 metros de seu início, medindo 48,00 metros de extensão e largura de 5,40 metros, conforme croqui parte integrante da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal  
19 de março de 2012  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal em Exercício

### Portaria N. 0163/RH

PORTARIA N. 0163/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Memorando do Departamento de Patrimônio n. 035/2012 e documentação inclusa,

### RESOLVE:

Art.1º Instaurar a Sindicância Administrativa n. 002/2012, a fim de apurar a responsabilidade pelo acidente de trânsito entre o veículo placa LXE Ford F14000 e o trator Case W 20, ambos de propriedade do Município de Rio do Sul, fato este ocorrido na Rua XV de Novembro, n. 472, nesta cidade.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0664/RH, de 10 de outubro de 2011, para apurar a suposta irregularidade.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de março de 2012.  
 RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
 Secretário Municipal de Administração  
 Lso

**Portaria N. 0164/RH**  
 PORTARIA N. 0164/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Memorando do Departamento de Patrimônio n.148/2011 e documentação inclusa,

**RESOLVE:**

Art.1º Instaurar a Sindicância Administrativa n. 003/2012, a fim de apurar a responsabilidade pelo furto de 02 (duas) roçadeiras Manuais marca Nakaski L4030Z à gasolina, pertencente ao Município de Rio do Sul, ocorrido nas dependências da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, no dia 13/10/2011.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0664/RH, de 10 de outubro de 2011, para apurar a suposta irregularidade.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de março de 2012.  
 RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
 Secretário Municipal de Administração  
 Lso

**Pregão Presencial 063/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
 DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 063/2012**

**OBJETO:** Registro de preços para aquisição de materiais de construção. Para atender o Departamento de Habitação. Secretaria Municipal de Assistência Social

**REGIMENTO:** Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

**ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Até o dia 09/04/2012, às 14:00h. no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

**CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES:** às 15:30h do dia 09/04/2012. no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Licitações.

Rio do Sul (SC), 26 de março de 2012.  
 MILTON HOBUS  
 Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL**

**Portaria Nº 649/12**

PORTARIA No 649, DE 26 DE MARÇO DE 2012

O Presidente da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe faculta o Artigo 13, da Lei Complementar nº 207, de 28/09/2010,

**RESOLVE:**

Nomear, JULIANA ELEUTÉRIO, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo - Área Legislativa - Padrão 3, Grau I, Classe A, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Rio do Sul, em virtude do cargo, ocupado pelo servidor Roberto Andrade Bastos, ter sido declarado vago por motivo de posse em outro cargo incompatível, dada pela Portaria nº 616, de 01 de novembro de 2011.

Rio do Sul, 26 de março de 2012.

JOSÉ THOMÉ

Presidente da Câmara

**Santa Terezinha do Progresso**

**PREFEITURA**

**Gabarito Oficial 001/2012**

GABARITO OFICIAL DA PROVA ESCRITA/OBJETIVA DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 001/2012 DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO (SC)

Nos termos do item 7 do Edital 001/2012, o Instituto de Consultoria em Administração Pública – ICAP publica os Gabaritos Oficiais das Provas Escrita/Objetiva:

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	B	D	A	E	B	D	E	C	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	E	E	C	A	B	C	E	E	E
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
E	E	D	D	B	C	A	B	A	E
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	B	D	A	E	B	D	E	C	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
E	D	C	B	A	B	A	C	C	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	E	B	A	E	B	D	D	E	B
MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	A	C	D	C	E	C	B	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
E	B	D	D	B	C	B	C	C	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	B	C	D	B	E	E	C	C	B
MOTORISTA ESCOLAR									

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	A	C	D	C	E	C	B	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
E	B	D	D	B	C	B	C	C	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	B	C	D	B	B	C	C	D	A

## ODONTÓLOGO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
D	E	B	D	A	C	A	C	A	E
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	C	B	E	D	A	B	E
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	C	B	D	E	B	A	A	C

## OPERADOR DE ETA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	A	D	E	D	B	B	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	E	C	D	B	D	A	B	E	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	C	B	D	C	A	D	A	D	D

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
D	E	B	D	A	C	A	C	A	E
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	E	B	D	C	B	D	A	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	E	E	C	E	E	A	E	B	D

## PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL DE 1ª A 4ª SÉRIES

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
D	E	B	D	A	C	A	C	A	E
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	D	E	E	*	A	*	B	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	E	E	B	A	E	A	E	B	D

\* Questão anulada

## PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL DE ARTES

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
D	E	B	D	A	C	A	C	A	E
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
E	A	C	B	E	C	C	E	D	E
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	D	E	E	E	E	A	E	B	D

## Questões Anuladas:

Nº da questão	Cargo	Motivo da anulação
16	Professor de Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries	A questão possui apenas as assertivas I, II e III, sendo que uma das alternativas consta a assertiva IV e a resposta correta seria "todas as afirmativas estão corretas".

18	Professor de Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries	A questão possui apenas as assertivas I, II e III, sendo que uma das alternativas consta a assertiva IV e a resposta correta seria "todas as afirmativas estão corretas".
----	---	---

Santa Terezinha do Progresso – SC, 23 de março de 2012.

**Gabarito Oficial 002/2012**

GABARITO OFICIAL DA PROVA ESCRITA/OBJETIVA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO EDITAL Nº 002/2012 DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO (SC)

Nos termos do item 7 do Edital 002/2012, o Instituto de Consultoria em Administração Pública – ICAP publica os Gabaritos Oficiais das Provas Escrita/Objetiva:

## AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICRO ÁREA 06

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	A	D	E	D	B	B	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	E	B	D	E	A	A	D	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	E	B	D	E	D	D	A	B

## AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICRO ÁREA 08

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	A	D	E	D	B	B	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	E	B	D	E	A	A	D	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	E	B	D	E	D	D	A	B

## AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	A	D	E	D	B	B	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	E	B	C	E	B	E	A	E
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	A	E	A	D	C	A	B	C

Santa Terezinha do Progresso – SC, 23 de março de 2012

**Nota e Classificação Edital 001/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 001/2012

Nos termos do item 6.4 do Edital 002/2012, o Instituto de Consultoria em Administração Pública – ICAP e a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, tornam público a nota e classificação dos candidatos, conforme abaixo:



## ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Inscrição	Nome	Português	Matemática	E. Sociais	C. Específicos.	Total	Classificação
14	TACIANE CAZIZA LUNEBURGER	0,60	0,20	0,20	4,80	5,80	1º
6	ELIZEU SASSI	0,60	0,00	0,20	3,60	4,40	2º

## AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

Inscrição	Nome	Português	Matemática	E. Sociais	C. Específicos.	Total	Classificação
18	SINARA DOS SANTOS SOUZA	0,40	0,00	0,40	2,40	3,20	-

## MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES

Inscrição	Nome	Português	Matemática	E. Sociais	C. Específicos	Total	Nota Prova Prática	Nota Final	Classificação
16	VALDECIR DOS SANTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	AUSENTE

## MOTORISTA ESCOLAR

Inscrição	Nome	Português	Matemática	E. Sociais	C. Específicos	Total	Nota Prova Prática	Nota Final	Classificação
1	CLAUDIR EDMAR WACHHOLZ	1,00	0,40	0,20	4,00	5,60	8,50	7,05	1º
13	VALERIS KESSLER MACHADO	0,40	0,00	0,20	2,40	3,00	9,00	6,00	2º

## ODONTÓLOGO

Inscrição	Nome	Português	Matemática	E. Sociais	C. Específicos.	Total	Classificação
5	ROMULO KOTZ JUNG	0,80	0,40	0,00	4,00	5,20	1º
10	JOANA PAULA FRANDOLOSO	0,20	0,00	0,00	4,40	4,60	2º

## OPERADOR DE ETA

Inscrição	Nome	Português	Matemática	E. Sociais	C. Específicos.	Total	Classificação
17	AMANDIO EVALINO KOPSEL	0,20	0,40	0,20	1,60	2,40	-

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Inscrição	Nome	Português	Matemática	E. Sociais	C. Específicos.	Total	Nota Prova Títulos	Nota Final	Classificação
12	MARCELO BORTONCELLO DE SOUZA	0,20	0,00	0,20	3,30	3,70	-	3,70	-

## PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL DE 1ª A 4ª SÉRIES

Inscrição	Nome	Português	Matemática	E. Sociais	C. Específicos.	Total	Nota Prova Títulos	Nota Final	Classificação
3	SIMONE TONELLO	0,40	0,20	0,40	4,50	5,50	-	5,50	1º
2	SILVANA RIBEIRO DOS SANTOS PINNO	0,40	0,00	0,40	3,90	4,70	-	4,70	2º
11	MARCIA DE FA- TIMA DE BORBA	0,40	0,00	0,00	3,60	4,00	0,50	4,50	3º
4	PATRICIA GEHRKE GEWEHR	0,60	0,20	0,20	3,30	4,30	-	4,30	4º
9	SIDIANE BARUFFI DALLA CORTE	0,00	0,00	0,00	3,00	3,00	1,00	4,00	5º
7	NEIDE TERE- SINHA DELALI- BERA	0,20	0,00	0,00	2,70	2,90	0,60	3,50	-

## PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL DE ARTES

Inscrição	Nome	Português	Matemática	E. Sociais	C. Específicos.	Total	Nota Prova Títulos	Nota Final	Classificação
15	ELAINE COMPA- RIN	0,60	0,00	0,00	2,10	2,70	-	2,70	-

Santa Terezinha do Progresso – SC, 23 de março de 2012.

**Nota e Classificação Edital 002/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO EDITAL Nº 002/2012

Nos termos do item 6.3 do Edital 002/2012, o Instituto de Consultoria em Administração Pública – ICAP e a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo Público, tornam público a nota e classificação dos candidatos, conforme abaixo:

## AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICRO ÁREA 06

Inscrição	Nome	Português	Matemática	E. Sociais	C. Específicos.	Total	Classificação
1	SIDIANE RODRIGUES	0,60	0,20	0,40	4,40	5,60	1º

## AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICRO ÁREA 08

Inscrição	Nome	Português	Matemática	E. Sociais	C. Específicos.	Total	Classificação
2	VANDER- LEI JOSE LEDUR	0,60	0,20	0,20	3,20	4,20	1º

## AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS

Inscrição	Nome	Português	Matemática	E. Sociais	C. Específicos.	Total	Classificação
3	WAGNA DA SILVA CORDEIRO	0,80	0,00	0,40	2,00	3,20	-
4	ANDREIA LUZIA GASS DOS SANTOS	0,20	0,00	0,00	1,20	1,40	-

Santa Terezinha do Progresso – SC, 23 de março de 2012.

**Resposta ao Recurso**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO  
PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 001/2012  
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DOS RECURSOS RELATIVOS AO  
GABARITO PROVISÓRIO

A Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso e o Instituto de Consultoria em Administração Pública – ICAP, no uso de suas atribuições, nos termos do item 8, subitem 8.1.2 e 8.1.8 do Edital 001/2012, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que após a análise dos recursos interpostos pelos candidatos,

quanto ao Gabarito Provisório, a banca examinadora prolatou as seguintes decisões:

I) INDEFERIR os seguintes requerimentos:

Inscrição	Cargo/questão	DECISÃO
03 e 07	Professor de Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries – questão nº 19 – Conhecimentos Específicos	Indeferir o recurso e manter a alternativa anteriormente publicada
03 e 07	Professor de Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries – questão nº 20 – Conhecimentos Específicos	Indeferir o recurso e manter a alternativa anteriormente publicada

II) DEFERIR os seguintes requerimentos:

Inscrição	Cargo/questão	DECISÃO
03, 07 e 09	Professor de Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries – questão nº 16 – Conhecimentos Específicos	Anular a questão
03, 07 e 09	Professor de Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries – questão nº 18 – Conhecimentos Específicos	Anular a questão

III) A íntegra das decisões proferidas pela Banca Examinadora aos recursos dos candidatos será encaminhada ao recorrente através do e-mail que o candidato indicou na ficha de inscrição.

IV) Conforme disposições editalícias a decisão da Banca Examinadora é irrecorrível na esfera administrativa.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 23 de março de 2012.

**RREO 1º Bimestre**

Anexo I - Balanço Orçamentário

Anexo II - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função Subfunção

Anexo III - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Anexo VI - Demonstrativo do Resultado Nominal

Anexo VII - Demonstrativo do Resultado Primário

Anexo IX - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão

Anexo X - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Anexo XI - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Anexo XIV - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Anexo XVI - Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde

Anexo XVIII - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária Anexo Anexo

PÁGINA: 1 DE 3  
22/03/2012 15:50

Pref. Munic. Sta Terezinha do Progresso-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

**Balanco Orçamentário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO I (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)</b>	<b>8.550.000,00</b>	<b>8.550.000,00</b>	<b>1.313.984,65</b>	<b>15,37</b>	<b>1.313.984,65</b>	<b>15,37</b>	<b>7.236.015,35</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>7.902.500,00</b>	<b>7.902.500,00</b>	<b>1.313.984,65</b>	<b>16,63</b>	<b>1.313.984,65</b>	<b>16,63</b>	<b>6.588.515,35</b>
Receita Tributária	202.040,28	202.040,28	15.898,95	7,87	15.898,95	7,87	186.141,33
Impostos	194.007,95	194.007,95	15.803,19	8,15	15.803,19	8,15	178.204,76
Taxas	8.032,33	8.032,33	95,76	1,19	95,76	1,19	7.936,57
Receita De Contribuicoes	25.000,00	25.000,00	2.222,32	8,89	2.222,32	8,89	22.777,68
Contribuição para o Cus do Serv. Ilum. P	25.000,00	25.000,00	2.222,32	8,89	2.222,32	8,89	22.777,68
Receita Patrimonial	45.206,26	45.206,26	9.309,57	20,59	9.309,57	20,59	35.896,69
Receitas De Valores Mobiliarios	45.206,26	45.206,26	9.309,57	20,59	9.309,57	20,59	35.896,69
Receita De Servicos	89.272,33	89.272,33	9.715,15	10,88	9.715,15	10,88	79.557,18
Transferencias Correntes	7.499.040,26	7.499.040,26	1.273.527,14	16,98	1.273.527,14	16,98	6.225.513,12
Transferencias Intergovernamentais	7.479.040,26	7.479.040,26	1.252.817,13	16,75	1.252.817,13	16,75	6.226.223,13
Transferencias De Convenios	20.000,00	20.000,00	20.710,01	103,55	20.710,01	103,55	-710,01
Outras Receitas Correntes	41.940,87	41.940,87	3.311,52	7,90	3.311,52	7,90	38.629,35
Multas E Juros De Mora	3.458,34	3.458,34	266,93	7,72	266,93	7,72	3.191,41
Indenizacoes E Restituicoes	2.983,86	2.983,86	2.205,00	73,90	2.205,00	73,90	778,86
Receita Da Divida Ativa	4.537,31	4.537,31	839,59	18,50	839,59	18,50	3.697,72
Receitas Correntes Diversas	30.961,36	30.961,36	-	-	-	-	30.961,36
<b>Receitas De Capital</b>	<b>647.500,00</b>	<b>647.500,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>647.500,00</b>
Operacoes De Credito	550.000,00	550.000,00	-	-	-	-	550.000,00
Operacoes De Credito Internas	550.000,00	550.000,00	-	-	-	-	550.000,00
Alienacao De Bens	-	-	-	-	-	-	-
Transferencias De Capital	97.500,00	97.500,00	-	-	-	-	97.500,00
Transferencias De Convenios	97.500,00	97.500,00	-	-	-	-	97.500,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS(III)=(I+II)</b>	<b>8.550.000,00</b>	<b>8.550.000,00</b>	<b>1.313.984,65</b>	<b>15,37</b>	<b>1.313.984,65</b>	<b>15,37</b>	<b>7.236.015,35</b>

PÁGINA: 2 DE 3  
22/03/2012 15:50

Pref. Munic. Sta Terezinha do Progresso-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanco Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO I (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)</b>	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)</b>	<b>8.550.000,00</b>	<b>8.550.000,00</b>	<b>1.313.984,65</b>	<b>15,37</b>	<b>1.313.984,65</b>	<b>15,37</b>	<b>7.236.015,35</b>
<b>DÉFICIT(VI)</b>	-	-	-	-	95.430,36	-	-
<b>TOTAL(VII)=(V+VI)</b>	<b>8.550.000,00</b>	<b>8.550.000,00</b>	<b>1.313.984,65</b>	<b>15,37</b>	<b>1.409.415,01</b>	<b>16,48</b>	<b>7.140.584,99</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-	102.317,67	-	-
<b>(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>							
Superávit Financeiro	-	351.927,71	-	-	102.317,67	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-

PÁGINA: 3 DE 3  
22/03/2012 15:50

Pref. Munic. Sta Terezinha do Progresso-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

**Balanco Orçamentário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO I (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO	CRÉDITOS	DOTAÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
	INICIAL	ADICIONAIS	ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	%	LIQUIDAR
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	(g/f)	(f-g)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)</b>	<b>8.550.000,00</b>	<b>1.095.253,92</b>	<b>9.645.253,92</b>	<b>3.747.105,20</b>	<b>3.747.105,20</b>	<b>1.409.415,01</b>	<b>1.409.415,01</b>	<b>14,61</b>	<b>8.235.838,91</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>7.398.600,00</b>	<b>416.502,75</b>	<b>7.815.102,75</b>	<b>3.581.751,63</b>	<b>3.581.751,63</b>	<b>1.384.532,57</b>	<b>1.384.532,57</b>	<b>17,72</b>	<b>6.430.570,18</b>
Pessoal E Encargos Sociais	3.637.600,00	14.115,10	3.651.715,10	808.009,97	808.009,97	542.216,36	542.216,36	14,85	3.109.498,74
Juros E Encargos Da Dívida	35.000,00	-	35.000,00	8.866,21	8.866,21	8.866,21	8.866,21	25,33	26.133,79
Outras Despesas Correntes	3.726.000,00	402.387,65	4.128.387,65	2.764.875,45	2.764.875,45	833.450,00	833.450,00	20,19	3.294.937,65
<b>Despesas De Capital</b>	<b>1.071.400,00</b>	<b>687.094,17</b>	<b>1.758.494,17</b>	<b>165.353,57</b>	<b>165.353,57</b>	<b>24.882,44</b>	<b>24.882,44</b>	<b>1,42</b>	<b>1.733.611,73</b>
Investimentos	1.016.400,00	724.766,67	1.741.166,67	148.524,11	148.524,11	15.133,00	15.133,00	0,87	1.726.033,67
Amortizacao/Refinanciamento Da Dívida	55.000,00	-37.672,50	17.327,50	16.829,46	16.829,46	9.749,44	9.749,44	56,27	7.578,06
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	<b>80.000,00</b>	<b>-8.343,00</b>	<b>71.657,00</b>	-	-	-	-	-	<b>71.657,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII+IX)</b>	<b>8.550.000,00</b>	<b>1.095.253,92</b>	<b>9.645.253,92</b>	<b>3.747.105,20</b>	<b>3.747.105,20</b>	<b>1.409.415,01</b>	<b>1.409.415,01</b>	<b>14,61</b>	<b>8.235.838,91</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO(XII)=(X+XI)</b>	<b>8.550.000,00</b>	<b>1.095.253,92</b>	<b>9.645.253,92</b>	<b>3.747.105,20</b>	<b>3.747.105,20</b>	<b>1.409.415,01</b>	<b>1.409.415,01</b>	<b>14,61</b>	<b>8.235.838,91</b>
<b>SUPERÁVIT(XIII)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL(XIV)=(XII+XIII)</b>	<b>8.550.000,00</b>	<b>1.095.253,92</b>	<b>9.645.253,92</b>	<b>3.747.105,20</b>	<b>3.747.105,20</b>	<b>1.409.415,01</b>	<b>1.409.415,01</b>	<b>14,61</b>	<b>8.235.838,91</b>

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 22/Mar/2012, 15h e 49m.

ITACIR DETOFOL SOLANGE DETOFOL IVA ADRIANA SCHLOSSER SEGUETO SUELI BASQUER DA SILVA RINTZEL  
PREFEITO MUNICIPAL CONTROLADORA INTERNO CONTADORA CRC/SC 026497/O-2 ADMINISTRACAO FINANCEIRA

PÁGINA: 1 DE 2  
22/03/2012 16:03

Pref. Munic. Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório Resumido de Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo a
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	Liquidar (a-b)
<b>DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)</b>	<b>8.550.000,00</b>	<b>9.645.253,92</b>	<b>3.747.105,20</b>	<b>3.747.105,20</b>	<b>1.409.415,01</b>	<b>1.409.415,01</b>	<b>100,00</b>	<b>14,61</b>	<b>8.235.838,91</b>
Legislativa	490.000,00	490.000,00	115.692,72	115.692,72	55.916,23	55.916,23	3,97	11,41	434.083,77
Ação Legislativa	490.000,00	490.000,00	115.692,72	115.692,72	55.916,23	55.916,23	3,97	11,41	434.083,77
Administração	1.327.000,00	1.309.392,48	524.272,77	524.272,77	239.375,99	239.375,99	16,98	18,28	1.070.016,49
Administração Geral	887.000,00	907.064,98	405.061,67	405.061,67	127.244,91	127.244,91	9,03	14,03	779.820,07
Administração Financeira	440.000,00	402.327,50	119.211,10	119.211,10	112.131,08	112.131,08	7,96	27,87	290.196,42
Segurança Pública	30.000,00	32.441,42	3.421,68	3.421,68	3.421,68	3.421,68	0,24	10,55	29.019,74
Administração Geral	30.000,00	32.441,42	3.421,68	3.421,68	3.421,68	3.421,68	0,24	10,55	29.019,74
Assistência Social	534.000,00	572.627,05	94.531,33	94.531,33	47.488,77	47.488,77	3,37	8,29	525.138,28
Assistência ao Idoso	12.000,00	13.543,97	728,46	728,46	728,46	728,46	0,05	5,38	12.815,51
Assistência à Criança e ao Adolescente	212.000,00	247.779,89	44.538,55	44.538,55	20.877,58	20.877,58	1,48	8,43	226.902,31
Assistência Comunitária	310.000,00	311.303,19	49.264,32	49.264,32	25.882,73	25.882,73	1,84	8,31	285.420,46
Saúde	1.568.000,00	1.797.177,02	906.670,72	906.670,72	357.316,68	357.316,68	25,35	19,88	1.439.860,34
Atenção Básica	1.515.000,00	1.735.335,92	902.801,03	902.801,03	353.446,99	353.446,99	25,08	20,37	1.381.888,93
Vigilância Sanitária	40.000,00	45.608,78	2.964,05	2.964,05	2.964,05	2.964,05	0,21	6,50	42.644,73
Vigilância Epidemiológica	13.000,00	16.232,32	905,64	905,64	905,64	905,64	0,06	5,58	15.326,68
Educação	1.915.000,00	1.963.908,64	778.218,81	778.218,81	281.562,44	281.562,44	19,98	14,34	1.682.346,20
Alimentação e Nutrição	91.000,00	99.065,12	41.668,90	41.668,90	1.906,32	1.906,32	0,14	1,92	97.158,80
Ensino Fundamental	1.680.000,00	1.720.843,52	727.000,75	727.000,75	271.903,00	271.903,00	19,29	15,80	1.448.940,52
Ensino Profissional	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00
Educação Infantil	130.000,00	130.000,00	9.549,16	9.549,16	7.753,12	7.753,12	0,55	5,96	122.246,88
Cultura	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00
Difusão Cultural	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00
Urbanismo	466.000,00	516.763,14	164.976,52	164.976,52	42.493,92	42.493,92	3,02	8,22	474.269,22
Infra-Estrutura Urbana	180.000,00	230.763,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	230.763,14
Serviços Urbanos	286.000,00	286.000,00	164.976,52	164.976,52	42.493,92	42.493,92	3,02	14,86	243.506,08
Saneamento	150.000,00	236.415,21	168.402,06	168.402,06	17.391,45	17.391,45	1,23	7,36	219.023,76



PÁGINA: 2 DE 2  
22/03/2012 16:03

Pref. Munic. Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório Resumido de Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação	Dotação	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo a
	Inicial	Atualizada (a)	No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	Liquidar (a-b)
Saneamento Básico Urbano	150.000,00	236.415,21	168.402,06	168.402,06	17.391,45	17.391,45	1,23	7,36	219.023,76
Agricultura	610.000,00	637.254,00	404.189,44	404.189,44	152.340,10	152.340,10	10,81	23,91	484.913,90
Promoção da Produção Animal	45.000,00	45.000,00	2.536,50	2.536,50	2.536,50	2.536,50	0,18	5,64	42.463,50
Extensão Rural	565.000,00	592.254,00	401.652,94	401.652,94	149.803,60	149.803,60	10,63	25,29	442.450,40
Indústria	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
Promoção Industrial	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
Comunicações	10.000,00	10.000,00	7.440,00	7.440,00	1.240,00	1.240,00	0,09	12,40	8.760,00
Telecomunicações	10.000,00	10.000,00	7.440,00	7.440,00	1.240,00	1.240,00	0,09	12,40	8.760,00
Transporte	1.230.000,00	1.429.945,46	526.616,65	526.616,65	208.396,07	208.396,07	14,79	14,57	1.221.549,39
Transporte Rodoviário	1.230.000,00	1.429.945,46	526.616,65	526.616,65	208.396,07	208.396,07	14,79	14,57	1.221.549,39
Desporto e Lazer	65.000,00	102.672,50	52.672,50	52.672,50	2.471,68	2.471,68	0,18	2,41	100.200,82
Desporto Comunitário	65.000,00	65.000,00	15.000,00	15.000,00	2.471,68	2.471,68	0,18	3,80	62.528,32
Lazer	0,00	37.672,50	37.672,50	37.672,50	0,00	0,00	0,00	0,00	37.672,50
Reserva de Contingência	80.000,00	71.657,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71.657,00
Reserva de Contingência	80.000,00	71.657,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71.657,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III)=(I+II)</b>	<b>8.550.000,00</b>	<b>9.645.253,92</b>	<b>3.747.105,20</b>	<b>3.747.105,20</b>	<b>1.409.415,01</b>	<b>1.409.415,01</b>	<b>100,00</b>	<b>14,61</b>	<b>8.235.838,91</b>

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 22/Mar/2012, 16h e 03m.

ITACIR DETOFOL      SOLANGE DETOFOL      IVA ADRIANA SCHLOSSER SEGUETO      SUELI BASQUER DA SILVA RINTZEL  
PREFEITO MUNICIPAL      CONTROLADORA INTERNO      CONTADORA CRC/SC 026497/O-2      ADMINISTRACAO FINANCEIRA

PÁGINA: 1 DE 2  
22/03/2012 16:12

Pref. Munic. Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Março/2011 a Fevereiro/2012

RREO - ANEXO III(LRF, Art.53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Total	Previsão
	Março/2011	Abril/2011	Maió/2011	Junho/2011	Julho/2011	Agosto/2011	(Últimos	Atualizada
	Setembro/2011	Outubro/2011	Novembro/2011	Dezembro/2011	Janeiro/2012	Fevereiro/2012	12 Meses)	2012
RECEITAS CORRENTES (I)	638.424,60	738.639,90	803.347,94	756.835,69	738.144,22	729.357,30		
	639.163,23	621.552,21	929.538,01	1.247.831,84	776.078,89	803.739,54	9.422.653,37	9.278.532,35
Receita Tributária	20.389,07	18.024,50	20.406,65	10.316,43	31.650,52	11.207,30		
	6.233,05	7.814,34	7.741,31	33.113,21	7.278,88	8.620,07	182.795,33	202.040,28
IPTU	9.915,81	1.771,92	591,89	172,10	-	162,10		
	95,97	-	-	220,55	-	-	12.930,34	11.100,51
ISS	2.356,70	5.931,53	9.623,01	6.733,90	19.142,59	3.131,10		
	373,84	5.071,03	3.849,44	17.280,35	1.376,42	3.369,00	78.238,91	125.619,29
ITBI	300,00	1.900,00	1.034,00	2.423,04	2.679,20	2.996,00		
	2.285,00	-1.579,20	2.460,00	1.972,00	120,00	800,00	17.390,04	13.814,50
IRRF	3.713,63	7.970,33	8.658,45	813,91	9.675,91	4.730,94		
	3.411,34	4.284,17	1.431,87	12.258,38	5.782,46	4.355,31	67.086,70	43.473,65
Outras Receitas Tributárias	4.102,93	450,72	499,30	173,48	152,82	187,16		
	66,90	38,34	-	1.381,93	-	95,76	7.149,34	8.032,33
Receita De Contribuicoes	2.028,91	2.073,46	1.802,01	2.064,46	1.764,12	1.954,29		
	1.934,63	2.167,39	1.999,20	2.273,26	-	2.222,32	22.284,05	25.000,00
Receita Patrimonial	5.119,44	4.095,02	5.609,42	5.618,31	4.178,71	5.111,46		
	4.619,91	4.829,80	5.156,93	3.394,52	4.744,98	4.564,59	57.043,09	45.206,26
Receita De Servicos	5.994,97	5.884,95	4.285,00	6.739,60	6.007,70	4.635,45		
	4.460,00	4.831,25	6.293,05	7.633,69	5.027,65	4.687,50	66.480,81	89.272,33
Transferencias Correntes	603.891,43	707.085,75	770.403,30	729.574,67	693.523,57	685.932,76		
	617.753,16	601.129,01	906.166,41	1.199.940,06	757.467,69	781.893,23	9.054.761,04	8.875.072,61
Cota-Parte do FPM	305.238,64	404.592,84	464.387,91	419.142,81	356.554,65	367.792,51		
	293.620,37	266.243,72	527.463,34	685.720,81	430.985,75	521.342,74	5.043.086,09	4.750.653,42
Cota-Parte do ICMS	167.866,60	166.830,79	165.163,80	165.612,28	176.509,66	175.246,68		
	185.078,94	182.990,38	194.869,68	193.834,33	193.132,10	168.725,00	2.135.860,24	2.169.731,40
Cota-Parte do IPVA	6.367,51	6.917,91	5.315,43	5.860,80	5.447,70	5.309,48		
	6.151,91	4.481,37	3.675,07	2.791,81	3.644,43	4.747,35	60.710,77	77.782,75

Pref. Munic. Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Março/2011 a Fevereiro/2012

RREO - ANEXO III (LRF, Art.53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Total	Previsão
	Março/2011	Abril/2011	Maió/2011	Junho/2011	Julho/2011	Agosto/2011	(Últimos	Atualizada
	Setembro/2011	Outubro/2011	Novembro/2011	Dezembro/2011	Janeiro/2012	Fevereiro/2012	12 Meses)	2012
Cota-Parte do ITR	6,70	-	-	6,79	-	7,43		
	366,86	618,97	157,33	-	19,35	21,11	1.204,54	1.174,39
Transferências da LC 87/1996	949,90	949,90	949,90	949,90	949,90	949,90		
	949,90	-	1.899,80	949,90	945,68	945,68	11.390,36	11.460,11
Transferências da LC 61/1989	2.531,49	3.419,75	2.882,06	3.186,15	3.131,20	3.142,11		
	2.912,80	3.528,12	4.445,95	4.365,61	1.509,03	3.152,36	38.206,63	44.126,26
Transferências do FUNDEB	45.764,08	48.176,12	49.255,46	48.101,67	46.981,95	47.833,80		
	49.284,01	46.370,82	56.794,63	53.312,88	49.386,39	45.904,04	587.165,85	599.903,04
Outras Transferências Correntes	75.166,51	76.198,44	82.448,74	86.714,27	103.948,51	85.650,85		
	79.388,37	96.895,63	116.860,61	258.964,72	77.844,96	37.054,95	1.177.136,56	1.220.241,24
Outras Receitas Correntes	1.000,78	1.476,22	841,56	2.522,22	1.019,60	20.516,04		
	4.162,48	780,42	2.181,11	1.477,10	1.559,69	1.751,83	39.289,05	41.940,87
DEDUÇÕES (II)	96.591,99	116.542,09	127.739,67	118.951,55	108.518,42	110.489,42		
	97.815,99	91.572,37	146.603,57	134.992,96	126.047,09	139.786,69	1.415.651,81	1.376.032,35
Dedução de Receitas para Formação do FUNDEB	96.591,99	116.542,09	127.739,67	118.951,55	108.518,42	110.489,42		
	97.815,99	91.572,37	146.603,57	134.992,96	126.047,09	139.786,69	1.415.651,81	1.376.032,35
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	541.832,61	622.097,81	675.608,27	637.884,14	629.625,80	618.867,88		
	541.347,24	529.979,84	782.934,44	1.112.838,88	650.031,80	663.952,85	8.007.001,56	7.902.500,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 22/Mar/2012, 16h e 12m.

ITACIR DETOFOL      SOLANGE DETOFOL      IVA ADRIANA SCHLOSSER SEGUETO      SUELI BASQUER DA SILVA RINTZEL  
PREFEITO MUNICIPAL      CONTROLADORA INTERNO      CONTADORA CRC/SC 026497/O-2      ADMINISTRACAO FINANCEIRA

Pref. Munic. Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO IX(LRF, Art.53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2011			
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)(I)										
EXECUTIVO										
SECRETARIA DE GESTÃO E DESENV. ECONÔMICO	-	7.010,30	-	7.010,30		-	-	-		-
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	-	-	-	-		-	382.684,29	-	42.671,79	340.012,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	-	177,10	-	177,10		-	-	-		-
SUBTOTAL	-	7.187,40	-	7.187,40	-	-	382.684,29	-	42.671,79	340.012,50
LEGISLATIVO										
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(I)	-	7.187,40	-	7.187,40	-	-	382.684,29	-	42.671,79	340.012,50

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 22/Mar/2012, 16h e 18m.

PÁGINA: 1 DE 1  
22/03/2012 16:16

Pref. Munic. Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo do Resultado Nominal**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2011	Em 31/Dez/2011	Em 29/Fev/2012
	(a)	(b)	(c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	83.051,69	83.051,69	73.302,25
DEDUÇÕES(II)	760.330,12	760.330,12	648.592,02
Disponibilidade de Caixa Bruta	767.517,52	767.517,52	1.023.261,40
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	7.187,40	7.187,40	374.669,38
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(III)=(I-II)	-677.278,43	-677.278,43	-575.289,77
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES(IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(VI)=(III+IV-V)	-677.278,43	-677.278,43	-575.289,77

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	101.988,66	101.988,66

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS	
DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-399.997,24

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2011	Em 31/Dez/2011	Em 29/Fev/2012
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA(VII)	-	-	-
DEDUÇÕES(VIII)	-	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	-	-	-
PREVIDENCIÁRIA(IX)=(VII-VIII)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(X)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(XI)=(IX-X)	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 22/Mar/2012, 16h e 16m.

PÁGINA: 1 DE 2  
22/03/2012 16:17

Pref. Munic. Sta Terezinha do Progresso-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo do Resultado Primário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VII(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2012	Até o Bimestre/ 2011
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES(I)	7.857.293,74	1.304.675,08	1.304.675,08	1.296.730,93
RECEITA TRIBUTÁRIA	202.040,28	15.898,95	15.898,95	19.484,07
IPTU	11.100,51	-	-	-
ISS	125.619,29	4.745,42	4.745,42	5.237,16
ITBI	13.814,50	920,00	920,00	4.130,00
IRRF	43.473,65	10.137,77	10.137,77	8.299,17
Outras Receitas Tributárias	8.032,33	95,76	95,76	1.817,74
Receita de Contribuição	25.000,00	2.222,32	2.222,32	3.631,00
Receita Previdenciária	-	-	-	-
Outras Contribuições	25.000,00	2.222,32	2.222,32	3.631,00
Receita Patrimonial Líquida	-	-	-	-
Receita Patrimonial	45.206,26	9.309,57	9.309,57	15.189,83
(-)Aplicações Financeiras	45.206,26	9.309,57	9.309,57	15.189,83
Transferências Correntes	7.499.040,26	1.273.527,14	1.273.527,14	1.221.467,68
FPM	3.835.476,05	761.862,87	761.862,87	721.253,72
ICMS	1.735.785,12	289.485,83	289.485,83	250.528,24
Convênios	-	-	-	-
Outras Transferências Correntes	1.927.779,09	222.178,44	222.178,44	249.685,72
Demais Receitas Correntes	131.213,20	13.026,67	13.026,67	52.148,18
Dívida Ativa	4.537,31	839,59	839,59	1.407,35
Diversas Receitas Correntes	126.675,89	12.187,08	12.187,08	50.740,83
RECEITAS DE CAPITAL(II)	647.500,00	-	-	-
Operações de Crédito(III)	550.000,00	-	-	-
Amortização de Empréstimos(IV)	-	-	-	-
Alienação de Bens(V)	-	-	-	-
Transferências de Capital	97.500,00	-	-	-
Convênios	97.500,00	-	-	-
Outras Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(VI)=(II-III-IV-V)	97.500,00	-	-	-
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(VII)=(I+VI)	7.954.793,74	1.304.675,08	1.304.675,08	1.296.730,93

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2012	Até o Bimestre/ 2011
DESPESAS CORRENTES(VIII)	7.815.102,75	1.384.532,57	1.384.532,57	892.909,97

PÁGINA: 2 DE 2  
22/03/2012 16:17

Pref. Munic. Sta Terezinha do Progresso-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo do Resultado Primário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VII(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2012	Até o Bimestre/ 2011
Pessoal e Encargos Sociais	3.651.715,10	542.216,36	542.216,36	424.670,46
Juros e Encargos da Dívida(IX)	35.000,00	8.866,21	8.866,21	8.794,72
Outras Despesas Correntes	4.128.387,65	833.450,00	833.450,00	459.444,79
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES(X)=(VIII-IX)	7.780.102,75	1.375.666,36	1.375.666,36	884.115,25
DESPESAS DE CAPITAL(XI)	1.758.494,17	24.882,44	24.882,44	45.695,38
Investimentos	1.741.166,67	15.133,00	15.133,00	18.529,70
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos(XII)	-	-	-	-
Aquisição Título de Capital Integralizado(XIII)	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida(XIV)	17.327,50	9.749,44	9.749,44	27.165,68
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	1.741.166,67	15.133,00	15.133,00	18.529,70
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(XVI)	71.657,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS(XVII)	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL(XVIII)=(X+XV+XVI+XVII)	9.592.926,42	1.390.799,36	1.390.799,36	902.644,95
RESULTADO PRIMÁRIO(XIX)=(VII-XVIII)	-1.638.132,68	-86.124,28	-86.124,28	394.085,98
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			102.317,67	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O				-505.206,26
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 22/Mar/2012, 16h e 17m.



Pref. Munic. Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

PÁGINA: 1 DE 7  
22/03/2012 16:23

**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO X(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
<b>1-RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	197.932,01	197.932,01	15.991,48	15.991,48	8,08
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	14.989,77	14.989,77	188,29	188,29	1,26
1.1.1-IPTU	11.100,51	11.100,51	-	-	-
1.1.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	145,65	145,65	40,86	40,86	28,05
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	2.839,71	2.839,71	147,43	147,43	5,19
1.1.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	903,90	903,90	-	-	-
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	-	-	-	-	-
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	13.814,50	13.814,50	920,00	920,00	6,66
1.2.1-ITBI	13.814,50	13.814,50	920,00	920,00	6,66
1.2.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	-	-	-	-
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-	-
1.2.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-	-
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	-	-	-	-	-
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	125.654,09	125.654,09	4.745,42	4.745,42	3,78
1.3.1-ISS	125.619,29	125.619,29	4.745,42	4.745,42	3,78
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	34,80	34,80	-	-	-
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	-	-	-	-	-
1.3.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	-	-	-	-
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	-	-	-	-	-
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	43.473,65	43.473,65	10.137,77	10.137,77	23,32
1.4.1-IRRF	43.473,65	43.473,65	10.137,77	10.137,77	23,32
1.4.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	-	-	-	-
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-	-
1.4.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-	-
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	-	-	-	-	-
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153 §4º, inciso III)	-	-	-	-	-
1.5.1-ITR	-	-	-	-	-
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	-	-	-	-
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-	-
1.5.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-	-
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	-	-	-	-	-

Pref. Munic. Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

PÁGINA: 2 DE 7  
22/03/2012 16:23

**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO X(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	7.054.928,33	7.054.928,33	1.329.170,58	1.329.170,58	18,84
2.1-Cota-Parte FPM	4.750.653,42	4.750.653,42	952.328,49	952.328,49	20,05
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	4.750.653,42	4.750.653,42	952.328,49	952.328,49	20,05
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	-	-	-	
2.2-Cota-Parte ICMS	2.169.731,40	2.169.731,40	361.857,10	361.857,10	16,68
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	11.460,11	11.460,11	1.891,36	1.891,36	16,50
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	44.126,26	44.126,26	4.661,39	4.661,39	10,56
2.5-Cota-Parte ITR	1.174,39	1.174,39	40,46	40,46	3,45
2.6-Cota-Parte IPVA	77.782,75	77.782,75	8.391,78	8.391,78	10,79
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	-	-	-	-	
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	7.252.860,34	7.252.860,34	1.345.162,06	1.345.162,06	18,55

Pref. Munic. Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

PÁGINA: 3 DE 7  
22/03/2012 16:23

**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO X(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	175.500,00	175.500,00	12.865,83	12.865,83	7,33
5.1 - Transferências do Salário-Educação	56.040,84	56.040,84	12.695,66	12.695,66	22,65
5.2 - Outras Transferências do FNDE	117.845,49	117.845,49	-	-	-
5.3 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	1.613,67	1.613,67	170,17	170,17	10,55
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	164.950,00	164.950,00	185,78	185,78	0,11
6.1 - Transferências de Convênios	163.446,76	163.446,76	-	-	-
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	1.503,24	1.503,24	185,78	185,78	12,36
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-	-	-	-
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	340.450,00	340.450,00	13.051,61	13.051,61	3,83

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.376.032,35	1.376.032,35	265.833,78	265.833,78	19,32
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.1.1)	915.177,37	915.177,37	190.465,62	190.465,62	20,81
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.2)	433.946,28	433.946,28	72.371,27	72.371,27	16,68
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.3)	2.292,02	2.292,02	378,26	378,26	16,50
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.4)	8.825,25	8.825,25	932,29	932,29	10,56
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB-(0% de (1.5 + 2.5)	234,88	234,88	8,07	8,07	3,44
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.6)	15.556,55	15.556,55	1.678,27	1.678,27	10,79
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	601.000,00	601.000,00	95.747,81	95.747,81	15,93
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	599.903,04	599.903,04	95.290,43	95.290,43	15,88
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	-	-
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	1.096,96	1.096,96	457,38	457,38	41,70
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10) <sup>1</sup>	-776.129,31	-776.129,31	-170.543,35	-170.543,35	21,97

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

Pref. Munic. Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

PÁGINA: 4 DE 7  
22/03/2012 16:23

**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO X(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	400.000,00	400.000,00	2.850,22	2.850,22	0,71
13.1-Com Educação Infantil	50.000,00	50.000,00	2.850,22	2.850,22	5,70
13.2-Com Ensino Fundamental	350.000,00	350.000,00	-	-	-
14-OUTRAS DESPESAS	201.000,00	213.640,72	17.120,72	17.120,72	8,01
14.1-Com Educação Infantil	-	-	-	-	-
14.2-Com Ensino Fundamental	201.000,00	213.640,72	17.120,72	17.120,72	8,01
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)	601.000,00	613.640,72	19.970,94	19.970,94	3,25

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	VALOR
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	-
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	-
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)	-
19-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL¹ ((13-18)/(11)x100)%	2,98

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	12.640,72
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012²	12.640,72

Pref. Munic. Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

PÁGINA: 5 DE 7  
22/03/2012 16:23

**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO X(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	1.813.215,09	1.813.215,09	336.290,52	336.290,52	18,55
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	128.170,00	128.170,00	7.753,12	7.753,12	6,05
23.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	50.000,00	50.000,00	2.850,22	2.850,22	5,70
23.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	78.170,00	78.170,00	4.902,90	4.902,90	6,27
24-ENSINO FUNDAMENTAL	1.360.750,00	1.373.390,72	243.218,14	243.218,14	17,71
24.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	551.000,00	563.640,72	17.120,72	17.120,72	3,04
24.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	809.750,00	809.750,00	226.097,42	226.097,42	27,92
25-ENSINO MÉDIO	14.000,00	14.000,00	-	-	-
26-ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-	-
27-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-	-
28-OUTRAS	71.630,00	71.630,00	1.580,22	1.580,22	2,21
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	1.574.550,00	1.587.190,72	252.551,48	252.551,48	15,91

Pref. Munic. Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

PÁGINA: 6 DE 7  
22/03/2012 16:23

**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO X(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-170.543,35
31-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	-
32-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	457,38
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	12.640,72
34-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	-
35-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4	-
36-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)	-
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)	-157.445,25
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24) -(37))	408.416,51
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE 5 ((38)/(3)x100)%	30,36

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	
41-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	57.050,00	57.050,00	14.225,62	14.225,62	24,94
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	
43-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	283.400,00	319.667,92	14.785,34	14.785,34	4,63
44-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	340.450,00	376.717,92	29.010,96	29.010,96	7,70
45-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	1.915.000,00	1.963.908,64	281.562,44	281.562,44	14,34
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			-	-	-

Pref. Munic. Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

PÁGINA: 7 DE 7  
22/03/2012 16:23

**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO X(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	12.640,72	
48-(+)INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	95.290,43	
49-(-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	15.251,36	
50-(+)RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	457,38	
51-(=)SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	93.137,17	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 22/Mar/2012, 16h e 22m.

<sup>1</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup>Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup>Caput do artigo 212 da CF/1988.

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art.121,V.

ITACIR DETOFOL	SOLANGE DETOFOL	IVA ADRIANA SCHLOSSER SEGUETO	SUELI BASQUER DA SILVA RINTZEL
PREFEITO MUNICIPAL	CONTROLADORA INTERNO	CONTADORA CRC/SC 026497/O-2	ADMINISTRACAO FINANCEIRA



PÁGINA: 1 DE 1  
22/03/2012 16:34

Pref. Munic. Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro

LRF, art.53, § 1º, Inciso I Anexo XI

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO REALIZADO
	(a)	(b)		(c)=(a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	550.000,00	-		550.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO
		LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	(d)	(e)	(f)	(g)=(d)-(e+f)
DESPESAS DE CAPITAL	1.758.494,17	24.882,44		1.733.611,73
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte				
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras				
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	1.758.494,17	24.882,44		1.733.611,73
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I-II)	-1.208.494,17		-24.882,44	-1.183.611,73

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 22/Mar/2012, 16h e 34m.

1

ITACIR DETOFOL      IVA ADRIANA SCHLÖSSER SEGUETO      SOLANGE DETOFOL      SUELI BASQUER DA SILVA RINTZEL  
PREFEITO MUNICIPAL      CONTADORA CRC/SC 026497/O-2      CONTROLE INTERNO      TESOUREIRA

PÁGINA: 1 DE 1  
22/03/2012 16:35

Pref. Munic. Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Fevereiro/2012

LRF, Art.53, § 1º, inciso III - Anexo XIV

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c)=(a-b)
	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Inversoes Financeiras	-	-	-	-
Amortizacao/Refinanciamento Da Divida	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-	-
Regime Geral da Previdência Social	-	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2011 (h)	2012 (i)=(b)-(e+f)	SALDO ATUAL (j)=(h+i)
		-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 22/Mar/2012, 16h e 35m.

ITACIR DETOFOL      IVA A. S. SEGUETO      SOLANGE DETOFOL      SUELI BASQUER DA SILVA RINTZEL  
PREFEITO MUNICIPAL    CONTADORA CRC/SC 026497/O-2    CONTROLE INTERNO      TESOUREIRA

PÁGINA: 1 DE 2  
22/03/2012 16:22

Pref. Munic. Sta Terezinha do Progresso-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO XVI(ADCT, Art.77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Fev 2012 (b)	% (b/a)
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS(I)	7.252.860,34	7.252.860,34	1.345.162,06	18,55
Impostos	194.007,95	194.007,95	15.803,19	8,15
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	3.924,06	3.924,06	188,29	4,80
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	7.054.928,33	7.054.928,33	1.329.170,58	18,84
Da União	4.763.287,92	4.763.287,92	954.260,31	20,03
Do Estado	2.291.640,41	2.291.640,41	374.910,27	16,36
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS (II)	437.500,00	437.500,00	44.666,85	10,21
Da União para o Município	340.000,00	340.000,00	34.496,85	10,15
Do Estado para o Município	97.500,00	97.500,00	10.170,00	10,43
Demais Municípios para o Município	-	-	-	-
Outras Receitas do SUS	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE (III)	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	5.100,00	5.100,00	1.150,67	22,56
(-)-DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	1.376.032,35	1.376.032,35	265.833,78	19,32
<b>TOTAL</b>	<b>6.319.427,99</b>	<b>6.319.427,99</b>	<b>1.125.145,80</b>	<b>17,80</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Jan a Fev 2012 (d)	% (d/c)
Despesas Correntes	1.495.000,00	1.616.458,29	350.706,68	21,70
Pessoal E Encargos Sociais	838.000,00	854.115,10	129.190,76	15,13
Juros E Encargos Da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	657.000,00	762.343,19	221.515,92	29,06
Despesas De Capital	73.000,00	180.718,73	6.610,00	3,66
Investimentos	73.000,00	180.718,73	6.610,00	3,66
Inversoes Financeiras	-	-	-	-
Amortizacao/Refinanciamento Da Dívida	-	-	-	-
<b>TOTAL (IV)</b>	<b>1.568.000,00</b>	<b>1.797.177,02</b>	<b>357.316,68</b>	<b>19,88</b>

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Jan a Fev 2012 (e)	% (e/despesa com saúde)
DESPESAS COM SAÚDE (V) = (IV)	1.568.000,00	1.797.177,02	357.316,68	100,00
(-)-DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-
(-)-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	442.600,00	647.571,97	74.870,72	20,95
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde-SUS	442.600,00	442.600,00	40.031,96	11,20
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-
Outros Recursos	-	204.971,97	34.838,76	9,75
(-)-RP INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI)</b>	<b>1.125.400,00</b>	<b>1.149.605,05</b>	<b>282.445,96</b>	<b>79,05</b>

PÁGINA: 2 DE 2  
22/03/2012 16:22

Pref. Munic. Sta Terezinha do Progresso-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO XVI(ADCT, Art.77)

R\$ 1,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS À SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2012(VI)
RP DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VII)	-	-
PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL 0% <sup>2</sup> ((VI-VII)/I)		21,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Jan a Fev 2012 (i)	% (i/total i)
Atenção Básica	1.515.000,00	1.735.335,92	353.446,99	98,92
Vigilância Sanitária	40.000,00	45.608,78	2.964,05	0,83
Vigilância Epidemiológica	13.000,00	16.232,32	905,64	0,25
Outras Subfunções			-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.568.000,00</b>	<b>1.797.177,02</b>	<b>357.316,68</b>	<b>100,00</b>
(-)DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-
(-)DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	442.600,00	647.571,97	74.870,72	20,95
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde-SUS	442.600,00	442.600,00	40.031,96	11,20
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-
Outros Recursos	-	204.971,97	34.838,76	9,75
(-)RP INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE RECURSOS PRÓPRIOS <sup>1</sup>				
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	1.125.400,00	1.149.605,05	282.445,96	79,05

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 22/Mar/2012, 16h e 21m.

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

ITACIR DETOFOL      SOLANGE DETOFOL      IVA ADRIANA SCHLOSSER SEGUETO      SUELI BASQUER DA SILVA RINTZEL  
PREFEITO MUNICIPAL      CONTROLADORA INTERNO      CONTADORA CRC/SC 026497/O-2      ADMINISTRACAO FINANCEIRA



PÁGINA: 1 DE 2  
22/03/2012 16:30

Pref. Munic. Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII		R\$ 1,00		
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No bimestre	Até o bimestre	
<b>RECEITAS</b>				
Previsão Inicial da Receita	-		8.550.000,00	
Previsão Atualizada da Receita	-		8.550.000,00	
Receitas Realizadas	1.313.984,65		1.313.984,65	
Déficit Orçamentário			95.430,36	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)	-		102.317,67	
<b>DESPESAS</b>				
Dotação Inicial	-		8.550.000,00	
Créditos Adicionais	-		1.095.253,92	
Dotação Atualizada	-		9.645.253,92	
Despesas Empenhadas	3.747.105,20		3.747.105,20	
Despesas Liquidadas	1.409.415,01		1.409.415,01	
Superávit Orçamentário			-	
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO</b>		No bimestre	Até o bimestre	
Despesas Empenhadas		3.747.105,20	3.747.105,20	
Despesas Liquidadas		1.409.415,01	1.409.415,01	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>			Até o bimestre	
Receita Corrente Líquida			8.007.001,56	
<b>RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		No bimestre	Até o bimestre	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	0,00		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)	0,00		0,00	
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)	0,00		0,00	
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal	-399.997,24		101.988,66	-25,50
Resultado Primário	-505.206,26		-86.124,28	17,05
<b>RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>		Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	7.187,40		0,00	7.187,40 0,00
Poder Executivo	7.187,40		0,00	7.187,40 0,00
Poder Legislativo	0,00		0,00	0,00 0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	382.684,29		0,00	42.671,79 340.012,50
Poder Executivo	382.684,29		0,00	42.671,79 340.012,50
Poder Legislativo	0,00		0,00	0,00 0,00
<b>TOTAL</b>	389.871,69		0,00	49.859,19 340.012,50

PÁGINA: 2 DE 2  
22/03/2012 16:30

Pref. Munic. Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII		R\$ 1,00		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
MÍNIMO ANUAL DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	408.416,51	25%		30,36
MÍNIMO ANUAL DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	2.850,22	60%		2,98
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre		Saldo Não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito	0,00		550.000,00	
Despesa de Capital Líquida	24.882,44		1.733.611,73	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
<b>Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos</b>				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre		Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00		0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	282.445,96			21,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas/RCL (%)				

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 22/Mar/2012, 16h e 30m.

ITACIR DETOFOL      IVA ADRIANA SCHLÖSSER SEGUETO      SOLANGE DETOFOL      SUELI BASQUER DA SILVA RINTZEL  
PREFEITO MUNICIPAL      CONTADORA CRC/SC 026497/O-2      CONTROLE INTERNO      TESOUREIRA

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### Resultado Final - Edital 003/2012



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

#### PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - EDITAL 0003/2012

#### Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Quadro e Código dos Cargos Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Quadro: **I - QUADRO 01**

Cargo: **3 Professor - Língua Portuguesa - Habilitado**

#### *Crítérios de Desempate*

1º 2º

Pos	Insc	Nome do Candidato	Pontos	Graduação	Ensino Médio - Fundamental	Cursos Aperfeic.	Tempo Serviço	Filhos	Nascimento
1	50	CRISTIANE MARIANO MACHADO	10,50	1,00	0,00	2,00	7,50	2	31/12/1975
2	32	MIRIAM TURKIENICZ DE FELIPPE	7,50	0,00	0,00	0,00	7,50	2	03/10/1952
3	202	EDILAINE FERNANDES CORRÊA	5,50	0,00	0,00	3,00	2,50	2	11/12/1980
4	229	EVELAINE CAROLINA SABU DA SILVA	2,50	0,00	0,00	0,00	2,50	1	30/06/1979





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

**PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA  
EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - EDITAL 0003/2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Quadro e Código dos Cargos  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Quadro: **I - QUADRO 01**

Cargo: **4 Professor - Língua Portuguesa - Não Habilitado**

*Crítérios de Desempate*

1º 2º

Pos	Insc	Nome do Candidato	Pontos	Graduação	Ensino Médio - Fundamental	Cursos Aperfeic.	Tempo Serviço	Filhos	Nascimento
1	206	GRACIANO JANKOVSKI	2,50	0,00	0,00	0,00	2,50	0	28/07/1982
2	183	BRUNA LAÍS LINZMEYER GIESE	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0	02/12/1992
3	75	ANDREIA BLODORN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	23/01/1984



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

**PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA  
EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - EDITAL 0003/2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Quadro e Código dos Cargos  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Quadro: **I - QUADRO 01**

Cargo: **5 Professor - Matemática - Habilitado**

*CrITÉRIOS de Desempate*

1º 2º

Pos	Insc	Nome do Candidato	Pontos	Graduação	Ensino Médio - Fundamental	Cursos Aperfeic.	Tempo Serviço	Filhos	Nascimento
1	248	ROSA DA SILVA	8,50	1,00	0,00	0,00	7,50	2	05/10/1967
2	205	IZABELY CRISTINA FERNANDES	5,50	0,00	0,00	3,00	2,50	0	29/04/1989
3	262	LAIS DELACI VARELA	3,50	0,00	0,00	1,00	2,50	0	28/02/1989



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

**PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA  
EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - EDITAL 0003/2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Quadro e Código dos Cargos  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Quadro: **I - QUADRO 01**

Cargo: **6 Professor - Matemática - Não Habilitado**

*CrITÉRIOS de Desempate*

1º 2º

Pos	Insc	Nome do Candidato	Pontos	Graduação	Ensino Médio - Fundamental	Cursos Aperfeic.	Tempo Serviço	Filhos	Nascimento
1	208	VIVIANE CCHALOUPEK SCHROEDER	5,50	0,00	0,00	3,00	2,50	1	23/02/1977
2	85	ADRIANE TEREZINHA FRANZ	4,50	0,00	0,00	2,00	2,50	1	10/04/1979
3	150	IVONETE DOS SANTOS	2,50	0,00	0,00	0,00	2,50	1	06/06/1978
4	174	KAMILA KAZMIERCZAK	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	12/02/1989
5	145	PABLO FELIPE LATRONICO RUIZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	11/04/1991



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

**PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA  
EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - EDITAL 0003/2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Quadro e Código dos Cargos  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Quadro: **I - QUADRO 01**

Cargo: **8 Professor - Geografia - Não Habilitado**

*CrITÉRIOS de Desempate*

1º 2º

Pos	Insc	Nome do Candidato	Pontos	Graduação	Ensino Médio - Fundamental	Cursos Aperfeic.	Tempo Serviço	Filhos	Nascimento
1	94	TULIANO STOEBERL	5,50	0,00	0,00	3,00	2,50	2	08/01/1981
2	33	REGINALDO MOURA SILVA	5,50	0,00	0,00	3,00	2,50	1	10/06/1983
3	220	MIRELI DA SILVA	3,00	0,00	0,00	3,00	0,00	0	26/05/1990
4	135	JACKELINE BAIER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	19/05/1992



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

**PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA  
EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - EDITAL 0003/2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Quadro e Código dos Cargos  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Quadro: **I - QUADRO 01**

Cargo: **9 Professor - Inglês - Habilitado**

***Critérios de Desempate***

**1º 2º**

Pos	Insc	Nome do Candidato	Pontos	Graduação	Ensino Médio - Fundamental	Cursos Aperfeic.	Tempo Serviço	Filhos	Nascimento
1	168	DANIELE FABIANA ERIAS GONTARSKI	2,50	0,00	0,00	0,00	2,50	1	19/11/1982



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

**PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA  
EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - EDITAL 0003/2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Quadro e Código dos Cargos  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Quadro: **I - QUADRO 01**

Cargo: **11 Professor - Artes - Habilitado**

*Critérios de Desempate*

1º 2º

Pos	Insc	Nome do Candidato	Pontos	Graduação	Ensino Médio - Fundamental	Cursos Aperfeic.	Tempo Serviço	Filhos	Nascimento
1	107	CAROLINE ANGELICA PASINI ROESSLER	8,00	0,00	0,00	3,00	5,00	2	29/05/1978



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

**PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA  
EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - EDITAL 0003/2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Quadro e Código dos Cargos  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Quadro: **I - QUADRO 01**

Cargo: **12 Professor - Artes - Não Habilitado**

*Crítérios de Desempate*

**1º 2º**

Pos	Insc	Nome do Candidato	Pontos	Graduação	Ensino Médio - Fundamental	Cursos Aperfeic.	Tempo Serviço	Filhos	Nascimento
1	246	ELISABETH HARTMANN LINK	9,50	0,00	0,00	2,00	7,50	2	04/10/1959
2	88	ANDREA GONÇALVES NEIDERT	5,50	0,00	0,00	3,00	2,50	3	01/12/1975
3	191	TATIANE OLENIK PESCHISKI	5,50	0,00	0,00	3,00	2,50	2	02/02/1983
4	112	NERLI BORGES DE SOUZA SCHOFFEL	5,50	0,00	0,00	3,00	2,50	1	10/08/1974
5	201	EDILAYNE WEISS DE MIRANDA	5,50	0,00	0,00	3,00	2,50	0	03/02/1985
6	215	ANA PAULA DRANKA	5,50	0,00	0,00	3,00	2,50	0	25/10/1991
7	217	PATRICIA DE LIMA	3,50	0,00	0,00	1,00	2,50	1	12/08/1977
8	28	MARIA JULIANA KNOP DENCK.	3,00	0,00	0,00	3,00	0,00	2	18/05/1984
9	245	ROSA JANE OLIVEIRA BOENO	2,50	0,00	0,00	0,00	2,50	2	13/04/1976
10	63	LAURITA MEDEIROS DZIN	2,00	0,00	0,00	2,00	0,00	2	04/05/1974
11	269	MARCIA FABIANA DOS SANTOS	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1	04/09/1976
12	82	ANDREA GONÇALVES NEIDERT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3	01/12/1975
13	92	SORAYA JURGENSEN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2	21/06/1981
14	258	CINTIA GRAZIELA DENCK GROBE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	27/02/1983





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

**PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA  
EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - EDITAL 0003/2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Quadro e Código dos Cargos  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Quadro: **I - QUADRO 01**

Cargo: **13 Professor - Educação Física - Habilitado**

*CrITÉRIOS de Desempate*

1º 2º

Pos	Insc	Nome do Candidato	Pontos	Graduação	Ensino Médio - Fundamental	Cursos Aperfeic.	Tempo Serviço	Filhos	Nascimento
1	253	SILVANA DE CASSIA FERREIRA	5,00	0,00	0,00	0,00	5,00	0	29/11/1972
2	239	CAROLINE JUENGE	5,00	0,00	0,00	0,00	5,00	0	05/06/1985
3	98	MÁRCIA LIEBL HABOWSKY	4,50	1,00	0,00	1,00	2,50	1	28/08/1962
4	35	EDUARDO DE CARVALHO	3,50	0,00	0,00	1,00	2,50	0	18/08/1976
5	199	LUCIANE APARECIDA ROIEK	3,50	1,00	0,00	0,00	2,50	0	24/02/1978
6	13	JOSE ANIBAL MASSANEIRO	2,50	0,00	0,00	0,00	2,50	0	01/06/1953
7	39	ANTONIO ROGERIO MARTINS	2,50	0,00	0,00	0,00	2,50	0	06/03/1986
8	222	VÂNIA MARINETI PADILHA	2,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0	06/07/1988
9	186	MORGANA DA CORREJO SCHMITZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	26/04/1990



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

**PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA  
EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - EDITAL 0003/2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Quadro e Código dos Cargos  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Quadro: **I - QUADRO 01**

Cargo: **14 Professor - Educação Física - Não Habilitado**

*Crítérios de Desempate*

**1º 2º**

Pos	Insc	Nome do Candidato	Pontos	Graduação	Ensino Médio - Fundamental	Cursos Aperfeic.	Tempo Serviço	Filhos	Nascimento
1	49	DANIELA LUDWINSKY	5,50	0,00	0,00	3,00	2,50	0	09/06/1990
2	164	RODRIGO SCHOEFFEL CORDEIRO	4,50	0,00	0,00	2,00	2,50	0	11/01/1993
3	211	ERNESTINO RIBEIRO DO AMARAL DE SOUZA	3,50	0,00	0,00	1,00	2,50	0	05/02/1991
4	209	Ernestino Ribeiro do Amaral de souza	3,50	0,00	0,00	1,00	2,50	0	05/02/1991
5	266	ILMO ALEXANDRE JUNIOR	3,00	0,00	0,00	3,00	0,00	0	24/04/1989
6	263	LOURIVAL DE OLIVEIRA	2,00	0,00	0,00	2,00	0,00	1	07/03/1983
7	194	CAROLINE SIBELI BONA	2,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0	24/06/1989
8	195	MARCELO DALLABRIDA	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0	29/09/1987
9	60	BRUNA JUSTINE KOTOVICZ	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0	17/02/1990
10	52	SAIANA DOS SANTOS	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0	05/06/1990
11	185	ALAN BRUNO CRISTOFOLINI	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0	05/09/1990
12	180	ANGELICA PATRICIA PEREIRA	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0	28/02/1992
13	207	JAIR CONCEIÇÃO DE ARAUJO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	27/06/1983
14	57	ALINE BARABACH	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	25/08/1991
15	184	ALAN CLEVERSON DE LIMA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	24/07/1992
16	20	TIAGO NIERING	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	15/02/1993
17	58	DENISE EVANDRA DOS SANTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	18/10/1993



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

**PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA  
EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - EDITAL 0003/2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Quadro e Código dos Cargos  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Quadro: **I - QUADRO 01**

Cargo: **15 Professor - Oficina Aprendizagem e Projetos - Habilitado**

*CrITÉrios de Desempate*

1º 2º

Pos	Insc	Nome do Candidato	Pontos	Graduação	Ensino Médio - Fundamental	Cursos Aperfeic.	Tempo Serviço	Filhos	Nascimento
1	255	RITA PEREIRA	11,50	1,00	0,00	3,00	7,50	0	13/07/1956
2	99	GILMARA DE CAMARGO NOGUEIRA	8,00	0,00	0,00	3,00	5,00	1	12/08/1974
3	210	CASSIA STIEGLER	7,00	1,00	0,00	1,00	5,00	0	15/10/1982
4	214	DEISE SIMONE FOSSILE RAUEN	6,50	1,00	0,00	3,00	2,50	2	04/04/1978
5	37	SILVIA DE PAULA STANGE	6,50	1,00	0,00	3,00	2,50	2	24/01/1986
6	232	SILVANE DE FATIMA TRENTINI	6,50	1,00	0,00	3,00	2,50	1	02/06/1969
7	134	MARIA APARECIDA HÜMMELGEN	6,50	1,00	0,00	3,00	2,50	0	18/09/1981
8	165	GLACI PEREIRA CAMPOS	5,50	0,00	0,00	3,00	2,50	3	19/12/1972
9	103	SORAIA CRISTINA POCHAI DA SILVA	5,50	0,00	0,00	3,00	2,50	2	16/01/1971
10	83	JULIANE FERNANDES	5,50	0,00	0,00	3,00	2,50	1	09/09/1989
11	101	BIANCA BRUNELI DA SILVA LIEBL	5,50	0,00	0,00	3,00	2,50	1	28/10/1989
12	73	SUSAN MABEL WEBER	5,50	0,00	0,00	3,00	2,50	0	26/01/1982
13	89	JANAINA SCHOEFFEL	5,50	0,00	0,00	3,00	2,50	0	24/07/1990
14	238	SIBÉLI LIZIANE DROZDEK MENECHINI	3,50	1,00	0,00	0,00	2,50	1	20/03/1989
15	130	JOSEANE BAUM	3,50	0,00	0,00	1,00	2,50	0	10/10/1980
16	181	LEILA FRANCIANE FRANCK BUBA	3,50	0,00	0,00	1,00	2,50	0	11/04/1981
17	219	ELIANE DE CHAVES DUPLA	3,00	0,00	0,00	3,00	0,00	2	18/03/1979
18	179	MARINES MARTINS FARIAS DA ROCHA	3,00	0,00	0,00	3,00	0,00	1	22/07/1974
19	10	SIMONE GRACIELA KNOP BUCHINGER	3,00	0,00	0,00	3,00	0,00	0	14/12/1980
20	247	RITA DE CASSIA MEISTER	2,50	0,00	0,00	0,00	2,50	2	07/10/1973
21	74	MÔNICA PIECHONTOSKI DOS SANTOS	2,50	0,00	0,00	0,00	2,50	1	30/05/1990
22	38	MELISSA ETHIENE ZORZAN SILVA ANTUNES	2,50	0,00	0,00	0,00	2,50	0	04/01/1985
23	178	CLEMAIR DA SILVA JUNIOR MROCZKA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2	15/05/1976
24	175	CLEMAIR DA SILVA JUNIOR MROCZKA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2	15/05/1976
25	36	ROSILENE APARECIDA UNGER DE LIMA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	19/06/1980
26	182	MARCELA BAUM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	23/03/1981
27	72	MICHELI ZANETTI NEPPEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	11/05/1978
28	86	REGINA LUSIA BERTI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	06/01/1984
29	233	JAQUELINE KRÜGER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	02/02/1990



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

**PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA  
EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - EDITAL 0003/2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Quadro e Código dos Cargos  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Quadro: **I - QUADRO 01**

Cargo: **16 Professor - Oficina Aprendizagem e Projetos - Não Habilita**

*CrITÉrios de Desempate*

1º 2º

Pos	Insc	Nome do Candidato	Pontos	Graduação	Ensino Médio - Fundamental	Cursos Aperfeic.	Tempo Serviço	Filhos	Nascimento
1	241	CRISTINA DE LIMA TEIXEIRA	5,50	0,00	0,00	3,00	2,50	1	24/07/1979
2	111	GEISI KIRSCHBAUER	5,50	0,00	0,00	3,00	2,50	1	17/05/1987
3	244	OLINDA MARIA FERREIRA	5,50	0,00	0,00	3,00	2,50	0	10/12/1957
4	204	MARIA DE LOURDES DA SILVERIA	5,50	0,00	0,00	3,00	2,50	0	07/01/1986
5	226	LUCIANA HORST	5,00	0,00	0,00	0,00	5,00	1	12/09/1973
6	264	FABIANA MASSANEIRO LENSCHOW	5,00	0,00	0,00	0,00	5,00	1	01/07/1984
7	176	JOELMA DA SILVEIRA DMETERKO	4,50	0,00	0,00	2,00	2,50	3	11/05/1978
8	157	SILVANE GROSSL LIEBL	3,00	0,00	0,00	3,00	0,00	1	04/10/1978
9	43	JOSIANE FLEISCHMANN NOJEKOVSKI	3,00	0,00	0,00	3,00	0,00	1	29/08/1979
10	87	MARCIA WIELIVICK	2,50	0,00	0,00	0,00	2,50	1	19/01/1977
11	230	PRISCILA ELAINE SAROVISKI PEREIRA	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1	17/07/1985
12	234	LETÍCIA KARINE PEREIRA CLEMENT	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1	17/12/1991
13	200	VANESSA COSTA SANTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	20/11/1980
14	95	SUZANI SEIDEL PINHEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	17/10/1981
15	169	GILCIANE FERRARI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	13/11/1984
16	2	DENISE STOLZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	29/07/1986
17	1	VANUSA APARECIDA VICENTE DINIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	19/01/1980
18	221	PATRICIA APARECIDA DE SOUZA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	16/06/1989
19	170	TATIANE ALVES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	21/01/1990



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

**PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA  
EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - EDITAL 0003/2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Quadro e Código dos Cargos  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Quadro: **I - QUADRO 01**

Cargo: **17 Professor - Oficina Esportes - Habilitado**

*CrITÉRIOS de Desempate*

1º 2º

Pos	Insc	Nome do Candidato	Pontos	Graduação	Ensino Médio - Fundamental	Cursos Aperfeic.	Tempo Serviço	Filhos	Nascimento
1	260	DAIANE BEATRIZ LIEBL	4,50	0,00	0,00	2,00	2,50	0	21/12/1987
2	223	ELAINE JUNCTUM	2,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0	15/03/1988
3	26	LUCIANA DA SILVA	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1	17/04/1978
4	93	CHAIANE MOREIRA	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1	10/02/1990



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

**PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA  
EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - EDITAL 0003/2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Quadro e Código dos Cargos  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Quadro: **I - QUADRO 01**

Cargo: **18 Professor - Oficina Esportes - Não Habilitado**

***Crítérios de Desempate***

**1º 2º**

Pos	Insc	Nome do Candidato	Pontos	Graduação	Ensino Médio - Fundamental	Cursos Aperfeic.	Tempo Serviço	Filhos	Nascimento
1	261	PRISCILA BATISTA DOS SANTOS	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0	28/04/1994



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

**PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA  
EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - EDITAL 0003/2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Quadro e Código dos Cargos  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Quadro: **I - QUADRO 01**

Cargo: **19 Professor - Oficina Recreação - Habilitado**

*CrITÉRIOS de Desempate*

1º 2º

Pos	Insc	Nome do Candidato	Pontos	Graduação	Ensino Médio - Fundamental	Cursos Aperfeic.	Tempo Serviço	Filhos	Nascimento
1	48	MARCIA HANTSCHER MOURA	5,50	0,00	0,00	3,00	2,50	1	09/10/1980
2	45	SANDRA MARA HANTSCHER	3,00	0,00	0,00	3,00	0,00	0	07/12/1978
3	27	VANESSA RADÜNZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	01/10/1990





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

**PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA  
EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - EDITAL 0003/2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Quadro e Código dos Cargos  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Quadro: **I - QUADRO 01**

Cargo: **20 Professor - Oficina Recreação - Não Habilitado**

*CrITÉRIOS de Desempate*

1º 2º

Pos	Insc	Nome do Candidato	Pontos	Graduação	Ensino Médio - Fundamental	Cursos Aperfeic.	Tempo Serviço	Filhos	Nascimento
1	189	MICHELE CRISTINA SENNES	5,50	0,00	0,00	3,00	2,50	4	09/02/1978
2	158	EDNA CASKOSKI KOBREN	3,50	0,00	0,00	1,00	2,50	0	18/10/1990
3	236	DENISE MROSKOWSKI	2,50	0,00	0,00	0,00	2,50	2	30/06/1979
4	34	ZENAIDE PIRES	2,50	0,00	0,00	0,00	2,50	1	12/01/1984
5	252	CELINA APARECIDA ECKEL	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0	30/08/1977
6	152	IEDA KRISTINEH DA CONCEIÇÃO	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0	15/10/1988
7	256	VALDIANE APARECIDA FUCKNER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2	14/03/1982
8	197	PATRICIA DE SOUZA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	12/09/1980
9	80	LORIANE JOLLEMBECK	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	24/10/1992



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

**PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA  
EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - EDITAL 0003/2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Quadro e Código dos Cargos  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Quadro: **I - QUADRO 01**

Cargo: **22 Professor - Oficina Xadrez - Não Habilitado**

*Critérios de Desempate*

1º 2º

Pos	Insc	Nome do Candidato	Pontos	Graduação	Ensino Médio - Fundamental	Cursos Aperfeic.	Tempo Serviço	Filhos	Nascimento
1	151	RAFAELA MUELHBAUER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	24/05/1989



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

**PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA  
EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - EDITAL 0003/2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Quadro e Código dos Cargos  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Quadro: **I - QUADRO 01**

Cargo: **25 Professor – Oficina Banda - Habilitado**

*Critérios de Desempate*

1º 2º

Pos	Insc	Nome do Candidato	Pontos	Graduação	Ensino Médio - Fundamental	Cursos Aperfeic.	Tempo Serviço	Filhos	Nascimento
1	235	BRUNO HENRIQUE BATISTA DA SILVA	5,50	0,00	0,00	3,00	2,50	0	07/12/1990



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

**PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA  
EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - EDITAL 0003/2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Quadro e Código dos Cargos  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Quadro: **I - QUADRO 01**

Cargo: **26 Professor – Oficina Banda - Não Habilitado**

*CrITÉRIOS de Desempate*

1º 2º

Pos	Insc	Nome do Candidato	Pontos	Graduação	Ensino Médio - Fundamental	Cursos Aperfeic.	Tempo Serviço	Filhos	Nascimento
1	113	CALAN HENRIQUE WOHL	10,50	0,00	0,00	3,00	7,50	1	06/04/1987
2	250	JOSÉ AUGUSTO SLUMINSKI	8,00	0,00	0,00	3,00	5,00	0	28/08/1983
3	108	ANDERSON FURATDO	7,50	0,00	0,00	0,00	7,50	0	29/04/1981
4	15	ALINE PANNEITZ	3,00	0,00	0,00	3,00	0,00	0	10/06/1993
5	54	ALECSANDRO XAVIER	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0	28/08/1984



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

**PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA  
EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - EDITAL 0003/2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Quadro e Código dos Cargos  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Quadro: **I - QUADRO 01**

Cargo: **29 Professor – Oficina Dança - Habilitado**

*Critérios de Desempate*

1º 2º

Pos	Insc	Nome do Candidato	Pontos	Graduação	Ensino Médio - Fundamental	Cursos Aperfeic.	Tempo Serviço	Filhos	Nascimento
1	242	CAMILA DE CASTRO NOGUEIRA	3,50	0,00	0,00	1,00	2,50	0	15/07/1989



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

**PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA  
EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - EDITAL 0003/2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Quadro e Código dos Cargos  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Quadro: **I - QUADRO 01**

Cargo: **32 Professor – Oficina Capoeira - Não Habilitado**

*Critérios de Desempate*

1º 2º

Pos	Insc	Nome do Candidato	Pontos	Graduação	Ensino Médio - Fundamental	Cursos Aperfeic.	Tempo Serviço	Filhos	Nascimento
1	110	JONAS DA SILVA DE SOUSA	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0	11/05/1988



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

**PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA  
EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - EDITAL 0003/2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Quadro e Código dos Cargos  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Quadro: **I - QUADRO 01**

Cargo: **34 Professor – Oficina de artesanato - Não Habilitado**

*Critérios de Desempate*

1º 2º

Pos	Insc	Nome do Candidato	Pontos	Graduação	Ensino Médio - Fundamental	Cursos Aperfeic.	Tempo Serviço	Filhos	Nascimento
1	198	KEILA ECKEL DEORACKI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	13/04/1987





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

**PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA  
EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - EDITAL 0003/2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Quadro e Código dos Cargos  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Quadro: **I - QUADRO 01**

Cargo: **35 Especialista em Educação - Habilitado**

*CrITÉrios de Desempate*

1º 2º

Pos	Insc	Nome do Candidato	Pontos	Graduação	Ensino Médio - Fundamental	Cursos Aperfeic.	Tempo Serviço	Filhos	Nascimento
1	161	LISLEIDE PERPETOA TRENTINE	10,50	1,00	0,00	2,00	7,50	1	29/03/1975
2	267	MARCELA JASTROMBEK DUARTE	9,00	1,00	0,00	3,00	5,00	1	16/06/1981
3	268	FABIANE VICENTE BELLI	9,00	1,00	0,00	3,00	5,00	0	10/03/1981
4	91	ROSIMARA HANNEMANN	8,50	1,00	0,00	0,00	7,50	1	16/04/1960
5	231	ADRIANE DINAE WEBER BRAUNINGER	8,50	1,00	0,00	0,00	7,50	0	10/03/1963
6	81	CATARINA MICHEL ADENIL FERREIRA PEREIRA	6,50	1,00	0,00	3,00	2,50	2	08/08/1979
7	68	VERONICA APARECIDA KAMERS	6,50	1,00	0,00	3,00	2,50	0	29/05/1974
8	190	CRISTINA SIMONE BONA JANESCH	6,50	1,00	0,00	3,00	2,50	0	21/06/1983
9	173	MARIA SIDIANE PICKCIUS	6,50	1,00	0,00	3,00	2,50	0	22/12/1983
10	69	RIKÉLIN DAIANA BAUM	6,50	1,00	0,00	3,00	2,50	0	04/02/1988
11	44	PATRICIA FROEHNER	6,00	1,00	0,00	0,00	5,00	2	17/02/1976
12	171	DIGITE SEU NOME PATRICIA DE OLIVEIRA	5,50	1,00	0,00	2,00	2,50	1	27/05/1978
13	59	ANDRESSA ALINE DIAS	5,50	0,00	0,00	3,00	2,50	0	31/08/1989
14	160	MÔNICA KONEFAL ALVES	3,50	1,00	0,00	0,00	2,50	2	26/02/1963
15	212	OTILIA MULLER PSCHIEDT	3,50	0,00	0,00	1,00	2,50	2	07/12/1974
16	237	TATIANE BUENO DE OLIVEIRA	3,50	0,00	0,00	1,00	2,50	2	31/07/1986
17	141	SANDRA MARIA DO ROSARIO NORONHA DA SILVA	3,50	0,00	0,00	1,00	2,50	1	14/12/1873
18	257	SARA REINHARDT	3,50	1,00	0,00	0,00	2,50	0	25/04/1983
19	225	NOEMI CHAVES DA ROCHA	3,00	0,00	0,00	3,00	0,00	3	11/01/1975
20	218	ELIANE HONORIO DA SILVA	3,00	0,00	0,00	3,00	0,00	2	10/08/1978
21	153	VANEZA RIBEIRO DE SIQUEIRA	3,00	0,00	0,00	3,00	0,00	1	04/01/1981
22	187	DIGITE SEU NOMEMARIA NOGUEIRA DE LIMA SILVA.	2,50	0,00	0,00	0,00	2,50	2	02/04/1988
23	31	JAQUELINE POLASKI FLOHR	2,50	0,00	0,00	0,00	2,50	0	13/11/1983
24	84	SIRLEIA SCHOEFFEL RIBAS	2,00	0,00	0,00	2,00	0,00	2	27/08/1976
25	56	ROSELI MULLER ZAPPE	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	2	29/12/1979
26	154	Nádia Ribeiro Gomes de Siqueira	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1	29/12/1979
27	65	VERONICA APARECIDA KAMERS	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0	29/05/1974
28	142	ELISANGELA PATRICIA BRAND	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	21/02/1979

**CÂMARA MUNICIPAL****Resolução Da Mesa Diretora Nº 035 de 23 de Março de 2012.**

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 035 DE 23 DE MARÇO DE 2012.

"Autoriza a realização de sessão solene em homenagem aos 17 anos de existência do Jornal A Gazeta".

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Fica a Câmara Municipal de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, autorizada a realizar a Sessão Solene em homenagem aos 17 anos de existência do Jornal A Gazeta, no dia 11 de maio de 2012, em atenção ao Requerimento nº 175/2012.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da presente Resolução, correrão por conta de dotação prevista no orçamento vigente.

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, Sala das Sessões, 23 de março de 2012.

NILVA MARLI LARSEN HOLZ

Presidente

JOSIAS TERRES

Vice-Presidente

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

1º Secretário

TADEU DO NASCIMENTO

2º Secretário

**Termo de Homologação - Convite Nº 001/2012**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CONVITE Nº 001/2012

A Presidente da Câmara de Vereadores de São Bento do Sul, no uso de suas atribuições, resolve homologar o resultado do Processo Licitatório - Modalidade Convite nº 001/2012, do qual foram adjudicados ao licitante Escrimate Comércio de Materiais de Escritório e Informática Ltda-ME, os itens de 1 a 10, no valor de R\$ 8.983,25 (oito mil, novecentos e oitenta e três reais e vinte e cinco centavos), para que produzam seus efeitos legais.

São Bento do Sul, 23 de março de 2012.

NILVA MARLI LARSEN HOLZ

Presidente

**IPRESBS****Portaria IPRESBS Nº 114/2012**

PORTARIA IPRESBS Nº 114/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, em decorrência de acidente de trabalho, no período de 22/03/2012 a 05/04/2012, ao servidor JEAN CARLO DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Leiturista, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 07/03/2012 a 21/03/2012, compete ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22/03/2012.

São Bento do Sul, 22/03/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

**SAMAE****Portaria/SAMAE/SBS Nº - 051/2012 de 26 de Março de 2012.**

Portaria/SAMAE/SBS Nº - 051/2012 de 26 de março de 2012.

"CONCEDE LICENÇA "

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 0011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

**RESOLVE**

Art.1º - CONCEDER ao servidor Jean Marcelo Fuck, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento I, lotado nesta Autarquia, licença prêmio em pecúnia, conforme consta no Processo nº 012/2012, de 15/03/2012.

Art. 2º - A licença a que se refere o artigo 1º é relativa ao triênio 01.01.2009 a 31.12.2011, com efeitos a partir de 01/03/2012.

GERALDO WEIHERMANN

Diretor Presidente

**Inexigibilidade de Licitação**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

DO OBJETO: O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE torna público, para quem possa interessar, que conforme autorização do art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, adquiriu por inexigibilidade de licitação, 50 vales transporte intermunicipal, para uso de servidor da Autarquia, conforme Autorização de Fornecimento n.º 494/2012.

DO VALOR: R\$ 181,00 total.

CONTRATADA: REUNIDAS S/A.

São Bento do Sul, 26 de março de 2012.

GERALDO WEIHERMANN

Diretor Presidente

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### Lei Nº 1.997, De 21 de Março de 2012.

LEI Nº 1.997, DE 21 DE MARÇO DE 2012.

Declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da comunidade de São Caetano, município de São Lourenço do Oeste.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores da comunidade de São Caetano, município de São Lourenço do Oeste - Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 10.874.867/0001-20, fundada no dia 05 de maio de 2009.

Parágrafo único: Ficam assegurados à entidade mencionada no caput, todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 21 de março de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 4.396, De 26 de Março de 2012.

DECRETO Nº 4.396, DE 26 DE MARÇO DE 2012.

Declara de Utilidade Pública bem imóvel, para fins de avaliação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO a necessidade do Município de avaliação do imóvel de matrícula nº 455, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste, de propriedade do Sr. Benno Bamberg, cujo bem o Município pretende adquirir, para a implantação de uma área industrial;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública parte do lote número 41 (quarenta e um), com área de 20.001,73 m² (vinte mil e um vírgula setenta e três metros quadrados), sem benfeitorias, com matrícula nº 455, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste, situado na linha três voltas, no Distrito de Presidente Juscelino, neste Município de São Lourenço do Oeste - SC, de propriedade do Sr. Benno Bamberg, conforme matrícula e memorial descritivo constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Ficam os servidores públicos municipais autorizados a penetrar no imóvel declarado de utilidade pública a fim de promover as medições e levantamentos que se fizerem necessários.

§ 1º Fica designado o Senhor EDUARDO BRATTI, brasileiro, Engenheiro Civil da Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina - AMNOROESTE, inscrito no CREA-SC sob nº 048003-9, para expedir Laudo de Avaliação do imóvel de que trata o art. 1º, deste Decreto.

§ 2º O Engenheiro deverá entregar o Laudo de Avaliação no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste Decreto.

§ 3º Os serviços de elaboração do Laudo de Avaliação mencionados no art. 1º dar-se-ão de forma não onerosa ao Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de março de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

### Aviso de Licitação 50/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 09/04/2012, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2012, PREGÃO Nº 33/2012 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ESCOLAS, PARA ATENDER AO CONVÊNIO 17.139/2011-5, FIRMADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO.. Informações [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br).

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

### Aviso de Retificação Processo 48/2012

AVISO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO 48/2012

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, RETIFICA DATA DE ABERTURA DA SESSÃO DE LICITAÇÃO POROCESSE LICITATÓRIO Nº 48/2012 CONCORRÊNCIA Nº 07, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DO ABRIGO DA ENTRADA DE ENERGIA, COM ÁREA TOTAL A SER EDIFICADA DE 34,69M². CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO DE INSTALAÇÃO DE SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, E FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GRUPO GERADOR, LINHA DIESEL PARA O CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE. Informações [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br). PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS EM 23/03/2012 PAG 956, no que se refere a DATA leia-se 26/04/2012 Às 14:15 horas. Informações [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br).

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

### Aviso de Retificação Processo Nº 47/2012

AVISO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO Nº 47/2012

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, RETIFICA DATA DE ABERTURA DA SESSÃO DE LICITAÇÃO POROCESSE LICITATÓRIO Nº 47/2012 CONCORRÊNCIA Nº 06, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA AVENIDA ERNESTO BEUTER, ENTRE AS RUAS PEDRO ALVARES CABRAL E RUA MONTE CASTELO, MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC; PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS EM 23/03/2012 PAG 282, no que se refere a DATA leia-se 26/04/2012 Às 09:00 horas. Informações [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br).

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal



# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### Balanco Orçamentário

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>10.765.552,00</b>	<b>10.765.552,00</b>	<b>1.800.146,31</b>	<b>16,72</b>	<b>1.800.146,31</b>	<b>16,72</b>	<b>8.965.405,69</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>10.090.552,00</b>	<b>10.090.552,00</b>	<b>1.730.146,31</b>	<b>17,15</b>	<b>1.730.146,31</b>	<b>17,15</b>	<b>8.360.405,69</b>
RECEITA TRIBUTARIA	780.064,00	780.064,00	110.924,75	14,22	110.924,75	14,22	669.139,25
IMPOSTOS	740.950,00	740.950,00	84.944,98	11,46	84.944,98	11,46	656.005,02
TAXAS	39.114,00	39.114,00	25.979,77	66,42	25.979,77	66,42	13.134,23
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	508.066,00	508.066,00	123.437,63	24,30	123.437,63	24,30	384.628,37
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	268.066,00	268.066,00	79.855,17	29,79	79.855,17	29,79	188.210,83
CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO	240.000,00	240.000,00	43.582,46	18,16	43.582,46	18,16	196.417,54
RECEITA PATRIMONIAL	502.539,00	502.539,00	104.000,11	20,69	104.000,11	20,69	398.538,89
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	502.539,00	502.539,00	104.000,11	20,69	104.000,11	20,69	398.538,89
RECEITA DE SERVIÇOS	4.500,00	4.500,00	1.101,60	24,48	1.101,60	24,48	3.398,40
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.568.299,00	7.568.299,00	1.369.492,84	18,10	1.369.492,84	18,10	6.198.806,16
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.434.659,00	7.434.659,00	1.367.626,51	18,40	1.367.626,51	18,40	6.067.032,49
Transf. de Conv.	133.640,00	133.640,00	1.866,33	1,40	1.866,33	1,40	131.773,67
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	727.084,00	727.084,00	21.189,38	2,91	21.189,38	2,91	705.894,62
Multas e Juros de Mora	364.405,00	364.405,00	337,78	0,09	337,78	0,09	364.067,22
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.500,00	3.500,00	4.354,71	124,42	4.354,71	124,42	-854,71
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	288.875,00	288.875,00	4.916,95	1,70	4.916,95	1,70	283.958,05
RECEITAS DIVERSAS	70.304,00	70.304,00	11.579,94	16,47	11.579,94	16,47	58.724,06
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>675.000,00</b>	<b>675.000,00</b>	<b>70.000,00</b>	<b>10,37</b>	<b>70.000,00</b>	<b>10,37</b>	<b>605.000,00</b>
ALIENAÇÃO DE BENS	150.000,00	150.000,00	70.000,00	46,67	70.000,00	46,67	80.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	150.000,00	150.000,00	70.000,00	46,67	70.000,00	46,67	80.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	525.000,00	525.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	525.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	525.000,00	525.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	525.000,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>401.197,00</b>	<b>401.197,00</b>	<b>65.442,84</b>	<b>16,31</b>	<b>65.442,84</b>	<b>16,31</b>	<b>335.754,16</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>401.197,00</b>	<b>401.197,00</b>	<b>65.442,84</b>	<b>16,31</b>	<b>65.442,84</b>	<b>16,31</b>	<b>335.754,16</b>
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	401.197,00	401.197,00	65.442,84	16,31	65.442,84	16,31	335.754,16
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	401.197,00	401.197,00	65.442,84	16,31	65.442,84	16,31	335.754,16
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>11.166.749,00</b>	<b>11.166.749,00</b>	<b>1.865.589,15</b>	<b>16,71</b>	<b>1.865.589,15</b>	<b>16,71</b>	<b>9.301.159,85</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>11.166.749,00</b>	<b>11.166.749,00</b>	<b>1.865.589,15</b>	<b>16,71</b>	<b>1.865.589,15</b>	<b>16,71</b>	<b>9.301.159,85</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	11.166.749,00	11.166.749,00	1.865.589,15	16,71	1.865.589,15	16,71	9.301.159,85
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	846.329,57	—	—	258.601,94	—	—
Superávit Financeiro	—	846.329,57	—	—	258.601,94	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>10.756.749,00</b>	<b>838.329,57</b>	<b>11.595.078,57</b>	<b>2.347.631,93</b>	<b>2.347.631,93</b>	<b>1.388.425,24</b>	<b>1.388.425,24</b>	<b>11,97</b>	<b>10.206.653,33</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>7.776.820,00</b>	<b>247.429,57</b>	<b>8.024.249,57</b>	<b>1.807.996,17</b>	<b>1.807.996,17</b>	<b>967.643,49</b>	<b>967.643,49</b>	<b>12,06</b>	<b>7.056.606,08</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.704.528,85	22.270,40	3.726.799,25	680.971,04	680.971,04	671.467,04	671.467,04	18,02	3.055.332,21
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.068.291,15	225.159,17	4.293.450,32	1.127.025,13	1.127.025,13	296.176,45	296.176,45	6,90	3.997.273,87
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.876.854,00</b>	<b>590.900,00</b>	<b>3.467.754,00</b>	<b>539.635,76</b>	<b>539.635,76</b>	<b>420.781,75</b>	<b>420.781,75</b>	<b>12,13</b>	<b>3.046.972,25</b>
INVESTIMENTOS	2.836.854,00	590.900,00	3.427.754,00	499.635,76	499.635,76	380.781,75	380.781,75	11,11	3.046.972,25
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	40.000,00	0,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	100,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	98.225,00	0,00	98.225,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.225,00
RESERVA LEGAL DO RPPS	4.850,00	0,00	4.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.850,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>410.000,00</b>	<b>8.000,00</b>	<b>418.000,00</b>	<b>64.891,02</b>	<b>64.891,02</b>	<b>64.891,02</b>	<b>64.891,02</b>	<b>15,52</b>	<b>353.108,98</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	410.000,00	8.000,00	418.000,00	64.891,02	64.891,02	64.891,02	64.891,02	15,52	353.108,98
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>11.166.749,00</b>	<b>846.329,57</b>	<b>12.013.078,57</b>	<b>2.412.522,95</b>	<b>2.412.522,95</b>	<b>1.453.316,26</b>	<b>1.453.316,26</b>	<b>12,10</b>	<b>10.559.762,31</b>

Continua 2/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>11.166.749,00</b>	<b>846.329,57</b>	<b>12.013.078,57</b>	<b>2.412.522,95</b>	<b>2.412.522,95</b>	<b>1.453.316,26</b>	<b>1.453.316,26</b>	<b>12,10</b>	<b>10.559.762,31</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	412.272,89	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>11.166.749,00</b>	<b>846.329,57</b>	<b>12.013.078,57</b>	<b>2.412.522,95</b>	<b>2.412.522,95</b>	<b>1.453.316,26</b>	<b>1.865.589,15</b>	<b>12,10</b>	<b>10.559.762,31</b>

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 190.527,13

FONTE:



**Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c” )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	10.756.749,00	11.595.078,57	2.347.631,93	2.347.631,93	1.388.425,24	1.388.425,24	95,53	11,97	10.206.653,33
Legislativa	361.000,00	361.000,00	51.337,98	51.337,98	44.717,38	44.717,38	3,08	12,39	316.282,62
Ação Legislativa	361.000,00	361.000,00	51.337,98	51.337,98	44.717,38	44.717,38	3,08	12,39	316.282,62
Administração	1.304.880,00	1.304.880,00	280.576,87	280.576,87	148.211,36	148.211,36	10,20	11,36	1.156.668,64
Administração Geral	1.304.880,00	1.304.880,00	280.576,87	280.576,87	148.211,36	148.211,36	10,20	11,36	1.156.668,64
Segurança Pública	17.000,00	17.000,00	1.155,36	1.155,36	612,86	612,86	0,04	3,61	16.387,14
Defesa Civil	17.000,00	17.000,00	1.155,36	1.155,36	612,86	612,86	0,04	3,61	16.387,14
Assistência Social	237.500,00	237.500,00	16.174,54	16.174,54	9.646,14	9.646,14	0,66	4,06	227.853,86
Assistência ao Idoso	24.000,00	24.000,00	545,82	545,82	514,32	514,32	0,04	2,14	23.485,68
Assistência à Criança e ao Adolescente	133.500,00	133.500,00	15.628,72	15.628,72	9.131,82	9.131,82	0,63	6,84	124.368,18
Assistência Comunitária	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
Previdência Social	971.577,00	971.577,00	31.739,46	31.739,46	31.669,46	31.669,46	2,18	3,26	939.907,54
Previdência do Regime Estatutário	971.577,00	971.577,00	31.739,46	31.739,46	31.669,46	31.669,46	2,18	3,26	939.907,54
Saúde	1.729.563,25	1.924.563,25	517.392,75	517.392,75	243.336,42	243.336,42	16,74	12,64	1.681.226,83
Atenção Básica	1.729.563,25	1.924.563,25	517.392,75	517.392,75	243.336,42	243.336,42	16,74	12,64	1.681.226,83
Educação	2.068.412,00	2.180.841,57	388.103,27	388.103,27	269.956,42	269.956,42	18,58	12,38	1.910.885,15
Alimentação e Nutrição	73.355,00	77.290,44	4.075,85	4.075,85	3.157,16	3.157,16	0,22	4,08	74.133,28
Ensino Fundamental	1.302.439,40	1.410.933,53	265.055,85	265.055,85	159.370,51	159.370,51	10,97	11,30	1.251.563,02
Educação Infantil	677.617,60	677.617,60	118.971,57	118.971,57	107.428,75	107.428,75	7,39	15,85	570.188,85
Educação de Jovens e Adultos	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Cultura	355.000,00	355.000,00	50.916,35	50.916,35	15.346,88	15.346,88	1,06	4,32	339.653,12
Difusão Cultural	355.000,00	355.000,00	50.916,35	50.916,35	15.346,88	15.346,88	1,06	4,32	339.653,12
Urbanismo	669.000,00	669.000,00	132.136,23	132.136,23	49.632,96	49.632,96	3,42	7,42	619.367,04
Infra-Estrutura Urbana	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Serviços Urbanos	619.000,00	619.000,00	132.136,23	132.136,23	49.632,96	49.632,96	3,42	8,02	569.367,04
Saneamento	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Saneamento Básico Urbano	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Gestão Ambiental	452.000,00	452.000,00	55.142,16	55.142,16	14.921,86	14.921,86	1,03	3,30	437.078,14
Preservação e Conservação Ambiental	452.000,00	452.000,00	55.142,16	55.142,16	14.921,86	14.921,86	1,03	3,30	437.078,14
Agricultura	344.000,00	366.000,00	210.249,77	210.249,77	28.950,45	28.950,45	1,99	7,91	337.049,55
Extensão Rural	344.000,00	366.000,00	210.249,77	210.249,77	28.950,45	28.950,45	1,99	7,91	337.049,55

Continua 1/3



Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	10.756.749,00	11.595.078,57	2.347.631,93	2.347.631,93	1.388.425,24	1.388.425,24	95,53	11,97	10.206.653,33
Comércio e Serviços	90.000,00	90.000,00	8.111,93	8.111,93	8.111,93	8.111,93	0,56	9,01	81.888,07
Turismo	90.000,00	90.000,00	8.111,93	8.111,93	8.111,93	8.111,93	0,56	9,01	81.888,07
Transporte	1.627.441,75	2.136.341,75	519.995,01	519.995,01	446.147,95	446.147,95	30,70	20,88	1.690.193,80
Transporte Rodoviário	1.627.441,75	2.136.341,75	519.995,01	519.995,01	446.147,95	446.147,95	30,70	20,88	1.690.193,80
Desporto e Lazer	254.000,00	254.000,00	29.643,84	29.643,84	22.206,76	22.206,76	1,53	8,74	231.793,24
Desporto Comunitário	254.000,00	254.000,00	29.643,84	29.643,84	22.206,76	22.206,76	1,53	8,74	231.793,24
Encargos Especiais	152.300,00	152.300,00	54.956,41	54.956,41	54.956,41	54.956,41	3,78	36,08	97.343,59
Serviço da Dívida Interna	44.000,00	44.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	2,75	90,91	4.000,00
Outras Transferências	108.300,00	108.300,00	14.956,41	14.956,41	14.956,41	14.956,41	1,03	13,81	93.343,59
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	98.225,00	98.225,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.225,00
RESERVA DO RPPS	4.850,00	4.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.850,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	410.000,00	418.000,00	64.891,02	64.891,02	64.891,02	64.891,02	4,47	15,52	353.108,98
Administração	50.000,00	50.000,00	7.704,30	7.704,30	7.704,30	7.704,30	0,53	15,41	42.295,70
Administração Geral	50.000,00	50.000,00	7.704,30	7.704,30	7.704,30	7.704,30	0,53	15,41	42.295,70
Assistência Social	7.000,00	7.000,00	1.006,06	1.006,06	1.006,06	1.006,06	0,07	14,37	5.993,94
Assistência à Criança e ao Adolescente	7.000,00	7.000,00	1.006,06	1.006,06	1.006,06	1.006,06	0,07	14,37	5.993,94
Saúde	143.000,00	151.000,00	17.211,81	17.211,81	17.211,81	17.211,81	1,18	11,40	133.788,19
Atenção Básica	143.000,00	151.000,00	17.211,81	17.211,81	17.211,81	17.211,81	1,18	11,40	133.788,19
Educação	150.000,00	150.000,00	30.503,63	30.503,63	30.503,63	30.503,63	2,10	20,34	119.496,37
Ensino Fundamental	67.000,00	67.000,00	18.556,35	18.556,35	18.556,35	18.556,35	1,28	27,70	48.443,65
Educação Infantil	83.000,00	83.000,00	11.947,28	11.947,28	11.947,28	11.947,28	0,82	14,39	71.052,72
Cultura	2.000,00	2.000,00	544,79	544,79	544,79	544,79	0,04	27,24	1.455,21
Difusão Cultural	2.000,00	2.000,00	544,79	544,79	544,79	544,79	0,04	27,24	1.455,21
Urbanismo	23.000,00	23.000,00	3.307,99	3.307,99	3.307,99	3.307,99	0,23	14,38	19.692,01
Serviços Urbanos	23.000,00	23.000,00	3.307,99	3.307,99	3.307,99	3.307,99	0,23	14,38	19.692,01
Gestão Ambiental	5.000,00	5.000,00	659,42	659,42	659,42	659,42	0,05	13,19	4.340,58
Preservação e Conservação Ambiental	5.000,00	5.000,00	659,42	659,42	659,42	659,42	0,05	13,19	4.340,58
Agricultura	10.000,00	10.000,00	1.754,06	1.754,06	1.754,06	1.754,06	0,12	17,54	8.245,94
Extensão Rural	10.000,00	10.000,00	1.754,06	1.754,06	1.754,06	1.754,06	0,12	17,54	8.245,94

Continua 2/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	410.000,00	418.000,00	64.891,02	64.891,02	64.891,02	64.891,02	4,47	15,52	353.108,98
Comércio e Serviços	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Turismo	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Transporte	17.000,00	17.000,00	2.198,96	2.198,96	2.198,96	2.198,96	0,15	12,94	14.801,04
Transporte Rodoviário	17.000,00	17.000,00	2.198,96	2.198,96	2.198,96	2.198,96	0,15	12,94	14.801,04
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>11.166.749,00</b>	<b>12.013.078,57</b>	<b>2.412.522,95</b>	<b>2.412.522,95</b>	<b>1.453.316,26</b>	<b>1.453.316,26</b>	<b>100,00</b>	<b>12,10</b>	<b>10.559.762,31</b>

FONTE:

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

# Schroeder

## PREFEITURA

**Portaria No4.457/2012, de 23 de Março de 2012**

PORTARIA No4.457/2012, de 23 de março de 2012  
NOMEIA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR, nos termos da Sindicância no 003/2012, de 23 de março de 2012, os servidores Senhores Fernando Rodrigo da Rosa, Ivone Fátima Taffarel dos Santos e Edite Helena Hang, para sob a presidência do primeiro, sendo secretariado pela segunda, comporem a Comissão de Sindicância, destinada a apurar os fatos narrados no o Memorando nº012/2012-CG/SCH, emitido pela Controladoria Geral do Município, quanto a possíveis irregularidades por parte da empresa Edson Luiz Kamer - ME, quanto ao efetivo funcionamento de equipamentos de som e luz para a realização da apresentação do auto de natal de 2011, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, à vista do que tem ciência esta autoridade, devendo a Comissão, ora composta, iniciar seus trabalhos no prazo de até 08 (oito) dias, a contar da data de citação do requerente e concluí-los no prazo de até 60 (sessenta) dias após seu início.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 23 de março de 2012.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

**Portaria Nº. 4.456/2012, de 20 de Março de 2012.**

PORTARIA Nº. 4.456/2012, de 20 de março de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 003/2011/GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.396/2012, de 07/02/2012, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Merlyn Ricardo Fukner, para exercer o cargo de Professora C, subárea Educação Infantil, percebendo o nível salarial C-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 003/2011/GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de março de 2012.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

**Portaria Nº. 4.458/2012, de 26 de Março de 2012.**

PORTARIA Nº. 4.458/2012, de 26 de março de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, o Sr. Valério de Oliveira Onofre, para exercer o Cargo Comissionado de Assessor de Educação, percebendo o nível salarial nº 001 - Comissionados (Nível 178), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 26 de março de 2012.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

**Portaria Nº. 4.459/2012, de 26 de Março de 2012.**

PORTARIA Nº. 4.459/2012, de 26 de março de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 002/2011/GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.397/2012, de 09/02/2012, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Lilian Daiane Demarchi Vandrei, para exercer o cargo de Servente, percebendo o nível salarial nº 07 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 002/2011/GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 26 de março de 2012.  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER  
Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

### **Aviso DE Licitação Pregão Presencial Registro de Preços Nº. 21/2012-PMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000  
- SCHROEDER - SC  
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 21/2012-PMS  
PROCESSO Nº. 34/2012-PMS  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de manutenção em painéis eletroeletrônicos e de boosters para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 12 de abril de 2012 às 08h45min.  
Abertura do Processo: 12 de abril de 2012 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.  
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 27 de março de 2012.  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

### **Aviso DE Licitação Tomada de Preços Nº. 02/2012 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2012 - FMS  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 13/2012-FMS - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: contratação de empresa especializada em conserto de reboque trailer, placa LZW 1112, odontológico da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 13 de abril de 2012 às 08h45min.  
Abertura do Processo: 13 de abril de 2012 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.  
A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site da Prefeitura Municipal ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br).

Schroeder, 27 de março de 2012.  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

### **Aviso de Licitação Tomada de Preços Nº. 03/2012 - FAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 03/2012 - FAS  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 07/2012-FAS - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Contratação de Companhia de Teatro a fim de apresentar Peças teatrais com o tema Alienação Parental, ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, Violência e Exploração Sexual. As peças serão apresentadas a rede de educação estadual e municipal de Schroeder na Semana do dia 18 de Maio - Dia Nacional de Combate à Violência e Exploração Sexual Infante Juvenil. Evento oferecido pelo CREAS, em parceria da Educação, do CMAS, Conselho Tutelar e CRAS, da Secretaria de Saúde e Assistência Social, Setor de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 13 de abril de 2012 às 14h.  
Abertura do Processo: 13 de abril de 2012 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.  
A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site da Prefeitura Municipal ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br).  
Schroeder, 27 de março de 2012.  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

### **Termo Aditivo Nº. A3/2012 - FAS**

TERMO ADITIVO Nº. A3/2012 - FAS  
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 42/2011 - FAS  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt; e,

CONTRATADA: MORIA EVENTOS E TREINAMENTOS PROFISSIONAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.371.838/0001-45, estabelecida na Rua XV de Novembro, nº. 297, Conjunto 903, 9º andar, Centro, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 80.020-310,

doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Ermes Pereira Mendonça, inscrito no CPF sob o nº. 022.712.629-76, portador da carteira de identidade nº. 6.929.933-4-PR.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 42/2011 - FAS, celebrado em 14 de dezembro de 2011, decorrente do Processo de licitação nº. 45/2011 - FAS, Modalidade Carta Convite nº. 10/2011 - FAS, para a contratação de empresa especializada para realizar Cursos Profissionalizantes a ser oferecidos ao público referenciado do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, órgão do setor de Assistência Social vinculado a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta vencedora apresentada.

Considerando o disposto no disposto no Artigo 57, caput, da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando o pedido feito pela Secretaria de Saúde e Assistência Social, setor de Assistência Social, devido não haver tempo hábil para execução de todas as oficinas especificadas no contrato nº 42/2011-FAS.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder em exercício; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica a partir deste alterada a Cláusula Décima Segunda - da vigência no item 14.1 do contrato nº 42/2011-FAS, prorrogando-se até 31 de dezembro de 2012.

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 42/2011-FAS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 23 de março de 2012.

CONTRATADA:

Moria Eventos E Treinamentos Profissionais Ltda  
ERMES PEREIRA MENDONÇA  
CPF nº. 022.712.629-76

CONTRATANTE:

Prefeitura Municipal De Schroeder  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

Nome: ORLANDO TECILLA  
CPF nº. 311.753.079-34

Nome: MARILENE BUSCH  
CPF nº. 037.813.699-27

## Timbó

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 2680, De 02 de Março de 2012

DECRETO Nº 2680, DE 02 DE MARÇO DE 2012

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior, no valor de R\$ 105.213,00

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2543, de 16/12/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 105.213,00 (cento e cinco mil e duzentos e treze reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

24.01.026.782.0046.1263.	FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO	
24.01.026.782.0046.1263.	DEMUTRAN	
24.01.026.782.0046.1263.	OBRAS E CONSTRUÇÕES - DEMUTRAN	
400000.00	DESPESAS CORRENTES	
440000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	REC. ORDINARIOS - SUP. FINANCEIRO	36.671,00
0.35400	CONVENIO TRANSITO MILITAR - SUP. FINANCEIRO	34.271,00
0.35500	CONVENIO TRANSITO CIVIL - SUP. FINANCEIRO	34.271,00
	TOTAL	105.213,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de março de 2012; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

#### Decreto Nº 2681, De 02 de Março de 2012

DECRETO Nº 2681, DE 02 DE MARÇO DE 2012

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior, no valor de R\$ 2.300,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2543, de 16/12/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:



19.01.027.813.0090.1237.	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME	
19.01.027.813.0090.1237.	ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO	
19.01.027.813.0090.1237.	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS	
400000.00	DESPESAS CORRENTES	
440000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	SUP. FINANCEIRO	2.300,00
	TOTAL	2.300,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de março de 2012; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### Decreto Nº 2682, De 05 de Março de 2012

DECRETO Nº 2682, DE 05 DE MARÇO DE 2012

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior, no valor de R\$ 56.603,54.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2543, de 16/12/2011,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 56.603,54 (cinquenta e seis mil e seiscentos e três reais e cinquenta e quatro centavos) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

15.02.010.302.0072.2158.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
15.02.010.302.0072.2158.	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2158.	MANUTENÇÃO POLICLINICA DE REFERENCIA E SERVICOS	
400000.00	DESPESAS CORRENTES	
440000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.32300	SUP. FINANCEIRO - TRANSF. DE CONVENIOS - SAUDE	51.106,54
	TOTAL	51.106,54
15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
400000.00	DESPESAS CORRENTES	
440000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30200	SUP. FINANCEIRO - REC. IMPOSTOS E DE TRANSF IMP SAUDE	5.500,00
	TOTAL	5.500,00
	TOTAL GERAL	56.603,54

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre

à conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de março de 2012; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### Decreto Nº 2.690, De 19 de Março de 2012.

DECRETO nº 2.690, DE 19 DE MARÇO DE 2012.

Autoriza abertura de Concurso Público destinado a prover vagas de emprego público para a função de Agente de Coleta e Seleção de Lixo e regulamenta os requisitos dos cargos a serem preenchidos

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso II, V, VII e X, c/c art. 70, inciso I, alíneas "a", "f" e "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 01, de 22/10/93 e Lei Complementar n. 409/2011;

#### DECRETA:

Art. 1º - O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó fica autorizado a lançar Edital de Concurso Público destinado a prover 10 (dez) vagas de Emprego Público para a função de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, observado o Regulamento do Concurso Público (Decreto nº 052/99), a Lei Complementar n. 409/2011, e demais legislação pertinente.

Art. 2º - Os requisitos mínimos e atribuições do cargo encontram-se definidas junto ao Anexo Único da Lei Complementar n. 409/2011.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de março, de 2012; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.  
LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JÚNIOR  
Prefeito de Timbó.

#### ANEXO ÚNICO

#### DO CARGO

EMPREGO PÚBLICO	Nº DE VAGAS	VENCIMENTO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
AGENTE DE COLETA E SELEÇÃO DE LIXO	10	R\$ 703,31	44 horas

#### DOS REQUISITOS:

EMPREGO PÚBLICO	REQUISITOS
AGENTE DE COLETA E SELEÇÃO DE LIXO	- Conclusão do Ensino Fundamental

## DAS ATRIBUIÇÕES:

EMPREGO PÚBLICO	ATRIBUIÇÕES
AGENTE DE COLETA E SELEÇÃO DE LIXO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Serviços Gerais de Coleta de lixo domiciliar;</li> <li>- Serviços Gerais de triagem/seleção de resíduos sólidos;</li> <li>- recolhimento/coleta de lixo urbano;</li> <li>- acatar escalas de horários pré-estabelecidos e demais determinações necessárias;</li> <li>- Zelar pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho;</li> <li>- Trabalhar com segurança, utilizando equipamento de proteção individual e promovendo a segurança individual e da equipe;</li> <li>- Execução de demais atividades estabelecidas pelo SAMAE relativas à coleta e seleção de lixo urbano.</li> </ul>

**Ata Processo Licitatório N.º 29 2012**

ATA DO PROCESSO Nº 00029/2012

CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS

Às onze horas e trinta minutos do vigésimo primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e doze, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Timbó, SC, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº.2516, de 02 de janeiro de 2012, sob a presidência do Sr. Jean Messias Rodrigues Vargas, estando presentes os membros Benno Adam Netto e Udemar Pellin. Entregaram os envelopes Documentação, as seguintes empresas: BLOCO E PAIVER COM. E CONSTRUTORA LTDA, EMPREIT. AMBIENTAL CUNHA LTDA, V.P.A. COM DE PEDRAS E PAVIMENTAÇÃO LTDA e FLORIANO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. O Senhor Presidente, em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes Documentação. Da análise dos documentos resultou que estavam de acordo com as exigências do edital as empresas: V.P.A. COM DE PEDRAS E PAVIMENTAÇÃO LTDA e FLORIANO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. A empresa BLOCO E PAIVER COM. E CONSTRUTORA LTDA foi inabilitada por apresentar contrato com responsável técnico fora de vigência e a empresa EMPREIT. AMBIENTAL CUNHA LTDA foi inabilitada por apresentar contrato com responsável técnico fora de vigência e não apresentar acervo técnico conforme exigência no item 14ª e 14c do edital. Fica aberto o prazo para apresentação de recurso nos termos da lei. Desta forma declara-se Credenciadas as empresas V.P.A. COM DE PEDRAS E PAVIMENTAÇÃO LTDA e FLORIANO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. Nada mais havendo, o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão e pelos representantes legais.

Assinaturas:

JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS  
Presidente

BENNO ADAM NETTO  
Secretário

UDEMAR PELLIN  
Membro

**Aviso de Prorrogação Carta Convite N.º 40 2012**  
**Fiscalização da Obra do Binário Central**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CARTA CONVITE Nº. 000040/2012.

Aviso de Prorrogação de Data de Abertura das Propostas

O MUNICÍPIO DE TIMBÓ, leva ao conhecimento dos interessados que devido a complexidade e necessidade de análise técnica da documentação da Carta Convite nº. 00040/2012, do tipo menor preço, que trata da Fiscalização do Binário Central fica suspensa a data da abertura das propostas.

JEAN M. R. VARGAS

Presidente da Comissão de Licitações

**Resposta e Julgamento Recurso Pregão Presencial N.º 14 2012 SAMAE**

ATA DE DESCLASSIFICAÇÃO DE EMPRESA AO EDITAL DE PREGÃO 0014/2012

Em 08 de março de 2012, o Pregoeiro do Município de Timbó e sua equipe de apoio, realizaram sessão pública para o Pregão Presencial 014/2012 do SAMAE, com a finalidade de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LEITURA DE HIDROMETROS E IMPRESSÃO DE FATURAS NO LOCAL. Duas empresas se habilitaram a participar: ADALMA ZELADORIA LTDA E BACK SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.

Na etapa de lances a empresa ADALMA ZELADORIA LTDA foi vencedora pelo preço de R\$5.970,00(cinco mil novecentos e setenta reais).

A empresa BACK SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, declinou na etapa de lances, porém não se conformou e o representante interpôs intenção de recurso, e tempestivamente apresentou seu recurso. Informada do recurso a empresa ADALMA ZELADORIA LTDA, apresentou tempestivamente seu contra recurso.

De posse dos recursos das empresas e por ter complexidade, o Pregoeiro remeteu o processo licitatório ao Senhor Procurador Geral do Município para análise e parecer.

O parecer tem o seguinte teor: "ante o exposto e atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, economicidade, interesse público e vinculação as normas legais e ao instrumento convocatório e considerando os fundamentos acima apresentados, opinamos pela procedência do recurso apresentado pela empresa BACK SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, para fins de declarar a desclassificação da empresa ADALMA ZELADORIA LTDA, em razão dos atestados de capacidade técnica não estarem registrados junto à entidade profissional competente, nos termos da legislação atinente à espécie".

Seguindo orientação do Parecer Jurídico, o Pregoeiro e sua equipe de apoio DESCLASSIFICAM a empresa ADALMA ZELADORIA LTDA, do presente certame.

A empresa ADALMA ZELADORIA LTDA, será notificada da presente decisão. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a presente ata.

JOSÉ STOLF SILVANA

Pregoeiro

VICENTE ROEPKE

Membro de apoio

JEAN M R VARGAS

Membro de apoio

**Quarto Termo Aditivo Extrato Contrato 190/2009**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2009/190

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Timbó.

CONTRATADO: Copy Line Com. E Serv. Ltda.

OBJETO: Serviços de impressão e fotocópias através de locação de equipamentos. PRAZO: 01/04/2012 até 31/05/2012. Data da assinatura: 20/05/12.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

**Terceiro Termo Aditivo ao Contrato 104/2011**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/104

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Timbó.

CONTRATADO: Soberana Serviços e Construções Ltda.

OBJETO: Revitalização da Praça Urbano Bertoldi. PRAZO: 50 dias corridos. Data da assinatura: 16/02/12.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

**Notificação de Permissão para Exploração de Serviço De Táxi**

Ilmo. Senhor

ANDREY HENRIQUE WAMSER

Vimos por meio desta, lhe NOTIFICAR, pelos motivos de fato e de direito a seguir alinhavados:

Prezado Senhor,

Conforme informações recebidas do Setor de Recursos Humanos e Tributos, verificamos a existência de uma Permissão para exploração do Serviço de Táxi em nome de V.Sa., localizado na Rua Cuiabá, esquina com a Rua Aristiliano Ramos, próximo ao Posto Fratelli, identificado como ponto nº 09, com o veículo de Placa MDA 2099.

Porém conforme prevê a Lei nº. 2506 de 22 de março de 2011 (Fixa normas para execução de serviço de Táxi no Município de Timbó), na Seção II, no que refere-se às proibições para exploração do serviço de TAXI, citamos o Art. 6º conforme segue:

“Art. 6º Fica proibida a Permissão para exploração do serviço de Táxi:

- I - Aos revendedores de veículos;
- II - A servidores públicos federais, estaduais ou municipais;
- III - Para empresa que já estiver explorando o serviço de transporte individual de passageiros neste Município e que contar com o limite máximo de 5 (cinco) vagas vigentes no sistema.
- IV- Para pessoa física já permissionária de uma vaga vigente no

sistema, durante o prazo de vigência da respectiva permissão.

§ 1º A proibição de que trata este artigo se estende à pessoa jurídica que tenha sócio ou, no caso de sociedade anônima, membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal que seja servidor público federal, estadual ou municipal, ou que participe de outra empresa que já explore o serviço de transporte individual de passageiros neste Município.

§ 2º A proibição de que trata o inciso III deste artigo não se estende à pessoa jurídica constituída sob a forma de sociedade cooperativa.”

Buscando zelar pelo efetivo exercício do contraditório e da ampla defesa, fica concedido a V.Sa. o prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento do presente, para apresentação de manifestação acerca dos termos da referida Lei nº. 2506 de 22 de março de 2011.

Em não sendo apresentada manifestação, V. Sa. fica ciente que o Município promoverá a Cassação do Alvará de Licença.

Sem mais para o momento.

Atenciosamente.

Timbó, 15 de março de 2012.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Autoridade Municipal de Trânsito



## Relatórios Resumidos Da Execução Orçamentária-Jan e Fev

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro**

RREO - Anexo I(LRF, Art. 52, inciso I, alínea 'a' e 'b' II e § 1º)

CONSOLIDADO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			Janeiro à Fevereiro (b)	% (b/a)	Até Fevereiro (c)	% (c/a)	
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	114.915.000,00	114.940.000,00	13.257.110,44	11,53	13.257.110,44	11,53	101.682.889,56
RECEITAS CORRENTES	80.057.000,00	80.082.000,00	12.989.027,46	16,21	12.989.027,46	16,21	67.092.972,54
RECEITA TRIBUTÁRIA	14.409.000,00	14.409.000,00	1.239.800,61	8,60	1.239.800,61	8,60	13.169.199,39
Impostos	10.988.000,00	10.988.000,00	1.066.341,65	9,70	1.066.341,65	9,70	9.921.658,35
Taxas	2.721.000,00	2.721.000,00	158.298,01	5,81	158.298,01	5,81	2.562.701,99
Contribuição de Melhoria	700.000,00	700.000,00	15.160,95	2,16	15.160,95	2,16	684.839,05
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.360.000,00	3.360.000,00	520.566,14	15,49	520.566,14	15,49	2.839.433,86
Contribuições Sociais	1.860.000,00	1.860.000,00	287.378,97	15,45	287.378,97	15,45	1.572.621,03
Contribuições Econômicas	1.500.000,00	1.500.000,00	233.187,17	15,54	233.187,17	15,54	1.266.812,83
RECEITA PATRIMONIAL	4.359.000,00	4.384.000,00	1.629.153,99	37,16	1.629.153,99	37,16	2.754.846,01
Receitas Imobiliárias	20.000,00	20.000,00	824,60	4,12	824,60	4,12	19.175,40
Receitas de Valores Mobiliários	4.299.000,00	4.324.000,00	1.621.394,02	37,49	1.621.394,02	37,49	2.702.605,98
Receita de Concessões e Permissões	40.000,00	40.000,00	6.935,37	17,33	6.935,37	17,33	33.064,63
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	220.000,00	220.000,00	17.177,20	7,80	17.177,20	7,80	202.822,80
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	220.000,00	220.000,00	17.177,20	7,80	17.177,20	7,80	202.822,80
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	4.780.000,00	4.780.000,00	1.055.045,93	22,07	1.055.045,93	22,07	3.724.954,07
Receita de Serviços	4.780.000,00	4.780.000,00	1.055.045,93	22,07	1.055.045,93	22,07	3.724.954,07
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	48.775.600,00	48.775.600,00	8.088.890,74	16,58	8.088.890,74	16,58	40.686.709,26
Transferências Intergovernamentais	48.510.600,00	48.510.600,00	8.044.091,37	16,58	8.044.091,37	16,58	40.466.508,63
Transferências de Instituições Privadas	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Transferências de Convênios	200.000,00	200.000,00	44.799,37	22,39	44.799,37	22,39	155.200,63
Transferências para o Combate a Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.153.400,00	4.153.400,00	438.392,85	10,55	438.392,85	10,55	3.715.007,15
Multas e Juros de Mora	1.156.000,00	1.156.000,00	209.483,34	18,12	209.483,34	18,12	946.516,66
Indenizações e Restituições	542.652,00	542.652,00	56.097,71	10,33	56.097,71	10,33	486.554,29
Receita da Dívida Ativa	988.000,00	988.000,00	149.710,24	15,15	149.710,24	15,15	838.289,76
Receitas Correntes Diversas	1.466.748,00	1.466.748,00	23.101,56	1,57	23.101,56	1,57	1.443.646,44
RECEITAS DE CAPITAL	34.858.000,00	34.858.000,00	268.082,98	0,76	268.082,98	0,76	34.589.917,02
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6.600.000,00	6.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.600.000,00
Operações de Crédito Internas	6.600.000,00	6.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.600.000,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
AMORIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	3.000,00	3.000,00	610,72	20,35	610,72	20,35	2.389,28
Amortizações de Empréstimos	3.000,00	3.000,00	610,72	20,35	610,72	20,35	2.389,28
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	28.215.000,00	28.215.000,00	267.472,26	0,94	267.472,26	0,94	27.947.527,74
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Púb	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	28.215.000,00	28.215.000,00	267.472,26	0,94	267.472,26	0,94	27.947.527,74
Transferências para o Combate a Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Fi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	3.760.000,00	3.760.000,00	379.028,99	10,08	379.028,99	10,08	3.380.971,01
Subtotal das Receitas(III) = (I + II)	118.675.000,00	118.700.000,00	13.636.139,43	11,48	13.636.139,43	11,48	105.063.860,57

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro**

LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º - Anexo I

CONSOLIDADO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			Janeiro à Fevereiro (b)	% (b/a)	Até Fevereiro (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)</b>	<b>118.675.000,00</b>	<b>118.700.000,00</b>	<b>13.636.139,43</b>	<b>11,48</b>	<b>13.636.139,43</b>	<b>11,48</b>	<b>105.063.860,57</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>118.675.000,00</b>	<b>118.700.000,00</b>	<b>13.636.139,43</b>	<b>11,48</b>	<b>13.636.139,43</b>	<b>11,48</b>	<b>105.063.860,57</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>-</b>	<b>4.971.551,67</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>425.433,98</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Superávit Financeiro	-	4.971.551,67	-	-	425.433,98	-	-
Reabertura de Créditos Aacionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAI S (e)	Dotação Atualizada (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			Saldo a Realizar (f-g)
				Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro	DESPESAS LIQUIDADAS		% (g/f)	
						Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro		
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(VIII)	113.780.000,00	4.904.839,69	118.684.839,69	26.773.800,40	26.773.800,40	9.483.317,35	9.483.317,35	7,99	109.201.522,34
DESPESAS CORRENTES	63.570.352,00	2.540.427,23	66.110.779,23	20.815.569,89	20.815.569,89	9.132.363,03	9.132.363,03	13,81	56.978.416,20
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	35.558.669,00	(148.428,04)	35.410.240,96	5.952.358,68	5.952.358,68	5.718.934,27	5.718.934,27	16,15	29.691.306,69
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	320.000,00	0,00	320.000,00	20.191,62	20.191,62	20.191,62	20.191,62	6,30	299.808,38
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.691.683,00	2.688.855,27	30.380.538,27	14.843.019,59	14.843.019,59	3.393.237,14	3.393.237,14	11,16	26.987.301,13
DESPESAS DE CAPITAL	46.531.148,00	2.364.412,46	48.895.560,46	5.958.230,51	5.958.230,51	350.954,32	350.954,32	0,71	48.544.606,14
INVESTIMENTOS	45.531.148,00	2.364.412,46	47.895.560,46	5.873.997,91	5.873.997,91	266.721,72	266.721,72	0,55	47.628.838,74
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	84.232,60	84.232,60	84.232,60	84.232,60	8,42	915.767,40
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	428.500,00	0,00	428.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	428.500,00
RESERVA RPPS	3.250.000,00	0,00	3.250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.250.000,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	4.920.000,00	66.711,98	4.986.711,98	1.009.120,86	1.009.120,86	778.315,74	778.315,74	15,60	4.208.396,24
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	118.700.000,00	4.971.551,67	123.671.551,67	27.782.921,26	27.782.921,26	10.261.633,09	10.261.633,09	8,28	113.409.918,58
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	118.700.000,00	4.971.551,67	123.671.551,67	27.782.921,26	27.782.921,26	10.261.633,09	10.261.633,09	8,28	113.409.918,58
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.374.506,34	0,00	0,00
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	118.700.000,00	4.971.551,67	123.671.551,67	27.782.921,26	27.782.921,26	10.261.633,09	13.636.139,43	11,02	110.035.412,24

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f-g)
				Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro	Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro (g)	% (g/f)	
DESPESAS CORRENTES	4.920.000,00	66.711,98	4.986.711,98	1.009.120,86	1.009.120,86	778.315,74	778.315,74	15,60	4.208.396,24
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.745.000,00	54.511,98	4.799.511,98	863.922,12	863.922,12	766.203,74	766.203,74	15,96	4.033.308,24
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	175.000,00	12.200,00	187.200,00	145.198,74	145.198,74	12.112,00	12.112,00	6,47	175.088,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.920.000,00</b>	<b>66.711,98</b>	<b>4.986.711,98</b>	<b>1.009.120,86</b>	<b>1.009.120,86</b>	<b>778.315,74</b>	<b>778.315,74</b>	<b>15,60</b>	<b>4.208.396,24</b>

Fonte:

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
PREFEITOMARIA ANGELICA FAGGIANI  
SECRET. FAZEN. E ADM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
**Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social**  
**Período de Referência: Janeiro/2012 a Fevereiro/2012**

CONSOLIDADO

RREO - Anexo II(LRF, Art. 52, inciso II,alinea 'c')

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada(a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Pag: 174 Saldo a Liquidar (a-b)
			Janeiro a Fevereiro	até Fevereiro	Janeiro a Fevereiro	até Fevereiro (b)	% b/to.b	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	113.780.000,00	118.684.839,69	26.773.800,40	26.773.800,40	9.483.317,35	9.483.317,35	92,42	7,99	109.201.522,34
Legislativa	2.980.000,00	2.980.000,00	356.340,25	356.340,25	170.449,47	170.449,47	1,66	5,72	2.809.550,53
Acao Legislativa	2.980.000,00	2.980.000,00	356.340,25	356.340,25	170.449,47	170.449,47	1,66	5,72	2.809.550,53
Administracao	6.189.348,00	6.189.348,00	2.009.132,98	2.009.132,98	757.816,88	757.816,88	7,38	12,24	5.431.531,12
Defesa do Interesse Publico no Processo Judic	117.000,00	117.000,00	40.675,75	40.675,75	13.682,66	13.682,66	0,13	11,69	103.317,34
Representacao Judicial e Extrajudicial	525.000,00	525.000,00	86.636,45	86.636,45	64.126,58	64.126,58	0,62	12,21	460.873,42
Administracao Geral	3.709.000,00	3.709.000,00	1.445.348,75	1.445.348,75	458.534,69	458.534,69	4,47	12,36	3.250.465,31
Administracao Financeira	760.000,00	760.000,00	124.052,88	124.052,88	124.052,88	124.052,88	1,21	16,32	635.947,62
Normatizacao e Fiscalizacao	70.000,00	70.000,00	14.134,09	14.134,09	14.134,09	14.134,09	0,14	20,19	55.865,91
Formacao de Recursos Humanos	153.348,00	153.348,00	24.643,79	24.643,79	24.643,79	24.643,79	0,24	16,07	128.704,21
Comunicacao Social	855.000,00	855.000,00	273.641,77	273.641,77	58.642,69	58.642,69	0,57	6,86	796.357,31
Seguranca Publica	671.500,00	671.500,00	140.118,52	140.118,52	19.777,92	19.777,92	0,19	2,93	651.722,08
Policiamento	360.000,00	360.000,00	92.611,36	92.611,36	10.986,04	10.986,04	0,11	3,05	349.013,96
Defesa Civil	311.500,00	311.500,00	47.507,16	47.507,16	8.791,88	8.791,88	0,09	2,82	330.708,12
Assistencia Social	1.559.000,00	1.574.000,00	470.815,61	470.815,61	175.356,46	175.356,46	1,71	11,14	1.398.643,54
Assistencia a Crianca e ao Adolescente	178.000,00	178.000,00	44.186,75	44.186,75	10.659,33	10.659,33	0,10	5,99	167.340,67
Assistencia Comunitaria	1.381.000,00	1.396.000,00	426.628,86	426.628,86	164.697,13	164.697,13	1,60	11,80	1.231.302,87
Previdencia Social	5.563.000,00	5.756.400,00	825.789,49	825.789,49	825.789,49	825.789,49	8,05	14,35	4.930.610,51
Previdencia Basica	1.043.000,00	1.236.400,00	170.580,61	170.580,61	170.580,61	170.580,61	1,66	13,80	1.065.819,39
Previdencia do Regime Estatutario	4.520.000,00	4.520.000,00	655.208,88	655.208,88	655.208,88	655.208,88	6,39	14,50	3.864.791,12
Saude	17.264.023,00	17.559.023,00	4.452.396,38	4.452.396,38	2.343.842,85	2.343.842,85	22,84	13,35	15.215.180,15
Administracao Geral	655.000,00	659.000,00	246.620,29	246.620,29	108.221,48	108.221,48	1,05	16,42	550.778,52
Normatizacao e Fiscalizacao	175.000,00	205.000,00	43.716,24	43.716,24	20.629,89	20.629,89	0,20	10,06	184.370,11
Atencao Basica	7.110.023,00	7.175.023,00	1.777.613,96	1.777.613,96	1.103.537,31	1.103.537,31	10,75	15,38	6.071.485,69
Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	8.264.000,00	8.378.000,00	2.097.804,47	2.097.804,47	1.019.024,25	1.019.024,25	9,93	12,16	7.358.975,75
Suporte Profilatico e Terapeutico	400.000,00	450.000,00	85.294,74	85.294,74	7.503,16	7.503,16	0,07	1,67	442.496,84
Vigilancia Sanitaria	405.000,00	437.000,00	129.396,87	129.396,87	54.063,50	54.063,50	0,53	12,37	382.936,50
Vigilancia Epidemiologica	255.000,00	255.000,00	71.950,31	71.950,31	30.863,26	30.863,26	0,30	12,10	224.136,74
Trabalho	55.000,00	55.000,00	24.217,10	24.217,10	7.523,30	7.523,30	0,07	13,68	47.476,70
Fomento ao Trabalho	55.000,00	55.000,00	24.217,10	24.217,10	7.523,30	7.523,30	0,07	13,68	47.476,70
Educacao	17.299.629,00	17.768.856,25	3.751.064,94	3.751.064,94	2.027.254,87	2.027.254,87	19,76	11,41	15.741.601,36
Alimentacao e Nutricao	750.000,00	848.700,84	175.906,72	175.906,72	85.297,45	85.297,45	0,83	10,05	763.403,39
Ensino Fundamental	7.474.000,00	7.644.526,39	1.555.902,18	1.555.902,18	851.752,48	851.752,48	8,30	11,14	6.792.773,91
Educacao Infantil	9.035.629,00	9.180.629,00	2.009.831,17	2.009.831,17	1.087.498,07	1.087.498,07	10,60	11,85	8.093.130,93
Educacao de Jovens e Adultos	40.000,00	95.000,00	9.424,87	9.424,87	2.706,87	2.706,87	0,03	2,83	92.293,13
Cultura	3.619.000,00	3.619.000,00	800.727,25	800.727,25	286.805,66	286.805,66	2,79	7,92	3.332.194,34
Patrimonio Historico, Artístico e Arqueologic	353.000,00	353.000,00	140.831,80	140.831,80	66.301,57	66.301,57	0,65	18,78	286.698,43
Difusao Cultural	3.266.000,00	3.266.000,00	659.895,45	659.895,45	220.504,09	220.504,09	2,15	6,73	3.045.495,91
Urbanismo	5.591.000,00	6.319.712,46	2.852.549,26	2.852.549,26	1.079.313,50	1.079.313,50	10,52	17,08	5.240.398,96

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
**Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social**  
**Período de Referência: Janeiro/2012 a Fevereiro/2012**

CONSOLIDADO

RREO - Anexo II(LRF, Art. 52, inciso II,alinea 'c')

Planejamento e Orcamento	835.000,00	835.000,00	273.453,82	273.453,82	166.491,20	166.491,20	1,62	19,94	Pag: 52/74
Infra-estrutura Urbana	1.766.000,00	1.998.412,46	1.120.881,09	1.120.881,09	176.416,14	176.416,14	1,72	8,83	1.821.996,32
Servicos Urbanos	2.990.000,00	3.486.300,00	1.458.214,35	1.458.214,35	736.406,16	736.406,16	7,18	21,12	2.749.893,84
Habitacao	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Habitacao Urbana	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Saneamento	29.593.500,00	30.853.500,00	2.747.553,08	2.747.553,08	802.860,62	802.860,62	7,82	2,60	30.050.639,38
Saneamento Basico Urbano	29.593.500,00	30.853.500,00	2.747.553,08	2.747.553,08	802.860,62	802.860,62	7,82	2,60	30.050.639,38
Gestao Ambiental	104.000,00	104.000,00	17.571,31	17.571,31	17.571,31	17.571,31	0,17	16,90	86.428,69
Controle Ambiental	104.000,00	104.000,00	17.571,31	17.571,31	17.571,31	17.571,31	0,17	16,90	86.428,69
Agricultura	1.028.000,00	1.022.500,00	324.470,22	324.470,22	167.764,12	167.764,12	1,63	16,41	854.735,88
Extensao Rural	1.028.000,00	1.022.500,00	324.470,22	324.470,22	167.764,12	167.764,12	1,63	16,41	854.735,88
Industria	1.161.000,00	1.158.000,00	289.110,70	289.110,70	145.304,87	145.304,87	1,42	12,55	1.012.695,63
Promocao Industrial	1.161.000,00	1.158.000,00	289.110,70	289.110,70	145.304,87	145.304,87	1,42	12,55	1.012.695,63
Comercio e Servicos	980.000,00	990.000,00	221.241,91	221.241,91	25.168,00	25.168,00	0,25	2,54	964.832,00
Turismo	980.000,00	990.000,00	221.241,91	221.241,91	25.168,00	25.168,00	0,25	2,54	964.832,00
Transporte	11.970.000,00	13.912.000,00	6.096.226,43	6.096.226,43	322.572,17	322.572,17	3,14	2,32	13.589.427,88
Infra-estrutura Urbana	10.480.000,00	12.380.000,00	5.553.721,94	5.553.721,94	173.917,88	173.917,88	1,69	1,40	12.206.082,62
Transporte Rodoviario	1.490.000,00	1.532.000,00	542.504,49	542.504,49	148.654,79	148.654,79	1,45	9,70	1.383.345,21
Desporto e Lazer	1.794.000,00	1.794.000,00	1.037.020,52	1.037.020,52	94.275,66	94.275,66	0,92	5,26	1.699.724,34
Desporto Comunitario	800.000,00	800.000,00	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
Lazer	994.000,00	994.000,00	237.020,52	237.020,52	94.275,66	94.275,66	0,92	9,48	899.724,34
Encargos Especiais	2.659.500,00	2.659.500,00	357.454,45	357.454,45	213.870,70	213.870,70	2,08	8,04	2.445.629,30
Servico da Divida Interna	1.320.000,00	1.320.000,00	104.424,22	104.424,22	104.424,22	104.424,22	1,02	7,91	1.215.575,78
Transferencias	785.000,00	785.000,00	241.966,23	241.966,23	107.602,48	107.602,48	1,05	13,71	677.397,52
Outros Encargos Especiais	554.500,00	554.500,00	11.064,00	11.064,00	1.844,00	1.844,00	0,02	0,33	552.656,00
Reserva de Contingencia	428.500,00	428.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	428.500,00
Reserva de Contingencia	428.500,00	428.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	428.500,00
Reserva RPPS	3.250.000,00	3.250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.250.000,00

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada(a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar (a-b)
			Janeiro a Fevereiro	até Fevereiro	Janeiro a Fevereiro	até Fevereiro (b)	% b/to.b	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.920.000,00	4.986.711,98	1.009.120,86	1.009.120,86	778.315,74	778.315,74	7,58	15,61	4.208.396,24
Legislativa	70.000,00	70.000,00	6.695,00	6.695,00	6.695,00	6.695,00	0,07	9,56	63.305,00
Acao Legislativa	70.000,00	70.000,00	6.695,00	6.695,00	6.695,00	6.695,00	0,07	9,56	63.305,00
Administracao	550.000,00	550.000,00	175.778,88	175.778,88	81.469,54	81.469,54	0,79	14,81	468.530,46
Defesa do Interesse Publico no Processo Judic	9.000,00	9.000,00	637,40	637,40	637,40	637,40	0,01	7,08	8.362,60
Representacao Judicial e Extrajudicial	33.000,00	33.000,00	5.191,28	5.191,28	5.191,28	5.191,28	0,05	15,73	27.808,72
Administracao Geral	313.000,00	313.000,00	144.148,50	144.148,50	49.839,66	49.839,66	0,49	15,92	263.160,34
Administracao Financeira	160.000,00	160.000,00	20.252,00	20.252,00	20.252,00	20.252,00	0,20	12,66	139.748,00
Normatizacao e Fiscalizacao	10.000,00	10.000,00	2.483,86	2.483,86	2.483,86	2.483,86	0,02	24,84	7.516,14
Formacao de Recursos Humanos	20.000,00	20.000,00	3.065,34	3.065,34	3.065,34	3.065,34	0,03	15,33	16.934,66

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
**Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social**  
**Período de Referência: Janeiro/2012 a Fevereiro/2012**

CONSOLIDADO

RREO - Anexo II(LRF, Art. 52, inciso II,alinea 'c')

Pag: 304

Comunicacao Social	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Seguranca Publica	5.000,00	5.000,00	1.400,00	1.400,00	286,40	286,40	0,00	5,73	4.713,60	4.713,60
Defesa Civil	5.000,00	5.000,00	1.400,00	1.400,00	286,40	286,40	0,00	5,73	4.713,60	4.713,60
Assistencia Social	81.000,00	81.000,00	16.024,06	16.024,06	15.724,06	15.724,06	0,15	19,41	65.275,94	65.275,94
Assistencia Comunitaria	81.000,00	81.000,00	16.024,06	16.024,06	15.724,06	15.724,06	0,15	19,41	65.275,94	65.275,94
Previdencia Social	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	80.000,00
Previdencia do Regime Estatutario	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	80.000,00
Saude	1.207.000,00	1.207.000,00	240.883,73	240.883,73	222.079,15	222.079,15	2,16	18,40	984.920,85	984.920,85
Administracao Geral	50.000,00	50.000,00	18.061,64	18.061,64	4.866,58	4.866,58	0,05	9,73	45.133,42	45.133,42
Normatizacao e Fiscalizacao	20.000,00	20.000,00	2.615,80	2.615,80	2.615,80	2.615,80	0,03	13,08	17.384,20	17.384,20
Atencao Basica	651.000,00	651.000,00	140.384,03	140.384,03	134.774,51	134.774,51	1,31	20,70	516.225,49	516.225,49
Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	391.000,00	391.000,00	64.136,26	64.136,26	64.136,26	64.136,26	0,63	16,40	326.863,74	326.863,74
Vigilancia Sanitaria	60.000,00	60.000,00	10.549,46	10.549,46	10.549,46	10.549,46	0,10	17,58	49.450,54	49.450,54
Vigilancia Epidemiologica	35.000,00	35.000,00	5.136,54	5.136,54	5.136,54	5.136,54	0,05	14,68	29.863,46	29.863,46
Trabalho	5.000,00	5.000,00	4.000,00	4.000,00	156,38	156,38	0,00	3,13	4.843,62	4.843,62
Fomento ao Trabalho	5.000,00	5.000,00	4.000,00	4.000,00	156,38	156,38	0,00	3,13	4.843,62	4.843,62
Educacao	1.848.000,00	1.902.511,98	373.100,58	373.100,58	299.741,86	299.741,86	2,92	15,76	1.602.770,62	1.602.770,62
Ensino Fundamental	853.000,00	883.000,00	160.071,42	160.071,42	131.537,94	131.537,94	1,28	14,90	751.462,06	751.462,06
Educacao Infantil	990.000,00	1.014.511,98	213.029,16	213.029,16	168.203,42	168.203,42	1,64	16,58	846.308,56	846.308,56
Educacao de Jovens e Adultos	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
Cultura	61.000,00	61.000,00	8.685,10	8.685,10	5.971,82	5.971,82	0,06	9,79	55.028,18	55.028,18
Patrimonio Historico, Artístico e Arqueologic	23.000,00	23.000,00	4.000,64	4.000,64	2.575,64	2.575,64	0,03	11,20	20.424,36	20.424,36
Difusao Cultural	38.000,00	38.000,00	4.684,46	4.684,46	3.396,18	3.396,18	0,03	8,94	34.603,82	34.603,82
Urbanismo	430.000,00	433.700,00	85.541,62	85.541,62	73.517,90	73.517,90	0,72	16,95	360.182,10	360.182,10
Planejamento e Orcamento	120.000,00	120.000,00	21.399,94	21.399,94	21.399,94	21.399,94	0,21	17,83	98.600,06	98.600,06
Servicos Urbanos	310.000,00	313.700,00	64.141,68	64.141,68	52.117,96	52.117,96	0,51	16,61	261.582,04	261.582,04
Habitacao	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
Habitacao Urbana	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
Saneamento	296.500,00	296.500,00	34.192,65	34.192,65	34.192,65	34.192,65	0,33	11,53	262.307,35	262.307,35
Saneamento Basico Urbano	296.500,00	296.500,00	34.192,65	34.192,65	34.192,65	34.192,65	0,33	11,53	262.307,35	262.307,35
Gestao Ambiental	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
Controle Ambiental	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
Agricultura	92.000,00	97.500,00	21.654,52	21.654,52	14.461,98	14.461,98	0,14	14,83	83.038,02	83.038,02
Extensao Rural	92.000,00	97.500,00	21.654,52	21.654,52	14.461,98	14.461,98	0,14	14,83	83.038,02	83.038,02
Industria	85.000,00	88.000,00	20.827,32	20.827,32	12.958,70	12.958,70	0,13	14,73	75.041,30	75.041,30
Promocao Industrial	85.000,00	88.000,00	20.827,32	20.827,32	12.958,70	12.958,70	0,13	14,73	75.041,30	75.041,30
Comercio e Servicos	12.000,00	12.000,00	1.613,08	1.613,08	1.613,08	1.613,08	0,02	13,44	10.386,92	10.386,92
Turismo	12.000,00	12.000,00	1.613,08	1.613,08	1.613,08	1.613,08	0,02	13,44	10.386,92	10.386,92
Transporte	53.000,00	53.000,00	10.071,56	10.071,56	6.445,02	6.445,02	0,06	12,16	46.554,98	46.554,98
Transporte Rodoviario	53.000,00	53.000,00	10.071,56	10.071,56	6.445,02	6.445,02	0,06	12,16	46.554,98	46.554,98
Desporto e Lazer	37.000,00	37.000,00	7.653,26	7.653,26	3.002,70	3.002,70	0,03	8,12	33.997,30	33.997,30
Lazer	37.000,00	37.000,00	7.653,26	7.653,26	3.002,70	3.002,70	0,03	8,12	33.997,30	33.997,30

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
**Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social**  
**Período de Referência: Janeiro/2012 a Fevereiro/2012**

CONSOLIDADO

RREO - Anexo II(LRF, Art. 52, inciso II,alinea 'c')

Encargos Especiais	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Pag: 4/4
Outros Encargos Especiais	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>118.700.000,00</b>	<b>123.671.551,67</b>	<b>27.782.921,25</b>	<b>27.782.921,25</b>	<b>10.261.633,00</b>	<b>10.261.633,00</b>	<b>100,00</b>	<b>8,30</b>	<b>113.409.918,58</b>	

Fonte:

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI  
SECRET. FAZEN. E ADM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Março/2011 a Fevereiro/2012**

LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III

CONSOLIDADO ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)
	Março /2011	Abril /2011	Maió /2011	Junho /2011	Julho /2011	Agosto /2011	Setembro /2011	Outubro /2011	Novembro /2011	Dezembro /2011	Janeiro /2012	Fevereiro /2012		
RECEITAS CORRENTES (I)	6.929.021,94	10.163.738,31	7.420.191,74	7.639.556,79	7.017.496,63	8.189.054,04	7.448.255,76	7.554.849,53	7.303.970,67	10.979.931,35	7.156.080,41	7.198.332,09	95.000.479,26	88.450.400,00
Receita Tributária	948.432,96	4.208.718,19	986.762,71	1.940.544,95	899.884,05	851.334,11	913.986,07	687.528,18	683.521,33	1.014.997,18	710.119,71	529.680,90	14.375.510,34	14.409.000,00
IPTU	347.302,97	3.105.417,78	259.297,94	160.303,43	141.418,88	152.737,36	125.314,53	25.295,39	30.864,34	60.251,82	17.856,27	629,74	4.426.690,41	4.750.000,00
ISS	319.771,72	438.007,77	369.189,62	396.009,47	303.335,66	382.256,53	384.309,34	351.127,11	395.112,34	448.100,92	412.719,09	276.830,82	4.476.770,19	4.330.000,00
ITBI	74.199,52	176.946,20	120.195,66	131.474,00	150.468,25	146.416,65	86.336,44	114.282,01	104.416,69	139.395,48	87.763,19	1.425.481,26	1.170.000,00	
IRRF	107.912,98	74.657,74	103.792,71	35.700,01	189.324,61	16.264,00	186.217,17	89.163,30	77.104,24	263.962,63	86.950,01	90.005,56	1.321.054,96	738.000,00
Outras Receitas Tributárias	99.245,77	413.688,70	134.286,78	1.217.058,04	115.336,65	153.659,57	131.808,59	107.660,41	76.023,72	103.286,33	99.007,17	74.451,79	2.725.513,52	3.421.000,00
Receita de Contribuições	294.239,68	191.831,70	356.657,07	101.531,77	436.830,02	141.386,32	442.828,71	278.555,81	237.266,49	513.359,38	186.987,12	333.579,02	3.515.053,09	3.360.000,00
Receita Patrimonial	575.233,36	379.128,65	633.309,25	282.161,28	431.486,82	1.624.234,94	469.957,53	694.684,45	716.103,72	515.269,75	782.727,03	846.426,96	7.950.723,74	4.384.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	79.292,58	26.978,50	8.805,25	15.191,80	44.794,60	30.053,19	7.797,90	19.481,30	22.002,45	2.190,38	1.400,00	15.777,20	273.765,15	220.000,00
Receita de Serviços	474.908,62	425.280,31	465.782,83	441.897,46	379.467,26	470.703,99	361.150,90	458.085,58	469.531,90	522.275,29	570.853,98	484.191,95	5.524.130,07	4.780.000,00
Transferências Correntes	4.320.238,49	4.654.644,63	4.590.437,72	4.610.183,85	4.557.561,47	4.671.373,90	4.981.233,94	4.902.706,27	4.895.226,53	5.881.104,70	4.713.055,90	4.741.219,88	57.518.987,28	57.144.000,00
Cota-Parte do FPM	813.969,70	1.078.914,25	1.238.367,78	1.117.714,16	950.812,39	980.780,00	782.987,66	1.029.182,00	1.087.370,18	1.939.150,22	1.149.295,31	1.390.247,27	13.558.790,92	14.500.000,00
Cota-Parte do ICMS	1.848.143,86	1.833.224,10	1.790.470,67	1.796.982,94	1.919.015,26	1.904.318,03	1.992.746,23	2.009.067,61	2.118.219,32	2.109.215,96	2.065.438,44	1.794.942,00	23.181.784,42	23.500.000,00
Cota-Parte do IPVA	280.772,54	271.933,72	319.875,96	301.616,42	298.370,37	320.770,38	313.720,78	280.399,57	217.190,77	125.684,15	134.677,40	220.338,70	3.085.350,76	3.200.000,00
Cota-Parte do ITR	72,97	508,75	21,41	236,06	51,24	223,44	1.203,70	2.622,11	222,58	133,23	20,69	112,78	5.428,56	10.000,00
Transferência da LC 87/1996	10.588,81	10.588,81	10.588,81	10.588,81	10.588,81	10.588,81	10.588,81	10.588,81	10.588,81	10.588,81	10.368,88	10.368,88	126.625,88	130.000,00
Transferência da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	754.350,99	794.109,30	811.899,38	792.882,00	774.424,36	788.466,77	812.371,57	852.370,80	848.153,99	878.780,68	911.988,82	849.344,38	9.869.144,04	9.300.000,00
Outras Transferências Correntes	12.340,02	665.365,70	419.213,71	590.163,46	604.299,04	666.226,47	1.067.615,19	718.475,37	613.480,88	817.551,65	441.265,35	475.865,86	7.691.862,70	6.504.000,00
Outras Receitas Correntes	236.676,25	277.156,33	378.436,91	248.045,68	267.472,41	399.967,59	271.300,71	513.807,94	280.318,25	2.530.734,67	190.936,67	247.456,18	5.842.309,59	4.153.400,00
DEDUÇÕES (II)	760.949,90	715.042,00	906.451,84	692.237,07	940.172,94	680.436,44	917.945,90	828.067,12	804.569,57	1.224.600,63	748.741,82	879.090,58	10.098.305,81	10.028.400,00
Contrib. pl Plano de Prev. do Servidor	157.472,72	61.250,03	221.037,66	39.706,16	290.300,62	15.843,34	284.074,66	145.393,50	102.119,32	386.274,87	66.344,71	181.413,34	1.951.240,93	1.560.000,00
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	7.123,99	7.123,99	7.123,99	0,00	7.123,99	14.251,98	7.127,99	7.127,99	7.127,99	16.324,78	7.127,99	7.551,32	95.146,00	100.000,00
Dedução de Rec. Formação do FUNDEB	596.353,19	646.657,98	678.290,19	652.530,91	642.748,33	650.341,12	626.743,25	675.545,63	695.322,26	822.000,98	675.269,12	690.115,92	8.051.918,88	8.368.400,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	6.168.072,04	9.448.696,31	6.513.739,90	6.947.319,72	6.077.323,69	7.508.617,60	6.530.309,86	6.726.782,41	6.499.401,10	9.755.330,72	6.407.338,59	6.319.241,51	84.902.173,45	78.422.000,00

Fonte:

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI  
SECRET. FAZEN. E ADM



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Fevereiro 2012/ Bimestre Janeiro-Fevereiro**

RREO - ANEXO VI (LRF, art. 53, inciso III)  
CONSOLIDADO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2011 (a)	Em 31/Dez/2011 (b)	Em 28/Fev/2012 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.983.165,83	1.983.165,83	1.898.933,23
DEDUÇÕES (II)	21.885.862,52	21.885.862,52	23.168.570,79
Disponibilidade de Caixa Bruto	23.248.731,07	23.248.731,07	24.077.152,49
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.362.868,55	1.362.868,55	908.581,70
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	(19.902.696,69)	(19.902.696,69)	(21.269.637,56)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA VI = (III + IV - V)	(19.902.696,69)	(19.902.696,69)	(21.269.637,56)

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Janeiro à Fevereiro (c-b)	até Fevereiro (c-a)
VALOR	(1.366.940,87)	(1.366.940,87)

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	(12.445.412,66)

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2011	Em 31/Dez/2011	Em 28/Fev/2012
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA(VII)	68.461.546,09	68.461.546,09	68.461.546,09
Passivo Atuarial	68.461.546,09	68.461.546,09	68.461.546,09
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	41.758.304,32	41.758.304,32	43.008.094,56
Disponibilidade de Caixa Bruta	119.009,86	119.009,86	14.103,51
Investimentos	41.639.294,46	41.639.294,46	42.993.991,05
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(IX) = (VII - VIII)	26.703.241,77	26.703.241,77	25.453.451,53
PASSIVOS RECONHECIDOS(X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	26.703.241,77	26.703.241,77	25.453.451,53

Fonte:

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI  
SECRET. FAZEN. E ADM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2012 a Fevereiro/2012**

RREO - ANEXO VII (LRF, art. 53, inciso III)  
CONSOLIDADO

RECEITAS FISCAIS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		Janeiro à Fevereiro	até Fevereiro 2012	até Fevereiro 2011
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>79.518.000,00</b>	<b>11.746.662,43</b>	<b>11.746.662,43</b>	<b>10.718.537,09</b>
Receita Tributária	14.409.000,00	1.239.800,61	1.239.800,61	1.127.157,34
IPTU	4.750.000,00	18.486,01	18.486,01	5.992,47
ISS	4.330.000,00	689.549,71	689.549,71	661.829,91
ITBI	1.170.000,00	181.350,36	181.350,36	150.758,81
IRRF	738.000,00	176.955,57	176.955,57	157.361,27
Outras Receitas Tributárias	3.421.000,00	173.458,96	173.458,96	151.214,88
Receita de Contribuição	7.040.000,00	899.595,13	899.595,13	843.156,06
Receita Previdenciária	4.660.000,00	576.125,70	576.125,70	551.581,43
Outras Contribuições	2.380.000,00	323.469,43	323.469,43	291.574,63
Receita Patrimonial Líquida	60.000,00	7.759,97	7.759,97	7.779,15
Receita Patrimonial	4.384.000,00	1.629.153,99	1.629.153,99	589.449,85
(-) Aplicações Financeiras	4.324.000,00	1.621.394,02	1.621.394,02	581.670,70
Transferências Correntes	48.775.600,00	8.088.890,74	8.088.890,74	7.505.177,00
FPM	11.600.000,00	2.031.634,10	2.031.634,10	1.923.343,14
ICMS	18.800.000,00	3.088.304,51	3.088.304,51	2.752.807,98
Convênios	200.000,00	44.799,37	44.799,37	42.753,68
Outras Transferências Correntes	18.175.600,00	2.924.152,76	2.924.152,76	2.786.272,20
Demais Receitas Correntes	9.233.400,00	1.510.615,98	1.510.615,98	1.235.267,54
Dívida Ativa	988.000,00	149.710,24	149.710,24	145.230,74
Diversas Receitas Correntes	8.245.400,00	1.360.905,74	1.360.905,74	1.090.036,80
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>34.858.000,00</b>	<b>268.082,98</b>	<b>268.082,98</b>	<b>664,56</b>
Operações de Crédito (III)	6.600.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	3.000,00	610,72	610,72	664,56
Alienação de Bens (V)	40.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	28.215.000,00	267.472,26	267.472,26	0,00
Convênios	28.215.000,00	267.472,26	267.472,26	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>28.215.000,00</b>	<b>267.472,26</b>	<b>267.472,26</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>107.733.000,00</b>	<b>12.014.134,69</b>	<b>12.014.134,69</b>	<b>10.718.537,09</b>

DESPESAS FISCAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		Janeiro à Fevereiro	até Fevereiro 2012	até Fevereiro 2011
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>71.097.491,21</b>	<b>9.910.678,77</b>	<b>9.910.678,77</b>	<b>7.290.492,27</b>
Pessoal e Encargos Sociais	40.209.752,94	6.485.138,01	6.485.138,01	5.033.597,16
Juros e Encargos da Dívida (IX)	320.000,00	20.191,62	20.191,62	29.061,36
Outras Despesas Correntes	30.567.738,27	3.405.349,14	3.405.349,14	2.227.833,75
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>70.777.491,21</b>	<b>9.890.487,15</b>	<b>9.890.487,15</b>	<b>7.261.430,91</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>48.895.560,46</b>	<b>350.954,32</b>	<b>350.954,32</b>	<b>559.991,69</b>
Investimentos	47.895.560,46	266.721,72	266.721,72	475.759,09
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.000.000,00	84.232,60	84.232,60	84.232,60
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>47.895.560,46</b>	<b>266.721,72</b>	<b>266.721,72</b>	<b>475.759,09</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>428.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESERVA DO RPPS (XVII)</b>	<b>3.250.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>122.351.551,67</b>	<b>10.157.208,87</b>	<b>10.157.208,87</b>	<b>7.737.190,00</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (VII - XVIII)</b>	<b>(14.618.551,67)</b>	<b>1.856.925,82</b>	<b>1.856.925,82</b>	<b>2.981.347,09</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>			<b>4.971.551,67</b>	

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	903.000,00
Fonte:	

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI  
SECRET. FAZEN. E ADM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2012 a Fevereiro/2012**

RREO - ANEXO IX (LRF, art. 53, inciso V)

CONSOLIDADO

Poder/Órgão	RP Processados					RP Não Processados				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2011				Em exercícios anteriores	Em 31/12/2011 <sup>1</sup>			
EXECUTIVO	421,90	505.899,53		455.555,94	50.765,49	2.166.552,81	7.702.041,94	75.971,80	3.069.272,08	6.723.350,87
Fumrebompom		1.891,26		183,02	1.708,24	6.175,56	34.055,42	28,00	1.465,48	38.737,50
Fumtur- Fundo Municipal de Turismo						1.800,00				1.800,00
Fundacao Cultural de Timbo - Fct		16.703,98		16.691,98	12,00	151.532,55	45.062,90	149,29	133.509,51	62.936,65
Fundacao Municipal de Esportes - Fme		16.220,66		15.783,48	437,18	616,14	253.878,88	508,11	42.064,60	211.922,31
Fundo de Atend. a Crianca e ao Adolescente						4.838,00				4.838,00
Fundo de Atend. a Crianca e ao Adolescente - Fia		99,00		99,00			11.151,28		7.925,28	3.226,00
Fundo Municipal de Assistencia Social - Fmas		32.434,06		9.419,58	23.014,48		222.756,69	121,74	9.948,84	212.686,11
Fundo Municipal de Saude		56.630,31		37.205,95	19.424,36	1.241.210,87	1.072.238,24	3.532,74	446.579,71	1.863.336,66
Fundo Municipal de Transito - Fumtran		18.470,12		17.602,76	867,36	5.936,80	126.116,55	2.904,53	85.395,77	43.753,05
Fundo Municipal de Turismo - Fumtur		1.002,74		1.002,74			268,57		243,57	25,00
Procuradoria Geral do Municipio		284,20		284,20			11.663,08	97,95	7.889,51	3.675,62
Secr. de Planejamento, Transito e Meio Ambiente		2.870,98		2.870,98			5.029,42	2.382,94	1.227,36	1.419,12
Secretaria da Articulação Política e Institucion		6.086,05		5.630,29	455,76		233.278,04	464,33	204.791,01	28.022,70
Secretaria da Fazenda e Administracao Municipal		7.741,40		7.416,40	325,00		227.355,10	565,10	158.065,19	68.724,81
Secretaria de Desenvolvimento Economico		11.394,59		11.192,68	201,91		26.163,23	345,50	5.957,90	19.859,83
Secretaria de Educacao	421,90	71.333,56		70.562,48	1.192,98	486.594,42	1.470.271,38	37.089,22	427.065,56	1.492.710,97
Secretaria de Obras e Servicos Urbanos		175.297,70		172.171,48	3.126,22	240.873,27	2.931.491,35	27.782,35	1.124.370,97	2.020.211,30
Servico Autonomo Municipal de Agua e Esgoto		87.438,92		87.438,92		26.975,20	1.031.261,86		412.771,82	645.465,24
LEGISLATIVO						28.247,79	199.137,19		105.652,97	121.732,01
Camara de Vereadores						28.247,79	199.137,19		105.652,97	121.732,01
INTRA-ORÇAMENTÁRIOS										
TOTAL	421,90	505.899,53		455.555,94	50.765,49	2.194.800,60	7.901.179,18	75.971,80	3.174.925,05	6.845.082,88

Fonte:

<sup>1</sup> Os restos a pagar não processados e liquidados no exercício de referência deverão permanecer demonstrados nas respectivas colunas de RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI  
SECRET. FAZEN. E ADM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2012 a Fevereiro/2012**

RREO - ANEXO XI (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)  
CONSOLIDADO

RECEITAS	Previsão Atualizada	RECEITAS REALIZADAS	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
		Até Fevereiro(b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	6.600.000,00		0,00 6.600.000,00

DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	DESPESAS EXECUTADAS		SALDO NÃO EXECUTADO (g) = (d)-(e+f)
		Liquidadas (e)	Insc. em Restos a Pagar Não Processados (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	48.895.560,45	350.954,32		48.544.606,14
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes		0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais Contribuintes por Instit.Financeiras		0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	48.895.560,45	350.954,32		48.544.606,14
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (I-II)	(42.295.560,46)		(350.954,32)	(41.944.606,14)

Fonte:

Notas:

<sup>1</sup> < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>

<sup>2</sup> Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI  
SECRET. FAZEN. E ADM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2012 a Fevereiro/2012**

RREO - ANEXO X (Lei nº 9.394/1996, art. 72)

CONSOLIDADO

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Janeiro à Fevereiro	até Fevereiro 2012 (b)	% (b/a)
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	12.258.100,00	12.258.100,00	1.220.536,68	1.220.536,68	9,96
1.1- Receita Result. do Imposto sobre a Propr. Predial e Territorial Urbana – IPTU	5.470.000,00	5.470.000,00	131.831,44	131.831,44	2,41
IPTU	4.750.000,00	4.750.000,00	18.486,01	18.486,01	0,39
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	160.000,00	160.000,00	1.579,35	1.579,35	0,99
Dívida Ativa do IPTU	500.000,00	500.000,00	67.109,30	67.109,30	13,42
Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encarg. da Dívida Ativa do IPTU	60.000,00	60.000,00	44.656,78	44.656,78	74,43
(-) Dedução da Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	1.177.000,00	1.177.000,00	181.350,36	181.350,36	15,41
ITBI	1.170.000,00	1.170.000,00	181.350,36	181.350,36	15,50
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do ITBI	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encarg. da Dívida Ativa do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
(-) Dedução da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	4.873.100,00	4.873.100,00	730.399,31	730.399,31	14,99
ISS	4.330.000,00	4.330.000,00	690.449,71	690.449,71	15,95
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	120.000,00	120.000,00	7.680,98	7.680,98	6,40
Dívida Ativa do ISS	380.100,00	380.100,00	16.077,07	16.077,07	4,23
Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encarg. da Dívida Ativa do ISS	43.000,00	43.000,00	17.091,55	17.091,55	39,75
(-) Dedução da Receita do ISS	0,00	0,00	900,00	900,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	738.000,00	738.000,00	176.955,57	176.955,57	23,98
IRRF	738.000,00	738.000,00	176.955,57	176.955,57	23,98
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encarg. da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Dedução da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	41.842.000,00	41.842.000,00	6.826.927,14	6.826.927,14	16,32
2.1- Cota-Parte FPM	14.500.000,00	14.500.000,00	2.539.542,58	2.539.542,58	17,51
Parcela Referente à CF, art. 159, I, Alínea b	14.500.000,00	14.500.000,00	2.539.542,58	2.539.542,58	17,51
Parcela Referente à CF, art. 159, I, Alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	23.500.000,00	23.500.000,00	3.860.380,44	3.860.380,44	16,43
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	130.000,00	130.000,00	20.737,78	20.737,78	15,95
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	502.000,00	502.000,00	51.116,77	51.116,77	10,18
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	133,47	133,47	1,33
2.6- Cota-Parte IPVA	3.200.000,00	3.200.000,00	355.016,10	355.016,10	11,09
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>54.100.100,00</b>	<b>54.100.100,00</b>	<b>8.047.463,82</b>	<b>8.047.463,82</b>	<b>14,88</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Janeiro à Fevereiro	até Fevereiro 2012 (b)	% (b/a)
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	1.237.000,00	1.237.000,00	227.549,80	227.549,80	18,40
5.1- Transferências do Salário-Educação	900.000,00	900.000,00	204.139,72	204.139,72	22,68
5.2- Outras Transferências do FNDE	337.000,00	337.000,00	234,50	234,50	0,07
5.3- Aplicação Financeiras dos Recursos FNDE	0,00	0,00	23.175,58	23.175,58	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	750.000,00	750.000,00	6.524,84	6.524,84	0,87
6.1- Transferências de convênios	750.000,00	750.000,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	6.524,84	6.524,84	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)</b>	<b>1.987.000,00</b>	<b>1.987.000,00</b>	<b>234.074,64</b>	<b>234.074,64</b>	<b>11,78</b>
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Janeiro à Fevereiro	até Fevereiro 2012 (b)	% (b/a)
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	8.368.400,00	8.368.400,00	1.365.385,04	1.365.385,04	16,32
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.900.000,00	2.900.000,00	507.908,48	507.908,48	17,51
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	4.700.000,00	4.700.000,00	772.075,93	772.075,93	16,43
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	26.000,00	26.000,00	4.147,54	4.147,54	15,95
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	100.400,00	100.400,00	10.223,33	10.223,33	10,18
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinado ao FUNDEB – (20% de 2.5)	2.000,00	2.000,00	26,68	26,68	1,33
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	640.000,00	640.000,00	71.003,08	71.003,08	11,09
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	9.340.000,00	9.340.000,00	1.767.121,97	1.767.121,97	18,92
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	9.300.000,00	9.300.000,00	1.761.334,20	1.761.334,20	18,94
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	40.000,00	40.000,00	5.787,77	5.787,77	14,47
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>931.600,00</b>	<b>931.600,00</b>	<b>395.949,16</b>	<b>395.949,16</b>	<b>42,50</b>
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

Continua (1/3)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2012 a Fevereiro/2012**

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			Janeiro à Fevereiro	até Fevereiro 2012 (e)	% (e/d)
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	9.340.000,00	9.394.511,98	1.358.998,68	1.358.998,68	14,47
13.1- Com Educação Infantil	5.870.000,00	5.894.511,98	846.864,15	846.864,15	14,37
13.2- Com Ensino Fundamental	3.470.000,00	3.500.000,00	512.134,53	512.134,53	14,63
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	9.340.000,00	9.394.511,98	1.358.998,68	1.358.998,68	14,47
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO			VALOR		
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERC. SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB			0,00		
17- DESP. CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANC. EXERC. ANTERIOR DO FUNDEB			54.511,98		
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB(16+17)			54.511,98		
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COMEDUC. INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13-18) / 11) x 100%			73,82		
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTES			VALOR		
20- RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NAO FORAM UTILIZADOS			54.511,98		
21- DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012			54.511,98		
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Janeiro à Fevereiro	até Fevereiro 2012 (b)	% (b/a)
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)1	13.525.025,00	13.525.025,00	2.011.865,95	2.011.865,95	14,88
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			Janeiro à Fevereiro	até Fevereiro 2012 (e)	% (e/d)
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	9.001.629,00	9.026.140,98	1.129.309,75	1.129.309,75	12,51
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.870.000,00	5.894.511,98	846.864,15	846.864,15	14,37
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.131.629,00	3.131.629,00	282.445,60	282.445,60	9,02
24- ENSINO FUNDAMENTAL	7.614.000,00	7.644.000,00	847.896,04	847.896,04	11,09
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.470.000,00	3.500.000,00	512.134,53	512.134,53	14,63
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.144.000,00	4.144.000,00	335.761,51	335.761,51	8,10
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	45.000,00	45.000,00	2.424,87	2.424,87	5,39
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	16.660.629,00	16.715.140,98	1.979.630,66	1.979.630,66	11,84
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL			VALOR		
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)			395.949,16		
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO			0,00		
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)			5.787,77		
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB			54.511,98		
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS			0,00		
35- RESTOS A PAGAR INSC. NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE REC. DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			0,00		
36- CANC., NO EXERC., DE RESTOS A PAGAR INSC. COM DISP. FINANC. DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)			37.089,22		
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES / ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)			493.338,13		
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE((23+24)-37)			1.483.867,66		
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38)/(3) x 100)%			18,44		

Continua (2/3)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2012 a Fevereiro/2012**

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			Janeiro à Fevereiro	até Fevereiro 2012 (e)	% (e/d)
40- DESP. COM APLIC. FINANC. OUTROS REC. IMPOST. VINC. AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM CONTRIB. SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	900.000,00	900.000,00	3.322,12	3.322,12	0,37
42- DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS REC. PARA FINANC. DO ENSINO	1.587.000,00	2.056.227,23	344.043,45	344.043,45	16,73
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	2.487.000,00	2.956.227,23	347.365,57	347.365,57	11,75
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	19.147.629,00	19.671.368,21	2.326.996,23	2.326.996,23	11,83
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	1.492.343,48		37.089,22		

  

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	VALOR	
	FUNDEB(h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB EM 31 DE DEZEMBRO DE <EXERCÍCIO ANTERIOR>	54.511,98	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE	1.761.334,20	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.135.035,76	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE	5.787,77	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO ATUAL	686.598,19	0,00

Fonte:

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI  
SECRET. FAZEN. E ADM

(3/3)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO**  
**DOS RECURSOS**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2012 a Fevereiro/2012**

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

CONSOLIDADO

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
RECEITAS DE CAPITAL	40.000,00	0,00	40.000,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	40.000,00	0,00	40.000,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	40.000,00	0,00	40.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>40.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>40.000,00</b>

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d - (e + f))
		Liquidadas (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
Despesas de Capital	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
Investimentos	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>40.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>40.000,00</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2011 (h)	2012 (i) = (Ib - (Ile + If))	SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

Fonte:

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI  
SECRET. FAZEN. E ADM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E DAS**  
**DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Fevereiro de 2012**

RREO - ANEXO XVI(ADCT. art. 77)

CONSOLIDADO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			até Fevereiro 2012 (b)	% (b/a)
RECEITA LÍQUIDA IMPOSTOS/TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS LEGAIS(I)	54.100.100,00	54.100.100,00	8.047.463,82	14,87
Impostos	10.988.000,00	10.988.000,00	1.066.341,65	9,70
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	1.270.100,00	1.270.100,00	154.195,03	12,14
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	41.842.000,00	41.842.000,00	6.826.927,14	16,31
Da União	14.640.000,00	14.640.000,00	2.560.413,83	17,48
Do Estado	27.202.000,00	27.202.000,00	4.266.513,31	15,68
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS(II)	27.585.000,00	27.585.000,00	567.043,39	2,05
Da União para o Município	3.210.000,00	3.210.000,00	399.024,85	12,43
Do Estado para o Município	860.000,00	860.000,00	137.009,77	15,93
Demais Municípios para o Município	0,00	0,00	0,00	0,00
Rend. Aplic. Financ. Vinculadas a Saúde	0,00	0,00	31.008,77	0,00
Outras Receitas do SUS	23.515.000,00	23.515.000,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	45.383.300,00	45.383.300,00	6.387.017,26	14,07
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	8.368.400,00	8.368.400,00	1.365.385,04	16,31
<b>TOTAL</b>	<b>118.700.000,00</b>	<b>118.700.000,00</b>	<b>13.636.139,43</b>	<b>11,48</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			até Fevereiro 2012 (d)	% (d/c)
DESPESAS COM SAÚDE	15.302.055,00	15.597.055,00	2.565.294,50	16,44
Pessoal e Encargos Sociais	11.180.000,00	11.180.000,00	2.020.801,70	18,07
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	4.122.055,00	4.417.055,00	544.492,80	12,32
DESPESAS DE CAPITAL	3.168.968,00	3.168.968,00	627,50	0,01
Investimentos	3.168.968,00	3.168.968,00	627,50	0,01
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (IV)</b>	<b>18.471.023,00</b>	<b>18.766.023,00</b>	<b>2.565.922,00</b>	<b>13,67</b>

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			até Fevereiro 2012 (e)	% (e/desp. saúde)
DESPESAS COM SAÚDE	18.471.023,00	18.766.023,00	2.565.922,00	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESA CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	27.585.000,00	27.585.000,00	567.043,39	22,09
Recursos de Transferência Sistema Único de Saúde-SUS	27.585.000,00	27.585.000,00	567.043,39	22,09
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE	0,00	0,00	0,00	0,00
FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹				
<b>TOTAL DESPESAS PRÓPRIAS C/ AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)</b>	<b>(9.113.977,00)</b>	<b>(8.818.977,00)</b>	<b>1.998.878,61</b>	<b>77,90</b>

Continua (1/2)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E DAS**  
**DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Fevereiro de 2012**

RREO - ANEXO XVI(ADCT. art. 77)

CONSOLIDADO

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2012 (VI)
RP DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	48.214,05	0,00

LIMITE CONSTITUCIONAL ((V-VI)/I)	%
PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS <sup>2</sup>	24,84

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			até Fevereiro 2012 (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	7.761.023,00	7.826.023,00	1.238.311,82	48,25
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.655.000,00	8.769.000,00	1.083.160,51	42,21
Suporte Profilático e Terapêutico	400.000,00	450.000,00	7.503,16	0,29
Vigilância Sanitária	465.000,00	497.000,00	64.612,96	2,51
Vigilância Epidemiológica	290.000,00	290.000,00	35.999,80	1,40
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	900.000,00	934.000,00	136.333,75	5,31
<b>TOTAL</b>	<b>18.471.023,00</b>	<b>18.766.023,00</b>	<b>2.565.922,00</b>	<b>100,00</b>

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício

2 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

Fonte:

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI  
SECRET. FAZEN. E ADM

(2/2)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2012 a Fevereiro/2012**

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)  
 CONSOLIDADO

ESPECIFICAÇÃO				SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2012				SALDO TOTAL (c) = (a + b)			
					Janeiro à Fevereiro		Até Fevereiro (b)					
TOTAL DE ATIVOS				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direitos Futuros				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativos Contabilizados na SPE				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contrapartida para Provisões de PPP				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DE PASSIVOS (I)				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Obrigações Não Relacionadas a Serviços				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contrapartida para Ativos da SPE				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Provisões de PPP				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
GARANTIAS DE PPP (II)				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PASSIVOS CONTINGENTES				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contraprestações Futuras				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Riscos Não Provisionados				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Passivos Contingentes				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ATIVOS CONTINGENTES				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços Futuros				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Ativos Contingentes				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS DE PPP		EXERCÍCIO ANTERIOR	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Do Ente Federado		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estatais Não-Dependentes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)		82.867.353,46	84.902.173,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI  
SECRET. FAZEN. E ADM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ**  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO**  
**ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2012 a Fevereiro/2012**

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

CONSOLID/

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Janeiro à Fevereiro		Até Fevereiro	
RECEITAS					
Previsão Inicial da Receita		117.700.000,00		117.700.000,00	
Previsão Atualizada da Receita		118.700.000,00		118.700.000,00	
Receitas Realizadas		13.636.139,43		13.636.139,43	
Déficit Orçamentário		0,00		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores		0,00		0,00	
DESPESAS					
Dotação Inicial		118.700.000,00		118.700.000,00	
Créditos Adicionais		4.971.551,67		4.971.551,67	
Dotação Atualizada		123.671.551,67		123.671.551,67	
Despesas Empenhadas		27.782.921,26		27.782.921,26	
Despesas Liquidadas		10.261.633,09		10.261.633,09	
Superávit Orçamentário		0,00		3.374.506,34	
DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Janeiro à Fevereiro		Até Fevereiro	
Despesas Empenhadas		27.782.921,26		27.782.921,26	
Despesas Liquidadas		10.261.633,09		10.261.633,09	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até Fevereiro	
Receita Corrente Líquida				84.902.173,45	
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Janeiro à Fevereiro		Até Fevereiro	
Regime Geral de Previdência Social		0,00		0,00	
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)		0,00		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00		0,00	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00		0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores		0,00		0,00	
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		1.903.899,12		1.903.899,12	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		655.208,88		655.208,88	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		1.248.690,24		1.248.690,24	
RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado Até Fevereiro (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal		(12.445.412,66)	(1.366.940,87)	10,98	
Resultado Primário		903.000,00	1.856.925,82	205,63	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Canc. Até Fevereiro	Pag. Até Fevereiro	Saldo a pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		506.321,43	0,00	455.555,94	50.765,49
Poder Executivo		506.321,43	0,00	455.555,94	50.765,49
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		10.095.979,73	75.971,80	3.174.925,05	6.845.082,88
Poder Executivo		9.868.594,75	75.971,80	3.069.272,08	6.723.350,87
Poder Legislativo		227.384,98	0,00	105.652,97	121.732,01
Poder Judiciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		10.602.301,16	75.971,80	3.630.480,99	6.895.848,37

Continua (1/2)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ**  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO**  
**ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2012 a Fevereiro/2012**

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

CONSOLIDA

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado até Fevereiro	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até Fevereiro	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	1.483.867,66	25%	18,44	
Mín. Anual de 60% do FUNDEB na Rem. do Magis. com Educ. Infan. e Ens. Fund.	604.486,70	60%	73,82	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL	Valor Apurado Até Fevereiro		Saldo Não Realizado	
Receita de Operação de Crédito	0,00		6.600.000,00	
Despesa de Capital Líquida	350.954,32		48.544.606,14	
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (IV)	5.195.799,06	5.891.984,86	6.508.416,83	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	3.358.795,10	5.016.607,20	10.256.768,95	0,00
Resultado Previdenciário (IV - V)	1.837.003,96	875.377,66	(3.748.352,12)	0,00
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DO RECURSOS	Valor Apurado até Fevereiro		Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00		40.000,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		40.000,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIDORES PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até Fevereiro	Limite Constitucional Anual		
		%Mínimo a Aplicar no Exer.	% Aplicado Até Fevereiro	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.998.878,61	15,00	24,84	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas / RCL(%)				

Fonte:

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI  
SECRET. FAZEN. E ADM

(2/2)

**INSTITUTO DE PREV. DOS SERV. PUBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2012 a Fevereiro/2012**

RREO - Anexo V(LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS CORRENTES	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Janeiro à Fevereiro	até Fevereiro 2012	até Fevereiro 2011
RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	4.750.000,00	4.750.000,00	1.575.531,47	1.575.531,47	636.351,18
RECEITAS CORRENTES	4.750.000,00	4.750.000,00	1.575.531,47	1.575.531,47	664.736,59
Receita de Contribuições dos Segurados	1.560.000,00	1.560.000,00	247.758,05	247.758,05	282.049,42
Pessoal Civil	1.560.000,00	1.560.000,00	247.758,05	247.758,05	282.049,42
Ativo	1.550.000,00	1.550.000,00	244.555,43	244.555,43	282.049,42
Inativo	5.000,00	5.000,00	3.202,62	3.202,62	0,00
Pensionista	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	3.080.000,00	3.080.000,00	1.313.051,92	1.313.051,92	368.178,93
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	3.080.000,00	3.080.000,00	1.313.051,92	1.313.051,92	368.178,93
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviço	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	110.000,00	110.000,00	14.721,50	14.721,50	14.508,24
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	100.000,00	100.000,00	14.689,31	14.689,31	13.818,89
Demais Receitas Correntes	10.000,00	10.000,00	32,19	32,19	689,35
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	28.385,41
RECEITA PREVIDENCIÁRIA - RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.100.000,00	3.100.000,00	328.367,65	328.367,65	269.532,01
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	7.850.000,00	7.850.000,00	1.903.899,12	1.903.899,12	905.883,19

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
DESP. PREVID. - RPPS (Exceto Intra-Orçamentária) (IV)	4.520.000,00	4.520.000,00	655.208,88	655.208,88	486.358,92
ADMINISTRAÇÃO	4.520.000,00	4.520.000,00	4.546,33	4.546,33	6.978,33
Despesas Correntes	4.520.000,00	4.520.000,00	4.546,33	4.546,33	6.978,33
Despesa Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	650.662,55	650.662,55	479.380,59
Pessoal Civil	0,00	0,00	650.662,55	650.662,55	479.380,59
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	610.512,02	610.512,02	409.823,92
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	40.150,53	40.150,53	69.556,67
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previd. de Aposent. do RPPS para o RGP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVID. - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	4.600.000,00	4.600.000,00	655.208,88	655.208,88	486.358,92
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	3.250.000,00	3.250.000,00	1.248.690,24	1.248.690,24	419.524,27

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Janeiro à Fevereiro	até Fevereiro 2012	até Fevereiro 2011
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua (1/2)



**INSTITUTO DE PREV. DOS SERV. PUBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2012 a Fevereiro/2012**

RREO - Anexo V(LRF, Art. 53, inciso II)

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	3.250.000,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	Janeiro/2012	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2012	2011
Caixa	0,00	0,00	0,00
Banco Conta Movimento	869.432,65	14.103,51	119.009,86
Investimentos	41.266.915,66	42.993.991,05	41.639.294,46
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RECEITAS CORRENTES (VIII)	3.100.000,00	3.100.000,00	328.367,65	328.367,65	269.532,01
Receita de Contribuições	3.100.000,00	3.100.000,00	328.367,65	328.367,65	269.532,01
Pessoal Civil	3.100.000,00	3.100.000,00	328.367,65	328.367,65	269.532,01
Ativo	3.100.000,00	3.100.000,00	328.367,65	328.367,65	269.532,01
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS(XI)=(VIII+IX-X)	3.100.000,00	3.100.000,00	328.367,65	328.367,65	269.532,01

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Previsão Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
ADMINISTRAÇÃO (XII)	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII)=(XII)	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: 024 025000

OSMAIR DE CASTILHO  
PRESIDENTE  
CPF: 351.053.489-15

WILMAR RAMOS WOJCIK  
Contador  
CPF: 133.837.529-68  
CRC: 14651/0-1

(2/2)

**INSTITUTO DE PREV. DOS SERV. PUBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA**  
**SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2011 a 2086**

RREO - ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
2011	5.024.653,49	3.289.983,77	1.734.669,72	1.734.669,72
2012	5.195.799,06	3.358.795,10	1.837.003,96	3.571.673,68
2013	5.387.276,40	3.489.522,43	1.897.753,97	5.469.427,65
2014	5.441.149,16	3.545.033,70	1.896.115,46	7.365.543,11
2015	5.495.560,65	3.628.794,48	1.866.766,17	9.232.309,28
2016	5.550.516,26	3.725.621,72	1.824.894,54	11.057.203,82
2017	5.606.021,42	3.903.984,55	1.702.036,87	12.759.240,69
2018	5.662.081,64	4.077.960,40	1.584.121,24	14.343.361,93
2019	5.718.702,45	4.217.517,57	1.501.184,88	15.844.546,81
2020	5.775.889,48	4.448.162,08	1.327.727,40	17.172.274,21
2021	5.833.648,37	4.599.144,11	1.234.504,26	18.406.778,47
2022	5.891.984,86	5.016.607,20	875.377,66	19.282.156,13
2023	5.950.904,70	5.310.882,78	640.021,92	19.922.178,05
2024	6.010.413,75	5.756.442,46	253.971,29	20.176.149,34
2025	6.070.517,89	6.027.409,40	43.108,49	20.219.257,83
2026	6.131.223,07	6.842.799,10	(711.576,03)	19.507.681,80
2027	6.192.535,30	7.309.788,71	(1.117.253,41)	18.390.428,39
2028	6.254.460,65	8.063.340,34	(1.808.879,69)	16.581.548,70
2029	6.317.005,26	8.656.970,74	(2.339.965,48)	14.241.583,22
2030	6.380.175,31	9.262.889,50	(2.882.714,19)	11.358.869,03
2031	6.443.977,06	9.710.296,93	(3.266.319,87)	8.092.549,16
2032	6.508.416,83	10.256.768,95	(3.748.352,12)	4.344.197,04
2033	6.573.501,00	10.935.638,28	(4.362.137,28)	(17.940,24)
2034	6.639.236,01	11.284.780,61	(4.645.544,60)	(4.663.484,84)
2035	6.705.628,37	11.768.211,80	(5.062.583,43)	(9.726.068,27)
2036	6.772.684,66	12.333.536,79	(5.560.852,13)	(15.286.920,40)
2037	6.840.411,50	12.979.900,18	(6.139.488,68)	(21.426.409,08)
2038	4.989.944,44	13.245.892,00	(8.255.947,56)	(29.682.356,64)
2039	5.039.843,88	13.510.355,01	(8.470.511,13)	(38.152.867,77)
2040	5.090.242,32	13.654.885,21	(8.564.642,89)	(46.717.510,66)
2041	5.141.144,74	13.867.324,04	(8.726.179,30)	(55.443.689,96)
2042	5.192.556,19	14.011.014,93	(8.818.458,74)	(64.262.148,70)
2043	5.244.481,75	14.001.294,49	(8.756.812,74)	(73.018.961,44)
2044	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2045	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2046	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2047	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2048	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2049	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2050	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2051	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2052	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2053	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2054	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2055	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2056	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2057	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2058	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2059	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2060	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2061	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)

1 Projeção atuarial elaborada em 16/03/2012 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS

2 Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

Valores

Fonte: 024 025000

**INSTITUTO DE PREV. DOS SERV. PUBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA**  
**SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2011 a 2086**

RREO - ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
2062	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2063	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2064	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2065	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2066	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2067	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2068	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2069	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2070	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2071	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2072	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2073	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2074	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2075	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2076	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2077	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2078	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2079	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2080	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2081	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2082	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2083	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2084	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2085	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)
2086	0,00	0,00	0,00	(73.018.961,44)

1 Projeção atuarial elaborada em 16/03/2012 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS

2 Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

Fonte: 024 025000

OSMAIR DE CASTILHO  
 PRESIDENTE  
 CPF: 351.053.489-15

WILMAR RAMOS WOJCIK  
 Contador  
 CPF: 133.837.529-68  
 CRC: 14651/0-1

**Editais No. 01, De 26 de Março DE 2012**

EDITAL No. 01, DE 26 DE MARÇO DE 2012

Pelo presente Edital, o Município de Timbó, consubstanciado nos fatos infra mencionados, ao final NOTIFICAR vossa senhoria acerca do seguinte: Considerando que o Tribunal de Contas da União entendeu que não há irregularidade em prorrogar indefinidamente contratos firmados sem licitação com base no art. 24, inc. X, bem como a necessidade de que sejam mantidas as atividades executadas junto ao imóvel objeto do Contrato Administrativo n. 2010/158 de propriedade de Vossa Senhoria, imprescindível se faz à subscrição de Termo Aditivo ao referido contrato de locação. Em razão do acima exposto, na data de 19/12/2011 foi encaminhado à Vossa Senhoria o 2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo 2010/158. Aludida minuta foi enviada para vosso escritório, situado à Avenida Getúlio Vargas n. 91, sala 10, Centro, sendo recebido pela Srta Vanessa Dalpiaz. Contudo, salientamos que até a presente data não acusamos o recebimento do termo aditivo devidamente assinado, permanecendo a contratação em situação irregular, fato que deverá ser sanado com a máxima urgência. Diante de todo o exposto, NOTIFICAMOS a Sociedade Hospitalar Benedito Timbó, através de seu representante legal, para que proceda a imediata devolução do 2º. Termo Aditivo, devidamente assinado, a fim de regularizar a situação apontada. Por fim, ressalta-se que a subscrição do Termo Aditivo se faz imprescindível à manutenção do pagamento dos valores pactuados a título de aluguel. Vale salientar que, em que pese a ausência de vossa assinatura nos Termos Aditivos, os pagamentos dos valores referentes ao aluguel estão sendo realizados nos moldes do Contrato Administrativo 2010/158, com atualização monetária pelo índice legalmente aplicável, eis que na ausência de assinatura ou qualquer manifestação formal por parte de Vossa Senhoria consideram-se aceitas as condições avençadas.

ELSON A. A. MARSON JUNIOR

Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social

**SAMAE****Portaria No SAMAE 492, De 08 de Março de 2012**

PORTARIA No SAMAE 492, DE 08 DE MARÇO DE 2012.

Exonera o Servidor Público Municipal, contratado temporariamente para o cargo de Operador de Máquina, a contar de 08 de Março do corrente.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 15, inciso V, da Lei Complementar nº. 212, de 21/12/2001, alterada pela Lei Complementar nº. 234, de 12/12/2002, e pelo art. 9º, § 1º, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

**RESOLVE:**

Art.1º EXONERAR o Servidor Público Municipal Marcio Cardoso, contratado temporariamente para o cargo de Operador de máquina, do Quadro dos Servidores Públicos do Samae, pela Portaria nº SAMAE 447, de 09/11/11, a contar de 08 de Março do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de Março de 2012; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

**Portaria No SAMAE- 491, de 08 de Março de 2012**

PORTARIA No SAMAE- 491, de 08 de Março de 2012.

Autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para o SAMAE.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 15, inciso V, da Lei Complementar nº. 212, de 21/12/2001, alterada pela Lei Complementar nº. 234, de 12/12/2002, e Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no art. 2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 2530, de 11/11/2011,

**RESOLVE:**

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

**AGENTE DE COLETA E SELEÇÃO DE LIXO**

Nome	CPF	PERÍODO
PAULO RICARDO DOS SANTOS	033.871.209-74	13.03.12 A 30.04.12
JULIETE CRISTOFOLINI	069.618.929-14	13.03.12 A 30.04.12
AMADO CASTANHA	515.331.389-15	08.03.12 A 30.04.12
FABIANE DARCI RODRIGUES	012.385.570-58	14.03.12 A 30.04.12

**PEDREIRO**

Nome	CPF	PERÍODO
MARCIO DE BORBA	750.709.879-68	12.03.12 A 30.04.12

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de Março de 2012; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

**Portaria No SAMAE- 493, de 12 de Março de 2012**

PORTARIA No SAMAE- 493, de 12 de Março de 2012.

Autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para o SAMAE.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 15, inciso V, da Lei Complementar nº. 212, de 21/12/2001, alterada pela Lei Complementar nº. 234, de 12/12/2002, e Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no art. 2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 2530, de 11/11/2011,

**RESOLVE:**

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

**AGENTE DE COLETA E SELEÇÃO DE LIXO**

Nome	CPF	PERÍODO
RAFAEL TEIXEIRA DA SILVA	005.704.589-51	15.03 A 30.04.12
SIMONE APARECIDA	080.042.239-23	15.03 A 30.04.12
EGON MAASS	684.189.229-15	21.03 A 30.04.12

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de Março de 2012; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente

### **Portaria Nº 495, De 20 de Março de 2012**

PORTARIA Nº 495, DE 20 DE MARÇO DE 2012

Designa Comissão Especial para coordenar todas as etapas, inclusive proceder ao julgamento de quaisquer recursos, do Concurso Público nº 02/2012, para preenchimento das vagas de emprego público, para a função de Agente de Coleta e Seleção de Lixo

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 15 da LC nº 212/2001, e alterações,

CONSIDERANDO-SE a criação do Quadro de Pessoal sob a forma de emprego público para atendimento do Programa de Coleta e Seleção de Lixo do Município de Timbó, pela Lei Complementar nº 409, de 16 de dezembro de 2011;

CONSIDERANDO-SE a abertura de concurso público para preenchimento das vagas de emprego público para a função de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, mediante Decreto n. 2.690/2012.  
DESIGNAR

- com base no art. 16 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, e art. 14 do Regulamento do Concurso Público - Decreto nº 249, de 21/09/2005, com alterações efetivadas pelo decreto nº 1021 de 14/01/2008, e Lei Complementar nº 409, de 16/11/2011, composta pelos seguintes servidores:

Nome	Cargo/Função
VANESSA LUCIA BAHR	AGENTE DE SERVIÇOS ADM
CARLA T. R. GEISLER	DIRETORA ADM/FIN
ANDERSON SPERBER	TECNICO EM SANEAMENTO

para, sob a presidência do primeiro, e sem ônus para a municipalidade, constituírem Comissão Especial para coordenar todas as etapas, inclusive proceder ao julgamento de quaisquer recursos, do Concurso Público nº 02/2012, para preenchimento das vagas de emprego público, do SAMAE.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de março de 2012; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente Do Samae

### **Portaria Nº SAMAE 490, de 08 de Março de 2012**

PORTARIA Nº SAMAE 490, de 08 de Março de 2012.

Concede Promoção por Qualificação a servidora LUCIANE ZENKE.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 212, de 21/12/2001, alterada pela Lei

Complementar nº. 234, de 12/12/2002, com base nos artigos 20 a 25 da Lei Complementar nº 137, de 02/07/1998 resolve:

Art. 1º CONCEDER PROMOÇÃO POR QUALIFICAÇÃO à servidora LUCIANE ZENKE, ocupante do cargo de Contadora, conforme demonstrativo abaixo:

PROCESSO RH 26/2012

REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR: 79

REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO: 80, a contar de 14 de Fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de Março de 2012; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente

### **Portaria Nº. SAMAE- 494, de 19 de Março de 2012**

PORTARIA nº. SAMAE- 494, de 19 de Março de 2012.

Concede exoneração a pedido a servidora abaixo contratada temporariamente para o cargo de AUXILIAR OPERACIONAL I, a contar da data abaixo mencionada.

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 15, inciso V, da LC nº 212/2001, e, alterações, e, pelo artigo 9, Inciso II, da Lei nº 2045, de 22 de Dezembro de 1993 e alterações; resolve:

Art. 1. CONCEDER EXONERAÇÃO a servidora JANETE APARECIDA COLARITES, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, o qual foi nomeada pela Portaria nº SAMAE 387, de 01 de Fevereiro de 2011, a contar de 19 de Março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, 19 de Março de 2012; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente

## Tunápolis

### PREFEITURA

### **Decreto Nº. 1.451/2012.**

DECRETO Nº. 1.451/2012.

Prorroga os efeitos do Decreto nº 1288/2010 e contém outras providências.

O Prefeito do Município de Tunápolis, no exercício das atribuições emanadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado para mais 2 (dois) anos os efeitos do Decreto nº 1288/2010 que homologa o resultado classificatório das provas do Concurso Público do Edital nº 003/2009.



Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente ato, correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, aos 26 de março de 2012.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado na presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em controladoria Interna

**Videira**

**PREFEITURA**

### **Concorrência Nº 02/2012 - PMV**

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 02/2012 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Concorrência para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM C.A.U.Q, NA RODOVIA VDR-070 TRECHO CETREVI A ANTA GORDA, COM ÁREA TOTAL DE INTERVENÇÃO DE 45.000 M², EXTENSÃO 5 KM, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO. As propostas e documentos serão recebidos até às 14:00h do dia 27 de Abril de 2012. O edital e seus anexos poderão ser obtidos ao custo de R\$ 30,00 (trinta reais) no Departamento de Licitações. Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, ou através dos telefones (49) 3566-9012/3566-9034, no horário das 8h às 11h45min e das 13h30min às 17h45min.

Videira, 26 de Março de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

### **Pregão Presencial 51/2012 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2012 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 51/2012 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, GABINETE, PLANEJAMENTO, JURÍDICO, TURISMO E CULTURA, INFRAESTRUTURA, FINANÇAS, AGRICULTURA, POLÍCIA MILITAR E BOMBEIROS. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 09:00 horas do dia 24 de Abril de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 09:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 22 de Março de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

### **Extrato de Contrato n. 0071/2012**

Extrato do Contrato n. 0071/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CARLA ZEMAR RAMSKI IURKEVICZ DAMBRÓS

CPF: 942.283.459-72

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA CLEUSA MEISTERLIM

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

### **Extrato de Contrato n. 0016/2012**

Extrato do Contrato n. 0016/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GISLAINE FERREIRA

CPF: 064.972.939-06

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA IVETE ZILDA GALLI

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

### **Extrato de Contrato n. 0022/2012**

Extrato do Contrato n. 0022/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROSANGELA MARIA MORESCO SONALHO

CPF: 944.537.649-87

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA KARINE CONCEIÇÃO DE SOUZA

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de maio de 2012

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

### **Extrato de Contrato n. 0066/2012**

Extrato do Contrato n. 0066/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MAYARA NATASCHA PADILHA

CPF: 056.923.659-28

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA JOCIANE KRZEWSKI JUBANSKI

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

**Extrato do Contrato n. 0068/2012**

Extrato do Contrato n. 0068/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: GORETI DAIANA CALIS TIL  
CPF: 063.490.189-31

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SIMONE LUIZA FRACANABIA  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

**Extrato do Contrato n. 0069/2012**

Extrato do Contrato n. 0069/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MARILENA CALZA  
CPF: 435.831.139-34

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ROSANA APARECIDA MAFI PRIGOL  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

**Extrato do Contrato n. 0072/2012**

Extrato do Contrato n. 0072/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: DIONATAN LINS THIBES  
CPF: 718.622.263-34

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA JANDIRA D'ÁVILA  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

**Extrato do Contrato n. 0073/2012**

Extrato do Contrato n. 0073/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MARISETE DIAS BORGES VIEIRA  
CPF: 004.679.159-03

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA IVANILDE DUTRA OGLIARI  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 06 de maio de 2012  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

**Extrato do Contrato n. 0098/2012**

Extrato do Contrato n. 0098/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: KELLY SERAFINI  
CPF: 080.855.829-37

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A FLÁVIA GONÇALVES DE MENESES ARALDI  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

**Extrato do Contrato n. 0108/2012**

Extrato do Contrato n. 0108/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JUCIMARA APARECIDA DE SOUZA BORGES  
CPF: 019.439.999-02

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA NILDA NELSI BECKEMBACH DOS SANTOS  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 14 de fevereiro de 2012  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

**Extrato do Contrato n. 0113/2012**

Extrato do Contrato n. 0113/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: VIVIANE MORAIS NUNES  
CPF: 893.433.879-20

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ELIANA MARIA NAVROSKI  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 16 de março de 2012  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

**Extrato do Contrato n. 0115/2012**

Extrato do Contrato n. 0115/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ADELAIDE ROSSI ZANON  
CPF: 074.024.099-45

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ELIANE APARECIDA WERNER  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 19 de março de 2012  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)



**Extrato do Contrato n. 0128/2012**

Extrato do Contrato n. 0128/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: GLACY DA SILVA FREITAS  
CPF: 017.182.959-01

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ANGELICA PEREIRA SCHULLER  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

**Extrato do Contrato n. 0129/2012**

Extrato do Contrato n. 0129/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ELIANE RUTE ANDRIN ALVES  
CPF: 008.553.959-74

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA DENIZE TRINDADE  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

**Extrato do Contrato n. 0140/2012**

Extrato do Contrato n. 0140/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: NEILA DO CARMO LEMOS  
CPF: 021.962.309-01

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA IRMA SALETE PEREIRA DOS SANTOS  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 30 de abril de 2012  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

**Extrato do Contrato n. 0141/2012**

Extrato do Contrato n. 0141/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: RITA SALETE HAFNER  
CPF: 732.670.829-00

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MÁRCIA BEATRIZ BUSS BALBINOT  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

**Extrato do Contrato n. 0167/2012**

Extrato do Contrato n. 0167/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: SIRLEI APARECIDA DAL LAGO CENCI  
CPF: 007.439.379-02

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ZAYRA MAIA DE PAULA WARAKOSKI DA ROSA  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012  
FUNÇÃO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.529,77 (Um mil, quinhentos e vinte e nove reais e setenta e sete centavos)

**Extrato do Contrato n. 0185/2012**

Extrato do Contrato n. 0185/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: EDNEIA ANA UNGARATTO  
CPF: 036.185.999-60

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA IVONE MARIA CATTANI ZARPELON  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012  
FUNÇÃO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.529,77 (Um mil, quinhentos e vinte e nove reais e setenta e sete centavos)

**Extrato do Contrato n. 0198/2012**

Extrato do Contrato n. 0198/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: GIOVANI TEREZINHA DOS SANTOS  
CPF: 987.549.209-49

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA CECÍLIA ADILES MEGIOLARO  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 16 de março de 2012  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

**Extrato do Contrato n. 0204/2012**

Extrato do Contrato n. 0204/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: GABRIELE BARAN  
CPF: 050.176.599-94

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO SERVIDOR DANIEL MAURICIO KUHN  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012  
FUNÇÃO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.529,77 (Um mil, quinhentos e vinte e nove reais e setenta e sete centavos)

**Extrato do Contrato n. 0245/2012**

Extrato do Contrato n. 0245/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: SAMANTA DE SOUZA BONATTO  
CPF: 030.340.189-32

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

**Extrato do Contrato n. 0315/2012**

Extrato do Contrato n. 0315/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: DIONATAN LINS THIBES  
CPF: 069.533.659-27

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: de 20 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012  
FUNÇÃO: TRABALHADOR BRAÇAL  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

**Extrato do Contrato n. 0315/2012**

Extrato do Contrato n. 0315/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: DIONATAN LINS THIBES  
CPF: 069.533.659-27

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: de 20 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012  
FUNÇÃO: TRABALHADOR BRAÇAL  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

**Extrato do Termo Aditivo n. 0039/12**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0039/2012

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0112/12

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: IDETE MARCHETTI  
CPF: 423.327.029-20

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir 21 de março de 2012.

**Edital de Convocação Nº 015/12**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015/12

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos aprovados abaixo relacionados para, no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação do presente Edital, comparecerem no Setor Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, à Rua Antônio Ferlin, nº 550, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem o emprego público para o qual foram nomeados, em razão de aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público nº 001/2011 e Conclusão com Aproveitamento no "Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada", conforme previsto na Lei Federal nº 11.350/2006:

	CONVOCADO	EMPREGO PÚBLICO	PORTARIA NOMEAÇÃO
1.	1. ALESSANDRO TIBES SILVEIRA	AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE	0228/12, DE 20/03/2012
2.	2. VANILDE APARECIDA CORDEIRO	AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE	0229/12, DE 20/03/2012
3.	3. MARCIA SIMONE GUZZI RIGO	AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE	0230/12, DE 20/03/2012

Os convocados deverão apresentar no Setor Administrativo da Secretaria Municipal da Saúde e Ação Social, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o emprego;
- Prova de aptidão física e mental para o exercício do emprego, mediante atestado fornecido por médico oficial;
- Declaração dos bens que constituem seu patrimônio;
- Declaração que a contratação no emprego não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;
- Comprovante que reside na área em que irá atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo;
- Certificado de conclusão, com aproveitamento, do curso introdutório de formação inicial e continuada;
- Cópia dos seguintes Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal: Carteira de identidade; Certificado de reservista, para candidatos do sexo masculino; CPF; Título de eleitor e comprovante de que votou na última eleição; Comprovar idade mínima de 18 anos; Outros documentos exigidos por Lei.

O não atendimento, à presente convocação, importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 20 de março de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**Anexo I - RREO**

Município de VIDEIRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>99.651.749,00</b>	<b>99.651.749,00</b>	<b>16.824.630,13</b>	<b>16,88</b>	<b>16.824.630,13</b>	<b>16,88</b>	<b>82.827.118,87</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>89.341.749,00</b>	<b>89.341.749,00</b>	<b>16.289.798,59</b>	<b>18,23</b>	<b>16.289.798,59</b>	<b>18,23</b>	<b>73.051.950,41</b>
RECEITA TRIBUTARIA	12.558.000,00	12.558.000,00	1.500.628,20	11,95	1.500.628,20	11,95	11.057.371,80
IMPOSTOS	10.810.000,00	10.810.000,00	1.300.919,63	12,03	1.300.919,63	12,03	9.509.080,37
TAXAS	1.663.000,00	1.663.000,00	163.082,80	9,81	163.082,80	9,81	1.499.917,20
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	85.000,00	85.000,00	36.625,77	43,09	36.625,77	43,09	48.374,23
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.588.500,00	3.588.500,00	504.239,46	14,05	504.239,46	14,05	3.084.260,54
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.938.500,00	2.938.500,00	323.348,36	11,00	323.348,36	11,00	2.615.151,64
Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic	650.000,00	650.000,00	180.891,10	27,83	180.891,10	27,83	469.108,90
RECEITA PATRIMONIAL	6.154.820,00	6.154.820,00	2.549.617,01	41,42	2.549.617,01	41,42	3.605.202,99
RECEITAS IMOBILIARIAS	87.320,00	87.320,00	12.843,00	14,71	12.843,00	14,71	74.477,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	5.992.500,00	5.992.500,00	2.474.430,84	41,29	2.474.430,84	41,29	3.518.069,16
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	60.000,00	60.000,00	60.857,75	101,43	60.857,75	101,43	-857,75
Outras Rec. Patrimoniais	15.000,00	15.000,00	1.485,42	9,90	1.485,42	9,90	13.514,58
RECEITA DE SERVIÇOS	1.033.000,00	1.033.000,00	46.525,29	4,50	46.525,29	4,50	986.474,71
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	63.184.929,00	63.184.929,00	11.333.267,24	17,94	11.333.267,24	17,94	51.851.661,76
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	63.109.929,00	63.109.929,00	11.323.337,64	17,94	11.323.337,64	17,94	51.786.591,36
Transf. de Instituições Privadas	3.000,00	3.000,00	50,80	1,69	50,80	1,69	2.949,20
Transf. de Conv.	72.000,00	72.000,00	9.878,80	13,72	9.878,80	13,72	62.121,20
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.822.500,00	2.822.500,00	355.521,39	12,60	355.521,39	12,60	2.466.978,61
Multas e Juros de Mora	1.180.500,00	1.180.500,00	135.508,37	11,48	135.508,37	11,48	1.044.991,63
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	742.500,00	742.500,00	68.246,15	9,19	68.246,15	9,19	674.253,85
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	629.800,00	629.800,00	120.853,78	19,19	120.853,78	19,19	508.946,22
RECEITAS DIVERSAS	269.700,00	269.700,00	30.913,09	11,46	30.913,09	11,46	238.786,91
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>10.310.000,00</b>	<b>10.310.000,00</b>	<b>534.831,54</b>	<b>5,19</b>	<b>534.831,54</b>	<b>5,19</b>	<b>9.775.168,46</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	9.500.000,00	9.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	9.500.000,00	9.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.500.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	150.000,00	150.000,00	24.630,12	16,42	24.630,12	16,42	125.369,88
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	610.000,00	610.000,00	510.201,42	83,64	510.201,42	83,64	99.798,58
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	610.000,00	610.000,00	88.909,21	14,58	88.909,21	14,58	521.090,79
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	421.292,21	0,00	421.292,21	0,00	-421.292,21
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>5.382.290,00</b>	<b>5.382.290,00</b>	<b>1.249.152,58</b>	<b>23,21</b>	<b>1.249.152,58</b>	<b>23,21</b>	<b>4.133.137,42</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>5.382.290,00</b>	<b>5.382.290,00</b>	<b>1.249.152,58</b>	<b>23,21</b>	<b>1.249.152,58</b>	<b>23,21</b>	<b>4.133.137,42</b>
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	311.290,00	311.290,00	35.732,34	11,48	35.732,34	11,48	275.557,66
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.071.000,00	5.071.000,00	1.213.420,24	23,93	1.213.420,24	23,93	3.857.579,76
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	311.290,00	311.290,00	35.732,34	11,48	35.732,34	11,48	275.557,66

Continua 1/3

Município de VIDEIRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>5.382.290,00</b>	<b>5.382.290,00</b>	<b>1.249.152,58</b>	<b>23,21</b>	<b>1.249.152,58</b>	<b>23,21</b>	<b>4.133.137,42</b>
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.071.000,00	5.071.000,00	1.213.420,24	23,93	1.213.420,24	23,93	3.857.579,76
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>105.034.039,00</b>	<b>105.034.039,00</b>	<b>18.073.782,71</b>	<b>17,21</b>	<b>18.073.782,71</b>	<b>17,21</b>	<b>86.960.256,29</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>105.034.039,00</b>	<b>105.034.039,00</b>	<b>18.073.782,71</b>	<b>17,21</b>	<b>18.073.782,71</b>	<b>17,21</b>	<b>86.960.256,29</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	105.034.039,00	105.034.039,00	18.073.782,71	17,21	18.073.782,71	17,21	86.960.256,29
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	4.167.985,99	—	—	526.327,59	—	—
Superávit Financeiro	—	4.167.985,99	—	—	526.327,59	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>100.515.039,00</b>	<b>10.184.950,78</b>	<b>110.699.989,78</b>	<b>20.825.514,47</b>	<b>20.825.514,47</b>	<b>9.985.517,17</b>	<b>9.985.517,17</b>	<b>9,02</b>	<b>100.714.472,61</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>67.185.239,00</b>	<b>2.460.925,36</b>	<b>69.646.164,36</b>	<b>18.823.792,42</b>	<b>18.823.792,42</b>	<b>9.589.833,40</b>	<b>9.589.833,40</b>	<b>13,77</b>	<b>60.056.330,96</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	37.442.720,00	1.960,46	37.444.680,46	7.636.038,48	7.636.038,48	5.285.093,09	5.285.093,09	14,11	32.159.587,37
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.496.980,00	0,00	1.496.980,00	698.662,52	698.662,52	698.662,52	698.662,52	46,67	798.317,48
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.245.539,00	2.458.964,90	30.704.503,90	10.489.091,42	10.489.091,42	3.606.077,79	3.606.077,79	11,74	27.098.426,11
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>25.979.300,00</b>	<b>7.824.025,42</b>	<b>33.803.325,42</b>	<b>2.001.722,05</b>	<b>2.001.722,05</b>	<b>395.683,77</b>	<b>395.683,77</b>	<b>1,17</b>	<b>33.407.641,65</b>
INVESTIMENTOS	24.179.300,00	7.824.025,42	32.003.325,42	1.801.688,24	1.801.688,24	195.649,96	195.649,96	0,61	31.807.675,46
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.800.000,00	0,00	1.800.000,00	200.033,81	200.033,81	200.033,81	200.033,81	11,11	1.599.966,19
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>7.250.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.250.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.250.500,00</b>
RESERVA DE CONTINGENCIA	100.000,00	-100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de VIDEIRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>4.519.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.519.000,00</b>	<b>779.198,31</b>	<b>779.198,31</b>	<b>779.198,31</b>	<b>779.198,31</b>	<b>17,24</b>	<b>3.739.801,69</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.519.000,00	0,00	4.519.000,00	779.198,31	779.198,31	779.198,31	779.198,31	17,24	3.739.801,69
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>105.034.039,00</b>	<b>10.184.950,78</b>	<b>115.218.989,78</b>	<b>21.604.712,78</b>	<b>21.604.712,78</b>	<b>10.764.715,48</b>	<b>10.764.715,48</b>	<b>9,34</b>	<b>104.454.274,30</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>105.034.039,00</b>	<b>10.184.950,78</b>	<b>115.218.989,78</b>	<b>21.604.712,78</b>	<b>21.604.712,78</b>	<b>10.764.715,48</b>	<b>10.764.715,48</b>	<b>9,34</b>	<b>104.454.274,30</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	7.309.067,23	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>105.034.039,00</b>	<b>10.184.950,78</b>	<b>115.218.989,78</b>	<b>21.604.712,78</b>	<b>21.604.712,78</b>	<b>10.764.715,48</b>	<b>18.073.782,71</b>	<b>9,34</b>	<b>104.454.274,30</b>

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 2.825.243,94

FONTE:

VIDEIRA, 23/03/2012

\_\_\_\_\_  
CRISTINA KLOCK  
Contadora CRC/SC 020534/O-0

\_\_\_\_\_  
ALEXANDRE GANASINI  
Secretario de Finanças

\_\_\_\_\_  
SANDRA BALDO  
Coord Sistema Controle Interno

\_\_\_\_\_  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

**Anexo II - RREO**

Município de VIDEIRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	100.515.039,00	110.699.989,78	20.825.514,47	20.825.514,47	9.985.517,17	9.985.517,17	92,76	9,02	100.714.472,61
Legislativa	1.180.000,00	1.180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.180.000,00
Ação Legislativa	1.180.000,00	1.180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.180.000,00
Administração	6.750.100,00	7.150.100,00	1.948.303,59	1.948.303,59	1.124.572,66	1.124.572,66	10,45	15,73	6.025.527,34
Planejamento e Orçamento	660.000,00	660.000,00	111.913,11	111.913,11	108.308,56	108.308,56	1,01	16,41	551.691,44
Administração Geral	5.520.100,00	5.920.100,00	1.761.974,21	1.761.974,21	944.854,11	944.854,11	8,78	15,96	4.975.245,89
Normatização e Fiscalização	570.000,00	570.000,00	74.416,27	74.416,27	71.409,99	71.409,99	0,66	12,53	498.590,01
Segurança Pública	457.000,00	457.000,00	35.338,90	35.338,90	7.358,82	7.358,82	0,07	1,61	449.641,18
Policiamento	457.000,00	457.000,00	35.338,90	35.338,90	7.358,82	7.358,82	0,07	1,61	449.641,18
Assistência Social	3.536.938,00	3.575.938,00	806.034,45	806.034,45	281.037,83	281.037,83	2,61	7,86	3.294.900,17
Assistência ao Idoso	197.082,00	197.082,00	98.261,80	98.261,80	11.000,00	11.000,00	0,10	5,58	186.082,00
Assistência ao Portador de Deficiência	74.550,00	74.550,00	74.050,00	74.050,00	8.726,00	8.726,00	0,08	11,70	65.824,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.245.237,00	2.284.237,00	445.943,12	445.943,12	221.920,41	221.920,41	2,06	9,72	2.062.316,59
Assistência Comunitária	1.020.069,00	1.020.069,00	187.779,53	187.779,53	39.391,42	39.391,42	0,37	3,86	980.677,58
Previdência Social	4.386.000,00	4.386.000,00	723.522,35	723.522,35	672.858,29	672.858,29	6,25	15,34	3.713.141,71
Previdência do Regime Estatutário	4.386.000,00	4.386.000,00	723.522,35	723.522,35	672.858,29	672.858,29	6,25	15,34	3.713.141,71
Saúde	12.748.941,00	15.489.941,00	6.096.592,96	6.096.592,96	1.783.342,25	1.783.342,25	16,57	11,51	13.706.598,75
Atenção Básica	3.668.031,00	5.698.031,00	1.634.655,64	1.634.655,64	554.715,37	554.715,37	5,15	9,74	5.143.315,63
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.402.450,00	9.113.450,00	4.286.898,43	4.286.898,43	1.162.223,55	1.162.223,55	10,80	12,75	7.951.226,45
Vigilância Sanitária	353.460,00	353.460,00	94.962,78	94.962,78	48.744,42	48.744,42	0,45	13,79	304.715,58
Vigilância Epidemiológica	325.000,00	325.000,00	80.076,11	80.076,11	17.658,91	17.658,91	0,16	5,43	307.341,09
Educação	22.307.200,00	24.136.832,78	4.672.932,69	4.672.932,69	2.087.450,82	2.087.450,82	19,39	8,65	22.049.381,96
Administração Geral	1.339.000,00	1.339.000,00	241.992,07	241.992,07	202.114,26	202.114,26	1,88	15,09	1.136.885,74
Alimentação e Nutrição	361.200,00	573.764,90	13.782,50	13.782,50	40,00	40,00	0,00	0,01	573.724,90
Ensino Fundamental	8.360.500,00	8.911.860,46	1.803.205,52	1.803.205,52	634.384,54	634.384,54	5,89	7,12	8.277.475,92
Ensino Médio	81.000,00	81.000,00	1.242,78	1.242,78	118,64	118,64	0,00	0,15	80.881,36
Ensino Superior	690.000,00	690.000,00	330.000,00	330.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	690.000,00
Educação Infantil	11.475.500,00	12.541.207,42	2.282.709,82	2.282.709,82	1.250.793,38	1.250.793,38	11,62	9,97	11.290.414,04
Cultura	287.000,00	287.000,00	41.752,10	41.752,10	33.400,17	33.400,17	0,31	11,64	253.599,83
Difusão Cultural	287.000,00	287.000,00	41.752,10	41.752,10	33.400,17	33.400,17	0,31	11,64	253.599,83
Urbanismo	24.765.000,00	25.375.318,00	3.148.750,99	3.148.750,99	1.362.159,36	1.362.159,36	12,65	5,37	24.013.158,64
Infra-estrutura Urbana	17.730.100,00	17.832.656,33	1.256.242,41	1.256.242,41	972.185,12	972.185,12	9,03	5,45	16.860.471,21
Serviços Urbanos	7.034.900,00	7.542.661,67	1.892.508,58	1.892.508,58	389.974,24	389.974,24	3,62	5,17	7.152.687,43
Habitação	340.000,00	340.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340.000,00
Habitação Urbana	340.000,00	340.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340.000,00

Continua 1/3

Município de VIDEIRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	100.515.039,00	110.699.989,78	20.825.514,47	20.825.514,47	9.985.517,17	9.985.517,17	92,76	9,02	100.714.472,61
Saneamento	550.000,00	550.000,00	20.401,28	20.401,28	15.241,28	15.241,28	0,14	2,77	534.758,72
Saneamento Básico Urbano	550.000,00	550.000,00	20.401,28	20.401,28	15.241,28	15.241,28	0,14	2,77	534.758,72
Agricultura	5.307.000,00	5.307.000,00	484.193,28	484.193,28	378.976,28	378.976,28	3,52	7,14	4.928.023,72
Abastecimento	5.307.000,00	5.307.000,00	484.193,28	484.193,28	378.976,28	378.976,28	3,52	7,14	4.928.023,72
Indústria	100.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Promoção Industrial	100.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Comércio e Serviços	1.110.000,00	1.110.000,00	501.993,17	501.993,17	280.437,39	280.437,39	2,61	25,26	829.562,61
Turismo	1.110.000,00	1.110.000,00	501.993,17	501.993,17	280.437,39	280.437,39	2,61	25,26	829.562,61
Transportes	910.000,00	4.910.000,00	125.156,22	125.156,22	97.526,00	97.526,00	0,91	1,99	4.812.474,00
Transporte Rodoviário	900.000,00	4.900.000,00	125.156,22	125.156,22	97.526,00	97.526,00	0,91	1,99	4.802.474,00
Outros Encargos Especiais	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Desporto e Lazer	1.284.090,00	1.494.090,00	419.523,15	419.523,15	201.401,90	201.401,90	1,87	13,48	1.292.688,10
Desporto Comunitário	1.284.090,00	1.494.090,00	419.523,15	419.523,15	201.401,90	201.401,90	1,87	13,48	1.292.688,10
Encargos Especiais	7.245.270,00	7.200.270,00	1.801.019,34	1.801.019,34	1.659.754,12	1.659.754,12	15,42	23,05	5.540.515,88
Outras Transferências	300.000,00	300.000,00	134.000,00	134.000,00	31.500,00	31.500,00	0,29	10,50	268.500,00
Outros Encargos Especiais	6.945.270,00	6.900.270,00	1.667.019,34	1.667.019,34	1.628.254,12	1.628.254,12	15,13	23,60	5.272.015,88
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.250.500,00	7.250.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.250.500,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	4.519.000,00	4.519.000,00	779.198,31	779.198,31	779.198,31	779.198,31	7,24	17,24	3.739.801,69
Legislativa	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00
Ação Legislativa	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00
Administração	502.000,00	502.000,00	92.729,22	92.729,22	92.729,22	92.729,22	0,86	18,47	409.270,78
Planejamento e Orçamento	55.000,00	55.000,00	10.029,49	10.029,49	10.029,49	10.029,49	0,09	18,24	44.970,51
Administração Geral	387.000,00	387.000,00	73.630,17	73.630,17	73.630,17	73.630,17	0,68	19,03	313.369,83
Normatização e Fiscalização	60.000,00	60.000,00	9.069,56	9.069,56	9.069,56	9.069,56	0,08	15,12	50.930,44
Assistência Social	117.000,00	117.000,00	20.674,35	20.674,35	20.674,35	20.674,35	0,19	17,67	96.325,65
Assistência à Criança e ao Adolescente	117.000,00	117.000,00	20.674,35	20.674,35	20.674,35	20.674,35	0,19	17,67	96.325,65
Saúde	500.000,00	500.000,00	99.916,63	99.916,63	99.916,63	99.916,63	0,93	19,98	400.083,37
Atenção Básica	85.000,00	85.000,00	14.888,23	14.888,23	14.888,23	14.888,23	0,14	17,52	70.111,77
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	385.000,00	385.000,00	77.543,52	77.543,52	77.543,52	77.543,52	0,72	20,14	307.456,48
Vigilância Sanitária	16.000,00	16.000,00	6.100,43	6.100,43	6.100,43	6.100,43	0,06	38,13	9.899,57
Vigilância Epidemiológica	14.000,00	14.000,00	1.384,45	1.384,45	1.384,45	1.384,45	0,01	9,89	12.615,55
Educação	2.543.000,00	2.543.000,00	415.239,53	415.239,53	415.239,53	415.239,53	3,86	16,33	2.127.760,47
Administração Geral	163.000,00	163.000,00	27.173,86	27.173,86	27.173,86	27.173,86	0,25	16,67	135.826,14
Ensino Fundamental	1.052.000,00	1.052.000,00	167.380,08	167.380,08	167.380,08	167.380,08	1,55	15,91	884.619,92

Continua 2/3



Município de VIDEIRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	4.519.000,00	4.519.000,00	779.198,31	779.198,31	779.198,31	779.198,31	7,24	17,24	3.739.801,69
Educação	2.543.000,00	2.543.000,00	415.239,53	415.239,53	415.239,53	415.239,53	3,86	16,33	2.127.760,47
Educação Infantil	1.328.000,00	1.328.000,00	220.685,59	220.685,59	220.685,59	220.685,59	2,05	16,62	1.107.314,41
Urbanismo	590.000,00	590.000,00	101.252,80	101.252,80	101.252,80	101.252,80	0,94	17,16	488.747,20
Infra-estrutura Urbana	590.000,00	590.000,00	101.252,80	101.252,80	101.252,80	101.252,80	0,94	17,16	488.747,20
Agricultura	140.000,00	140.000,00	32.741,30	32.741,30	32.741,30	32.741,30	0,30	23,39	107.258,70
Abastecimento	140.000,00	140.000,00	32.741,30	32.741,30	32.741,30	32.741,30	0,30	23,39	107.258,70
Comércio e Serviços	25.000,00	25.000,00	4.860,08	4.860,08	4.860,08	4.860,08	0,05	19,44	20.139,92
Turismo	25.000,00	25.000,00	4.860,08	4.860,08	4.860,08	4.860,08	0,05	19,44	20.139,92
Desporto e Lazer	88.000,00	88.000,00	11.784,40	11.784,40	11.784,40	11.784,40	0,11	13,39	76.215,60
Desporto Comunitário	88.000,00	88.000,00	11.784,40	11.784,40	11.784,40	11.784,40	0,11	13,39	76.215,60
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>105.034.039,00</b>	<b>115.218.989,78</b>	<b>21.604.712,78</b>	<b>21.604.712,78</b>	<b>10.764.715,48</b>	<b>10.764.715,48</b>	<b>100,00</b>	<b>9,34</b>	<b>104.454.274,30</b>

FONTE:

VIDEIRA, 23/03/2012

CRISTINA KLOCK	ALEXANDRE GANASINI	SANDRA BALDO	WILMAR CARELLI
Contadora CRC/SC 020534/O-0	Secretário de Finanças	Coord Sistema Controle Interno	Prefeito Municipal

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

**Anexo X - RREO**

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	11.789.000,00	11.789.000,00	377.086,56	1.800.521,72	15,27
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.575.000,00	3.575.000,00	26.616,51	133.819,59	3,74
1.1.1- IPTU	2.960.000,00	2.960.000,00	0,00	1.919,49	0,06
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	35.000,00	35.000,00	0,00	363,86	1,04
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	340.000,00	340.000,00	15.568,48	80.729,43	23,74
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	240.000,00	240.000,00	11.048,03	51.040,54	21,27
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	(233,73)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.100.000,00	1.100.000,00	103.798,29	333.484,48	30,32
1.2.1- ITBI	1.100.000,00	1.100.000,00	105.402,01	335.088,20	30,46
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	(1.603,72)	(1.603,72)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	5.664.000,00	5.664.000,00	208.755,44	1.116.903,35	19,72
1.3.1- ISS	5.300.000,00	5.300.000,00	203.829,28	1.094.978,98	20,66
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	120.000,00	120.000,00	763,89	3.280,89	2,73
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	124.000,00	124.000,00	2.430,20	11.542,87	9,31
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	120.000,00	120.000,00	1.732,07	7.100,61	5,92
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.450.000,00	1.450.000,00	37.916,32	216.314,30	14,92
1.4.1- IRRF	1.450.000,00	1.450.000,00	37.916,32	216.314,30	14,92
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	55.365.000,00	55.365.000,00	3.084.930,80	12.817.639,73	23,15
2.1- Cota-Parte FPM	14.050.000,00	14.050.000,00	717.143,62	3.891.571,87	27,70
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	14.050.000,00	14.050.000,00	717.143,62	3.891.571,87	27,70
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	35.300.000,00	35.300.000,00	2.018.482,26	7.803.488,24	22,11
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	240.000,00	240.000,00	0,00	31.055,48	12,94
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	860.000,00	860.000,00	37.261,05	113.794,02	13,23
2.5- Cota-Parte ITR	15.000,00	15.000,00	14,11	246,20	1,64
2.6- Cota-Parte IPVA	4.900.000,00	4.900.000,00	312.029,76	977.483,92	19,95
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	67.154.000,00	67.154.000,00	3.462.017,36	14.618.161,45	21,77
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.450.000,00	1.450.000,00	0,00	316.939,90	21,86
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.400.000,00	1.400.000,00	0,00	295.293,44	21,09
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	50.000,00	50.000,00	0,00	21.646,46	43,29
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	708.700,00	708.700,00	4.799,21	28.485,68	4,02
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	2.158.700,00	2.158.700,00	4.799,21	345.425,58	16,00

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.810.000,00	2.810.000,00	143.428,70	778.314,27	27,70
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.810.000,00	2.810.000,00	143.428,70	778.314,27	27,70
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	13.500.000,00	13.500.000,00	1.008.684,82	3.600.419,28	26,67
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	13.500.000,00	13.500.000,00	1.008.684,82	3.600.419,28	26,67
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	10.690.000,00	10.690.000,00	865.256,12	2.822.105,01	26,40
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	8.184.000,00	8.735.360,46	5.126,89	1.215.567,79	13,92
13.1- Com Educação Infantil	2.873.000,00	2.873.000,00	2.037,13	552.718,14	19,24
13.2- Com Ensino Fundamental	5.311.000,00	5.862.360,46	3.089,76	662.849,65	11,31
14- OUTRAS DESPESAS	5.456.000,00	5.456.000,00	7.372,94	517.867,98	9,49
14.1- Com Educação Infantil	4.353.000,00	4.353.000,00	7.372,94	420.022,82	9,65
14.2- Com Ensino Fundamental	1.103.000,00	1.103.000,00	0,00	97.845,16	8,87
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	13.640.000,00	14.191.360,46	12.499,83	1.733.435,77	12,21
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					551.360,46
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					551.360,46
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					18,45
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				551.360,46	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 *				551.360,46	

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>2</sup>	16.788.500,00	16.788.500,00	865.504,34	3.654.540,36	21,77
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	7.226.000,00	7.226.000,00	9.410,07	972.740,96	13,46
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.226.000,00	7.226.000,00	9.410,07	972.740,96	13,46
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	6.414.000,00	6.965.360,46	3.089,76	760.694,81	10,92
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	6.414.000,00	6.965.360,46	3.089,76	760.694,81	10,92
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	13.640.000,00	14.191.360,46	12.499,83	1.733.435,77	12,21
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					2.822.105,01
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					551.360,46
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO <sup>4</sup>					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					3.373.465,47
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					-1.640.029,70
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					—

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.450.000,00	1.450.000,00	0,00	58,52	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	5.606.750,00	5.606.750,00	122.236,43	614.615,42	10,96
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	7.056.750,00	7.056.750,00	122.236,43	614.673,94	8,71
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	20.696.750,00	21.248.110,46	134.736,26	2.348.109,71	11,05
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	720.094,70	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.600.419,28	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.860.392,40	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	2.460.121,58	0,00

VIDEIRA, 23/03/2012

\_\_\_\_\_  
CRISTINA KLOCK  
Contadora CRC/SC 020534/O-0

\_\_\_\_\_  
ALEXANDRE GANASINI  
Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
SANDRA BALDO  
Coord Sistema Controle Interno

\_\_\_\_\_  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 551.360,46, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

# Consórcios

## CINCO

### Resolução n.011/2012

Resolução n. 011/2012

Divulga a relação de inscritos e o resultado da classificação do Edital de Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº. 0003, de 15 de março de 2012.

O Presidente do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, Sr. Nelmar Pinz, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CINCO, CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica divulgada a relação de inscritos e o resultado da classificação do Edital de Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº. 0003, de 15 de março de 2012, conforme Anexo I, parte integrante desta resolução.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Presidente do CINCO

Prefeito de Fraiburgo

RESOLUÇÃO N. 0011/2012

ANEXO I

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, Nº. 0003, DE 15 DE MARÇO DE 2012.

RELAÇÃO DE INSCRITOS E CLASSIFICAÇÃO

CÓDIGO/FUNÇÃO 1./ ASSISENTE ADMINISTRATIVO

Ordem de Classificação	Número Inscrição	Nome	Pontuação
01.	0002	Lucélia Fedrigo	28
02.	0003	Nádia de Lorenzi	6

CÓDIGO/FUNÇÃO 2./ CONTADOR

Ordem de Classificação	Número Inscrição	Nome	Pontuação
01.	0001	Luiz Fernando Raldi	32

Fraiburgo, 26 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Presidente do CINCO

Prefeito de Fraiburgo

## CITMAR

### Extrato de Termo de Cooperação Nº. 01/2012

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO Nº. 01/2012

Objeto: É objeto do presente Termo de Cooperação uma série de ações de promoção nos principais emissores de turistas em relação aos países do MERCOSUL e do BRASIL, buscando promover a divulgação da região dos municípios integrantes da AMFRI (Baleário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luís Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo), notadamente em ações de promoção e merchandising da marca COSTA VERDE E MAR como APOIO/PATROCÍNIO do evento 18ª edição da BNT MERCOSUL BRASIL, a ser realizada nos dias 25 e 26 de maio de 2012 no Complexo Beto Carrero World em Penha/SC, na conformidade dos itens das obrigações contratuais na cláusula oitava.

Valor de Repasse: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Cooperante: BNT Feiras e Congressos Ltda.

Vigência: 07/03/2012 a 26/05/2012.

Itajaí/SC, 07 de Março de 2012.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Executivo CITMAR

## QUIRIRI

### Contrato de Consórcio Público

CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI - CONSÓRCIO QUIRIRI

CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

Os Municípios de São Bento do Sul, Rio Negrinho, Campo Alegre e Corupá, de comum acordo, firmam o presente CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, visando integrar e constituir o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI - CONSÓRCIO QUIRIRI, a partir da adaptação do Consórcio Intermunicipal de Bacias Hidrográficas - Consórcio Ambiental Quiriri - CNPJ nº 02 375 463/0001-63, na forma da Lei nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto nº 6.017/07) e das demais disciplinas legais aplicáveis à matéria, tendo como justas e acordadas as seguintes cláusulas:

#### CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

Art. 1º - O Consórcio Público será denominado Consórcio Intermunicipal Quiriri - Consórcio Quiriri, e constitui-se sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, integrando, nos termos da lei, a administração indireta dos Entes consorciados.

§ 1º - O Consórcio adquiriu personalidade jurídica de direito público, na forma da Lei nº 11.107/05 e do seu regulamento, com a publicação e vigência das leis editadas pelos Entes consorciados para ratificação do Protocolo de Intenções, identificadas nos incisos do art. 7º deste Estatuto.

§ 2º - Ficam preservadas as situações jurídicas consolidadas sob a atuação do Consórcio Intermunicipal de Bacia Hidrográficas - Consórcio Ambiental Quiriri CNPJ nº 02 375 463/0001-63, de forma que o Consórcio Intermunicipal Quiriri - Consórcio Quiriri o sucederá de pleno direito, na forma do Protocolo de Intenções, das Leis que o ratificaram, do Contrato de Consórcio Público e deste Estatuto.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

2.1 - O consórcio público será doravante denominado Consórcio

Intermunicipal Quiriri - CONSÓRCIO QUIRIRI, e constitui-se sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, integrando, nos termos da lei, a administração indireta dos entes consorciados.

2.1.1 - O Consórcio Quiriri adquire personalidade jurídica de direito público mediante a vigência das leis de ratificação de pelo menos dois dos entes consorciados, na forma deste Protocolo de Intenções, da Lei nº 11.107/05 e do seu regulamento.

2.1.2 - Ficam preservadas as situações jurídicas consolidadas sob a atuação do Consórcio Intermunicipal de Bacias Hidrográficas - Consórcio Ambiental Quiriri - CNPJ nº 02.375.463/0001-63, na forma deste Protocolo de Intenções e das Leis que o ratificarem.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS FINALIDADES

3.1 - São finalidades do Consórcio Quiriri:

I - a representação do conjunto de Municípios que o integram em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

II - a gestão associada de serviços públicos ou de interesse público;

III - a prestação de serviços, inclusive de assistência técnica, a execução de obras e o fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos Municípios consorciados;

IV - o compartilhamento ou o uso em comum de instrumentos e equipamentos, inclusive de gestão, de manutenção, de informática, de pessoal técnico e de procedimentos de licitação e de admissão de pessoal;

V - a produção de informações ou de estudos técnicos;

VI - a promoção do uso racional dos recursos naturais e a proteção do meio-ambiente;

VII - o exercício de funções no sistema de gerenciamento de recursos hídricos e saneamento básico que lhe tenham sido delegadas ou autorizadas;

VIII - o apoio e o fomento do intercâmbio de experiências e de informações entre os entes consorciados;

IX - a gestão e a proteção de patrimônio urbanístico, paisagístico ou turístico comum;

X - o fornecimento de assistência técnica, extensão, treinamento, pesquisa e desenvolvimento urbano, rural e agrário;

XI - as ações e políticas de desenvolvimento urbano, sócio-econômico local e regional;

XII - o exercício de competências pertencentes aos entes da Federação nos termos de autorização ou delegação;

XIII - a aquisição ou administração de bens para uso compartilhado dos Municípios consorciados;

XIV - a realização de licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos Municípios consorciados;

XV - o desenvolvimento de planos, programas e projetos destinados à recuperação, preservação e melhoria das condições ambientais; e

XVI - poderá o Consórcio prestar serviços, dentro do âmbito de sua atuação, em relação a pessoas jurídicas de direito público não-consorciadas e pessoas jurídicas de direito privado, contudo, nesses casos, os serviços deverão ser oferecidos em condições de mercado, de modo que seu produto reverterá para o Consórcio Quiriri como um todo.

3.1.1 - Para cumprimento de suas finalidades, o Consórcio Quiriri poderá:

a) firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas;

b) ser contratado pela administração direta ou indireta dos Municípios consorciados, dispensada a licitação;

c) promover desapropriações ou instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social;

d) adquirir os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio.

3.2 - Os Municípios poderão se consorciar em relação a todas ou

apenas a parcela das finalidades objeto da instituição do Consórcio Quiriri.

3.3 - Mediante aprovação da Assembléia Geral, que fixará os valores dos respectivos preços públicos em similaridade de condições com o mercado, o Consórcio Quiriri poderá prestar serviços a outras pessoas jurídicas de direito público e privado, sendo que os recursos obtidos reverterão em prol do próprio Consórcio Quiriri.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE DURAÇÃO E DA SEDE

4.1 - O Consórcio Quiriri vigorará por prazo indeterminado.

4.1.1 - A alteração ou a extinção do contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembléia geral, estando autorizado, ou sendo ratificado, através de lei por todos os entes consorciados.

4.2 - O Consórcio Quiriri terá sede na Rua Felipe Schmidt, nº 331, Centro, CEP 89290-000, na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina.

4.2.1 - Os serviços administrativos, contábeis e jurídicos do Consórcio Público poderão ser realizados, a título de cooperação, pelos entes consorciados, por seus próprios meios e sem ônus para este.

4.2.2 - A Assembléia Geral do Consórcio, mediante decisão de 2/3 (dois terços) dos consorciados, poderá alterar a sede, dispensando-se, para este fim, a ratificação mediante lei por todos os entes consorciados.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA SUBSCRIÇÃO

5.1 - São subscritores do presente protocolo de intenções:

I - MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede na Rua Coronel Bueno Franco, 292, na cidade de Campo Alegre, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, VILMAR GROSSKOPF, brasileiro, casado, portador do CPF nº 710.630.309-78, domiciliado e residente na Rua Estrada Geral de Avenquinha, na comunidade de Fragosos na cidade de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina;

II - MUNICÍPIO DE CORUPÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 83102467/0001-70 sob nº /0001, com sede à Avenida Getúlio Vargas 443, na cidade de Corupá, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, LUIZ CARLOS TAMANINI, brasileiro, separado judicialmente, empresário, portador do CPF 381110559-00, domiciliado e residente na Rua Ano Bom 2145, na cidade de Corupá, Estado de Santa Catarina;

III - MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83102756/0001-79, com sede na Avenida Richard S. de Albuquerque, nº 200, na cidade de Rio Negrinho, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, OSNI JOSÉ SCHROEDER, brasileiro, casado, Engenheiro Civil e Advogado, portador do CPF nº 421429899-34, domiciliado e residente na Rua Pedro Simões de Oliveira, nº 1155, bairro Vila Nova, na cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

IV - MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 86.051.398/0001-001, com sede na Rua, Rua Jorge Lacerda 89280-175, nº 75, Centro, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, MAGNO BOLMANN, brasileiro, casado, Engenheiro Agrônomo, portador do CPF nº 019.658.839-15, domiciliado e residente na Rua, Augusto Wunderwald, nº 3043, bairro Brasília na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina.

5.1.1 - O Protocolo de Intenções, após sua ratificação por pelo menos dois dos Municípios que o subscrevem, converter-se-á no Contrato de Consórcio Público.

5.1.2 - Somente será considerado consorciado o ente da federação subscritor do protocolo de intenções que o ratificar por lei.

5.1.3 - Será automaticamente admitido no consórcio o ente da Federação que efetuar a ratificação em até 2 (dois) anos da sua assinatura.

5.1.4 - A ratificação realizada após 180 (cento e oitenta) dias da subscrição do protocolo de intenções dependerá de homologação



da Assembléia Geral do Consórcio Público.

5.2 - Consideram-se subscritores todos os Municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos Municípios mencionados nos incisos do item 5.1 (caput) desta cláusula, desde que o seu representante legal tenha firmado o presente protocolo de intenções.

5.3 - É facultado o ingresso de novos municípios participantes no Consórcio Público a qualquer momento, o que se fará com o pedido formal à Secretaria Executiva, a qual, submeterá à aprovação da Assembléia Geral e atendidos os requisitos legais e do estatuto do Consórcio Quiriri.

5.3.1 - Aprovado o consorciado, este providenciará a Lei Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções, a inclusão da dotação orçamentária para destinação de recursos financeiros ao Consórcio Quiriri, a subscrição do Contrato de Programa e a celebração do Contrato de Rateio.

5.4 - Na hipótese da lei de ratificação prever reservas para afastar ou condicionar a vigência de cláusulas, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções, o consorciamento do Município dependerá de que as reservas sejam aceitas pelos demais entes da Federação subscritores.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CONSÓRCIO

6.1 - A área de atuação do Consórcio Quiriri será a área correspondente à soma dos territórios dos Municípios consorciados.

6.2 - Em caso de interesse dos Municípios Consorciados, condicionado a aprovação da Assembléia Geral, o Consórcio poderá exercer atividades fora de sua área de atuação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

7.1 - Constituem direitos dos consorciados:

I - participar das Assembléias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;

II - votar e ser votado para os cargos de Presidente, de Vice-Presidente;

III - propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos Municípios e ao aprimoramento do Consórcio Quiriri;

IV - compor a Secretaria Executiva do Consórcio nas condições estabelecidas pelo Estatuto.

7.1.1 - Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo de Intenções ou no Contrato do Consórcio Público.

7.2 - Constituem deveres sociais:

I - cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no "Contrato de Rateio";

II - acatar as determinações da Assembléia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio, em especial ao que determina o "Contrato de Programa e o Contrato de Rateio";

III - cooperar para o desenvolvimento das atividades do Consórcio, bem como, contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;

IV - participar ativamente das reuniões e assembléias gerais do Consórcio.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO

8.1 - O Consórcio será organizado por estatuto cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas deste Protocolo de Intenções e do respectivo Contrato de Consórcio.

8.2 - O Consórcio Quiriri é composto dos seguintes órgãos:

I - Assembléia Geral;

II - Presidência;

III - Secretaria Executiva;

VI - Conselho Fiscal;

VII - Conselho de Regulação;

VIII - Conselho da Sociedade.

#### CLÁUSULA NONA - DA ASSEMBLÉIA GERAL

9.1 - A Assembléia Geral, instância máxima do Consórcio Quiriri, é órgão colegiado composto pelos Chefes dos Poderes Executivos de todos os entes consorciados.

9.1.1 No caso de impedimento ou ausência plenamente justificada do Chefe do Poder Executivo, este poderá delegar competência para representá-lo na Assembléia Geral, praticando todos os atos.

9.1.2 - Ninguém poderá representar dois consorciados na mesma Assembléia Geral.

9.2 - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente três vezes por ano, em datas a serem definidas, e, extraordinariamente, sempre que convocada, inclusive, neste último caso, para deliberar sobre a destituição do Secretário Executivo e/ou Presidente e sobre alteração estatutária.

9.2.1 - A forma de convocação das assembléias gerais ordinárias e extraordinárias será definida no estatuto.

9.3 - Cada consorciado terá direito a um voto na Assembléia Geral.

9.3.1 - O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade a servidores do Consórcio ou a ente consorciado.

9.3.2 - O Presidente do Consórcio Quiriri, salvo nas eleições, destituições e nas decisões que exijam quorum qualificado, votará apenas para desempatar.

9.4 - O estatuto deliberará sobre o número de presenças necessárias para a instalação da Assembléia e para que sejam válidas suas deliberações e, ainda, o número de votos necessários a apreciação de determinadas matérias.

9.5 - Compete à Assembléia Geral:

I - aprovar e homologar o ingresso no Consórcio de ente federativo que não tenha sido subscritor inicial do Protocolo de Intenções;

II - aplicar a pena de exclusão do Consórcio;

III - elaborar os estatutos do Consórcio e aprovar as suas alterações;

IV - eleger ou destituir o Presidente e o Vice-Presidente do Consórcio, cujos mandatos serão de 1 (um) ano, permitida a reeleição para um único período subsequente;

V - ratificar ou recusar a nomeação ou destituir os demais membros da Secretaria;

VI - aprovar e/ou alterar:

a) orçamento plurianual de investimentos;

b) programa anual de trabalho;

c) o orçamento anual do Consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio;

VII - aprovar:

a) a realização de operações de crédito;

b) a fixação, a revisão e o reajuste de tarifas e outros preços públicos, bem como de outros valores devidos ao Consórcio pelos consorciados;

c) a alienação e a oneração de bens do Consórcio ou daqueles que, nos termos de contrato de programa, lhe tenham sido outorgados os direitos de exploração;

VIII - homologar as decisões do Conselho Fiscal;

IX - aceitar a cessão de servidores por ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio;

X - aprovar planos e regulamentos dos serviços públicos;

XI - aprovar a celebração de contratos de programa;

XII - apreciar e sugerir medidas sobre:

a) a melhoria dos serviços prestados pelo Consórcio;

b) o aperfeiçoamento das relações do Consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.

9.5.1 - Somente será aceita a cessão de servidores com ônus para o Consórcio mediante decisão unânime da Assembléia Geral, presentes pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros consorciados. No caso de o ônus da cessão ficar com o consorciado, exigir-se-á, para a aprovação, 2/3 (dois terços) dos votos.

9.5.2 - As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelos estatutos.

9.5.3 - O mandato do Presidente e/ou do Vice-Presidente cessará



automaticamente no caso de o eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do ente consorciado que representa na Assembléia Geral, hipótese em que será sucedido por quem preencha essa condição.

9.6 - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos em Assembléia especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros trinta minutos. Somente será aceita a candidatura de Chefe de Poder Executivo de ente consorciado.

9.6.1 - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos mediante voto público e nominal.

9.6.2 - Será considerado eleito o candidato que obtiver ao menos 2/3 (dois terços) dos votos, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados.

9.6.3 - Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, cujos candidatos serão os dois candidatos mais votados para cada função. No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, excetuados os votos brancos.

9.6.4 - Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias, caso necessário prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente ou do Vice-Presidente em exercício.

9.7 - Proclamado eleito candidato a Presidente, a ele será dada a palavra para que nomeie o Secretário Executivo ou o confirme na função.

9.7.1 - Uma vez nomeado, o Presidente da Assembléia indagará, caso presente, se o indicado aceita a nomeação. Caso ausente, o Presidente eleito deverá comprovar o aceite por qualquer meio idôneo.

9.7.2 - Caso haja recusa do nomeado, será concedida a palavra para que o Presidente eleito apresente nova nomeação.

9.7.3 - Estabelecida nomeação válida, esta somente produzirá efeito caso aprovada por 3/5 (três quintos) dos votos, exigida a presença da maioria absoluta dos consorciados.

9.8 - Em Assembléia Geral especificamente convocada, poderá ser destituído o Presidente do Consórcio ou o Secretário Executivo, bastando ser apresentada moção de censura com apoio de pelo menos dois terços dos Consorciados.

9.8.1 - Em todas as convocações de Assembléia Geral deverá constar como item de pauta "apreciação de eventuais moções de censura".

9.8.2 - Apresentada moção de censura, as discussões serão interrompidas e será ela imediatamente apreciada, sobrestando -se os demais itens da pauta.

9.8.3 - A votação da moção de censura será efetuada após facultada a palavra, por quinze minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao Presidente ou ao Secretário que se pretenda destituir.

9.8.4 - Será considerada aprovada a moção de censura por 2/3 (dois terços) dos votos dos representantes presentes à Assembléia Geral, em votação pública e nominal.

9.8.5 - Caso aprovada moção de censura do Presidente do Consórcio, ele estará automaticamente destituído, procedendo -se, na mesma Assembléia, à eleição do Presidente para completar o período remanescente de mandato.

9.8.6 - Na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, o Vice-Presidente assumirá esta função até a próxima Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias.

9.8.7 - Aprovada moção de censura apresentada em face de Secretário Executivo, ele será automaticamente destituído, aguardando-se indicação do Presidente do Consórcio, para nomeação do novo Secretário que completará o prazo fixado para o exercício da função. A nomeação será incontinenti submetida à homologação.

9.8.8 - Rejeitada moção de censura, nenhuma outra poderá ser apreciada na mesma Assembléia e nos 60 (sessenta) dias seguintes.

9.9 - Será convocada Assembléia Geral específica para a elaboração e/ou alteração dos estatutos do Consórcio, por meio de

publicação e correspondência dirigida a todos os subscritores do presente documento.

9.9.1 - Confirmado o quorum de instalação, a Assembléia Geral, por maioria simples, elegerá o Presidente e o Secretário da Assembléia e, ato contínuo, aprovará resolução que estabeleça:

I - o texto do projeto de estatutos que norteará os trabalhos;

II - o prazo para apresentação de emendas e de destaques para votação em separado;

III - o número de votos necessários para aprovação de emendas ao projeto de estatutos.

9.9.2 - Sempre que recomendar o adiantado da hora, os trabalhos serão suspensos para recomeçarem em dia, horário e local, anunciados antes do término da sessão.

9.9.3 - Da nova sessão poderão comparecer os entes que tenham faltado à sessão anterior, bem como os que, no interregno entre uma e outra sessão, tenham também ratificado o Protocolo de Intenções.

9.9.4 - Os estatutos preverão as formalidades e quorum para a alteração de seus dispositivos.

9.9.5 - Os estatutos do Consórcio e suas alterações entrarão em vigor após publicação na imprensa oficial, na forma legal.

9.10 - Nas atas da Assembléia Geral serão registradas:

I - por meio de lista de presença, todos os entes federativos representados na Assembléia Geral;

II - de forma resumida, as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembléia Geral;

III - a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembléia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

9.10.1 - No caso de votação secreta, a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação.

9.10.2 - Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembléia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada por 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes e a ata deverá indicar expressa e nominalmente os representantes que votaram a favor e contra o sigilo.

9.10.3 - A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu o término dos trabalhos da Assembléia Geral.

9.11 - Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembléia Geral será, em até dez dias, publicada no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores - internet.

9.11.1 - Mediante o pagamento das despesas de reprodução, cópia autenticada da ata será fornecida para qualquer do povo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE

10.1 - Sem prejuízo do que preverem os estatutos do Consórcio Quiriri incumbe ao Presidente:

I - representar o consórcio judicial e extrajudicialmente;

II - ordenar as despesas do consórcio e responsabilizar -se pela sua prestação de contas;

III - convocar as reuniões da Secretaria Executiva;

IV - zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo estatuto a outro órgão do Consórcio;

V - promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio.

10.1.1 - Com exceção da competência prevista no inciso I, todas as demais poderão ser delegadas ao Secretário Executivo.

10.1.2 - Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Secretário Executivo poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

10.2 - Na ausência eventual ou impedimento temporário do Presidente, assumirá o Vice-Presidente.

10.3 - O substituto ou sucessor do Prefeito o substituirá na Presidência.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SECRETARIA EXECUTIVA**

11.1 - A Secretaria Executiva é composta por dois membros que exercerão funções, sendo um o Presidente do Consórcio e outro o Secretário Executivo.

11.1.1 - Não haverá percepção de remuneração ou quaisquer espécies de verba indenizatória por parte do Presidente. O Secretário Executivo perceberá a remuneração estabelecida para a função, acaso não perceba qualquer outro tipo de vencimentos ou subsídios de qualquer outro ente federado ou órgão do Poder Público.

11.1.2 - O termo de nomeação do Presidente e do Secretário Executivo e o procedimento para a respectiva posse serão fixados nos estatutos.

11.2 - Mediante proposta do Presidente do Consórcio, aprovada pelo Secretário Executivo, poderá haver redesignação interna de funções.

11.3 - As deliberações da Secretaria Executiva serão externadas na forma de Resolução.

11.4 - Além do previsto nos estatutos, compete à Secretaria Executiva:

I - julgar recursos relativos à:

a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;

b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;

c) aplicação de penalidades a servidores do consórcio;

II - autorizar que o Consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;

III - autorizar a dispensa ou exoneração de empregados e de servidores temporários;

IV - promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio.

11.5 - Para exercício da função de Secretário Executivo será exigida formação em nível superior.

11.6 - O secretário executivo será escolhido pelo Presidente do consórcio, através de uma lista tríplice aprovada pela Assembléia Geral.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CONSELHO FISCAL**

12.1 - O Conselho Fiscal é composto pelos presidentes das Câmaras Municipais de Vereadores dos entes consorciados.

12.1.1 - Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante moção de censura aprovada por 2/3 (dois terços) de votos da Assembléia Geral, exigida a presença de 3/5 de entes consorciados.

12.2 - A Assembléia Geral reunir-se-á mediante convocação para eleição da Presidência do Conselho Fiscal.

12.2.1 - Nos primeiros trinta minutos de reunião serão apresentadas as candidaturas à presidência do Conselho Fiscal.

12.2.2 - As candidaturas serão sempre pessoais.

12.2.3 - Poderá se candidatar à presidente do Conselho Fiscal qualquer presidente das Câmaras Municipais de Vereadores dos entes consorciados.

12.2.4 - A eleição do presidente do Conselho Fiscal realizar-se-á por meio de voto aberto sendo que cada eleitor somente poderá votar em um candidato, permitida a reeleição por um único período subsequente.

12.2.5 - O mandato do presidente do conselho fiscal será de um ano em período correspondente ao mandato do presidente do consórcio.

12.2.6 - Considera-se eleito o candidato com maior número de votos. Em caso de empate, será considerado eleito o candidato de maior idade.

12.3 - Além do previsto no estatuto, compete ao Conselho Fiscal exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do Consórcio, com o auxílio, no

que couber, do Tribunal de Contas.

12.3.1 - O disposto no item 11.3 não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada ente consorciado, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregou ou compromissou ao Consórcio.

12.4 - Os estatutos deliberarão sobre o funcionamento do Conselho Fiscal.

12.4.1 - As decisões do Conselho Fiscal serão submetidas à homologação da Assembléia Geral.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CONSELHO DE REGULAÇÃO**

13.1 - Verificada a efetiva demanda o consórcio poderá criar Conselhos de Regulação específicos, sendo estes órgãos de natureza consultiva, deliberativa, normativa e recursal, compostos pelos membros da Secretaria Executiva e pelo menos três representantes de usuários.

13.1.1 - Os representantes dos usuários serão eleitos em conferência, na conformidade do previsto nos estatutos.

13.1.2 - O Presidente do Conselho de Regulação será eleito dentre os representantes dos usuários.

13.1.3 - Aos conselheiros é proibido receber qualquer quantia do Consórcio, a que título for, com exceção daqueles que sejam seus empregados.

13.2 - O estatuto deliberará sobre o prazo de mandato, a forma de eleição dos representantes dos usuários e demais matérias atinentes à organização e funcionamento do Conselho de Regulação, assegurado a este o poder de elaborar o seu Regimento Interno.

13.3 - Além das previstas nos estatutos, compete ao Conselho de Regulação aprovar as propostas de Regulamento a serem submetidas à Assembléia Geral, bem como emitir parecer sobre as propostas de revisão e de reajuste de tarifas.

13.3.1 - São ineficazes as decisões da Assembléia Geral sobre as matérias mencionadas no Item 13.3 desta cláusula sem que haja a prévia manifestação do Conselho de Regulação.

13.4 - O Conselho de Regulação deliberará quando presentes 3/5 (três quintos) e suas decisões serão tomadas mediante voto de pelo menos metade mais um de seus membros.

13.4.1 - As reuniões do Conselho de Regulação serão convocadas pelo Presidente do Consórcio Quiriri.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CONSELHO DA SOCIEDADE**

14.1 - O Conselho da Sociedade, órgão de natureza consultiva, será composto pelos membros da Secretaria Executiva, e por três representantes de conselhos municipais de cada ente consorciado.

14.1.1 - O Consórcio Quiriri expedirá diretrizes e critérios para a indicação, por parte de cada município, de seus representantes no Conselho da Sociedade.

14.1.2 - Aos conselheiros é proibido receber qualquer quantia do Consórcio, a que título for, com exceção daqueles que sejam seus empregados.

14.1.3 - Os estatutos deliberarão sobre o prazo de mandato, a forma de eleição dos representantes e demais matérias atinentes à organização e funcionamento do Conselho da Sociedade, assegurado a este o poder de elaborar o seu Regimento Interno.

14.1.4 - As reuniões do Conselho da Sociedade serão convocadas pelo Secretário Executivo e/ou pelo Presidente do Consórcio Quiriri.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS HUMANOS**

15.1 - Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio Quiriri os contratados para ocupar os empregos públicos previstos em cláusula do presente documento, bem como, em havendo necessidade e interesse, pessoas físicas ou jurídicas contratadas conforme dispuser a lei.

15.1.1 - A participação do Conselho Fiscal, do Conselho de Regulação, do Conselho da Sociedade ou de outros órgãos diretivos que sejam criados pelos estatutos, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembléia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo

considerado trabalho público relevante.

15.1.2 - O Presidente não será remunerado e não poderá receber qualquer quantia do Consórcio Quiriri, em razão do exercício dessa função.

15.1.3 - O Secretário Executivo perceberá a remuneração estabelecida para a função acaso não perceba qualquer outro tipo de vencimentos ou subsídios de qualquer outro ente federado ou órgão do Poder Público.

15.2 - Os empregados públicos do Consórcio Quiriri são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social

15.2.1 - O regulamento aprovado pela Assembléia Geral deliberará sobre a estrutura administrativa do Consórcio e Plano de Empregos e Salários, obedecido ao disposto neste Protocolo de Intenções, tratando especialmente da descrição das funções, progressões, lotação, jornada de trabalho, regime disciplinar, denominação de seus empregos públicos e avaliação de desempenho.

15.2.2 - A dispensa de empregados públicos dependerá de autorização da Secretaria Executiva, observadas as demais formalidades legais.

15.2.3 - Os empregados do Consórcio Quiriri não poderão ser cedidos, inclusive para consorciados.

15.2.4 - Os entes da Federação consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder-lhe servidores, na forma e condições da legislação de cada um.

15.2.4.1 - Os servidores cedidos permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário, somente lhe sendo concedidos adicionais ou gratificações nos termos e valores estabelecidos pela Assembléia Geral.

15.2.4.2 - O pagamento de adicionais ou gratificações na forma prevista no item anterior, não configura vínculo novo do servidor cedido, inclusive para a apuração de responsabilidade trabalhista ou previdenciária.

15.2.4.3 - Na hipótese de o ente da Federação consorciado assumir o ônus da cessão do servidor, tais pagamentos poderão ser contabilizados com os créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no contrato de rateio.

15.3 - O quadro de pessoal do Consórcio Quiriri é composto pelos empregados públicos constantes no anexo próprio deste Protocolo de Intenções.

15.3.1 - Os empregos do Consórcio Quiriri serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exceto o de Secretário Executivo, que será de livre nomeação e exoneração.

15.3.2 - A remuneração dos empregos públicos é a definida no anexo próprio deste Protocolo de Intenções. Até o limite fixado no orçamento anual do Consórcio Quiriri a Secretaria Executiva poderá conceder revisão anual de remuneração.

15.3.3 - A Assembléia Geral poderá autorizar o pagamento de gratificação de função aos servidores cedidos ao Consórcio pelos entes da Federação que o compõe, estabelecendo seu valor monetário para fins de adequação a remuneração de mercado.

15.4 - Os editais de concurso público deverão ser subscritos pelo Presidente e pelo Secretário Executivo.

15.4.1 - Cópia do edital será entregue a todos os entes consorciados, para fins de conhecimento e divulgação.

15.4.2 - O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio que o Consórcio Quiriri mantiver na rede mundial de computadores - internet - bem como, na forma de extrato, será publicado na imprensa oficial.

15.4.3 - Nos quinze primeiros dias que decorrerem da publicação do extrato mencionado no parágrafo anterior, poderá ser apresentadas impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas em sete dias. A íntegra da impugnação e de sua decisão serão publicadas no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores - internet.

15.5 - Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na hipótese de substituição de empregado público afastado temporariamente de suas funções ou preenchimento de

emprego público vago, até o seu provimento efetivo por meio de concurso público.

15.5.1 - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado ou do emprego público vago, percebendo a remuneração para ele prevista.

15.6 - As contratações temporárias para empregos públicos vagos serão automaticamente extintas caso não haja o início de processo administrativo para realização de concurso público para preenchimento efetivo do emprego público nos cento e oitenta dias iniciais da contratação.

15.6.1 - As contratações temporárias terão prazo de até um ano.

15.6.2 - O prazo de contratação poderá ser prorrogado até atingir o prazo máximo total de dois anos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

16.1 - Sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade de quem lhe deu causa, todas as contratações diretas fundamentadas no disposto nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, observarão o disposto na legislação federal respectiva e serão instauradas por decisão do Secretário Executivo e/ou do Presidente.

16.2 - Todas as licitações terão publicidade nos casos e formas previstos na legislação federal respectiva.

16.3 - Sob pena de nulidade do contrato e de responsabilidade de quem deu causa à contratação, as licitações observarão estritamente os procedimentos estabelecidos na legislação federal respectiva, sendo instauradas pelo Secretário Executivo e/ou pelo Presidente, podendo haver delegação, ainda, ao Presidente da Comissão de Licitação, sendo que o Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, por maioria de dois terços de seus membros, poderá determinar que o procedimento licitatório tenha o seu trâmite suspenso, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

16.4 - Todos os contratos serão publicados conforme dispuser a legislação federal respectiva.

16.5 - Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo Consórcio.

16.6 - O Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, por maioria de dois terços de seus membros, poderá determinar que a execução do contrato seja suspensão, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO PATRIMÔNIO

17.1 - O patrimônio do Consórcio Quiriri será constituído:

I - pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II - pelos bens e direitos que lhe forem transferidos por entidades públicas ou privadas.

17.2 - A Alienação dos Bens Imóveis que integram o patrimônio do Consórcio será submetida à apreciação da Assembléia Geral, que a aprovará pelo voto de 2/3 (dois terços) dos prefeitos dos municípios consorciados presentes na Assembléia Geral convocada para este fim.

17.2.1 - A Alienação de Bens Móveis dependerão de aprovação da Assembléia Geral.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

18.1 - A execução das receitas e das despesas do Consórcio Quiriri obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

18.2 - Constituem recursos financeiros do Consórcio Quiriri:

I - as contribuições mensais dos municípios consorciados aprovadas pela Assembléia Geral, expressas em "Contrato de Rateio", de acordo com a Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e publicados em Resolução pelo Presidente do Consórcio;

II - a remuneração de outros serviços prestados pelo Consórcio aos consorciados ou para terceiros;



III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;  
IV - os saldos do exercício;  
V - as doações e legados;  
VI - o produto de alienação de seus bens livres;  
VII - o produto de operações de crédito;  
VIII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;  
IX - os créditos e ações;

X - o produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles;  
XI - Os repasses oriundos dos SAMAEs, de acordos com a Lei 1155 de 13 de abril de 1999 do Município de Rio Negrinho e Lei 413 de 30 de junho de 1999 do Município de São Bento do Sul.  
XII - Os repasses oriundos de demais entidades, de qualquer regime jurídico.

18.3 - Os entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio:

I - para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste Contrato, devidamente especificados;

II - quando tenham contratado o Consórcio para a prestação de serviços na forma deste Contrato;

III - na forma do respectivo contrato de rateio.

18.3.1 - Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio.

18.4 - O Consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o Consórcio Quiriri.

18.5 - No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio Quiriri deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

18.5.1 - Anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

I - o investido e arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

II - a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

18.5.2 - Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no sítio que o Consórcio Quiriri mantiver na rede mundial de computadores - internet.

18.6 - Com o objetivo de receber transferência de recursos ou realizar atividades e serviços de interesse público, o Consórcio Quiriri fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

18.7 - Fica o Consórcio Quiriri autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras ou prestar serviços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA REPRESENTAÇÃO DOS ENTES CONSORCIADOS

19.1 - Em assuntos de interesse comum dos Municípios ou de maior repercussão para as atividades do Consórcio Público, o Estatuto poderá autorizar a Secretaria Executiva a representar os entes da Federação consorciados perante outras esferas de governo, inclusive com o objetivo de celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, receber transferências e/ou aplicar recursos, efetuar Prestação de Contas, e defender as causas municipalistas e/ou regionais.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA SAÍDA DO CONSÓRCIO QUIRIRI

20.1 - A retirada de membro do Consórcio Quiriri dependerá de ato formal de seu representante na Assembléia Geral.

20.2 - O recesso não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio Quiriri.

20.2.1 - Os bens destinados ao Consórcio Quiriri pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - decisão de 2/3 (dois terços) dos entes federativos consorciados do Consórcio, manifestada em Assembléia Geral;

II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

III - reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Contrato de Consórcio Público ou pela Assembléia Geral do Consórcio Quiriri.

20.3 - São hipóteses de exclusão de ente consorciado, observada, necessariamente, a legislação respectiva:

I - a não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio;

II - a existência de motivos graves, reconhecidos, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim.

20.3.1 - A exclusão prevista no inciso I do item 20.3 somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

20.3.2 - Os estatutos poderão prever outras hipóteses de exclusão.

20.4 - Os estatutos estabelecerão o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

20.4.1 - A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembléia Geral, aprovada por 2/3 dos votos dos entes federativos consorciados.

20.4.2 - Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto na legislação própria.

20.4.3 - Da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembléia Geral, o qual não terá efeito suspensivo, e será interposto no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da decisão.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

21.1 - Os Municípios consorciados autorizam a gestão associada dos serviços públicos na forma deste protocolo de intenções, os quais serão prestados conforme o contrato de programa.

21.1.1 Poderão ser objeto da gestão associada de serviços públicos:

I - Fiscalização e Controle;

II - Infra estrutura e Desenvolvimento Urbano e Rural;

III - Recursos naturais;

IV - Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer;

V - Saúde e Bem Estar Social;

VI - Consultoria Jurídica, Administrativa e Contábil.

21.1.2 - O contrato de programa poderá autorizar o Consórcio Quiriri a emitir documentos de cobrança e a exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pelos serviços públicos prestados por si ou pelos entes consorciados.

21.1.3 - A Assembléia Geral regulamentará os critérios de cálculo do valor das tarifas dos serviços na gestão associada quando o consórcio público assumir a cobrança da prestação do serviço.

21.2 - A gestão associada abrangerá somente os serviços prestados nos territórios dos Municípios que efetivamente se consorciarem.

21.2.1 - Exclui-se do item 21.2 o território do Município a que a lei de ratificação tenha apostado reserva para o excluir da gestão associada de serviços públicos.

21.3 - Para a consecução da gestão associada, os Municípios consorciados podem transferir ao Consórcio o exercício das

competências de planejamento, de execução, de regulação e/ou da fiscalização dos serviços públicos.

21.3.1 - As competências cujo exercício poderá se transferir, incluem, dentre outras atividades:

I - a elaboração, a avaliação e o monitoramento de planos de trabalho, bem como de projetos e seus respectivos orçamentos e especificações técnicas;

II - a elaboração de planos de investimentos para a expansão, a reposição e a modernização dos sistemas;

III - a elaboração de planos de recuperação dos custos dos serviços;

IV - o acompanhamento e a avaliação das condições de prestação dos serviços;

V - o controle e fiscalização de qualidade e monitoramento;

21.3.2 - Fica o Consórcio Quiriri autorizado a receber a transferência do exercício de outras competências referentes ao planejamento, execução, regulação e fiscalização de serviços públicos.

21.4 - Ao Consórcio fica proibido conceder, permitir ou autorizar prestação dos serviços públicos objeto da gestão associada, seja em nome próprio, seja em nome de entes consorciados, ficando também defeso ao Consórcio estabelecer termo de parceria ou contrato de gestão que tenha por objeto quaisquer dos serviços sob regime de gestão associada.

21.5 - Os estatutos preverão normas complementares para o procedimento administrativo do Consórcio que tenha por objeto a elaboração de planos ou regulamentos de serviços públicos, bem como a atividade de fiscalização e exercício do poder disciplinar, hierárquico e de polícia.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO CONTRATO DE PROGRAMA

22.1 - Ao Consórcio Quiriri somente é permitido comparecer a contrato de programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações.

22.1.1 - O Consórcio também poderá celebrar contrato de programa com as Autarquias, Fundações e demais órgãos da administração indireta dos entes consorciados.

22.1.2 - O disposto no item 22.1 desta cláusula não prejudica que, nos contratos de programa celebrados pelo Consórcio, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

22.2 - São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo Consórcio Público, observando-se necessariamente a legislação correspondente, as que estabeleçam:

I - o objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;

II - o modo, forma e condições de prestação dos serviços;

III - os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;

IV - o cálculo de tarifas e de outros preços públicos na conformidade da regulação e dos serviços a serem prestados;

V - procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares, especialmente no que se refere a fixação, revisão e reajuste das tarifas, ou de outros preços públicos;

VI - os direitos, garantias e obrigações do titular e do Consórcio, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

VII - os direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização dos serviços;

VIII - a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;

IX - as penalidades e sua forma de aplicação;

X - os casos de extinção;

XI - os bens reversíveis;

XII - os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao Consórcio relativas aos investimentos que não foram amortizados por tarifas ou outras receitas emergentes da prestação dos serviços;

XIII - a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do Consórcio ao titular dos serviços;

XIV - a periodicidade em que o Consórcio Quiriri deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;

XV - a periodicidade em que os serviços serão fiscalizados por comissão composta por representantes do titular do serviço do contratado e dos usuários;

XVI - o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais.

22.2.1 - No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I - os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II - as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III - o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos a sua continuidade;

IV - a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V - a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI - o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas de tarifas ou outras emergentes da prestação dos serviços.

22.2.2 - Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade do Município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo Consórcio pelo período em que vigor o contrato de programa.

22.2.3 - Nas operações de crédito contratadas pelo Consórcio Quiriri para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

22.2.4 - Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

22.2.5 - A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio, por razões de economia de escala ou de escopo.

22.2.6 - O contrato de programa continuará vigente nos casos de:

I - o titular se retirar do Consórcio Quiriri ou da gestão associada;

II - extinção do Consórcio Quiriri .

22.2.7 - Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao Município contratante obedecer fielmente às condições e procedimento previstos na legislação.

22.2.8 - O contrato de programa será automaticamente extinto no caso de o contratante não mais integrar a administração indireta do ente da Federação que autorizou a gestão associada de serviços públicos por meio de consórcio público ou de convênio de cooperação.

22.2.9 - No caso de desempenho de serviços públicos pelo Consórcio Quiriri, a regulação e fiscalização não poderá ser exercida por ele mesmo.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

23.1 - A extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembléia Geral, autorizado ou ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

23.1.1 - Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da

gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços, sendo que os demais bens, mediante deliberação da Assembléia Geral, serão alienados, se possível, e seus produtos rateados em cotas partes iguais aos consorciados.

23.1.2 - Até que haja decisão que indique os responsáveis para cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

23.1.3 - Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

23.2 - A alteração do contrato de consórcio público observará o procedimento estabelecido neste Protocolo de Intenções e na legislação aplicável.

23.2.1 - Os bens destinados ao Consórcio Quiriri pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - decisão de 2/3 (dois terços) dos entes federativos consorciados do Consórcio, manifestada em Assembléia Geral;

II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

III - reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções ou pela Assembléia Geral do Consórcio.

23.2.2 - A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio Quiriri.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 - O Consórcio será regido pelo disposto na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, por seu regulamento, por este Protocolo de Intenções e pelas leis de ratificações, as quais se aplicam somente aos entes federativos que as emanaram.

24.3 - O exercício fiscal coincidirá com o ano civil para efeitos de atendimento às normas de contabilização do Consórcio Quiriri.

24.3.1 - Em razão da presente adaptação do Consórcio às regras da Lei nº 11.107/05, a contabilidade pública será adotada somente a partir do início do próximo exercício, sem prejuízo da Prestação de Contas legalmente exigível.

24.4 - O protocolo de intenções deverá ser publicado na imprensa oficial.

24.4.1 - A publicação do protocolo de intenções poderá dar-se de forma resumida, desde que a publicação indique o local e o sítio da rede mundial de computadores - internet em que se poderá obter seu texto integral.

24.5 - A Assembléia Geral, mediante aplicação de índices oficiais, poderá corrigir monetariamente os valores previstos neste Protocolo de Intenções.

24.5.1 - A critério da Assembléia Geral, os valores poderão ser fixados em valor inferior à aplicação do índice de correção, inclusive para mais fácil manuseio.

24.6 - Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral, observando-se os princípios da legislação aplicável aos consórcios públicos e a Administração Pública em geral.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO FORO

25.1 - Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público que originar, fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### ANEXO 1 - DOS EMPREGOS PÚBLICOS DE CONFIANÇA

Nº de Empregos	Denominação do emprego	Carga Horária Semanal	Referência Salarial Subsídios/mês
1	Secretário Executivo	Dedicação Integral	02

#### ANEXO 2 - DOS EMPREGOS PÚBLICOS PERMANENTES

Nº de Empregos	Denominação do emprego	Carga Horária Semanal	Referência Salarial Subsídios/mês
1	Advogado	40 horas	02
1	Agente de Serviços Gerais	40 horas	01
1	Analista de Sistemas	40 horas	02
1	Arquiteto/Urbanista	40 horas	02
1	Administrador	40 horas	02
2	Agente Administrativo	40 horas	01
1	Biólogo	40 horas	02
1	Cardiologista	20 horas	03
1	Contador	40 horas	02
1	Engenheiro Civil	40 horas	02
1	Engenheiro de Minas	40 horas	02
1	Engenheiro Florestal	40 horas	02
1	Engenheiro Agrônomo	40 horas	02
1	Engenheiro Químico	40 horas	02
1	Engenheiro Sanitarista	40 horas	02
1	Geógrafo	40 horas	02
1	Historiador	40 horas	02
1	Médico Veterinário	40 horas	02
1	Motorista	40 horas	01
1	Neurocirurgião	20 horas	03
1	Pedagogo	40 horas	01
1	Sociólogo	40 horas	02
2	Técnico em Meio Ambiente	40 horas	01
1	Técnico em Informática	40 horas	01
1	Turismólogo	40 horas	02

#### ANEXO 3 - DAS UNIDADES DE VENCIMENTO ESTABELECIDAS EM REFERÊNCIAS SALARIAIS

Referência	Valor (R\$)
01	1.395,00 (40 horas) (3 salários mínimos)
02	3.952,50 (40 horas) (8 e ½ salários mínimos)
03	7.200,00 (40 horas)

#### ANEXO 4 - DAS PROGRESSÕES

1) O avanço de um nível de vencimento para outro dar-se-á dentro das condições do Plano de Carreira que será tratado em Resolução aprovada pela Assembléia Geral, através de Progressão Vertical, observadas as condições mínimas abaixo fixadas.

2) Por Progressão Vertical, entende -se a elevação do nível de vencimento em que se encontra o empregado efetivo do Quadro Geral, para o imediatamente superior, sempre dentro do mesmo emprego.

3) O empregado poderá progredir verticalmente através dos seguintes métodos:

a) progressão vertical por tempo de serviço é a progressão de um nível na referência salarial do empregado conforme seu tempo de emprego público e será realizada no mês em que o empregado completar cinco anos de efetivo exercício no emprego. A primeira progressão vertical por tempo de serviço será efetuada na data de aniversário do primeiro quinquênio, e as demais a cada cinco anos daquela data.

b) progressão vertical por titulação é a contínua atualização, especialização e aperfeiçoamento do empregado para o aprimoramento do desempenho de suas atividades, sendo conferida a cada três anos a contar de data da contratação.

4) A progressão vertical por titulação dar-se-á por titulação do

empregado, obedecendo aos seguintes critérios:

- a) progressão de dois níveis no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Graduação, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o emprego que o empregado ocupa;
- b) progressão de três níveis no cargo, por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de especialização, ou residência médica, correlato com o emprego do empregado;
- c) progressão de quatro níveis no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de mestrado, correlato com o emprego do empregado;
- d) progressão de cinco níveis no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de doutorado, correlato com o emprego do empregado;
- e) progressão de um nível no emprego, a cada três anos, por ter concluído cursos relativos à área de atuação, e/ou relativo ao serviço ou emprego público, após sua efetivação, sendo necessárias, no mínimo, 120 horas de curso para obter tal progressão;
- 6) Somente serão computados os cursos realizados com carga horária mínima de oito horas, vedada a contagem de cursos em duplicidade ou cuja carga horária não figure no próprio certificado ou diploma.
- 7) O empregado somente terá direito a uma progressão vertical por titulação a cada período, e, no caso de obtenção de mais de um título, ser-lhe-á concedido o mais vantajoso, ressalvado a possibilidade de computar o outro no próximo período.
- 8) Para fazer a análise da correlação do(s) curso(s) realizado(s) e/ou da titulação obtida com o emprego ocupado pelo empregado, quando for o caso, o Presidente do Consórcio poderá nomear uma comissão constituída de empregados efetivos das prefeituras consorciadas, que terá um prazo máximo de 10 dias para emitir um parecer.
- 9) É vedada a progressão do empregado durante os três primeiros anos de exercício, considerados de Estágio Probatório na função.

São Bento do Sul, Rio Negrinho, Campo Alegre e Corupá, 11 de dezembro de 2010.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito de São Bento do Sul

OSNI JOSÉ SCHROEDER

Prefeito de Rio Negrinho

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito de Campo Alegre

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito de Corupá

